



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Campus I – Rodovia BR 285, Km 292

Bairro São José – Passo Fundo, RS

CEP: 99.052-900

E-mail: ppgletras@upf.br

Web: www.ppgl.upf.br

Fone: (54) 3316-8341

Cinara Sabadin Dagneze

TÁ RINDO DO QUÊ? O FUNCIONAMENTO
ENUNCIATIVO DO HUMOR: POLISSEMIA E
COEXISTÊNCIA DE SENTIDOS N’O PASQUIM

Passo Fundo, setembro de 2018

Cinara Sabadin Dagneze

TÁ RINDO DO QUÊ? O FUNCIONAMENTO
ENUNCIATIVO DO HUMOR: POLISSEMIA E
COEXISTÊNCIA DE SENTIDOS N’O PASQUIM

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para a obtenção do grau de doutora em Letras, sob a orientação da Prof^a Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste.

Passo Fundo

2018

D162t Dagneze, Cinara Sabadin

Tá rindo do quê? O funcionamento enunciativo do humor:
polissemia e coexistência de sentidos n'ó Pasquim / Cinara Sabadin
Dagneze. – 2018.

178 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste.

Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Passo Fundo,
2018.

1. Humorismo brasileiro. 2. Enunciação. 3. Subjetividade. 4.
Linguística. I. Oudeste, Claudia Stumpf Toldo, orientadora. II.
Título.

CDU: 82.09

À professora Carme Schons, por ter plantado em mim a *mais significativa* das sementes e por sempre ter acreditado na minha capacidade.

O riso é a sabedoria, e filosofar é aprender a rir.
Sem a liberdade de rir, de caçoar e fazer humor,
não há progresso da razão.

Georges Minois

MAIS UMA VEZ, É HORA DE AGRADECER E DE DEDICAR

O estudo do humor põe em circulação vários olhares. Talvez o principal deles – em um apontamento muito abreviado, eu sei, mas que dá visibilidade ao que ora desejo – seja a quebra de expectativa, pois, ao esperarmos que se movimente um determinado sentido, é um sentido outro que é efetivamente posto em circulação, levando ao riso. E recorro, agora, a essa quebra de expectativa – que elucida o humor – para esclarecer, por exemplo, que “economistas também têm problemas financeiros”, que “psicólogos também têm problemas emocionais” e, dentre outros, que, por vezes, nós, profissionais da Letras, também ficamos sem palavras ou sofremos para encontrar as palavras, certas ou não.

Isso faz com que esta seção de agradecimento seja uma das mais difíceis de escrever em toda a tese, pois há muito a agradecer, há muitas pessoas que merecem meu agradecimento, mas a emoção faz faltar as palavras e embarga a serenidade que me seria peculiar em qualquer outro momento de escrita. Esta escrita, portanto, foi marcada por uma dificuldade ímpar, que pode parecer inexplicável para alguém com o meu percurso no universo da língua e da linguística.

Então, desde já, antecipo que este texto está sujeito a deslizos, que, espero, em vez de revelarem faltas minhas, revelem o quão emocionada estou ao viver este momento, o qual, pelas adversidades da vida, acreditei, por inúmeras e incontáveis vezes, que não chegaria a ser uma realidade.

Concluo esta tese após quatro anos de muita entrega; de muitas perdas, mas de muitas conquistas; e de muito crescimento. E muitas pessoas fizeram a diferença nessa história. A primeira delas, sem dúvida alguma, é a minha mãe (como eu costumo dizer, sempre e para sempre minha fã número 1). Obrigada, mãe, por, mesmo antes de mim, ter certeza de minhas conquistas! Obrigada pelo amor diário e constante! Obrigada pelo cuidado! E, principalmente, obrigada por vencer o câncer e por ficar mais tempo (muito mais, eu espero!) conosco.

E como há coisas que somente as mães fazem por nós, agradeço, agora, à minha competentíssima orientadora (a quem peço permissão para registrar que a considero, nesse percurso, como uma “mãe intelectual”). Obrigada, prô Claudia, por me “adotar” e por me acolher em um momento tão difícil, quando, mais do que uma grande referência, eu perdia quase a minha identidade de pesquisadora. Sei que para você também deve ter

sido um grande desafio. Espero ter respondido à altura às suas melhores expectativas. Obrigada, prô Claudia, pela serenidade nas orientações. Obrigada por, nos momentos em que eu achava que o mundo estava acabando (e foram muitos, principalmente quando eu precisava, após um ano de doutorado, elaborar um projeto completamente novo), me dizer, por várias vezes, “tive uma ótima ideia”, e tratar o assunto com a tranquilidade de quem cumpre a mais trivial e simplória das tarefas. Nesses três últimos anos, vi, mais do que já via antes, a grande pessoa e a grande intelectual que você é. A cada dia que se passou, você ganhou mais o meu carinho. Obrigada! Por *tudo*, obrigada!

Aos meus dois maiores amores, Gabriel Lucas e João Otávio, agradeço por darem *sentido* à minha vida. Obrigada, filhos, por cada denço, por cada abraço e por cada sorriso! Obrigada por todos os risos que rimos juntos! Obrigada pelos muitos colos – dados e recebidos –, em momentos bons e ruins. Obrigada, queridos, por me ajudarem a renovar, diariamente, o maior e melhor de todos os sentimentos. É para vocês e por vocês que estudo e que tento crescer. Amo vocês “duzentos e trinta e dois e quarenta e dez universos”, infinitamente!

Ao Ronaldo, colega de doutorado que passou a ser colega de vida, agradeço por tudo o que representa na minha vida e por todo o bem que faz por mim e para mim. *Meu riso*, querido, *é tão feliz contigo!* Obrigada por inspirar os meus melhores sorrisos! Obrigada por segurar a minha mão e por segurar as pontas quando adoeci. Obrigada por segurar a minha mão e por segurar as pontas mesmo quando eu estava bem. Obrigada por me fazer acreditar. Obrigada pela tua (nada) simples presença. E obrigada pelos muitos cafés, pelo carinho e pelos grandes debates intelectuais. Obrigada por tudo!

Ao Gabi Jappe e ao Mig, agradeço por mostrarem que meu amor maternal podia ser ainda maior, e obrigada por receberem – e por retribuírem – esse amor.

À família Jappe, agradeço por ter me acolhido com tanto carinho. Estar entre vocês – e saber que o Ronaldo também está – é um grande presente. E, por falar em presente, obrigada, Catiane e Giovani, pela felicidade de ser tia/dinda das minhas muito amadas Helena e Antonella, por quem tenho um grande amor.

À família que Deus escolheu para mim e que eu não trocava por nada – Irani, Déco, Régia, Laura, Pedro, Dudy, Fabi e Augusto –, agradeço pelo orgulho que sentem em cada uma de minhas conquistas, durante (literalmente) toda uma vida! Sou feliz por termos vencido mais uma grande luta – talvez a maior delas até agora – nesse último ano. Especialmente ao Déco, agradeço pelo amor, que – sempre com muito *bom humor* – esteve, no último ano, mais presente do que sempre.

Aos professores Valdir Flores e Marlete Diedrich, agradeço pelas ímpares contribuições na qualificação (ou *nas qualificações*, já que tive a *honra* de submeter os meus dois trabalhos de qualificação – o artigo e a banca – ao professor Valdir, referência maior nos estudos enunciativos). A vocês, dou minha mais honesta palavra de que este agradecimento não é um clichê. Não é um formulário pronto. Obrigada, a ambos, pelos riquíssimos apontamentos, que fizeram desta uma tese quase que completamente nova e, sem dúvida alguma, uma tese muito melhor, e, espero, muito mais interessante. De coração, obrigada!

Por fim, à vida, agradeço, não pelas muitas dificuldades que insiste em me trazer, mas por, com elas, me mostrar que posso e que consigo ser mais forte. Obrigada, vida, pelos muitos momentos felizes e pelas infinitas dádivas que recebo diariamente. Obrigada pelos *sor-risos* inspiradores e pelas grandes conquistas. Obrigada pelas pessoas boas e por todo o amor que vem com elas! Que você continue me trazendo surpresas felizes!

Como eu disse, há muito – e muitos – a agradecer. E eu certamente não consegui dedicar um espaço especial a todos que mereciam estar aqui, no entanto, registro que cada um, a seu modo, dá *sentido(s)* à minha vida. E sou muito grata por tudo isso.

RESUMO

Esta tese propõe-se, inicialmente, a compreender o humor sob diferentes abordagens teóricas. Parte-se, para isso, da ciência de que o fenômeno humor tem, por muito tempo, sido pauta da curiosidade e dos estudos de diferentes pensadores. Recorre-se, assim, aos estudos de Georges Minois (2003), Henri Bergson (1940, 2007), Vladimir Propp (1992) e Sigmund Freud (1905/1977, 1928/2016), que nos permitem traçar um percurso histórico, filosófico, antropológico, cultural e psicanalítico do humor. A escolha por esses autores, em específico, se justifica em razão de que, de algum modo, esses teóricos relacionam o funcionamento do humor e do riso com o humano, com o social e, por conseguinte, com a língua e seus sentidos, o que nos permite ver, em seus estudos, íntima relação com o funcionamento enunciativo do humor. Assim, dentro de seu campo de estudos, em algum grau, todos concebem a língua e seus sentidos como um referencial importante na constituição do humor. A partir da apropriação dessas concepções, recorre-se à Teoria da Enunciação para propor uma reflexão acerca de como esse humor se constitui na e pela língua, quando, por meio do sistema, o sujeito manipula a e se apropria da língua toda. Buscamos entender de que modo as categorias de pessoa e a (inter)subjetividade marcam a constituição do locutor como sujeito, a partir da instauração de um *tu*. Esse *tu*, nesse movimento de apropriação da língua, se instaura como *eu*, e (re)significa. Nosso percurso metodológico parte da apropriação dos estudos enunciativos de Émile Benveniste e de seus textos fundadores, de modo que esse aparato teórico embase a análise do *corpus* escolhido, qual seja, conteúdos de humor do semanário alternativo *O Pasquim* em publicações datadas do período em que o Brasil esteve sob o mais forte rigor da ditadura (1964-1985), nos anos de chumbo (1968-1972). A apresentação de algumas histórias dos bastidores pasquinianos tem, aqui, não um escopo histórico, mas um propósito linguístico, uma vez que esse contexto, ao qual denominamos de “condições de enunciação”, se mostra indispensável para a compreensão das análises feitas no capítulo final da tese. Com suporte na Teoria da Enunciação, olhamos para esse humor n’*O Pasquim*, e percebemos que o funcionamento enunciativo do humor se dá a partir da coexistência de sentidos produzidos em diferentes tempos e lugares, envolvendo diferentes pessoas. Também são os estudos enunciativos que nos permitem perceber que somente é *eu* aquele que se enuncia – e, portanto, produz sentidos – e que a coexistência é uma estratégia enunciativa do *eu* na produção do enunciado de humor. Evidencia-se, ainda, que a subjetividade não provoca o humor, ela *está* no humor. Nesse percurso, esta tese tem como escopo identificar as ligações entre o humor e o semanário *O Pasquim* pela língua – concebendo-o como “a língua toda” e olhando para o que ele representa – e a enunciação, a partir da coexistência de sentidos e da polissemia. Desse modo, dedicamo-nos a responder à nossa pergunta título: *Tá rindo do quê?*, tomando por base, para isso, *o funcionamento enunciativo do humor e a polissemia e coexistência de sentidos n’O Pasquim*.

Palavras-chave: Humor no Pasquim. Enunciação. Subjetividade e intersubjetividade. Condições de enunciação. Polissemia e coexistência de sentidos.

ABSTRACT

This thesis is initially intended to understand humor under different theoretical approaches. For this, it starts from the knowledge that the humor phenomenon has been, for a long time, the basis of the curiosity and studies of different thinkers. We resort to the studies of Georges Minois (2003), Henri Bergson (1940, 2007), Vladimir Propp (1992) and Sigmund Freud (1905/1977, 1928/2016), which allow us to trace a historical, philosophical, anthropological, cultural and psychoanalytic course of humor. The choice of these authors, in particular, is justified because somehow these theorists relate the functioning of humor and laughter to the human, to the social and, therefore, to the language and its meanings, what allows us to see, in their studies, an intimate relationship with the enunciative functioning of humor. This way, within their field of study, to some extent, all of them conceive language and its meanings as an important reference in the constitution of humor. From the appropriation of these conceptions, the Theory of Enunciation is used to propose a reflection on how this humor is constituted in the language and by the language, when, through the system, the subject manipulates and appropriates the whole language. We seek to understand how the categories of person and (inter)subjectivity mark the constitution of the speaker as subject, from the establishment of a *you*. This *you*, in the language appropriation movement, establishes itself as *I* and (re)means. Our methodological process starts from the appropriation of the enunciative studies of Émile Benveniste and his founding texts, so that this theoretical apparatus bases the analysis of the chosen *corpus*, that is, humor contents of the alternative weekly *O Pasquim* in issues dated from the period in which Brazil was under the strongest dictatorship (1964-1985) known as The Led Years (1968-1972). The presentation of some backstage stories from the *O Pasquim* doesn't have a historical scope here, but a linguistic one, since this context, which we named "enunciation conditions", is indispensable for the understanding of the analyzes made in the final chapter of this work. Supported in the Theory of enunciation, we have seen this humor in *O Pasquim* and realized the enunciative functioning of humor takes place from the coexistence of senses produced in different times and places, involving different people. The enunciative studies also allow us to perceive that only the one that enunciates is the *I* – and therefore produces meanings – and that the coexistence is an enunciative strategy from the *I* in the production of the humor statement. It is also evidenced that subjectivity does not induces humor but it is in the humor. In this course, this thesis aims to identify the links amongst humor and the weekly *O Pasquim* by the language – considering it as "the whole language" and observing what it represents – and the enunciation, based on the coexistence of meanings and polysemy. So, we dedicate ourselves to answer our title-question: *What are you laughing at?* based, for this, at *the enunciative functioning of humor and the polysemy and coexistence of meanings in O Pasquim*.

Keywords: Humor in *O Pasquim*. Enunciation. Subjectivity and intersubjectivity. Enunciation conditions. Polisemy and coexistence of meanings.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Charge d' <i>O Pasquim</i> : “Putis! Que ferrada!”	21
Figura 2 - Charge d' <i>O Pasquim</i> : Milésimo gol do Pelé	22
Figura 3 - Capa d' <i>O Pasquim</i> : Enfim um Pasquim inteiramente automático	27
Figura 4 - <i>O Pasquim</i> : Eu quero mocotó	30
Figura 5 - Reunião de charges d' <i>O Pasquim</i> com o personagem “Bóris – o homem-tronco”	37
Figura 6 - Charge d' <i>O Pasquim</i> : Palavras feitas	45
Figura 7 - Reunião de charges d' <i>O Pasquim</i> : Sigmund (o xará)	51
Figura 8 - Charge d' <i>O Pasquim</i> : A história da maçã	59
Figura 9 - Charge d' <i>O Pasquim</i> : Corta!	63
Figura 10 - Capa d' <i>O Pasquim</i> : Homens sem visão	66
Figura 11 - Charge d' <i>O Pasquim</i> : Do you sPASQUINglish?	74
Figura 12 - Capa d' <i>O Pasquim</i> – Sig colhendo asteriscos	77
Figura 13 - <i>O Pasquim</i> - contracapa da edição nº 39	81
Figura 14 - Capa d' <i>O Pasquim</i> : Todo paulista que não gosta de mulher é bicha	82
Figura 15 - Charge d' <i>O Pasquim</i> : Tem um leitor ali com um sorriso inteligente	86
Figura 16 - Charge d' <i>O Pasquim</i> - Brasil, ame-o ou deixe-o	90
Figura 17 - Charge d' <i>O Pasquim</i> : Que país foi este?	95
Figura 18 - Charge d' <i>O Pasquim</i> - Deus é brasileiro mas já deixou o país	99
Figura 19 - Charge d' <i>O Pasquim</i> - Alfabeto censurado	107
Figura 20 - Charge d' <i>O Pasquim</i> : Caso patológico	116
Figura 21 - Charge d' <i>O Pasquim</i> - A explosão da liberdade	121
Figura 22 - O Terrível atentado (página central da edição nº 39)	128
Figura 23 - Capa d' <i>O Pasquim</i> edição 39 - Sig resiste a tudo, de fio a pavio	131
Figura 24 - Sig da Liberdade	134
Figura 25 - Urubu de propaganda	143
Figura 26 - Astro rei - Concorrente visivelmente inferior	145
Figura 27 - Versão pasquiniana do muro das lamentações	147
Figura 28 - Sig é um rato, mas não abandona o n-pavio	149
Figura 29 - Abaixo!	151
Figura 30 - Sig não come(te) ratas	152

Figura 31 - O que há por trás da liberdade	154
Figura 32 - O preço da liberdade	155
Figura 33 - Proibida a entrada de analfabetos estranhos	156
Figura 34 - Sig resiste a tudo, de fio a pavio	160
Figura 35 - Charge d' <i>O Pasquim</i> : Num falou não!	162
Figura 36 - <i>O Pasquim</i> : Só DOI quando eu rio	164

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 TÁ RINDO DO QUÊ? UM OLHAR SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO HUMOR	21
1.1 O riso virou notícia no horário nobre, mas ele nem sempre é tão nobre assim.....	22
1.2 Minois e o riso através dos tempos.....	27
1.3 Bergson, a teoria do riso e a comicidade.....	37
1.4 Propp: humor, cultura e sociedade	45
1.5 O riso no divã: humor para Freud.....	51
1.6 Muitas teorias, um só humor	59
2 “CORTEM-LHE A CABEÇA!” O PASQUIM, UM JORNAL DE MUITA SUBVERSÃO E DE MUITO RISO	63
2.1 A imersão de Tarso de Castro na história d’O Pasquim.....	66
2.2 A (in)subordinação marcada na/pela língua	74
2.3 O discurso jornalístico	82
3 ASSUNTO SÉRIO: A TEORIA DA ENUNCIÇÃO	86
3.1 Somente é <i>eu</i> quem (se) enuncia	90
3.2 Quem sou eu? quem és tu? Um olhar enunciativo sobre as categorias de pessoa e de não-pessoa e sobre a (inter)subjetividade.....	95
3.3 Língua, cultura e relações polissêmicas	99
3.4 Em que sentidos sopram os ventos da enunciação? a polissemia e a coexistência de sentidos	107
3.5 Extra, extra, com vocês: a enunciação e um aparelho formal	116
3.6 É chegada a hora da retrospectiva: humor, pasquim, língua e enunciação	121
4 TÁ RINDO DO QUÊ? ANALISANDO O HUMOR N’O PASQUIM	128
4.1 O jornal que <i>não</i> é um estouro!	130
4.1.1 Sig da Liberdade	134
4.1.2 Nossos pensamentos são livres.....	143
4.1.3 No calor do momento, quem é páreo para o rei?.....	145
4.1.4 (Versão pasquiniana d’)O muro das lamentações	146
4.1.5 Do fio ao pavio: a resistência d’O Pasquim	160
4.2 Só dói quando eu rio.....	162
4.3 Sabemos que piada não se explica, mas pedimos licença para subverter a ordem.....	169

CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS	177

INTRODUÇÃO

No ano de 2007, quando iniciei meus estudos em nível de Mestrado, não foi difícil definir o que me movia: compreender *O riso em tempos de ditadura: os não silenciamentos revelados pelo Pasquim no período de 1969 a 1971* (DAGNEZE, 2010). Isso se justifica em razão de que esse universo da ditadura e suas concepções políticas sempre despertaram em mim grande fascínio, que, aliado à admiração pelas inteligentes construções textuais veiculadas n’*O Pasquim*, levaram-me ao estudo dos não silenciamentos que nelas circulavam.

Assim, considerando que, em um processo natural, com o passar do tempo, esse sentimento amadureceu em mim, ao definir a temática para um novo estudo, desta vez em nível de doutoramento, a matéria permaneceu presente e latente. Compreendi que o caminho a ser trilhado não precisava – nem devia – partir do novo, mas poderia ser aprofundado a partir daquilo a que muito me dediquei em meus estudos anteriores. Retomei o fato de que, ao final da elaboração de minha dissertação, constatei que o “discurso [ou o intradiscurso, como pondero hoje] se entrelaça em uma teia de muitos fios” (DAGNEZE, 2010, p. 143), o que, à época, comparei com a ocorrência das sinapses no cérebro humano, com a diferença de que, na biologia, elas ocorrem em um espaço limitado, e, na linguagem, se estendem por um infundável universo de possibilidades. Lá, afirmei: “temos certeza de que este estudo é somente um dos pontos dessa sinapse, que, por suas infinitas possibilidades de conexão, podem ainda conduzir a incontáveis novos estudos, novos olhares, novas construções e novos tecidos, confeccionados com o mais nobre dos materiais: o *fio do discurso*” (DAGNEZE, 2010, p. 143, grifo do original). Aqui, registro: ainda me move o desejo de compreender – e ajudar a compreensão de outros tantos interessados – o que constitui o humor e como ele se caracteriza como ferramenta para colocar em circulação aquilo a que *O Pasquim* se propunha a denunciar.

Também não consegui me desprender do encantamento pela imprensa alternativa, pela contracultura, pela luta contra os rigores da ditadura e pela denúncia a partir do riso. Logo, não consegui me desprender d’*O Pasquim*, semanário alternativo brasileiro, “nascido” em junho de 1969 e que encerrou suas atividades em novembro 1991, ou seja, poucos anos depois que o Brasil começou a viver um processo de democratização, a qual, pelo incessante e enfático papel de oposição ao regime militar, presume-se, era desejada por seus integrantes.

Tal resistência era essencialmente marcada pela utilização do humor, o que nos faz não abrir mão do estudo dessa temática.

Nesse sentido, importante ponderar que, ao longo da história da humanidade, inúmeros foram os teóricos que se dedicaram ao estudo dos fenômenos relacionados ao humor e das ramificações e relações que são trançadas nesse processo. Paradoxalmente, contudo, percebemos que, se, por um lado, há muitas certezas apresentadas, por outro, a temática ainda suscita muitos questionamentos e inúmeras incertezas. Do mesmo modo, se, de um lado, diferentes campos do saber apresentam hipóteses e explicações para a origem da comicidade, por outro, essas mesmas áreas parecem apresentar, a cada estudo, mais espaços para respostas, e é com o propósito de buscar novas respostas, dessa vez amparadas pela Teoria da Enunciação, proposta por Émile Benveniste, que realizamos estes estudos em nível de doutoramento.

Por tudo isso, pensar a proposta de se estudar o humor, com o objetivo de descobrir seu funcionamento enunciativo e de perceber como ele de fato se constitui envolvendo as pessoas da enunciação, é uma tarefa desafiadora e séria. Assim, tendo como marco teórico a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, propomo-nos a responder a diferentes questionamentos sobre o tema e nos empenhamos em compreender como é constituído o sentido, especialmente no que refere à apropriação desse sentido pelo *tu*, que se constitui, nesse processo, como um *eu* que produz sentidos. Assim, uma das contribuições que nos propomos a fazer nesta tese é a evidência de que o sentido não se estabelece no *tu*, pois é sempre *eu* quem produz sentidos e enuncia. Desse modo, se produz sentido, é *eu*. Se (se) enuncia, é *eu*. Além disso, olhamos para a contribuição das relações polissêmicas na constituição do humor, percebendo que é a coexistência de sentidos – em um mesmo tempo e espaço, para uma mesma pessoa – que ampara o funcionamento enunciativo do humor. E são essas as relações que destacamos ao longo deste trabalho.

É nesse contexto, também, que a tese pretende discutir questões pertinentes à construção do humor enquanto processo enunciativo. Ante a essa perspectiva, trabalhamos, aqui, com o humor e com a enunciação. Para isso, o capítulo inicial é destinado ao estudo do humor sob diferentes abordagens teóricas, a partir da noção de que é possível direcionar sobre ele diferentes olhares. Tal diversidade é comprovada, aqui, pelos apontamentos de estudiosos como Georges Minois (2003), Henri Bergson (1940, 2007), Vladimir Propp (1992) e Sigmund Freud (1905/1977, 1928/2016).

Para esses teóricos, o cômico tem raízes e concepções diversas. George Minois apresenta a *História do riso e do escárnio* e, mostrando o caráter do humor e do cômico,

volta minucioso olhar sobre como o riso foi utilizado pelo ser humano ao longo da história. Concebe o humor como um fenômeno que pode esclarecer questões cruciais para a compreensão antropológica da humanidade, dentre as quais figura a própria evolução humana. Assim, o historiador descreve a história do riso através dos séculos, e destaca as diferentes roupagens que o riso já teve. Fala do riso para a e a representa na história.

Após traçado esse perfil histórico do riso e do humor, passamos a orientar nosso estudo para uma abordagem filosófica, ancorados nos trabalhos de Henri Bergson, para quem a efetivação da comicidade está condicionada à natureza humana e à inserção do riso em seu meio natural. Na filosofia, Bergson vê a constituição da comicidade a partir do arranjo da língua e da ligação com o que é humano. Além disso, reconhece a necessária relação do humor com a sociedade e a cultura e destaca a natureza humana do riso. Fala da emoção, da violação de condutas e da inteligência como elemento necessário à constituição do riso. De igual modo, fala sobre a humanidade, a insensibilidade e a sociabilidade como princípios do riso.

Falando de humor, cultura e sociedade, Vladimir Propp aborda risos como o do sorriso e o de escárnio, e destaca que, para se estudar o humor, é preciso estudar a própria sociedade, o que implica olhar as relações que o homem estabelece por meio da linguagem. A esse fator social, o estruturalista russo ainda adiciona o contexto histórico, destacando que o risível se configura a partir de um condicionamento sócio-histórico.

Por fim, na psicanálise de Freud, temos os chistes, o ego e o prazer humorístico, e a evidência de que se a linguagem é a manifestação do inconsciente – e é aí que se produz o chiste –, o que se produz é um humor que não necessariamente é relacionado ao riso, um humor que não necessariamente é graça, mas significação.

Embora com diferentes abordagens, esses teóricos apresentam um perfil comum: deixam claro que a concepção de humor não é simples e é por isso que, como afirma Bergson (2007, p. 2), o seu estudo deve ser compreendido como “procedimento de trabalho da imaginação humana” e, como tal, há de ser levado a sério. Frente a essa diversidade de conceitos, importante referenciar que o nosso olhar sobre o tema é pautado na concepção de que o humor é produzido a partir da significação enraizada *na e pela* língua, quando o sujeito a manipula e se apropria, pelo sistema, da língua toda. É isso que, na nossa concepção, provoca o humor.

A presença desses autores, em específico, nesse capítulo, se justifica, portanto, em razão de que, de algum modo e em maior ou menor grau, relacionam o funcionamento do humor e do riso com o humano, com o social e, por conseguinte, com a língua e seu

funcionamento enunciativo, ou seja, com seus múltiplos sentidos. Por tudo isso, o critério de seleção dos autores abordados no primeiro capítulo tem raízes no fato de que, dentro de seu campo de estudos, todos concebem a língua e seus sentidos como um referencial importante na constituição do humor, a partir de relações históricas, sociais, antropológicas, culturais ou mesmo psicanalíticas.

Tudo isso põe em evidência o fato de que a constituição do humor se dá a partir de relações que transcendem a enunciação, mas é a partir da convicção sobre a importância, no funcionamento enunciativo do humor, da indispensável relação desses diferentes elementos (linguísticos/enunciativos ou não) que contemplamos, aqui, o estudo do humor e do riso sob diferentes abordagens teóricas.

Assim, no primeiro capítulo, não temos uma abordagem linguística do humor, mas uma abordagem que, com raízes em diferentes campos do saber, coloca a língua e seus diferentes sentidos no centro da discussão. Sobre isso, pertinente pontuar, embora tenhamos ciência de que existem muitos trabalhos linguísticos dedicados ao estudo do humor¹, optamos por não apresentar um capítulo direcionado a esses estudos, que não serão contemplados nesta tese porque entendemos que eles já têm o seu traçado linguístico e a sua forma de abordagem, que é diferente daquela que ora propomos. Nesta tese, olhamos para o funcionamento enunciativo do humor a partir de uma forma específica, a partir do referencial teórico enunciativo benvenistiano, razão pela qual estudamos, aqui, os textos fundadores de Emile Benveniste.

Esse é, inclusive, o elemento de maior expressividade no que concerne ao ineditismo e à originalidade desta tese. O funcionamento enunciativo do humor sob o viés da Teoria da Enunciação e a partir das relações polissêmicas e da coexistência de sentidos, temática que é abordada no terceiro capítulo e comprovada nas análises, no capítulo final da tese.

Nesse percurso, nosso segundo capítulo dedica-se a apresentar *O Pasquim, um jornal de muita subversão e de muito riso*. Nessa seção, revelamos algumas histórias dos bastidores pasquinianos e o contexto no qual seu funcionamento enunciativo se formava. Tal abordagem não tem, naturalmente, a finalidade de contar uma história, mas é apresentada com um propósito linguístico, uma vez que essa presença se justifica em razão daquilo que, nesta tese, chamaremos de “condições de enunciação”, o que faz com que esse item com viés histórico se torne indispensável, eis que dará condições para que procedamos à análise que será feita no capítulo final deste trabalho.

¹ Referimo-nos a estudos feitos por Sirio Possenti, Paulo Ramos, Luiz Carlos Travaglia e Marta Rosas, dentre outros.

Trazemos para Passo Fundo, nesse capítulo, o crédito pela origem de um dos jornais mais irreverentes da história do Brasil, “resgatando” um pouco da história do passo-fundense Tarso de Castro, cujo percurso no jornalismo brasileiro foi elemento de grande significação, não só pela criação d’*O Pasquim*, mas pelas importantes contribuições que esse sujeito deu ao país ao longo de sua vida de muitas resistências. Dessas, a primeira – no que concerne ao jornalismo – teria sido publicada no jornal *O Nacional*, em Passo Fundo, e despertado a ira de uma autoridade católica da cidade. Esse texto compõe o quarto fragmento enunciativo – de um total de 37 apresentados como *corpus* nesta tese – e seria só o primeiro dos embates políticos nos quais Tarso se envolveria até a sua morte precoce, aos 49 anos de idade.

O contato com o humor que ocupou as páginas d’*O Pasquim*, importante representante da imprensa alternativa no Brasil, nos mostrou um jornal repleto de significação e, na tentativa de descobrir como a imprensa alternativa encontrava argumentos para “driblar” a censura e se fazer significar, fomos surpreendidos pela maestria com a qual os atores d’*O Pasquim*, pelo recurso do riso em tempos de ditadura, informavam aos brasileiros o que os militares tanto tentavam mascarar. Em razão disso, propomo-nos, nesta tese, a analisar um dos movimentos mais importantes da história brasileira no que concerne a um espaço de crítica e de resistência.

O terceiro capítulo fala de um *assunto sério: a Teoria da Enunciação*. Embora cientes de que Benveniste não se dedicou ao estudo do humor, temos esse como aparato teórico de nosso estudo em razão de que esse linguista evidenciou de forma ímpar as relações enunciativas, o que nos motiva a estudar tal temática sob o viés da enunciação, considerando que é nesse processo que o riso se constitui. Assim, no que se refere aos processos linguísticos que dizem respeito ao humor e à constituição dos sentidos, pondera-se que o humor é proposto por um *eu* e direcionado a um *tu* e que a efetivação do cômico depende do modo como esse *tu* (re)significa – e, ao (re)significar, se constitui como *eu* –, a partir de uma relação de alteridade. O capítulo é dedicado ao estudo da Teoria da Enunciação e a diferentes problematizações, especialmente voltadas ao funcionamento enunciativo do humor.

Sabemos que a enunciação não explica por que se ri, tampouco explica a importância do riso para o homem, afinal, como provamos no primeiro capítulo desta tese, o humor transcende as questões linguísticas. Ela explica, contudo, o aspecto enunciativo do humor – que, embora se limite a *um* dentre tantos aspectos que, conectados, podem explicar o humor

–, o qual mantém relação importante com todos os demais aportes que, de algum modo, explicam a constituição do cômico e do riso.

Como outras perguntas que conduzem o nosso olhar, temos: que influência têm, na constituição do humor, as relações inteligíveis construídas pelos sujeitos? E, do mesmo modo, qual o papel da coexistência de sentidos na constituição do humor?

Com esse propósito, recorreremos, nessa seção, destinada aos estudos enunciativos, aos ensinamentos de Flores e, naturalmente, de Benveniste, para explicitar as categorias de pessoa e conceitos tais como o de subjetividade e o de intersubjetividade. Voltamos especial atenção, também, ao *aparelho formal da enunciação* e às implicações decorrentes de sua apropriação, pelo sujeito, na enunciação.

Percebemos, aqui, que o *sujeito* é produto das relações entre sujeitos, e que o riso não se constitui exclusivamente pelas relações enunciativas, mas a partir das relações intersubjetivas que se estabelecem entre o *eu* e *tu*, o que nos faz conceber as relações enunciativas como resultado das relações das pessoas do discurso: *eu* e *tu*. Também, compreendemos que, ao se apropriar da língua toda, o sujeito enuncia a si mesmo. Portanto, ele não enuncia alguma coisa, ele se enuncia, razão pela qual é sujeito *da* enunciação.

Na sequência, no quarto e último capítulo, ancoramos a teoria até então apresentada em análises que contribuirão para a compreensão do aparato teórico reunido em favor daquilo que nos propomos a provar: de que modo se efetiva o funcionamento enunciativo do humor, com as diferentes relações entre locutores ou relações intersubjetivas. Assim, colocamos a enunciação a serviço da compreensão do humor e de todas as relações que lhe são inerentes e é com esse propósito, que, ora, passamos a olhar para o humor e a sua constituição.

Inspirados n’*O Pasquim*, muitas das seções desta tese remetem à estrutura de um jornal ou ganham ares de instrumento de comunicação. Essa escolha se justifica em razão de que é isto que desejamos: que a leitura seja informativa e agradável, reunindo, em um mesmo trabalho, conhecimento e prazer. Assim, finalizamos este *editorial* – ao qual, em respeito/adequação à cátedra acadêmica, chamamos de *introdução* – que, esperamos, tenha sido um convite à leitura desta tese desenvolvida, do início ao fim, com muito esforço, dedicação e afeto.

1 TÁ RINDO DO QUÊ? UM OLHAR SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO HUMOR



Figura 1 - Charge d'O Pasquim: "Putis! Que ferrada!"

O humor está indiscutivelmente presente na vida das pessoas, sob diferentes nuances e perspectivas. Também diversos são os propósitos que caracterizam essa presença. Na sociedade, ele é marcado nas piadas, nas crônicas, nas denúncias e em relações das mais diferentes naturezas, em geral permeadas por uma verdade mascarada de riso, ditada pela vivacidade e pelo caráter de denúncia ou de revelação, materializados pela linguagem, e isso é o que, ora, nos interessa.

Desse modo, dedicamos esta seção ao estudo do humor e de seus conceitos, especialmente no que concerne à sua relação com a linguagem, a partir do olhar de Breton², Minois³, Bergson⁴, Propp⁵ e Freud⁶, que muito teorizaram sobre o humor e sobre o riso.

² André Breton (1896-1966) foi um escritor francês, poeta e teórico do surrealismo. Formado em Medicina, atuava como psiquiatra e teve forte influência dos conceitos freudianos. Sob seu impulso, o surrealismo torna-se um movimento europeu que abrange todos os domínios da arte e coloca profundamente em questão o entendimento humano e o olhar dirigido às coisas ou aos acontecimentos.

³ O francês Georges Minois é escritor e professor de História. Uma de suas obras de maior expressão é *História do Riso e do Escárnio*, originalmente publicada em 2002.

Elementos importantes no constituir do riso, o escárnio e o humor negro também ganham importância e recebem o nosso olhar nesta seção.

Abram-se, então, as páginas dessa importante história: o humor é nossa grande notícia!

1.1 O riso virou notícia no horário nobre, mas ele nem sempre é tão nobre assim



Figura 2 - Charge d'O Pasquim: Milésimo gol do Pelé

Se, por um lado, o humor é caracterizado pelo fazer rir, por outro, ele pode ser tratado como uma ferramenta que mexe com coisas sérias. Comumente relacionado a temas que, histórica e socialmente, ligam-se a tabus, tem muitas vezes o propósito de dizer a (ou uma) verdade a partir do riso, o que se justifica em razão de que ele descortina coisas que poderiam estar encobertas por discursos tidos como sérios.

Embora isso seja fácil de entender, explicar a constituição – e talvez a origem – desse riso não é tarefa fácil, mormente quando se trata do humor que envolve a desfiguração, a

⁴ Henri Bergson (1859-1941), licenciado e doutor em Letras, filósofo e diplomata francês, é autor do livro *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade* (1889), que se tornou um clássico da literatura filosófica sobre essa temática. Sua obra é amplamente estudada nas mais diferentes áreas.

⁵ Vladimir Propp (1895-1970), filólogo e acadêmico estruturalista russo, analisou os componentes básicos do enredo dos contos populares russos visando identificar os seus elementos narrativos mais simples e indivisíveis. Seus trabalhos sobre as concepções concernentes ao riso, ao humor e à comicidade também são muito relevantes para o estudo da temática.

⁶ Sigmund Freud (1856-1939) foi um médico neurologista e é o criador da psicanálise. Sua publicação *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905) é bibliografia referência para os estudiosos do humor.

morte, o racismo, a intolerância e/ou a mutilação, entre outros temas que exploram o sofrimento e a lugubridade.

O que motiva o ser humano a rir do lúgubre, do funesto ou do sinistro? Seria o medo? O sadismo? A materialização do ridículo? A sociologia e a psicologia trazem muitas respostas a essas questões, mas, e a linguística? O que é o humor negro para a linguística? Qual o papel da palavra na constituição desses sentidos? Esse questionamento pautará nossos estudos que ora iniciam e que têm como objetivo compreender, entre outras questões, a natureza desse riso diferente, que circula entre a graça e o escárnio e/ou a zombaria com roupagem de humor.

O humor negro, marcado pela provocação do riso a partir da exploração de deficiências ou debilidades de minorias ou de grupos estigmatizados, ou mesmo da exploração do trágico e do funesto, faz rir, tendo, muitas vezes, um caráter mais forte do que o humor “regular”. É possível que esse riso seja seguido de um sentimento de culpa, que pode desorientar e incomodar. Trata-se de um riso constrangido, mas ainda um riso. É um riso que assusta, mas que ri. É um riso de aflição, mas que, no entanto, não se anula com o questionamento sobre sua natureza. Essa combinação paradoxal de elementos torna ainda mais difícil a identificação dos motivos pelos quais se ri daquilo que, em verdade, não deveria ter graça nenhuma.

À guisa de exemplo, ponderamos: quem, em pleno gozo de suas faculdades mentais, acharia graça no fato de Pelé, o maior jogador da história do futebol brasileiro – ou mesmo do futebol mundial, como muitos ainda hoje consideram –, ter suas duas pernas amputadas? A resposta preocupa: todos (ou quase todos) nós. Transferimos, no entanto, essa preocupação para os profissionais da psicologia e/ou da medicina e nos detemos à questão do humor *na* língua: o que levou o jornalista Henfil a criar a charge publicada no jornal *O Pasquim* em novembro de 1969 e que é epígrafe desta seção (Figura 2)? No momento em que a nação toda torcia pelo milésimo gol do mais competente jogador da história, quem acharia graça em uma tragédia como essa? Provavelmente ninguém, se efetivamente tivesse sido uma tragédia, mas não foi, foi uma piada, e é justamente essa natureza que permite o riso.

Primeiro a propor o uso da expressão “humor negro”, o poeta e ensaísta francês André Breton, que também era mestre em teologia e em filosofia pela Universidade de Copenhague, apresenta na introdução de seu livro *Antologia do Humor Negro* (1997) a teoria de humor negro (HN). No que refere aos absurdos, André Breton define o HN como “uma revolta superior da mente”, o que justifica o seu caráter risível. Afirma ainda que esse humor é “[...] inimigo mortal do sentimentalismo, que parece estar perpetuamente à espreita – sentimentalismo que sempre surge num cenário de sombras –, e de um capricho efêmero, quase sempre passa por poesia, e em vão insiste em infligir à mente seus velhos artificios”

(1997, p. xix). Humor é, portanto, transgressão, a qual se dá *na* e *pela* língua, a partir de seu uso, e é justificada em razão de que a manipulação feita foi sintagmatizada por um *eu* de tal modo a efetivar esse sentido de comicidade e, também, de perceber a coexistência de diferentes sentidos.

Se a transgressão, contudo, ganha contornos nocivos, esse humor passa a ser considerado um humor negro, também transgressor, e pode, por alguns, ser considerado irrisível. Assim, rimos de uma charge que considera a ideia de um jogador competente ter suas pernas amputadas (ainda que imediatamente percebamos o caráter de humor ou de escárnio de tal ideia), mas certamente consideraríamos uma tragédia se algo dessa natureza efetivamente acontecesse. Aquilo que inicialmente era humor, ao estabelecer relações com a realidade, ganha ares de nocividade e, por conseguinte, provoca consternação e reprovação.

O humor se efetiva, portanto, a partir da aceitação da violação, ocorrendo uma ruptura entre aquilo que aparentemente tem caráter de normalidade e algo que foge ao esperado, de modo a violar preceitos morais, éticos, religiosos ou sociais, sem, necessariamente, ferir aqueles a quem essa transgressão é direcionada. Nesse sentido, a “aceitação do humor pode também demandar natureza receptiva, visão positiva, interesse e otimismo, consideração, compreensão, simpatia, bondade, caridade, generosidade, compaixão, magnanimidade, responsividade e flexibilidade de pensamento” (MAGALHÃES, 2008, p. 70), o humor pode ser compreendido como uma “dor emocional que não fere” (MAGALHÃES, 2008, p. 70), eis que a emoção tem forte influência nesse processo, pouco permeado pela razão.

Nesse universo do risível, é importante estar atento ao fato de que riso e escárnio não são necessariamente sinônimos. Ao falar sobre o riso, Carlos Drummond de Andrade (1990, p. 78) afirma que “o humorismo é a capacidade de despertar nos outros a alegria que não sentimos”. Assim, dentre os muitos tipos de riso, há o riso espontâneo, natural, que é o riso de felicidade, o riso do so-(r)riso; e há o inteligente – e aqui resgato a frase de epígrafe desta tese, de autoria de Georges Minois: “O riso é a sabedoria, e filosofar é aprender a rir. Sem a liberdade de rir, de caçoar e fazer humor, não há progresso da razão” –, que busca a graça em construções de sentido e em relações inteligíveis construídas pelos sujeitos, na relação *eu* e *tu*, com um *eu* que enuncia e produz sentidos, e um *tu* que, ao se apropriar da língua do modo como foi engendrada, constitui um novo sentido – que pode, ou não, coexistir com aquele proposto pelo enunciador – e, com isso, passa a ser um novo *eu* na enunciação.

Falar em relações de sentido a partir dos enunciados que constroem o humor exige, no entanto, certo cuidado. Há que se estar atento para não misturar conceitos de humor e ironia. Nesta, há um sentido mascarado, uma “verdade” escondida. Diz-se “A”, para que, a partir de

uma ação do intelecto, se entenda “B” e possivelmente “C”. A ironia diz sem dizer. O humor, por sua vez, escancara sentidos.

Nessa mesma direção, relevante compreender que cômico e humorístico diferem entre si. Para o filósofo e teólogo dinamarquês Søren Aabye Kierkegaard (2005, p. 186), “o cômico arranca o indivíduo da existência mediata, e isso é o aspecto libertador, mas depois o deixa flutuando como esquife de Maomé, segundo a lenda, entre dois magnetos, dois polos, um de atração e um de repulsão”. Disso se infere que o humor é marcado por um ceticismo não encontrado na ironia.

Para Maria Helena Magalhães (2008, p. 110), somos “criaturas de oportunidade num vazio absoluto”. A pesquisadora da linguagem ainda afirma que “o humor negro é movimento sem unidade. O que alguns estudiosos dizem sobre isso é que o que não se vê é que deve ter pelo menos alguma aceitação, para que então se atinja a transcendência do absurdo. O humor em si não é absurdo; é a única coisa que pode nos dar esperança”. Para fortalecer sua visão, a linguista afirma que o humor deve combater e rivalizar a realidade e recorre, para tal, a uma frase dita pelo personagem Humbert Humbert, no filme *Lolita*, de Stanley Kubrick, lançado em 1962, baseado em um romance escrito pelo romancista russo-estadunidense Vladimir Nabokov: “A perversidade do humor negro reflete a própria perversidade da sociedade e torna o absurdo mais absurdo. Constitui, pois, vingança para punir aqueles que punem. Possui uma qualidade escapista e libertadora” (MAGALHÃES, 2008, p. 110). O humor negro é, portanto, mais do que perversidade, é uma perversidade consciente e intencional, geralmente desferida a um alvo cuidadosamente escolhido.

Nesse mesmo sentido, Breton (1997, p.xviii) – que era psiquiatra e cuja formação foi fortemente influenciada por Freud – pontua que o humor, o cômico e a argúcia têm “um elemento libertador”, mas também possuem “algo bom que nos eleva que falta a esses outros dois modos de gerar prazer através da atividade intelectual”. O teórico francês do surrealismo, com raízes na concepção freudiana de “vingança do princípio do prazer”, concebe o humor negro como uma “revolta superior da mente”. Para ele, tal qual o surrealismo, o humor negro relaciona-se com o desvio do comum e desconstrói limites ou imposições, configurando-se como uma defesa para certos absurdos e dando liberdades que não são naturais em determinados contextos.

Ao afirmar, portanto, que o humor negro é “o oposto da jovialidade, da alegria ou do sarcasmo; é uma reviravolta sempre absurda do espírito, parcialmente macabra e parcialmente irônica e inimiga mortal do sentimentalismo” (1997, p.vi), Breton concebe o humor como uma ferramenta que “opõe a incoerência escolhida à coerência social opressora” (1997, p.vi).

Na concepção bretoniana, portanto, humor é escolha, posta a serviço da transformação ou da amorfização de elementos, de modo a (re)significar.

Ao se falar em escolha, falamos em combinação e seleção, e, nesse sentido, pertinente recorrer aos ensinamentos saussureanos e lembrar do sintagma e do paradigma, ainda que Saussure não fale em relações paradigmáticas. Disso se infere – já em uma perspectiva enunciativa e com base em Benveniste⁷ – que o agenciamento da língua se dá a partir de escolhas feitas pelo sujeito que enuncia, ou seja, a significação do humor tem raízes no engendramento e na manipulação que o *eu* faz dessa língua.

Tudo isso nos faz perceber que o humor tem muitas faces e facetas e, por isso, não surpreende o fato de que ele é elemento de estudo de diferentes campos do saber já há muito tempo (e provavelmente ainda o será por um longo período). Dentre suas manifestações, estão o choro, o grito, o susto, entre outros, mas, principalmente, o riso. Nesse contexto, importante observar, o riso é *uma* (talvez a mais) importante manifestação do humor. Tais facetas são, de forma recorrente, marcadas pelo contraditório e por diferentes sentidos, constituídos a partir de uma multiplicidade de sujeitos, e, portanto, de uma multiplicidade de olhares. E é isso que nos conduz a, nos próximos itens, direcionar nosso estudo a diferentes teóricos, que, transitando por áreas do saber diversas, olharam para o humor e para o riso com uma propriedade intelectual que nos é importante. Assim, no próximo item, o viés histórico do humor é apresentado a partir do olhar e dos estudos de Georges Minois.

⁷ Émile Benveniste, filósofo e linguista estruturalista francês, é o teórico que vai amparar os estudos desta tese.

1.2 Minois e o riso através dos tempos

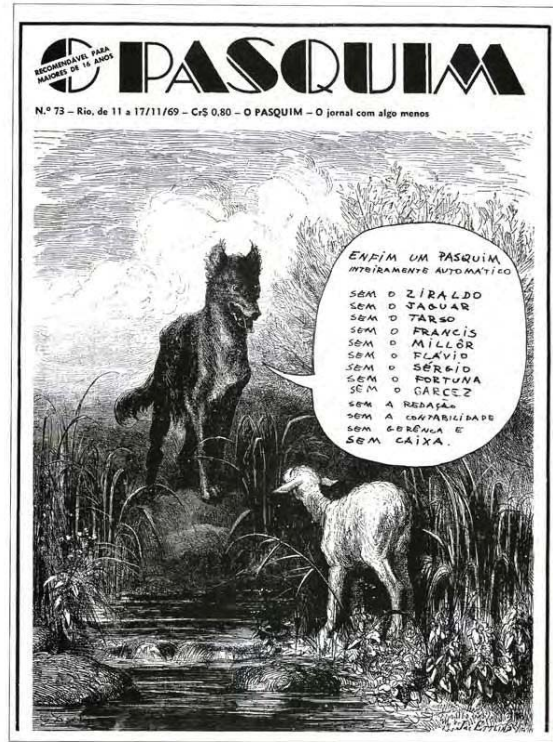


Figura 3 - Capa d'O Pasquim: Enfim um Pasquim inteiramente automático

Autor do livro *História do riso e do escárnio* (2002) (com tradução para o português lançada em 2003), o historiador Georges Minois dedica-se ao estudo do caráter histórico do humor e do cômico e volta minucioso olhar sobre como o riso foi utilizado pelo ser humano ao longo da história. Concebe o humor como um fenômeno que pode esclarecer questões cruciais para a compreensão antropológica da humanidade, dentre as quais figura a própria evolução humana, uma vez que é possível depreender, pelo riso – ou pelos motivos que levam ao riso –, a mentalidade de uma determinada época e a visão de mundo que se tinha nesse tempo. Para Minois, o dilema da existência tem, no riso, portanto, uma resposta fundamental.

Assim, recorreremos aos estudos de Minois para conhecer um pouco a história do humor, que, em muitas vezes, se confunde com a história do riso. Tal olhar histórico se faz importante em razão de que não temos o humor, mas “uma multiplicidade de humor[es], em todos os tempos e em todos os lugares” (MINOIS, 2003, p. 79), o que insere a temática em um contexto também múltiplo no que refere aos sentidos.

O estudo do riso, segundo o historiador francês, pode revelar muitas coisas, dentre as quais o olhar que cada sociedade, em cada era, dispensa a questões específicas, tais como questões relacionadas a gênero, raça e credo. Aquilo que constitui o humor revela, em verdade, os sentidos que circulam no tempo em que tais enunciados são constituídos.

Com Minois (2003), aprendemos que é do humorismo, doutrina formulada por Hipócrates – o pai da medicina –, que advém o sentido contemporâneo de humor. Na Antiguidade, acreditava-se que os quatro elementos fundamentais do universo eram ar, fogo, terra e água. Por relação, o estado de todas as coisas eram analogamente seco, quente, frio e úmido. A mesma relação se dava com o corpo humano: o sangue tinha origem no coração, a fleuma tinha raiz no cérebro, a bÍlis amarela era segregada pelo fÍgado e a bÍlis negra era produzida pelo baço. Em função disso, mais relações foram traçadas, e foram produzidos quatro tipos de caráter: sanguíneo (comunicativo, entusiasta, volúvel e impulsivo), fleumático (frio, impassível, indolente, apático), bilioso (melancólico) e atrabiliário (hipocondríaco, atrapalhado).

A essa doutrina – que foi, por muitos anos, considerada válida –, o médico grego Hipócrates denominou *humorismo*. Para Hipócrates e Praxágoras, o equilíbrio tinha relação direta com o equilíbrio dos humores. Assim, o termo *humor* relacionava-se ao comportamento das pessoas, mantendo estreita relação com o estado emocional ou de espírito. Conjectura-se, sobre isso, que daí advenha a ideia de espiritualidade, de tal modo que uma pessoa espirituosa seja aquela que, com perspicácia, explora o absurdo e o *nonsense* e cujo perfil é marcado pela inteligência engraçada. Foi somente em 1565, no entanto, que o termo *humor* deixou de ter uma conotação médica e ou biológica e passou a estabelecer estreita relação com o riso.

Além da compreensão etimológica, outras faces atribuídas ao humor e ao riso e evidenciadas pelo historiador prendem nossa atenção. No dizer de Minois (2003, p. 563), “O riso e o medo estão intimamente ligados”. Para explicar tal assertiva, o francês vale-se, dentre outras, da temática da morte e de como o homem reage a ela. Destaca que, assim como o homem é o único ser ridente, também é o único que tem consciência de sua finitude e morte. É olhando para isso que Minois (2003, p. 275) pondera se o riso não teria o papel de consolar o ser humano a respeito de tal certeza, ligando-a, ainda, às ponderações religiosas – de inferno e paraíso – que marcam esse momento. Afirma, nesse contexto, que o “riso aparece como uma arma suprema para superar o medo”, pois “exorciza o medo, sem negar a existência do inferno. [...] Mas o que o torna imperdoável é que ele é apresentado pelo riso. É em torno do riso que a divisão e o confronto se efetuam. [...] Quem ri do inferno pode rir de tudo”. Medo e riso, portanto, na concepção do historiador, mantêm estreita relação.

Nessa mesma direção, o tema da velhice, exposto ao viés do humor, provoca temor em razão de que esse é o período no qual o ser humano está inquestionavelmente próximo de sua morte, e isso faz com que os projetos estejam fadados à interrupção. Essa é a razão pela qual Sófocles (apud MINOIS, 2003, p. 563) afirma ser “a velhice odiosa, inabordável, sem amigos e que resume nela todos os males”. Tudo isso relaciona a velhice ao medo e, nesse contexto, o riso surge como elemento que ameniza esse temor ou que ajuda a lidar com ele.

O riso, portanto, tem muitas roupagens: ora é expressão de alegria, ora de medo, ora de malícia, ora de insegurança, etc, e é por isso que Minois (2003, p. 15-16) afirma que o riso toma “as formas da ironia, do humor, do burlesco, do grotesco, ele é multiforme, ambivalente, ambíguo. Pode expressar tanto a alegria pura quanto o triunfo maldoso, o orgulho ou a simpatia”. Por tudo isso, prossegue o historiador, pode “variar muito de uma sociedade para outra, no tempo e no espaço”, o que faz com que seja considerado como um fenômeno universal.

E é com o propósito de contribuir para a compreensão dessa variação que Minois publica o livro *História do riso e do escárnio*. Nele, ao traçar uma linha do tempo do riso – que inicia com “O riso inextinguível dos deuses” (2003, p. 21); passa pelo período medieval; visita a idade média; transita pelo riso cômico, político e burlesco dos séculos XVI, XVII e XVIII, pelo riso de zombaria e pelo “poder ácido do espírito” (2003, p. 405) dos séculos XVII e XVIII; identifica o “escárnio nos combates políticos, sociais e religiosos” (2003, p. 461) e a “filosofia do riso” (2003, p. 511) do século XIX; chegando ao século XX e à “era da derrisão universal” (2003, p. 553) –, o professor de História destaca que, na mitologia grega, o riso “só é verdadeiramente alegre para os deuses. Nos homens, nunca é alegria pura”. E justifica: “a morte sempre está por perto, e essa intuição do nada, sobre o qual todos estamos suspensos, contamina o riso” (MINOIS, 2003, p. 27). Como defesa de tal argumento, o teórico recorre à sagacidade: “O riso e a morte fazem boa mistura. É suficiente olhar um crânio para se convencer: nada pode roubar-lhe o eterno sorriso”, o que é confirmado pelo olhar para o riso ao longo dos séculos.

Um pouco desse contexto pode ser compreendido pela capa da edição de número 73 d’*O Pasquim* (Figura 3), epígrafe desta seção, de novembro de 1970⁸, quando, depois de

⁸ A imagem da capa à qual tivemos acesso, publicada na obra *Antologia*, da editora Desiderata, apresenta a data de 11 a 17 de novembro de 1969, no entanto, o episódio da prisão aconteceu em 1970, conforme comprovam inúmeras fontes. As imagens disponíveis na internet também têm esse equívoco e datam de 1969. Outra questão que nos faz apontar para um erro é o fato de que a edição é a de número 73 e, se o jornal teve início em junho de 1969 e tinha periodicidade semanal, não é possível que sua 73ª edição datasse de novembro desse mesmo ano. Além disso, a 74ª edição, em cuja capa Sig está em um labirinto, de onde pergunta “A saída!! Onde fica a saída?” é datada de 18 a 24 de novembro de 1970.

publicada uma charge na qual Dom Pedro I, às margens do Ipiranga, proferia os dizeres “Eu quero mocotó!!”, em vez do conhecido “Independência ou morte”, quase todo o grupo de jornalistas do semanário foi preso pelos militares e, portanto, ficou afastado da produção. É a publicação:



Figura 4 - *O Pasquim*: Eu quero mocotó

Um fato curioso sobre essa publicação merece ser registrado. A primeira censora que frequentou a redação d’*O Pasquim*, Marina de Almeida Brum Duarte, a quem a equipe chamava apenas “Dona Marina”, tornou-se companhia nas bebedeiras dos jornalistas e foi demitida por deixar passar essa charge, considerada pelos militares como um deboche ao espírito nacionalista. A censora foi destituída do cargo logo após o jornal chegar às bancas.

Ziraldo diz que “havia uma relação cordial com a primeira censora destacada para cuidar do *Pasquim*. Dona Marina recebia os jornalistas em casa, oferecia café e discutia os cortes” (MAIA apud KUSHNIR, 2012, p. 196). Ainda referindo-se à relação que, por vezes, era de proximidade com os responsáveis pela censura, Beatriz Kushnir (2012, p. 196-197) destaca que, ao falar sobre essa presença, especialmente a de Dona Marina, Jaguar rememorou que “nós descobrimos que [ela] tinha um ponto fraco: gostava de beber. Todo o dia, a gente botava uma garrafa de *scotch* na mesa dela e depois da terceira dose ela aprovava tudo. (...) no lugar dela, entrou o general Juarez Paz Pinto, excelente figura humana”. A presença de censores não acontecia em todas as redações, porém, os órgãos de comunicação

tinham de respeitar ordens contidas em notas da Polícia Federal. No caso d’*O Pasquim*, houve a presença ininterrupta de diferentes censores em sua redação, a exemplo do que também aconteceu com a Revista *Veja* e com o diário *Tribuna da Imprensa*. Esses três órgãos ainda precisariam de muito tempo para se despedir dos censores, mas, especialmente n’*O Pasquim*, esses representantes do governo ainda consumiriam e receberiam incontáveis garrafas de uísque, bebida presente no cotidiano dos jornalistas do semanário e que, por muitas vezes, era “moeda de suborno” para os censores⁹.

A autorização para a publicação da sátira ao quadro *O grito do Ipiranga*, de Pedro Américo, não foi aprovada pelos militares, que, além de demitirem a censora responsável pela aprovação, levaram para a prisão o grupo de jornalistas d’*O Pasquim*. O afastamento dos jornalistas ficou conhecido como “gripe do Pasquim” (CARDOSO, 2005, p. 137). O termo metafórico gripe foi a forma que o jornal, sob censura, encontrou para informar os seus leitores sobre o que estava acontecendo na redação, na qual os jornalistas estavam todos “gripados”. A gripe, na verdade, era o vírus da interdição pela censura, e a prisão era a ferramenta de tal interdição.

Com as prisões, os militares imaginaram que o tabloide sairia de circulação rapidamente, o que não se efetivou, mas comprometeu a sobrevivência do jornal, pois as tiragens caíram drasticamente em razão de que, com medo da repressão, alguns jornaleiros passaram a se recusar a vender *O Pasquim*.

Na capa da edição daquela semana (Figura 3 – epígrafe desta seção), o contexto de medo é facilmente apreendido pela presença do lobo e do cordeiro. Na imagem, o cordeiro, encurralado, representa os jornalistas presos. Essa posição, de vulnerabilidade e de opressão, pode ser compreendida pela fala expressa no balão que sai da boca do lobo:

⁹ Essa informação é especialmente relevante para a análise da figura 31, “O que há por trás da liberdade”, no quarto capítulo desta tese.

Fragmento 1 – Enfim um Pasquim inteiramente automático
 Sem o Ziraldo
 Sem o Jaguar
 Sem o Tarso
 Sem o Francis
 Sem o Millôr
 Sem o Flávio
 Sem o Sérgio
 Sem o Fortuna
 Sem o Garcez
 Sem a Redação
 Sem a contabilidade
 Sem gerência e sem caixa.

A capa d’*O Pasquim* informa que o grupo de jornalistas está afastado e sugere que a edição foi feita de modo “automático”, o que pode representar duas intenções. A primeira delas é, pelo recurso da irreverência (eis que impossível que a produção intelectual de um jornal se dê de forma automatizada e/ou automática), não dar publicidade ao fato de que, durante a prisão, o jornal recebeu, naquilo que foi chamado de movimento Pró-Pasquim, ajuda de inúmeros colaboradores, com nomes como Chico Buarque, Caetano Veloso, Vinícius de Moraes, Antonio Callado, Odete Lara, Glauber Rocha, Luis Fernando Veríssimo, Tom Jobim, Chico Anysio, Rubem Braga, Jô Soares, Ferreira Gullar e Carlos Scliar, dentre outros. Muitos dos textos produzidos nesse período foram assinados por um “redator fantasma” chamado Pedro Ferreti, artimanha que logo foi descoberta pelos militares. A omissão dessa informação teria, portanto, a intenção de proteger essas pessoas da repressão do governo.

A segunda intenção pode estar relacionada à evidência do medo, com referência à frase expressa no Novo Testamento e tão popularizada como sinônimo de falsidade, fazendo referência ao fato de que as pessoas não são merecedoras de confiança. Na Bíblia, Jesus adverte: “Cuidado com os falsos profetas, que vêm até vós vestidos como ovelhas, mas, interiormente, são lobos devoradores” (BÍBLIA, Mateus, 7, 15). N’*O Pasquim*, o “lobo” representa os militares, que estariam “devorando” aqueles que deles discordam ou que os questionam. O cordeiro da capa, por sua vez, representa os jornalistas e a liberdade de expressão, “devorada” pelos militares. A capa representava, portanto, o medo – e, paradoxalmente, a coragem – de denunciar.

Uma das marcas d’*O Pasquim* é a inserção de uma frase de efeito, uma espécie de lema, logo abaixo da diagramação no nome do jornal, junto das informações da data e edição do jornal. As frases eram sempre marcadas por irreverência e muita sagacidade e sua efetiva compreensão normalmente exigia politização e inteligência. Frases de denúncia como “Quem

é vivo sempre desaparece” e “Em terra de cego, quem tem um olho emigra” já haviam sido utilizadas e, na edição de número 73, o lema era:

Fragmento 2 – O jornal com algo a menos.

O Fragmento 2 movimentava o sentido posto pelo senso comum de que “algo a mais” é indicativo de que se está fazendo referência a algo que é diferenciado, que tem qualidades que não são comuns aos seus pares. Assim, haveria de se esperar que a redação concebesse *O Pasquim* como “O jornal com algo a mais”, e é nesse conflito de sentidos que se enuncia a denúncia pretendida pelos jornalistas.

Assim, concordando que medo e riso têm estreita relação, voltamos ao resgate histórico feito por George Minois. O professor francês de História ressalta que, desde a época arcaica, “há dois tipos de riso que o vocabulário distingue” (2003, p. 49), quais sejam o riso simples e subentendido e o “rir de”, o qual classifica como um riso agressivo e zombeteiro, que teria sido condenado por Eurípedes, que, conforme leciona Minois (2003, p. 49), sentenciou: “Muitos homens, para fazer rir, recorrem ao prazer da zombaria. Pessoalmente, detesto esses ridículos cuja boca, por não ter sábios pensamentos para expressar, não conhece freio”. Tal posicionamento traduz o olhar cultural que marcava o final do século V a. C., quando o intelectualismo foi marcado por uma desconfiança direcionada ao riso desenfreado, então considerado “manifestação indecente de uma emoção primária, ainda próxima de um instinto selvagem, inquietante, que é preciso aprisionar, domesticar, civilizar” (MINOIS, 2003, p. 49). Foi então que esse riso, tido como duro e agressivo, passou a ser substituído por um riso velado, ou “o riso finamente irônico que Sócrates põe a serviço da busca da verdade” (2003, p. 49), e passou a ganhar espaço, eis que concebido como símbolo de urbanidade e cultura. Essa evolução, que pode ser percebida a partir dos anos 400 a. C., “leva o riso arcaico, devastador, agressivo e triunfante ao riso moderno, irônico, comedido, colocado a serviço da moral e do conhecimento” (MINOIS, 2003, p. 60). Tem-se, aqui, portanto, o nascimento do humor tal qual o concebemos na contemporaneidade, ou ao menos o início da percepção de que a comicidade deve ser produzida a partir de um engendramento da língua (especificamente quando pensamos no viés linguístico, que pauta esta tese) e por alguns enquadramentos culturais.

Nesse percurso, Minois (2003, p. 61) destaca que o riso foi pauta de estudos de muitos pensadores gregos a partir do século IV a. C., quando diferentes visões se confrontavam. Nesse universo, “a rivalidade foi encarnada, nos estudos tardios, por dois

pensadores: Demócrito, o amigo do riso, e Heráclito, o chorão”. O primeiro, para quem o riso é fruto da insensatez humana, ri do homem, que “é pleno de derrisão e vazio de ocupações razoáveis; *todas as suas reflexões* o conduzem a infantilidades” (apud MINOIS, 2003, p. 61, grifo nosso). Nesse sentido, seu riso se aproxima de Platão e de seu “conhece-te a ti mesmo”.

Depreende-se, disso, que, para Minois, em Demócrito, o riso tem suas raízes na incapacidade extrema do homem de se conhecer e de conhecer o mundo, ou seja, o riso é radicalmente cético. Além disso, o riso pode ser, nas palavras de Minois (2003, p. 61), cínico e irônico, sobre o que destaca: “Praticando a ironia de forma provocativa, eles [os cínicos] perseguem, de fato, uma finalidade moral, aparentando amoralidade”. Assim, embora Minois não tenha se dedicado a perceber as relações que a língua estabelece com o humor e com o riso, a presença do cômico na sua concepção tem caráter evidente e indissociável. Ao identificar que o riso se propõe a partir do humor, da reflexão, do conhecimento e da ironia, o historiador deixa clara a importância da língua nesse processo.

Nosso recorte histórico baseado nas lições de Georges Minois nos leva, agora, à Idade Média e ao (não) riso no cristianismo. “Os Evangelhos, os Atos e as Epístolas são muito mais severos em relação ao riso. Não fazem nenhuma menção de riso em Cristo. Ao contrário, são os adversários que riem dele” (2003, p. 120). Assim, se “Jesus nunca riu” (2003, p. 120), parece natural a concepção bíblica de que o riso leva à condenação e de que o sofrimento conduz à salvação, tal como se percebe em Lucas (BÍBLIA, Lucas, 6, 21-25): “Felizes vós que chorais agora: vós rireis. [...] Infelizes vós que ris agora: ficareis em luto e chorareis” ou em Tiago (BÍBLIA, Tiago, 4, 7): “Reconhecei vossa miséria, tomai o luto, chorai, para que vosso riso não se transforme em luto e vossa alegria em abatimento”. Na história cristã, o mito de que Jesus nunca riu justifica o fato de que o riso aparece quando o pecado original é cometido, e, conseqüentemente, a igreja apregoa que os cristãos devem proceder do mesmo modo, refutando o riso. Por isso, na Idade Média, marcada pelo absolutismo da Igreja Católica, o riso esteve sob rigorosa vigilância.

Ainda para Minois (2003, p. 126), “ninguém contribuiu mais para demonizar o riso que os pais da Igreja”, pois importantes nomes conhecidos pela devoção ao cristianismo colaboraram com o processo de desautorização do riso. Dentre esses nomes, o historiador cita Santo Agostinho (apud MINOIS, 1999, p. 127), que, n’*Os três livros contra os acadêmicos*, afirma que “Há certos atos que parecem estranhos aos animais, mas que não são o que há de mais elevado no homem, como a brincadeira e o riso; e qualquer um que julgue a natureza humana estima que, se esses atos são do homem, são o que há de mais ínfimo nele”. Para ele, portanto, o riso é sempre desprezível, ainda que seja uma faculdade humana.

Em mais um avanço temporal, Minois (2003, p. 511), ao dedicar um capítulo à filosofia do riso e ao riso filosófico no século XIX, destaca que o “século XIX não é uma época particularmente feliz”, eis que marcada pelas mais diversas dificuldades, o que faz com que “a hora não é [seja] de hilaridade”. Mesmo em tempos difíceis, contudo, o riso existe “sobretudo sob a forma satírica, o riso de combate [...]. O riso seduz, intriga, desestrutura, provoca a cólera ou a admiração”. Como uma característica desse período, o historiador francês afirma que o século XIX “utiliza o riso para inverter os ídolos. Mas também para expressar certa visão de mundo” (2003, p. 528) e pondera que não há filósofo importante que não tenha se debruçado sobre o estudo da problemática do riso no século XIX. Por isso, dentre outros nomes de vulto na filosofia, fala sobre o humor em Hegel, Schopenhauer, Nietzsche, Bergson, Freud, Jean-Paul e Baudelaire¹⁰.

Também aprendemos com Minois (2003, p. 528) que a Alemanha é berço da “visão grotesca do mundo” e que esse movimento teve início com obras de história e de crítica literária, universo no qual ganham relevância nomes como os de Jean Paul, Schopenhauer e Baudelaire, importantes pensadores no que refere à interpretação do fenômeno do riso. Johann Friedrich Richter, escritor romântico conhecido pelo pseudônimo de Jean Paul, tem como característica a inserção, em sua obra, do humor grotesco, uma herança que a Alemanha desse período havia recebido do *Sturm und Drang*, movimento com forte tendência ao humor negro, inspirado na mistura do sublime e do bufão e que deu ensejo ao “mal do século” romântico.

É o próprio Jean Paul que explica esse “estranho senso de humor grotesco, na Alemanha dos anos 1800” (MINOIS, 2003, p. 530), recorrendo, para tal, a um de seus livros, no qual a tensão instaurada, no enredo, entre os personagens principais, é marcada pelos “limites da condição humana, da tensão entre o finito e o infinito. [...] Essa tensão é fonte de grotesco e de situações ridículas, até mesmo burlescas, poderíamos dizer, pela permanente defasagem entre o nobre e o trivial”. No dizer de Jean Paul, “o humor permite atenuar a tensão até o momento em que [o romance] Siebenkäs oscila para o fantástico” (MINOIS, 2003, p. 530). Nessa direção, Jean Paul fala em “humor assassino”, o qual “não se aplica a este ou àquele aspecto da realidade, mas à realidade inteira. É a ridicularização do mundo inteiro. [...] Esse riso não visa nem a denunciar nem a expiar; ele resulta do espetáculo de inanidade universal, do sublime invertido”. Disso, é possível inferir que, mais do que o

¹⁰ A natureza desta tese, voltada a uma temática de estudos linguísticos, não nos permite trazer, ainda que de forma reduzida, todos os apontamentos feitos por George Minois na retomada da temática sob o olhar de cada um desses pensamentos. Aqui, são apresentados trechos que interessam ao objetivo de nosso estudo. Tal conteúdo pode, portanto, ser consultado no livro *História do riso e do escárnio*.

risível, a concepção de Jean Paul sobre o riso provoca uma reflexão sobre a própria criação artística.

Poeta e teórico da arte, o francês Charles Baudelaire também concebe que as raízes do cômico estão no sujeito e não no objeto. Segundo o poeta, não existe o cômico em si mesmo. A exemplo de Jean Paul, o poeta acredita que é necessário haver um movimento do sujeito no sentido de considerar ou não um objeto, sendo necessária uma situação ou mesmo uma pessoa para materializar o cômico. Para Baudelaire (apud MINOIS, 2003, p. 534):

A força do riso está em quem ri e não no objeto do riso. Nada é cômico em si mesmo. É a intenção maldosa do ridente que vê o cômico; aquele que ri não é o homem que cai, a não ser que este tenha adquirido a força de se desdobrar rapidamente e assistir como espectador desinteressado aos fenômenos de seu eu. Mas isso é raro.

Tal concepção leva Minois a olhar para o cômico na concepção do filósofo Arthur Schopenhauer, que propõe uma reflexão filosófica e artística que vai além dos domínios do risível. Aproximando-se das ideias de Jean Paul e de Baudelaire, Schopenhauer preceitua que todo tipo de manifestação existente no mundo é representação realizada por um sujeito.

Para o filósofo alemão, o mundo é assimilado por duas formas de representação, quais sejam a representação intuitiva ou concreta (entendimento) e a representação abstrata (razão) e a efetiva apreensão do cômico está condicionada à correspondência entre essas duas formas. Schopenhauer preceitua que a realidade concreta – o ridículo ou o absurdo – não está na realidade concreta, mas no sujeito. Para ele, a razão “pensa” a realidade, e é o potencial desnudamento dessa realidade que constitui o objeto do riso.

Nesse recorte temporal, Minois nos põe em contato com muitas faces e nuances do riso e da história. Como historiador que é, não dedicou – o que nos parece natural – uma análise linguística aos fatores que motivam e explicam o cômico. Um cuidadoso olhar sobre seus escritos, no entanto, mostra que a linguagem se faz presente na materialização daquilo que faz rir. Desde a explicação etimológica da palavra humor até os registros bíblicos, tudo passa pela língua, sendo, esta, instrumento de compreensão dos sentidos que estão sendo movimentados. É a escrita da Bíblia que revela que “Jesus nunca riu”. É nas palavras que se percebe o humor grotesco de Jean Paul, assim como é nos textos desse mesmo autor que Minois busca explicação para o riso no século XIX. Ao analisar a efetivação do riso a partir da reflexão, também atribui à língua uma posição importante, pois é por ela que os pensamentos são organizados. Do mesmo modo, Minois fala em ironia e não há ironia se não

pelas palavras e por um engendramento que as põe em contradição. Tais presenças justificam a escolha de Georges Minois para, nesta tese, contemplar o caráter histórico do riso, uma vez que concebemos que a enunciação pode circular por áreas variadas e que uma abordagem do humor e do cômico pode ser conduzida com base em diferentes olhares a partir da língua.

Após traçado esse perfil histórico do riso e do humor, passamos a orientar nosso estudo para um viés filosófico, ancorados nos trabalhos de Henri Bergson, para quem a efetivação da comicidade está condicionada à natureza humana e à inserção do riso em seu meio natural. Desse modo, a próxima seção nos propicia um olhar filosófico para a comicidade e para o papel social do riso.

1.3 Bergson, a teoria do riso e a comicidade



Figura 5 - Reunião de charges d'O Pasquim com o personagem "Bóris – o homem-tronco"

No dizer de Bergson (2004, p. 2), a comicidade está ligada ao homem. Assim, ao estudarmos o humor na língua, pertinente pontuar que Benveniste (1995a, p. 285), ao falar *Da subjetividade na linguagem* (1958), evidencia seu caráter (inter)subjetivo:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem.

A linguagem é, portanto, conforme preceitua Benveniste (1995a, p. 286), constitutiva do homem, uma vez que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”. É a partir da interação com o outro que ganha corpo a subjetividade. Do mesmo modo, é na relação com o outro que o humor se constitui, uma vez que o riso é uma manifestação própria do ser humano.

Assim, se, de Benveniste, temos que o homem é um ser, e, de Bergson (2004, p. 2), aduzimos que o humor está relacionado à sociedade e à cultura de certo grupo, evidenciamos que “a comicidade só é constituída pelo humano dentro de certa sociedade”, ou seja, temos destacado o caráter social da linguagem. Tudo isso, acrescentamos, somente é possível em razão de que a língua engloba e “contém a sociedade” (BENVENISTE, 2006d, p. 97), pois não existe sociedade sem língua. Essa relação indissociável entre sociedade e língua tem raízes no fato de que os valores e a cultura de uma sociedade estão na língua e são, por ela, transmitidos e reforçados. Ao aprender a língua, o indivíduo aprende também todo esse conjunto de fatores culturais. É por isso que Benveniste (2006d, p. 97) toma “língua e sociedade em sincronia e numa relação semiológica”, pois compreende que o interpretante relaciona-se com o interpretado. É nessa direção que o linguista formula duas proposições conjuntas, apontando para o fato de que “a língua é o interpretante da sociedade” e de que “a língua contém a sociedade”, fatores que se fortalecem em um trabalho coletivo.

Nos argumentos de Bergson (1983, p. 19), o riso é sempre grupal, marcado por um conjunto de atitudes compreendidas como desvios perante uma comunidade. A caracterização de um ato cômico ou humorístico tem amparo na concepção de que determinada conduta, dita ideal, foi violada a partir de “gestos sociais”. Além disso, como maior inimigo do riso, Bergson (1983, p. 14) aponta a emoção, defendendo que a indiferença é o seu meio natural. Exemplifica afirmando que, quando se ri de alguém por quem se sente piedade, é preciso, por

instantes, afastar-se desse sentimento, o que exige “anestesia momentânea do coração”, mobilizando a “inteligência pura”. E essa inteligência “deve estar em contato com outras inteligências”, caracterizada pelo riso no coletivo e permeada de significação e de respostas a certas exigências da vida comum. Para o filósofo francês, “é cômico todo incidente que atrai nossa atenção sobre a parte física de uma pessoa quando nos ocupamos de seu aspecto moral” (1983, p. 45) e, nesse sentido, o “que move o riso é, pois, a transfiguração momentânea de uma pessoa em coisa” (1983, p. 49), num sentido de mecanização do vivo.

Ainda em seus estudos iniciais sobre o riso, Bergson (2007, p. 1) lembra que “os maiores pensadores, desde Aristóteles, estiveram às voltas com esse probleminha, que sempre se esquivava aos esforços, escorrega, escapa e ressurgiu, impertinente desafio lançado à especulação filosófica”. O linguista e filósofo, inspirado na afirmação aristotélica de que o homem é único animal que ri, afirma que compreender o riso é tarefa tão difícil quanto compreender outro efeito psicológico, uma vez que “o riso esconde uma segunda intenção de entendimento, [...] quase de cumplicidade, com outros ridentes, reais ou imaginários” (BERGSON, 2007, p. 5), e é esse olhar que vai pautar seus estudos na área.

Ao falar sobre a comicidade, Henri Bergson (2007, p. 4-5) estabeleceu alguns dos princípios do riso: a humanidade, a insensibilidade e a sociabilidade, elementos que sempre têm raízes na relação do e com o homem. Explica que mesmo quando rimos de uma paisagem, de um animal ou de um objeto, o fazemos porque percebemos algo de humano nisso, nem sempre de forma consciente, seja devido à “semelhança com o homem, à marca que o homem lhe imprime ou [seja devido] ao uso que o homem lhe dá” (p. 3). O filósofo propõe que o riso é uma reação inconsciente relacionada a um comportamento inadequado que compromete uma resposta esperada.

Nesses apontamentos de Bergson, há que se destacar que a “inteligência pura” é requisito para a constituição do humor. Compreendemos que isso se explica em razão de que, conforme defendemos, a efetivação da comicidade depende do sentido que é posto em circulação pela enunciação e, para além disso, está condicionada à percepção da coexistência de sentidos naquilo que foi enunciado. É da inteligência do interlocutor envolvido que a efetivação do cômico depende. O enunciado só será caracterizado pela comicidade se o sujeito, ao constituir um sentido a partir do que foi enunciado, for capaz de perceber a coexistência de sentidos, pois, se isso não ocorrer, ele será qualquer coisa – do *nonsense* ao equívoco – menos humor.

Assim, para entender o humor, o sujeito da enunciação tem de entender o que está enunciado, necessita conseguir se colocar em uma situação de leitura e, mormente, precisa

entender de que lugar se está enunciando, pois a resposta esperada à qual Bergson faz relação trata-se, em verdade, de uma relação dialógica, caracterizada pela alteridade, e é isso que constitui o segundo fator que nos propomos a elencar.

Para compreender a alteridade, recorremos a Bakhtin (1992, p. 289), que aponta que a linguística do século XIX vê a comunicação verbal a partir de uma “estimativa errada das funções comunicativas da linguagem”, uma vez que não considera a “forçosa relação do falante com os outros parceiros da comunicação verbal”. Para o teórico russo, “a compreensão de uma fala viva é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa” (1992, p. 190), o que se traduz no princípio de alteridade, que tem o princípio dialógico como fundante. Assim, a compreensão responsiva ativa pressupõe o princípio dialógico e a noção de alteridade como constitutivos do sentido. Para Bakhtin, portanto, o reconhecimento de si se dá a partir do reconhecimento do outro.

No que refere à alteridade e à constituição de sentidos, lembramos que, segundo Benveniste, *é na e pela* linguagem que o homem se constitui como sujeito, e isso se efetiva a partir de um processo de (inter)subjetividade, como veremos adiante pormenorizadamente. Assim, conforme destaca Röring (2012, p. 25), “A condição de diálogo entre o *eu* e o *tu* é constitutiva da pessoa e implica reciprocidade para Benveniste”. Prossegue a pesquisadora destacando que “essa polaridade não é simétrica”, pois “ego tem sempre uma relação de transcendência em relação a *tu*. Porém, nenhum desses termos se concebe um sem o outro, o que os torna complementares é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação linguística” (RÖRING, 2012, p. 25). Disso, inferimos que há alteridade nas relações entre as pessoas (*eu-tu/ele*) e que “pensando-se em alteridade, as pessoas/seres de fala – *eu-tu* – diferenciam-se uma da outra, mas ambas só se constituem a partir de uma relação permeada pelo outro na instância discursiva, na enunciação. Ou seja, o *eu* só consegue se enxergar pelo espelho do *tu*” (RÖRING, 2012, p. 27), uma vez que a relação entre um enunciado e o mundo se dá a partir de uma relação intersubjetiva.

Ao analisar tais proposições, Röring (2012, p. 29) ainda assevera que “Não há subjetividade sem intersubjetividade” e destaca que “A condição de um locutor dirigir-se a outrem só é possível pela linguagem. Novamente encontramos a alteridade, uma vez que só podemos pensar em intersubjetividade, que está para a linguagem, a partir da subjetividade, que está para a língua”. Assim, se a Teoria da Enunciação nos diz que é um homem falando com outro homem que encontramos no mundo, o que faz dele um ser social, as relações de alteridade mostram-se constitutivas desse homem (e desse sujeito).

Importante destacar, aqui, no entanto, que, embora se aproximem em certo modo, os conceitos de alteridade para Bakhtin e para Benveniste diferem entre si. Para Bakhtin, numa perspectiva dialógica, o *eu* constituído pelo outro é constitutivo do diálogo. Para Benveniste, no entanto, o sentido *sempre* se efetiva no *eu*. Se fala, se produz sentido, é *eu*, ainda que seja referindo a um *eu* inserido no mundo.

E, se voltamos, aqui, atenção para a diferença de conceitos, importante reportarmo-nos a Platão, para quem sentido é movimento. Nessa perspectiva, alteridade é o contrário de identidade, pois, para Platão, tem-se o ser (uma visão possível ou um ponto de vista) e o não-ser (outro ponto de vista, outra visão possível). Esse não-ser, gize-se, nega, na sua essência, a existência de uma verdade absoluta e aponta para a possibilidade de múltiplos olhares ou de um sem-número de novas significações.

Assim, Barbisan (2012, p. 135), ao referir Ducrot, associa as ideias de Saussure e Platão, deste modo: “A oposição, para Saussure, é constitutiva do signo da mesma forma que a alteridade é, para Platão, constitutiva das ideias. O valor de uma palavra – ou seja, sua realidade linguística – é o que a opõe às outras. Seu ser é ser outro”. Compreende-se, com isso, que a essência da ideia é exterior, porque ela não pode ser definida por si mesma. O signo, por sua vez, tem sua essência centrada em seu valor, pois, conforme assevera Barbisan (2012, p. 136), “a realidade linguística é (...) fundamentalmente opositiva”. Tem-se, portanto, na alteridade, não uma natureza tão somente responsiva, eis que ela se configura como constitutiva do sujeito, ou, no dizer de Platão, constitutiva do ser.

Disso é possível inferir que a sociabilidade é, para Bergson (2007, p. 5), condição essencial para o riso. Para ele, o riso é uma espécie de reprimenda – instintiva e coletiva – a desvios de comportamento. Reforçando seu olhar social sobre a comicidade, resume o filósofo: “A comicidade exprime acima de tudo certa inadaptação particular da pessoa à sociedade” (2007, p. 100). Assim, com base na concepção bergsoniana, compreende-se que o humor se dá a partir do que ele chama de mecanização da vida. O riso se dá quando evidenciamos “certa rigidez mecânica quando seria de se esperar a maleabilidade atenta e a flexibilidade vívida de uma pessoa” (BERGSON, 2007, p. 8). Além disso, no que se refere à comicidade produzida especificamente pela linguagem, explana o teórico que “obteremos efeito cômico se fingirmos entender uma expressão no sentido próprio quando ela é empregada no sentido figurado. Ou ainda: quando nossa atenção se concentra na materialidade de uma metáfora, a idéia expressa se torna cômica” (2007, p. 85). Assim, se, para Henri Bergson (2007, p. 1-2), “não há comicidade fora daquilo que é propriamente humano”, pode-se afirmar que o riso tem suas raízes na ligação com o humano, na relação

com a emoção e na ligação com o social, o que, por conseguinte, significa dizer que tem relação com a língua.

Bergson volta, portanto, um olhar filosófico sobre o humor ou a comicidade da situação e das palavras e estabelece uma relação com a comicidade de caráter. O aspecto central de sua reflexão está na natureza humana como condição para o riso e para a compreensão do humor, uma vez que esse é um processo que demanda reflexão, não sendo efetivado pelo automatismo.

Nesse contexto, chama atenção a dualidade marcada pelo fato de que, se, por um lado, a natureza humana é condição para o riso, por outro, é daquilo que é essencialmente do ser humano e das coisas que a ele se relacionam que se ri. Bergson justifica tal prerrogativa exemplificando que uma paisagem poderá ser caracterizada por ser bela, feia, triste ou alegre, mas não poderá ser descrita como cômica ou engraçada, pois nada há de humano nela. Se isso ocorrer, será em razão de que seu contexto remete à lembrança de determinada pessoa, mas não terá relação com sua estrutura natural.

Outra questão recorrente trazida por Bergson diz respeito à emoção como um antídoto contra o riso. Para ele, o riso relaciona-se à inteligência pura, tratando-se de um estado de consciência que não se harmoniza com o aspecto sentimental. Assim, na concepção bergsoniana, a emoção é um sentimento que vai de encontro à construção do riso, uma vez que este tem forte e íntima relação com a inteligência. Nesse mesmo sentido, o filósofo afirma, no entanto, que, para que o riso ocorra, a inteligência precisa estar em contato com outras inteligências (BERGSON, 2007, p. 05), do que se denota que o riso necessita do social e não se efetiva no isolamento.

E se o riso está inserido na coletividade, ele tem como característica importante seu papel de corretivo social. Nesse sentido, Bergson (2007, p. 15) destaca que o riso tem um caráter de controlador das ações de cada indivíduo em busca da sociabilidade, pois “deve ser (...) uma espécie de gesto social”. Mais uma vez reportando-se ao medo, o filósofo afirma que, “pelo medo que inspira, o riso reprime as excentricidades, mantém constantemente vigilantes e em contato recíproco certas atividades de ordem acessória que correriam o risco de isolar-se e adormecer” (BERGSON, 2007, p. 15). Tal afirmação dá relevância ao fato de que, em Bergson, a questão da mecanicidade do corpo tem relevância quando se deseja explicar o humor e a comicidade.

Nesse sentido, Bergson insere a mecanicidade e a rigidez do corpo entre os itens cômicos das formas e dos movimentos e destaca que os movimentos do corpo são risíveis porque se distanciam da reflexão que deveria orientar cada ação a ser realizada pelo ser

humano. Para o teórico, o riso ressalta e gostaria de corrigir “O rígido, o estereótipo, o mecânico, por oposição ao flexível, ao mutável, ao vivo; a distração por oposição à atenção, enfim, o automatismo por oposição à atividade livre” (BERGSON, 2007, p. 97). Disso inferimos que é a quebra de rigidez que torna o objeto risível e que somente quando ocorre a quebra da expectativa – ou, nas palavras de Bergson, do automatismo – a partir do reconhecimento de que uma sequência lógica foi interrompida é que a comicidade se efetiva.

Tais características reforçam o caráter social do riso, pois, pela ligação que tem com o humano, o riso tem, também, estreita relação com a cultura e com as relações sociais, o que faz com que o sujeito, ao ter contato com determinado enunciado, resgate automaticamente um conhecimento prévio e, no nível cognitivo, o complete. Ao perceber que a sequência dada ao enunciado foi diferente daquela por ele proposta, o sujeito ri, pois a expectativa – ou a automação – não foi confirmada.

Outro aspecto do cômico ou do humor relacionado ao que Bergson chamou de comicidade das formas e dos movimentos tem relação com os traços fisionômicos de alguns indivíduos. Na visão do filósofo, a deformidade ou a fealdade, em sua forma agravada, são elementos que comumente expõem a pessoa ao riso cômico. Sobre isso, ele expõe que as deformidades podem ter dois tipos: aquelas que suscitam o riso a partir da ideia de que tal deformidade é decorrente da falta de cuidados ou de maus hábitos; e aquelas que não são risíveis.

Para explicar o primeiro tipo, Bergson (2007, p. 17-18) menciona o corcunda como modelo para a deformidade risível e destaca que “pode tornar-se cômica toda deformidade que uma pessoa bem-feita consiga imitar”. Nessa mesma esteira e, a exemplo do que faz Bergson, que fundamenta as questões do humor em fatores relacionados à mecanicidade do corpo, reportamo-nos à reunião de charges que, como epígrafe (Figura 5), abrem esta seção. Tratam-se de charges assinadas pelo jornalista Jaguar sistematicamente publicadas n’*O Pasquim* que retratam Bóris, um homem sem pernas e que, por causa disso, recebe a denominação de “homem-tronco”. Nas charges, o humor se efetiva a partir da zombaria que se faz com um homem que tem uma deformidade ou mutilação. Tal figura, se inserida no cotidiano, provavelmente causaria piedade, mas, nas charges, suscita o riso, principalmente em razão de que o próprio personagem brinca com sua condição de mutilação, tal como quando, utilizando as mãos, dá uma sapatada na bunda de uma mulher, carimbando em sua roupa a marca de um pé de sapato, e, escondendo o sapato, faz com que ela não identifique a origem do ataque. Essa ideia de um homem sem pernas dar um “pé na bunda” de alguém constitui a comicidade e, por conseguinte, leva ao riso.

Do mesmo modo, quando Bóris concorda com Jaguar que “fazer uma página de humor por semana *não dá pé*”, em uma clara relação com o sentido de “não ser possível”, e ao fazer piada com a frase “Olha só mamãe!! Sem mãos”, comumente usada por crianças quando, ao andarem de bicicleta, tiram as mãos do guidão e seguem pedalando, o personagem faz de sua condição de mutilação humana de não ter pés uma expressão do cômico.

É ancorado nessa percepção que Bergson distingue aquilo que é mecânico daquilo que é vivo e, para tal, refere três características exteriores: mudança contínua de aspecto, irreversibilidade dos fenômenos e individualidade perfeita de uma série fechada em si mesma. Para o filósofo, um dos fatores geradores do humor é uma potencial inversão nessas características, o que levará à anulação do ser vivo e à constituição de uma forma mecânica de vida. Esse caminho inverso é referido por Bergson como: repetição (quando há oposição à mudança contínua de aspecto inerente ao ser humano), inversão (quando se opõe à irreversibilidade dos fenômenos), ou como interferência das séries (quando se contrapõe à concepção de uma individualidade perfeita fechada em si mesma).

A repetição como fator de humor pode ser relacionada a determinado elemento do cotidiano, que, de modo isolado, não seria cômico, no entanto, sua repetição irregular ou não esperada dá comicidade ao fato. Explica Bergson (2007, p. 67): “Assim, encontro um dia na rua um amigo que não vejo há muito tempo; a situação nada tem de comicidade, mas, se no mesmo dia eu o encontrar de novo e mais uma terceira e uma quarta vez, acabaremos por rir juntos da ‘coincidência’”. A comicidade não está, portanto, na simples repetição, mas no caráter inesperado ou irregular – e quiçá surpreendente – dessas ocorrências.

Já no que refere à inversão, o humor está no fato de que ela pode proporcionar uma percepção de mundo às avessas, o que pode se dar a partir da troca de papéis entre os sujeitos envolvidos em determinadas situações. Como exemplo, Bergson (2007, p. 69-70) cita o sacerdote em uma situação em que, ao invés de aconselhar um fiel católico no ato da confissão, passa a receber conselhos deste; ou a situação em que um bandido, ao invés de ser preso pelo policial, prende o representante da lei e o mantém em reclusão.

O terceiro dos elementos catalisadores do humor é a interferência das séries, sobre a qual Bergson (2001, p. 71) comenta: “uma situação é sempre cômica quando pertence ao mesmo tempo a duas séries de acontecimentos absolutamente independentes e pode ser interpretada ao mesmo tempo em dois sentidos diferentes”. Por fim, transitando, também, pelo campo das linguagens, Bergson (2007, p. 92) refere o humor como resultado de um procedimento de transposição, e afirma que “obtem-se efeito cômico transpondo para outro

tom a expressão natural de uma ideia”¹¹. Disso se infere que o humor enraizado em um elemento do cotidiano poderá ocorrer a partir da transformação de um elemento trivial para um enunciado com mais pompa, como na descrição do alvorecer, tomada por empréstimo, por Bergson (2007, p. 93), de Richter: “O céu começava a passar do negro ao vermelho, parecido com uma lagosta cozinhando”, ou o inverso, quando se substitui o caráter respeitável pelo medíocre, o positivo pelo negativo, o melhor pelo pior.

Com Bergson, olhamos para o humor e para a comicidade sob as lentes da filosofia. E, seguindo nosso percurso multidisciplinar, dedicamos a próxima seção a uma concepção cultural e antropológica do humor, tomando por base, para tal, os estudos teóricos de Vladimir Propp.

1.4 Propp: humor, cultura e sociedade

**Ahh... mas, às vezes,
as palavras e as
frases
já vêm feitas**

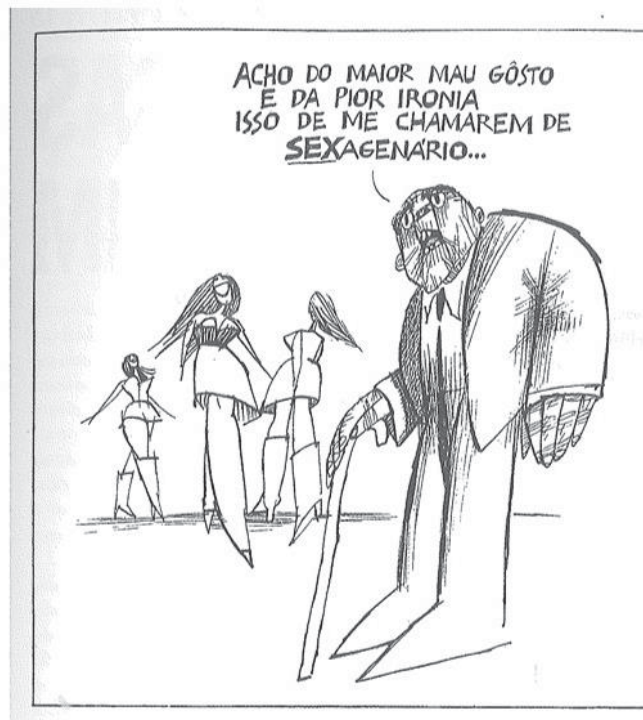


Figura 6 - Charge d'O Pasquim: Palavras feitas

¹¹ Ao que Bergson chama de “outro tom”, chamaremos de coexistência de sentidos, conforme pontuaremos no capítulo 3 desta tese.

Vladimir Propp (1992, p. 32) chama atenção para o fato de que, “no âmbito de cada cultura nacional, diferentes camadas sociais possuirão um sentido diferente de humor e diferentes meios para expressá-lo”. Logo, para se estudar o humor, é preciso estudar a própria sociedade, o que implica olhar as relações que o homem estabelece por meio da linguagem. A esse fator social, o estruturalista russo adiciona o contexto histórico, destacando que o risível se configura a partir de um condicionamento sócio-histórico, o que justifica o fato de que determinadas situações são risíveis em uma época e não o são em outras.

E se, a partir dos estudos enunciativos de Benveniste, compreendemos que a língua contém a sociedade, e, do mesmo modo, sabemos que os estudos benvenistianos estão centrados no homem, como anteriormente referido, voltamos agora nosso olhar para a antropologia para compreender o que significa estudar a sociedade, o que se assemelha a compreender o que significa estudar o homem e a sociedade, uma vez que um não existe sem o outro.

Uma vez que já compreendemos que a língua contém a sociedade, olhar para ambas sob a ótica da antropologia se revela como fator muito importante. Para isso, recorreremos aos ensinamentos da antropóloga Jenny González Muñoz (2017), que, em aula proferida a um grupo de doutorandos no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, destaca, com base em Harris, que “La antropología es el estudio de la humanidad, de los pueblos antiguos y modernos y de sus estilos de vida. Dada la amplitud y complejidad del tema, las diferentes ramas de la antropología se centran en distintos aspectos o dimensiones de la experiencia humana”. Além disso, refere, sobre a linguística antropológica, que ela se insere em diferentes campos. Assim: “Linguística histórica. Reconstruye los orígenes de lenguas específicas y de las familias de lenguas. Linguística descriptiva. Estudia la sintaxis y la gramática de las lenguas. Sociolingüística. Estudia el uso actual de la lengua en la comunicación cotidiana” (MUÑOZ, 2017). Desse modo, considerando que, conforme Benveniste (2006d, p. 97), “a língua contém a sociedade” e que ambas se imbricam de tal forma que uma não existe sem a outra, a relação homem x língua x sociedade x história, em um viés antropológico, é reveladora de muitos aspectos indispensáveis nesse percurso de constituição de sentido e de compreensão do indivíduo como sujeito.

Retornando aos estudos de Propp, o russo descreve a natureza do cômico, fala sobre a psicologia do riso e apresenta suas formas de percepção. Na sua concepção, a comicidade não se dá pela contraposição ao trágico e ao sublime, mas pela sua própria evidência. Se efetiva a partir da percepção dos segredos e dos manifestos e da identificação de algo que suscita o

riso. O riso é provocado, portanto, pela contradição percebida no confronto forma x conteúdo ou essência x aparência.

O teórico lembra que é de Aristóteles a percepção primeira de que o humor é próprio do homem e de que o cômico consiste em uma forma de escarnecer aquilo que ou quem é considerado baixo, inferior, em razão de ser portador de um defeito físico ou moral. Desse modo, o cômico é a justaposição do trágico e do sublime.

Riso e cômico, para o autor, são inerentes ao homem, o que tira deles o caráter abstrato. Além disso, por ser social, o riso é inserido em diferentes realidades e em diferentes relações humanas, o que o liga à forma de tratamento ou de julgamento dispensada às pessoas. Tanto aspectos físicos quanto morais e intelectuais do homem podem se tornar objeto de riso.

Na concepção do estruturalista russo, o riso se efetiva quando é quebrada determinada regra, quando o sentido “certo” de algo é contrariado, ou seja, o riso nasce a partir da percepção sobre os defeitos do mundo. Nesse processo, segundo Propp, se efetivam seis tipos de riso: o que zomba, o bom, o maldoso, o alegre, o ritual e o imoderado ou desenfreado.

O teórico chama atenção também para o fato de que riso e escárnio não são sinônimos, uma vez que há encadeamentos – ou, como refere, defeitos – que não despertam o riso, mas o sorriso. É nesse cenário que se estabelece o riso bom, relacionado a um humor atenuado e inofensivo, ligado a um sentido de afetuosa cordialidade. No lado oposto a esse contexto de alegria está o riso amoral, de cunho negativo. Trata-se, segundo Propp, do riso maldoso, não despertado por simpatia. Nele, são provocados sentimentos de maldade e maledicência.

Sobre o riso de zombaria, Propp (1992, p. 151) destaca ser, esse, seu tipo mais frequente, ou, ao menos, o “tipo principal de riso humano”, mas aponta a existência do riso bom, do riso maldoso ou cínico, do riso alegre, do riso ritual e do riso imoderado. Ligado à sátira, o riso de zombaria é o mais presente na vida do homem. Nele, a imagem do homem, suas ideias e aspirações são, a partir da observação de questões culturais, satirizadas. A época e a cultura são fatores de influência nesse riso, pois cada sociedade tem um sentido próprio de crítica e de humor, que pode não ser compreendido do mesmo modo em outro tempo e em outra cultura. Disso se infere que o riso é cultural.

O estudioso russo reitera que o riso com relação mais íntima com o humor é o riso de zombaria, no qual a comicidade se dá a partir da evidência de defeitos da vida, manifestos ou secretos, mesmo que o sujeito que ri se solidarize ou sinta piedade acerca de quem ou do que é o motivo do riso. Propp (1992, p. 171) afirma que a comicidade “costuma estar associada ao desnudamento de defeitos, manifestos ou secretos, daquele ou daquilo que suscita o riso” e isso o difere de um grande número de estudiosos que compreendem a comicidade como uma

contradição entre a forma e o conteúdo, essência ou aparência. Assim, o riso que zomba tem raízes no desmascaramento de defeitos do homem, sejam de natureza física ou, no dizer de Propp, espiritual. Há casos em que esses defeitos, evidentes, não precisam ser desmascarados; há outros em que eles precisam ser revelados, precisam ser mostrados aos outros, como quando se retira uma máscara. A relação desses defeitos com o riso, no entanto, se dá a partir do inesperado. O ser humano ri do inesperado. No que refere ao humor, isso é comprovado pela constatação de que o homem rirá de uma piada apenas uma vez. Se posto novamente em contato com a mesma anedota, pode até reconhecer a sua graça, mas o riso não tem a mesma natureza do que em sua primeira ocorrência.

O riso bom, por sua vez, tem raízes na empatia e se manifesta a partir de situações que não têm como escopo a sátira, mas a intenção de mostrar o lado cômico ou diferente de determinada situação ou pessoa. É o caso da charge amigável ou da caricatura, que provocam o riso não por zombaria, mas por bom grado; e das comédias românticas, que suscitam o riso de felicidade.

Sobre esse contexto, Propp chama atenção para o fato de que há estudiosos do riso – tais como Bergson – que não reconhecem a existência desse riso bom, pois o concebem como estando necessariamente ligado à tragédia ou à desgraça. Defendem isso afirmando, por exemplo, que quando se caricaturiza alguém, se está explorando o lado estranho ou diferente dessa pessoa, tal como um nariz maior do que aquilo que é concebido como normal e que, na caricatura, normalmente será retratado com proporções gigantescas.

O terceiro tipo de riso apontado por Propp, que é o oposto do riso bom, é o riso maldoso. Os defeitos que, no riso bom, eram encobertos, no riso maldoso são aumentados, inflados, ganhando proporções expressivas. Ligado à antipatia e não à comicidade, o riso maldoso se efetiva com raízes na desgraça ou na infelicidade alheia e em geral vem de pessoas que tendem a valorizar a falsidade e a hipocrisia e que não veem, nas pessoas, a tendência a ter impulsos nobres. Ocorre em situações tais como a queda de um idoso ou o choque de um cego com um obstáculo.

O riso alegre, quarto tipo apontado por Propp, surge inesperadamente, por motivos que não precisam de uma justificativa razoável, e não tem relação com os defeitos humanos. Ri-se por qualquer motivo, tal como quando um bebê sorri ou como quando se recebe um presente. Propp (1992, p. 162) afirma que “o riso sem causa é o melhor riso do mundo” e considera que esse é um riso da coletividade, cuja origem se dá na inclinação de união e aproximação que marca o social do homem.

O riso ritual, quinto tipo de riso, recebe caráter de cerimônia e se efetiva a partir de momentos especificamente reservados para se rir. Segundo Propp (1992, p. 164), esse riso – e seu contexto – já foi compreendido como causa para o entardecimento da morte, eis que “o riso eleva a capacidade de vida e as formas vitais”. Tem caráter, portanto, de cerimônia indispensável à vida.

O último dos seis tipos de riso listados por Propp é o riso imoderado ou desenfreado, e, como a própria designação sugere, trata-se do riso que não consegue ser controlado. É o riso das festas e das diversões populares, mas também é considerado como sendo o “mais baixo” (PROPP, 1992, p. 166) dos risos, eis que relacionado a classes inferiores no que refere às classes socioeconômicas, o que lhes dá, na concepção da burguesia, caráter cômico.

A relação riso x homem já apontada, aqui, por Bergson – pela sua relação com a língua – também é evidenciada por Propp. Afirmando que a constituição do riso se dá a partir do homem e das relações que estabelece, o filólogo russo defende que a contradição se estabelece “entre algo que, por um lado, encontra-se no sujeito que ri, e, por outro, naquilo que está em frente dele e que se manifesta no mundo que está à volta dele, no objeto de seu riso” (PROPP, 1992, p. 173). Assim, como critério fundamental para a efetivação da comicidade e do riso, Propp estabelece duas condições. A primeira delas é a de que quem ri tem algumas concepções do que seria certo, justo, moral ou correto, ou tem certo instinto completamente inconsciente daquilo que, do ponto de vista das exigências morais ou mesmo simplesmente de uma natureza humana sadia, é considerado justo e conveniente. A segunda, como apontamos anteriormente, reside na observação de que, no mundo à volta do ser que ri, existe algo que contradiz esse sentido interno do certo. Com base nisso, Propp (1992, p. 173) afirma que “o riso nasce da observação de alguns defeitos no mundo em que o homem vive e atua” e, prosseguindo, pondera que o cômico é determinado pela presença de algo baixo, menor, defeituoso.

Embora identifique tais condições, o filólogo destaca que elas não se dão de forma isolada, pois o estabelecimento de uma contradição pode suscitar, também, tristeza ou ira, dependendo de quem ri. Para Propp (1999, p. 175), “quando se ri de defeitos físicos, na verdade, está-se rindo de defeitos de ordem espiritual”, uma vez que “o riso que zomba nasce sempre do desmascaramento de defeitos da vida interior, espiritual do homem”. O filólogo destaca que o riso se estabelece quando é infringida a sensação de harmonia nas leis da natureza, pois o “que é belo e harmonioso não pode despertar o riso” (1999, p. 176), no entanto, tudo isso só se efetiva a partir do caráter de surpresa e esses fenômenos tão somente levam ao riso quando ocorrem de forma inesperada.

Uma vez identificadas as diferentes naturezas do riso, Propp passa a olhar para o cômico em diferentes manifestações culturais, dentre as quais a literatura. Para isso, extrai, de textos literários, revistas ou folhetins, exemplos de expressão de humor e de comicidade manifestadas enunciativamente. Destaca, nesse sentido, que, a exemplo dos outros enunciados linguísticos, o ato de rir é povoado por outros risos, outros dizeres e outras materialidades.

Ainda em sua relação com a língua, Propp (1999, p. 84) pondera, sobre a paródia, que ela pode se constituir como um dos elementos mais poderosos da sátira. Embora a reconheça como um exagero das peculiaridades individuais, afirma que a paródia “nem sempre contém um exagero. O exagero é próprio da caricatura, não da paródia”. À paródia, portanto, estão necessariamente associadas características de exagero, tais como a caricatura e a hipérbole, além da natureza grosseira. A comicidade, no entanto, somente se efetiva quando o exagero revela algum defeito.

Outro aspecto dos textos literários analisados por Propp (1999, p. 58) é a questão da repetição. Sobre isso, o estruturalista russo destaca que “qualquer repetição de qualquer ato espiritual priva este ato de seu caráter criativo ou de qualquer caráter significativo em geral. Reduz sua importância e por isso mesmo pode torná-la ridícula”. Ainda voltando o olhar para o campo das linguagens, o russo analisa “os instrumentos linguísticos da comicidade” (1999, p. 119), dentre os quais destacam-se os trocadilhos (ou calembures – argúcia que nasce do emprego de instrumentos propriamente linguísticos) (1999, p. 122), paradoxos e ironia.

Existem palavras que possuem dois ou mais significados. Alguns significados têm um sentido amplo, de certo modo geral, abstrato, e outros o têm mais restrito, concreto, aplicado. Este último costuma ser definido, de modo não muito feliz, como significado “literal” da palavra. O calembur, ou jogo de palavras, ocorre quando um interlocutor compreende a palavra em seu sentido amplo ou geral e o outro substitui esse significado por aquele mais restrito ou literal; com isso ele suscita o riso, na medida em que anula o argumento do interlocutor e mostra sua inconsistência (PROPP, 1999, p. 122).

Sobre os paradoxos, o estudioso russo também destaca seu caráter eminentemente linguístico, chamando atenção para o fato de que se trata de um instrumento linguístico que propõe um enunciado em que o sentido contradiz o sujeito ou a sua definição. No paradoxo, conceitos distintos são reunidos como se fossem compatíveis, o que pode suscitar o riso.

Aproximando-se do paradoxo, aparece a ironia, embora a diferença entre ambos, por vezes, se mostre tênue. Esta, diferentemente daquele, vai expressar um conceito e deixar que seja subentendido outro, sem necessariamente recorrer às palavras para expressar esse sentido outro. A título de exemplo, Propp (1999, p. 125) esclarece: “Em palavras diz-se algo positivo,

pretendendo, ao contrário, expressar algo negativo, oposto ao que foi dito”. E complementa: “A ironia revela assim alegoricamente os defeitos daquele (ou daquilo) de que se fala”. Tal figura de linguagem aparece predominantemente na linguagem falada, mas, conforme destaca Propp, também é presença constante em textos literários e humorísticos.

O riso tem, portanto, diferentes vertentes, o que faz ser indispensável que se olhe para ele a partir de diferentes óticas. Assim, com Propp, compreendemos a relação da comicidade com o social, com os defeitos da natureza humana e com a linguagem, e, agora, seguimos nossos estudos recorrendo a Freud e à psicanálise, para tentar compreender o que, na mente humana, suscita o riso. Tarefa difícil, sabemos, mas acreditamos que esta possa ser uma sessão (sim, com ss) enriquecedora. O divã nos espera.

1.5 O riso no divã: humor para Freud



Figura 7 - Reunião de charges d'*O Pasquim*: Sigmund (o xará)

Sigmund Freud foi um médico neurologista que, no desejo de acessar os conteúdos mentais do ser humano, desenvolveu a psicanálise, em um movimento que buscava a cura de psicopatologias a partir da fala. Seus estudos são amplamente difundidos e têm alcance nas mais diversas áreas do saber, o que faz dele um dos pensadores de maior influência na história.

As teorias de Freud, pode-se dizer, são atravessadas pela problemática do humor em toda a sua obra, razão pela qual o pai da psicanálise é referência da qual não se pode prescindir quando se trata dessa temática.

Embora as questões do humor possam ser reconhecidas ao longo de sua obra, há dois trabalhos pontuais que trabalham a temática de modo mais direto. No primeiro deles, *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905), o psicanalista relaciona os chistes¹² em seus vários mecanismos, inserindo-os em contextos de sonho, condensação, deslocamento e da própria neurose. Segundo ele, esses mecanismos relacionam-se a um procedimento de censura sobre algo que fere o cristalizado, deslocando a energia psíquica e representando-a de forma indireta. Nesse texto, Freud aponta para a existência do inconsciente e apresenta os chistes como sinais reconhecíveis dessa instância psíquica.

O segundo texto, escrito mais de vinte anos depois do primeiro, deixou de se restringir aos chistes e deu um caráter mais amplo às observações sobre o humor. Trata-se do texto *O humor*, um ensaio apresentado no X Congresso Psicanalítico Internacional, em 1928.

Em *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, Freud, partindo da análise de uma série de anedotas, elenca uma série de mecanismos a partir dos quais se efetiva a “graça” dos chistes. Nesse processo, importante observar, primeiramente, que o psicanalista, referindo-se ao mecanismo de deslocamento, ensina que o sentido depende muito mais do curso do pensamento do que da expressão verbal, defendendo que a referência *interna* da palavra é que conduz ao sentido, despertando um “modo inconsciente de pensamento” (1977, s.p.). Ao concentrar as significações no inconsciente, Freud preleciona que não há, no cômico ou no processo de humor, necessidade de interlocução, no entanto, encontramos, no chiste freudiano, a confirmação de que sua efetivação somente ocorre por meio do verbal, quando uma ideia é direcionada a alguém.

Freud reconhece, nesse sentido, a importância da linguagem e destaca a relevância de “seguir o fio da palavra” e da sua “referência interna” (1977, s.p.). O chiste se configura, assim, como “algo cômico do ponto de vista inteiramente subjetivo, porque se liga à subjetividade humana”. O psicanalista chama atenção para o fato de que a característica distintiva do chiste é o ato do sujeito; o cômico surge de algo que é realizado pelo sujeito e se estabelece a partir “do feio, do pouco observado, do que gera graça” (FREUD, 1977, s.p.). Na mesma esteira, assegura que esses gestos do sujeito têm uma “intencionalidade” inconsciente, eis que, para o psicanalista, o sujeito efetivamente não tem nenhum domínio sobre aquilo que diz, o que tem amparo no fato de que, como é sabido, a psicanálise tem sua fundamentação baseada no processamento do inconsciente.

¹² Na concepção psicanalítica freudiana, compreendemos por chiste o momento em que o humor se constitui, possivelmente em razão de que um sentido inesperado se estabeleceu. Originada do alemão *Witz*, que significa “gracejo”, é, conforme Freud, espécie de válvula de escape do inconsciente, que o utiliza para dizer, em tom de brincadeira, aquilo que o indivíduo verdadeiramente pensa.

Os chistes são, então, para Freud (1977, s.p.), uma “espécie de válvula de escape de nosso inconsciente, que o utiliza para dizer, em tom de brincadeira, aquilo que verdadeiramente pensa”. Nas palavras do psicanalista, o humor e a ironia deixam o cotidiano “mais leve e a realidade mais tolerável” (s.p.). Esse é o percurso que o chiste estabelece ao conectar, arbitrariamente, a partir de um enunciado verbal, dois significantes¹³ contrários.

Assim, a psicanálise é mais uma vertente teórica que reconhece e evidencia a relação homem x língua na constituição dos sentidos e do humor. Freud relaciona o humor com a verbalização do chiste, que terá caráter substituto no processo de comicidade e riso. Em decorrência disso, embora o médico neurologista atribua a constituição do sentido à sua relação com o inconsciente, é possível depreender que o chiste demanda um interlocutor específico, ou, nas próprias palavras de Freud (1977, s.p.), “uma plateia própria”, sendo necessário “um ‘acordo psíquico’ entre o autor e aquele que o escuta” (s.p.). Nesse contexto, o psicanalista afirma que

(...) as mesmas inibições internas só são superadas com a conclusão do chiste. O ouvinte quando escuta deve ter o hábito de criar semelhante inibição a que a primeira pessoa superou para elaborá-lo, é isto que provoca o riso. A colaboração da terceira pessoa¹⁴, do ouvinte, faz parte da realização do chiste. Presenteada com o chiste, ela constitui a possibilidade de emergir o prazer. O processo se passa então entre a primeira e a terceira pessoa (1977, s.p.).

Freud reconhece que é impossível mapear todas as técnicas existentes para produzir um chiste, mas dedica-se a apontar os métodos mais recorrentes na elaboração chistosa.

No que refere ao que Freud chama de chistes verbais (aqueles em que a graça está na forma pela qual o pensamento é expresso), o psicanalista cita uma passagem exposta por Heymans. Assim:

¹³ Importante referir, aqui, que esse significante se dá a partir de uma concepção freudiana, que tem por base a interpretação psicanalítica e tem cunho simbólico, que se difere do signo de Saussure, que consiste na união do conceito (significado) com a imagem acústica (significante).

¹⁴ Mais uma vez, há uma diferença teórica a ser, aqui, esclarecida: Benveniste, ao falar da terceira pessoa, refere-se ao “*ele*”, a partir da relação *eu* (primeira pessoa – a que fala), *tu* (segunda pessoa – com quem se fala) e *ele* (terceira pessoa – de quem se fala, a quem denomina não-pessoa). Freud (1977, s.p.), por sua vez, na relação com os chistes, considera a primeira pessoa como “(...) o autor, aquele a quem o chiste vem; a segunda pessoa sobre quem o chiste versa ou seu objeto e a terceira pessoa, aquela que o escuta”. Logo, aquele a quem Freud denomina “terceira pessoa” é o “*tu*” benvenistiano.

Heymans (1896) explica como é que o efeito de um chiste se manifesta, o desconcerto sendo sucedido pelo esclarecimento. Ilustra sua teoria através de um brilhante chiste de Heine, que faz um de seus personagens, Hirsch-Hyacinth, o pobre agente de loteria, vangloriar-se de que o grande Barão Rothschild o tenha tratado bem como a um seu igual: bastante “familiarmente”. Aqui a palavra veículo desse chiste parece, a princípio, estar erradamente construída, ser algo ininteligível, incompreensível, enigmático. Em decorrência, desconcerta. O efeito cômico é produzido pela solução desse desconcerto através da compreensão da palavra. (...) É apenas esse segundo esclarecimento, essa descoberta de que uma palavra sem sentido, conforme o uso lingüístico normal, é a responsável por todo o processo - essa solução do problema no nada -, é apenas esse segundo esclarecimento que produz o efeito cômico (FREUD, 1977, s.p.).

Nesse exemplo, o humor se efetiva a partir do condensar de duas palavras – razão pela qual compõe um chiste verbal – e, se a mesma história fosse apresentada de outro modo, que não o verbal, o cômico inerente a ela não se estabeleceria.

Em oposição ao chiste verbal, tem-se, de modo diverso, os chistes conceptuais ou intelectuais, que ocorrem quando a graça se dá propriamente pelo conteúdo do comentário e que se efetivam a partir de técnicas como: deslocamento, raciocínio falho, absurdo e representação pelo oposto. Mais uma vez, Freud (1977, s.p.) exemplifica:

Um cavalheiro entrou em uma confeitaria e pediu um bolo; logo o devolveu, solicitando em seu lugar um cálice de licor. Bebeu e preparou-se para sair sem tê-lo pago. O proprietário o deteve. “O que você quer?”, perguntou o freguês. – “Você não pagou o licor.” – “Mas eu lhe dei o bolo em troca.” – “Também não pagou por este.” – “Mas eu não o comi.”

Outra oposição estabelecida por Freud é a dos chistes abstratos (ou inocentes) e tendenciosos, os quais se dão a partir do propósito com base no qual foram originados. Os chistes inocentes são aqueles que não servem a um objetivo específico e que constituem um fim em si mesmo. De modo oposto, os chistes tendenciosos servem a um fim particular e são destinados a um alvo específico, tal como ocorre nas piadas racistas ou de conteúdo sexual.

Os ouvintes expostos a esses dois tipos de chistes terão reações diferentes em quem os ouve, e, nas palavras de Freud, “É fácil adivinhar a característica dos chistes de que depende a diferença na reação de seus ouvintes” (1977, s.p.), o que se justifica em razão de que “Em um caso, o chiste é um fim em si mesmo, não servindo a um objeto particular; em outro caso, o chiste serve a um fim – torna-se tendencioso. Apenas os chistes que têm um propósito correm o risco de encontrar pessoas que não querem ouvi-los”. Assim, o chiste inocente gera “um efeito moderado; um nítido sentido de satisfação, um leve sorriso” (FREUD, 1977, s.p.). Aos tendenciosos, por sua vez, pode ser relacionada “a súbita explosão de riso”, que os torna “irresistíveis”. Sobre os primeiros, os chistes inocentes, Freud exemplifica: “Ele não apenas

não acredita em fantasmas como ainda não tem medo deles”. Tal enunciado introduz, segundo o psicanalista, uma forma absurda de representação.

Não é somente na obtenção de prazer, contudo, que, segundo Freud, se dá a difusão dos chistes e a sua efetivação como processo social. Ao afirmar que “ninguém se contenta em fazer um chiste apenas para si” (1977, s.p.), Freud sustenta que o processo do chiste não está concluído quando a ideia ocorre a alguém. Esse processo somente se completa quando estiver presente o impulso ou a necessidade de comunicar o chiste a mais alguém e que isso esteja de algum modo conectado “à gargalhada que produz, gargalhada esta que me é negada mas que se manifesta em outra pessoa” (1977, s.p.). Assim, embora a circulação de um chiste seja fonte evidente de prazer, até que esse chiste não seja passado a outra pessoa, o indivíduo é privado da sensação desse prazer.

No segundo trabalho em que Freud se debruça mais explicitamente sobre essa temática, qual seja o ensaio *O humor* (FREUD, 2006), apresentado pelo psicanalista no X Congresso Psicanalítico Internacional, em 1928, ele amplia seu campo de observação no que refere ao humor, não mais se restringindo aos chistes.

Em *O humor*, o psicanalista volta sua atenção para a gênese da produção do prazer humorístico, e, para tal, explora duas facetas: a do ouvinte (ou receptor) e a do humorista, ou, no nosso dizer, com base em um olhar benvenistiano, as facetas do *eu* e do *tu*.

No que refere ao ouvinte – ou ao *tu* da enunciação –, Freud (2006) destaca que, para esse sujeito, o humor, ou, em seu dizer, o prazer humorístico, vai se estabelecer a partir da quebra de expectativa dos impulsos emocionais. Nesse processo, de um lado, “O ouvinte vê esse outro numa situação que o leva a esperar que ele produza os sinais de um afeto, que fique zangado, se queixe, expresse sofrimento, fique assustado ou horrorizado ou, talvez, até mesmo desesperado; e o assistente ou ouvinte está preparado para acompanhar sua direção e evocar os mesmos impulsos emocionais em si mesmo” (2006, p. 99), e, de outro, se “essa expectativa emocional é desapontada; a outra pessoa não expressa afeto, mas faz uma pilhéria. O gasto de sentimento, que é assim economizado, se transforma em prazer humorístico no ouvinte” (2006, p. 99-100). Disso se infere que, ao enunciar, o sujeito espera produzir determinados afetos e acredita que evocará emoções semelhantes às suas.

Tal processo é concebido por Freud como um eco, com sentidos que ressoam entre aquele que enuncia e o seu ouvinte. É como se, no ouvinte, desencadeasse um processo de cópia daquilo que ocorreu com o sujeito produtor do humor. A essência dessa comicidade estaria, portanto, voltada a “poupar os afetos a que a situação naturalmente daria origem e afastar com uma pilhéria a possibilidade de tais expressões de emoções” (2006, p. 100).

Assim, como a relação de humor se dá a partir da relação entre os sujeitos envolvidos nessa enunciação, e, como o prazer do ouvinte é apenas uma cópia do prazer do humorista, se faz imprescindível o estudo sobre esse sujeito para que o processo de constituição do humor seja compreendido.

Além de seu aspecto libertador, o humor, para Freud (2006, p. 100), tem como característica uma espécie de grandeza e elevação, o que pode estar relacionado a uma afirmação vitoriosa da invulnerabilidade do ego. Nessa direção, propõe que o humor “não é resignado, mas rebelde”, e explica que isso “Significa não apenas um triunfo do ego, mas também o do princípio do prazer” (2006, p. 100). Com isso, o psicanalista aponta para o fato de que, por meio do humor, o ego estaria revelando que compreende os possíveis traumas do mundo como ocasiões para obter prazer.

No que refere aos traumas do mundo, uma das análises freudianas mais amplamente conhecidas – inclusive pelo senso comum, não necessariamente limitando-se àqueles com acesso a conhecimento científico – é a referente ao Complexo de Édipo, que diz respeito aos desejos sentidos pelo menino, enquanto ainda criança, com relação à mãe. Nesse processo, sentimentos como possessão e culpa são desencadeados e a figura da mãe se constitui como uma figura de poder com relação ao filho.

E foi explorando esses saberes que *O Pasquim*, em sua edição de número 9, datada de agosto de 1969, publicou três diferentes charges (Figura 7) que depositam o humor na relação da imagem de mãe, de seu poder sobre os filhos e do desejo reprimido, conceitos que têm raízes no Complexo de Édipo apresentado por Freud.

As charges, assinadas pelo jornalista Jaguar, eram antecedidas por um texto de apresentação: “O dia das mães já passou, Sigmund presta sua homenagem tardia, porém sincera, àquela que possibilitou ao imortal xará do sofisticado rato, Sig Freud, erguer suas monumentais teorias sobre o sexo, que Deus, Henry Miller e a revista Play-Boy o abençoem”.

A menção feita era ao rato Sig, símbolo d’*O Pasquim*, que ilustrava todas as capas do semanário. Conforme revela Costa (s.d), o nome, segundo Jaguar, seu criador e desenhista, era uma analogia ao criador da psicanálise Sigmund Freud, mas seu perfil era de um rato atormentado e constantemente devotado a paixões por mulheres bonitas.

Na primeira das charges (Figura 7a), um homem de terno e gravata (o que sugere uma posição de autoridade) e com uma expressão de sisudez (o que também pode remeter à ideia de uma pessoa autoritária) ouve o toque do telefone, e, ao atendê-lo, percebe que a ligação é de sua mãe. A continuidade do telefonema vai reduzindo a condição de idade e, também, a postura severa do homem retratado. Ao falar com a mãe, ele vai ganhando características cada

vez mais infantilizadas, até ser retratado como um menino, uma criança submissa, que pede desculpas e se justifica [“eu não fiz por mal, mamãe”] [“sim, mamãe. Eu juro que não faço mais, mamãe”] [“Eu... Sim, mamãe, desculpe. Tchau, mamãe”]. Na penúltima imagem, retratado como uma criança que ainda faz uso da chupeta, desliga o telefone. Com o encerramento do telefonema, volta a portar-se como adulto.

Na segunda charge (Figura 7b), dois homens são retratados. Um deles, vestindo o que parece ser um jaleco, porta um bloco de anotações na mão, o que – aliado à presença de elementos como o divã, o lugar em que cada um dos dois homens está e a menção à mãe – nos remete à ideia de que se trata de um analista. A partir desse conjunto de elementos, compreendemos que o segundo homem, deitado em um divã, provavelmente é um paciente em análise. Este, então, diz àquele: “Se falar de novo na minha mãe, eu lhe quebro a cara!”, enunciado que se efetiva como principal elemento para relacionar a charge à imagem de Freud.

Na última das três charges (Figura 7c), estão retratados, na cama, um menino e uma mulher adulta. Ele, aparentemente sem camisa. Ela, caricaturizada com uma roupa que sugere uma vestimenta íntima, como uma lingerie ou uma camisola. Suas vestimentas e o fato de estarem na cama sugerem uma relação íntima, talvez sexual, elemento que pode ser confirmado na fala do menino: “Você é uma mãe para mim, Jocasta!”. Vale lembrar, aqui, que a denominação Complexo de Édipo foi dada por Freud tendo por base a tragédia grega Édipo Rei, escrita por Sófocles, na qual Édipo mata seu pai e se casa com sua mãe, Jocasta.

Na primeira charge, a submissão do filho homem à mãe, elemento muito presente na cultura popular. Na segunda, a presença do conceito popularmente empregado (embora bem reducionista a respeito das ideias psicanalíticas) de que tudo em Freud tem a ver com sexo e com a mãe. Na terceira, a relação não maternal entre um menino e uma adulta, perfil etário que pode caracterizar uma mãe e um filho, e a ideia de que essa adulta pode ser uma mãe para o menino tanto no sentido de cuidados quanto – o que nesse caso é mais provável – no aspecto íntimo e sexual, pois essa é a relação mais conhecida quando se trata da “mãe Jocasta”. Tudo isso, aliado ao texto de apresentação, que refere o dia das mães, desperta muitos saberes e quebra uma série de expectativas com base nas quais o sentido humorístico se efetiva.

Não vamos, aqui, nos estender nessa descrição porque essas imagens não foram, nesta seção, inseridas com o propósito de análise. A epígrafe imagética desta seção foi escolhida com o propósito de remeter a Freud e de amparar sua teoria psicanalítica sobre o humor. Assim, retomando os estudos freudianos, apontamos que o psicanalista também considera

como aspecto relevante no processo de constituição do humor a posição de superioridade assumida por aquele que propõe o humor em relação ao objeto ou à situação da qual zomba. Como analogia, Freud lembra que um adulto, em face dos problemas de uma criança (que, para ela, parecem tão grandes), sorri de sua pequenez ou da trivialidade da situação. Do mesmo modo, ao fazer graça com outra pessoa, coloca a si mesmo em uma posição de superioridade, de tal modo que, análoga e simbolicamente, assume o lugar do adulto que ri e reduz o outro à condição de criança ingênua, de quem se ri.

Outra importante contribuição freudiana – e que muito nos interessa nesta pesquisa – é a de que a elaboração chistosa e a humorística são coisas distintas e não devem ser confundidas. À primeira, relacionam-se questões do inconsciente. Já no que diz respeito ao humor, estão presentes questões da natureza do superego – ou, o que nos prende muito a atenção, do *super eu* –, de modo que este, ao invés de reprimir os instintos primitivos do indivíduo, impondo-lhe valores, lhe permitiria sentir prazer ao repudiar a realidade e ao servir a uma ilusão.

Ao final de seu ensaio, Freud (2006, p. 102-103) concebe o humor como um dom e reconhece que muitas pessoas não são dotadas da capacidade de desfrutar daquilo que ele chama de prazer humorístico, assim: “Ademais, nem todas as pessoas são capazes da atitude humorística. Trata-se de um dom raro e precioso, e muitas sequer dispõem da capacidade de fruir o prazer humorístico que lhes é apresentado”. Tal observação prende nossa atenção de um modo muito especial e provoca ainda mais nosso espírito investigativo, pois é exatamente esse processo de constituição e de compreensão do humor que pretendemos identificar. Não temos dúvidas de que o humor não se constitui para todos, tampouco de que, por vezes, ele se constitui de modos diferentes (e imprevisíveis), bem como reconhecemos que as características individuais – e subjetivas – de cada sujeito são importantes nos processos de constituição do humor, no entanto (Que Freud nos perdoe!!), não nos sentimos inclinados a atribuir isso à falta de capacidade, pois acreditamos que essa é uma temática envolta em muitas teias.

Para aqueles que, ao lerem isso, pensam na nossa coragem em questionar Freud, apresentamos uma defesa: não conhecemos, naturalmente, toda a sua obra, mas concordamos com as demais teorias freudianas estudadas por nós até então. Esse, contudo, mostra-se um ponto nevrálgico nessa relação (mas, dizem que até isso Freud explica!).

Com isso, finalizamos esta seção e a apresentação de diferentes teorias do/sobre o humor. Esses estudos nos habilitam a, histórica, filosófica, antropológica e psicanaliticamente, olhar para as manifestações do humor na língua e a compreendê-las n’*O Pasquim*, cuja

história é apresentada no segundo capítulo. Com esse propósito, fazemos, no próximo item, uma breve reflexão acerca da conexão entre essas diferentes teorias.

1.6 Muitas teorias, um só humor



Figura 8 - Charge d'O Pasquim: A história da maçã

Nos preceitos freudianos, começamos a compreender que o riso é como uma semente, que, em solos diversos, encontra diferentes condições de germinação, em diferentes

indivíduos. No entanto, a relação do riso com o humano – e com a língua – não é preceito exclusivamente freudiano, tendo aparecido como elemento inquestionável para todos os teóricos aqui citados. Na vertente filosófica, Bergson sugere que, para que o riso seja compreendido, deve estar em seu meio natural, ou seja, deve se dar na sociedade e essa é a razão pela qual o filósofo postula ser necessário determinar uma função social para o riso, evidenciando que não há comicidade fora daquilo que é propriamente humano.

Já em uma concepção histórica, Georges Minois apresenta as diferentes concepções do riso ao longo dos séculos. O historiador possibilita uma reflexão acerca das formas de humor e da relação que elas estabelecem com o desenvolvimento social e psicológico do homem e revela como é possível compreender uma determinada sociedade, em determinado tempo, a partir daquilo que provoca – ou que censura – o riso.

Na filologia e em sua vertente histórica, Vladimir Propp, ao falar sobre o riso de zombaria e ao identificá-lo como “tipo principal de *riso humano*” (1992, p. 151, grifo nosso), também o faz com raízes no verbal, elemento que possibilita a constituição da comicidade e que dá “corpo” àquilo que é risível. Além disso, olha para o riso destacando a importância de diferentes elementos linguísticos, o que é inevitavelmente ligado às formas e ao estrutural, logo, inquestionavelmente ligado ao homem, único ser que domina linguagem.

Por fim, sob a ótica da psicanálise, Freud (1977, s.p.) destaca que a palavra é “reconhecida como plena de sentido”; como um “veículo do efeito compelidor do riso no chiste”. Além disso, embora criador de uma teoria concentrada no subconsciente, afirma que a constituição dos chistes se dá “na forma, na verbalização” (1977, s.p.), reconhecendo a importância da língua no processo do humor e nas relações sociais.

O critério de seleção dos autores apresentados no primeiro capítulo foi, portanto, de uma forma ou de outra, pautado no fato de que todos eles colocam – naturalmente, dentro de seu campo do saber – a língua e as diferentes significações que ela põe em circulação como referenciais importantes no estudo do riso.

No que refere ao olhar desses pensadores acerca do humor, há outro elemento cujo destaque se revela pertinente: se, anteriormente, afirmamos que o critério de seleção desses autores para esta tese tem raízes no fato de que, dentro de seu campo de estudos, todos concebem a língua e seus sentidos como um referencial importante na constituição do humor, complementamos, agora, que há outro elemento que une esses quatro pensadores, o qual irá corroborar nossos achados a partir do estudo enunciativo que ora realizamos. Mais do que enxergarem o humor pela manifestação da língua, Minois, Bergson, Propp e Freud reconhecem, cada um a seu modo, a importância da coexistência de sentidos na efetivação

do humor. Isso faz com que, neste capítulo, não tenhamos uma abordagem linguística do humor, mas uma abordagem que, com raízes em diferentes campos do saber, coloca a língua e seus diferentes sentidos no centro da discussão.

Minois reconhece a percepção do absurdo e do *nonsense* e atribui essa capacidade de reconhecimento à “inteligência engraçada”. Sobre isso, pondera-se que tanto o absurdo quanto o *nonsense* caracterizam uma ruptura, um desvio, e, portanto, materializam um sentido outro, normalmente divergente de uma primeira possibilidade de significação. A efetivação do humor, para o historiador, portanto, também tem raízes na coexistência e na circulação simultânea de sentidos diferentes entre si.

No mesmo contexto, Bergson reconhece que o riso é movido a partir de uma transfiguração momentânea e esconde uma segunda intenção de entendimento. Fala, também, em automatismo, e destaca que é a partir da quebra de uma sequência lógica – ou, em suas palavras, de algo que deveria se efetivar de modo automático – que o humor se constitui. Refere, nessa mesma direção, a transposição, concebendo que o humor acontece quando se transpõe para outro tom a expressão natural de uma ideia. Aquilo que o filósofo chama de “expressão natural” e de “outro tom”, concebemos, enunciativamente, como sentidos diferentes, de modo que poderíamos nominar as mesmas expressões como “sentido 1” e “sentido 2”.

Propp, ao reconhecer a constituição do humor a partir daquilo que chama de inesperado ou defeituoso, reconhece, também, a efetivação de um sentido outro. Para ele, o riso se efetiva quando uma regra é quebrada ou quando é contrariado aquele sentido concebido como “certo”, o que, mais uma vez, põe em circulação a coexistência de sentidos múltiplos, essenciais para o funcionamento do humor.

Por fim, Freud fala em quebra de expectativa dos impulsos emocionais e em mecanismo de deslocamento, reconhecendo a importância do curso do pensamento na constituição do humor. Aquilo que o psicanalista chama de “curso do pensamento”, ponderamos, podemos compreender como a constituição dos sentidos pelo sujeito, a qual é amparada na subjetividade e tem estreita relação com uma carga semântica e cultural anterior. Por fim, ao instituir os chistes, Freud concebe o chiste verbal como aquele em que a graça está na *forma* pela qual o pensamento é expresso, o que, ponderamos, materializa a possibilidade de diferentes semantizações, e, portanto, de múltiplos sentidos.

É pela língua e pela coexistência de seus múltiplos sentidos, portanto, que o humor se estabelece e, por isso, as marcas linguísticas se fazem tão importantes nos estudos que aqui

propomos, pois nelas sustentamos nossa análise do processo de constituição de sentidos e do humor.

Desse modo, nossa escolha por esses pensadores tem raízes no fato de que eles conseguem perceber o humor pela manifestação da língua – que é eminentemente social e exclusiva do homem.

Assim, nossa viagem pelo tempo e pela história foi pautada por *muitas teorias e por um só humor*, mas teve um único guia: a língua e seus múltiplos sentidos! Desse modo, embora os teóricos que estudamos não façam uma abordagem linguística do humor, eles colocam a linguagem – e os sentidos – no centro da discussão.

E, como amparamos nossos estudos em textos d’*O Pasquim*, jornal que marcou época e sobre o qual tanto já falamos até então, passamos, agora, a apresentar esse que foi um importante representante da imprensa alternativa brasileira no período em que o país estava sob o comando dos militares, marcado pelo rigor ditatorial. Em suas páginas, humor, denúncia, resistência e subversão. A seção já vai começar, não percam!

2 “CORTEM-LHE A CABEÇA!” *O PASQUIM*, UM JORNAL DE MUITA SUBVERSÃO E DE MUITO RISO



Figura 9 - Charge d'*O Pasquim*: Corta!

Tomamos emprestado do livro *Alice no País das Maravilhas* (CARROLL, 2009) o enunciado “Cortem-lhe a cabeça!” – usado reiteradamente pela Rainha de Copas ao sentir-se contrariada – para demarcar o espaço em que nasceu *O Pasquim*. A exemplo do ritual marcado no livro, muito daquilo que foi noticiado nesse semanário – cuja circulação mais expressiva se deu no auge do período da ditadura militar no Brasil – contrariava os desejos de quem ocupava o poder no Brasil e levava esse grupo a “cortar cabeças”. Podemos, desse modo, dizer que “*Cortem-lhe a cabeça!*” é um enunciado que traduz a realidade que marcou a existência do periódico nesse período. Nesse caso, não se trata da Rainha de Copas, mas dos militares que estavam à frente do governo. E, por outro lado, não se tratam dos súditos da Rainha, mas dos jornalistas d'*O Pasquim* e, mais especificamente, de seu idealizador, que, em terras passo-fundenses, deu o primeiro passo para lavrar a certidão de nascimento desse jornal que preencheu páginas tão importantes na história do Brasil: Tarso de Castro, um passo-fundense com “75 kg de músculos e fúria”¹⁵, conforme o denomina o também jornalista Tom Cardoso em sua obra sobre “um dos mais polêmicos jornalistas brasileiros”¹⁶. Então, nesse contexto marcado pelo rigor da censura, aproximamo-nos desse enunciado para olhar o que

¹⁵ Referimo-nos, aqui, ao título do livro *Tarso de Castro – a vida de um dos mais polêmicos jornalistas brasileiros – 75 kg de músculos e fúria*, de autoria do também jornalista Tom Cardoso, obra à qual recorreremos em diversos momentos deste trabalho.

¹⁶ Idem.

abarca o visível sobre *O Pasquim* em nossas leituras e sobre o noticiado no período da ditadura.

Este capítulo propõe-se, desse modo, a estabelecer um aqui-agora para a enunciação, efetivada na época de circulação do jornal *O Pasquim*, mais especificamente, na época em que os textos escolhidos como *corpus* desta tese foram publicados. Importante destacar, nesse contexto, que a análise do *corpus* não olha para a historicidade do sentido que é posto, mas para a simultaneidade de sentidos presente na enunciação.

A escolha da constituição deste capítulo tem como propósito apresentar o contexto no qual a enunciação será analisada no quarto capítulo desta tese. Ao apresentarmos *O Pasquim*, revelamos o contexto no qual seu funcionamento enunciativo se formava. Assim, nesta seção, revelamos algumas histórias dos bastidores pasquinianos, não com a finalidade de contar uma história, mas com um propósito linguístico, uma vez que essa presença se justifica em razão daquilo que, no capítulo 3 desta tese, chamaremos de “condições de enunciação”, o que faz com que este item com viés histórico se torne indispensável, eis que dará condições para que procedamos à análise que será feita no capítulo final deste trabalho.

Afirmamos isso porque, no terceiro capítulo, defenderemos que a constituição do humor se dá quando um sujeito percebe, em um enunciado, a coexistência de diferentes sentidos, e é o possível choque entre eles que provoca o cômico. Importante destacar, nessa direção, que alguns sentidos somente serão movimentados se o sujeito tiver um conhecimento que o ampare, e é por isso que apresentamos a história d’*O Pasquim*, para que, inseridos nesse contexto, nossos leitores possam perceber, conosco, as diferentes significações daquilo que é posto em circulação nesse e por esse representante da imprensa alternativa, que tem a inteligência e a politização como ferramentas de comunicação. Isso será possível porque esse histórico-contextual aqui apresentado está a serviço das condições histórico-enunciativas do discurso. Então, se, como apresentamos no primeiro capítulo, o riso demanda relações inteligíveis, é ao leitor inteligente que dedicamos esta seção.

O nascimento d’*O Pasquim* pode ser considerado um ato inaugural na imprensa brasileira no que refere ao perfil alternativo e a uma quebra de paradigma com relação ao formalismo característico do jornalismo de então, bem como com relação à subversão, tanto da ordem quanto da subordinação ao regime. Nas páginas pasquinianas, encontramos a materialização de uma história de resistência e de muitas batalhas políticas.

Como resultado de um contexto político cheio de reveses, nasceu *O Pasquim*, criado e editado na cidade do Rio de Janeiro e fruto da vida de lutas (e de muitas resistências) de Tarso de Castro. Nessa direção, recorreremos, neste trabalho, ao enunciado “*Cortem-lhe a cabeça!*”

para fazer uma ligação à história da fundação de um jornal que inaugurou uma nova geração da imprensa (alternativa), a qual se valeria do humor para comunicar e seria presença constante nas bolsas de couro cru carregadas pelos jovens da época. É, pois, na relação enunciativa entre língua e sociedade¹⁷ que buscamos compreender o discurso jornalístico em tempos de ditadura e todas as suas matizes.

Desse modo, para iniciar este segundo capítulo, faz-se imprescindível reportarmo-nos à história da imprensa escrita, que aparentemente “implementava uma estratégia bastante equivocada, ‘visando à desagregação da sociedade, à decomposição da família e à preparação psicológica para as ações diversas’ – como fazia *O Pasquim*, segundo acreditava o [Serviço Nacional de Informações] SNI¹⁸” (FICO, 2001, p. 183). Diferentemente, portanto, do que acreditavam os integrantes do SNI, trazemos uma versão de uma história de resistência – ao regime militar – cujo reconhecimento não se dá tão somente em nível enunciativo, estendendo-se ao social, eis que, conforme aduz Benveniste, o social é da natureza do homem e da língua.

Nessa história revolucionária da imprensa alternativa, os matizes de uma subjetividade coletiva e intelectual começam a se desenhar a partir de um nome: Tarso de Castro, a quem dedicamos nosso próximo item.

¹⁷ Julgamos importante – e mesmo honesto de nossa parte – registrar que a percepção dessa relação enunciativa somente nos é possível a partir das leituras que temos de Benveniste, com o texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), sobre o qual discorreremos oportunamente nesta tese. É somente a partir do conhecimento da Teoria da Enunciação que temos suporte teórico para fazer essa leitura.

¹⁸ SNI - Serviço Nacional de Informação – foi criado pela lei nº 4.341, de 13/06/1964. Seu principal idealizador e primeiro chefe foi o general Golberi de Couto e Silva e seu principal objetivo expresso era “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contra informação e à informação sobre questões de subversão interna”. Na prática, transformou-se em um centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria na “luta contra o inimigo interno” (FAUSTO, 2004, p. 468).

2.1 A imersão de Tarso de Castro na história d'O *Pasquim*



Figura 10 - Capa d'O *Pasquim*: Homens sem visão

Apresentar a história d'O *Pasquim* sem ligá-la à história de seu mentor e de sua produção, que dá corpo ao perfil enunciativo do jornal, é praticamente impensável. Por isso, nesta seção, mostramos o percurso trilhado por Tarso de Castro desde seus primeiros passos dentro da redação d'O *Nacional* até a sua passagem pelo *Última Hora* e a criação d'O *Pasquim*.

Tarso de Castro nasceu em Passo Fundo, em 2 de setembro de 1941, e passou parte de sua infância dentro da redação d'O *Nacional*, um dos dois jornais mais importantes da cidade, cujo proprietário era Múcio de Castro, seu pai, famoso pelo rigor e pela austeridade com que dirigia o periódico. Ser filho do proprietário, no entanto, não fez de Tarso merecedor de regalias. Múcio sempre disse ao filho que se quisesse ser um bom repórter deveria antes conhecer a fundo o funcionamento de um jornal. Assim, após anos fazendo milhões de perguntas ao editor, ao chefe de redação e aos repórteres, aos 13 anos, o primogênito de uma família de seis irmãos já era linotipista do jornal da família.

Segundo Cardoso (2005), o trabalho no linotipo teria contribuído não somente na construção de uma das maiores personalidades jornalísticas brasileiras, mas também para colocar Tarso de Castro em contato com algo que o acompanharia ao longo da vida – e que o teria levado à morte em 20 de maio de 1991: o álcool. Naquela época, cada linotipista recebia, ao final do dia, um litro de leite, pois se acreditava que a bebida amenizava os efeitos do contato diário com o chumbo derretido. O antídoto, no entanto, virou veneno, pois mais tarde se descobriria que o leite, depois de calcificado, duplicava a ação da substância nos pulmões, razão pela qual foi substituído por um copo de cachaça. “O caçula da turma de linotipistas, de treze anos, nunca mais bebeu leite” (CARDOSO, 2005, p. 37), e o álcool passava, então, a testemunhar páginas importantes da sua vida.

Passo Fundo já contava, na época, com diferentes lideranças, que traduziam diferentes focos de resistência, e Tarso de Castro estava entre essas, seguindo os passos do pai, talvez com mais perspicácia e muito mais ousadia e ironia. Existiam, na cidade, dois espaços públicos da sociedade tidos como privilegiados, o Rotary Club e o Café Elite. O primeiro era uma organização internacional de líderes de negócios e profissionais liberais; o segundo, um ponto de encontro de políticos e autoridades locais, onde o prestígio político do freguês era medido pelo número de cadeiras que conseguia reunir em torno das mesas de mármore do bar localizado em frente à praça Marechal Floriano. Esses dois espaços, de certa forma, representavam duas instâncias de poder. Observemos, no Fragmento 3, como essa questão se traduz:

Fragmento 3 – Duas mesas eram cercadas por dezenas de cadeiras, a de Múcio, proprietário de O Nacional e manda-chuva do PTB, e a de seu maior inimigo, Túlio Fontoura, líder do PDS na região e dono do Diário da Manhã, o outro grande jornal de Passo Fundo. Brigas e xingamentos entre os dois grupos eram comuns. Tarso ajudava o pai e os amigos a puxar o coro contra a turma de Túlio Fontoura, tendo como alvo sempre o Diário da Manhã: “**Pasquim! Pasquim! Pasquim!**”, gritava, em uníssono, o linotipista de O Nacional (CARDOSO, 2005, p. 41) (grifo nosso).

A posição política e irreverente do filho de Múcio de Castro já se revelava quando, aos 15 anos, já havia cumprido com disciplina as etapas estipuladas pelo pai desde seu ingresso no linotipo, tendo atuado na gráfica e na revisão. Tal postura, posteriormente, estaria inscrita n’*O Pasquim*, como poderemos perceber na análise do *corpus* e dos fragmentos enunciativos representados ao longo desta tese. O primogênito da família Castro ganhou, então, um importante posto no jornal: seria o titular da coluna “Observando”, espaço que noticiava os principais acontecimentos na cidade. Segundo evidenciou Cardoso (2005, p. 41), a partir de

então, o proprietário d’*O Nacional* nunca mais teve sossego, porque, embora se orgulhasse do talento incontestável do filho para o jornalismo, não esperava que Tarso tivesse tanto apetite para a polêmica.

Prossegue Cardoso (2005, p. 42) destacando que a veia polimista de Tarso foi revelada no ataque a um peixe grande, o bispo Dom Cláudio Colling, maior autoridade religiosa da região. Na época do Natal, dom Cláudio assinou um artigo em um dos suplementos d’*O Nacional*, sob o título de “Vamos a Belém”, no qual anunciava a vinda do Menino-Deus, que nasceria mais uma vez “sobre as palhinhas pobres do presépio”. Tarso nem sempre reprovava a Igreja e seus representantes, tanto que, quando criança, havia sido coroinha, fase em que se aproximou do padre Alcides Guareschi¹⁹, alvo de inúmeras críticas por não usar batina e por frequentar o mundo social. Agora, no entanto, o ex-coroinha não entendia como a mesma Igreja que reprovava tais atitudes podia aceitar as mordomias impostas por Dom Cláudio, que, para deixar a diocese de Santa Maria e vir a Passo Fundo, exigiu dos cofres da Prefeitura uma casa na melhor região da cidade e um automóvel Dodge.

A reprovação à Igreja e a Dom Cláudio ficou evidente no artigo publicado n’*O Nacional* e assinado por Tarso sob o pseudônimo TeDeCê, do qual extraímos o seguinte fragmento:

Fragmento 4 – O menino nada havia recebido, a não ser esmolas **deles – hipócritas**, pelos quais nutria um sentimento que muito se aproximava do ódio. Dormira, como sempre, no chão da terra, esquecido do pai, que chegara bêbado, e da mãe, que há muito não lhe beijava. Havia ido lá na loja, onde **iam distribuir presentes, mas sua vez nunca chegara**. O Natal, enfim, era igualzinho aos outros. Como nos outros, o Papai Noel não chegará (CARDOSO, 2005, p. 43) (grifos nosso).

Percebemos, no Fragmento 4, que o lugar de onde o enunciador fala sobre o Natal não é o mesmo ocupado por alguns segmentos da sociedade. Ao falar do menino que deveria receber alguma coisa na data, mas não recebe outra coisa “a não ser esmolas”, o autor do texto ataca um grupo elitizado da sociedade e chama atenção para o fato de que a ação de dar esmolas não cumpre o sentido natalino e não transforma a sociedade. Essa é uma característica que vai reger todo o perfil enunciativo d’*O Pasquim* e que vai trazer a imersão de um sujeito envolto em uma espécie de casta revolucionária.

¹⁹ O padre Alcides Guareschi (1931-2014) foi reitor da Universidade de Passo Fundo por 16 anos consecutivos, durante o período de 1982 a 1998. Foi secretário da Educação (2005-2008) e secretário da Cultura do Município de Passo Fundo (2009-2012).

Conforme relata Cardoso (2005, p. 43), o texto foi facilmente reconhecido pelo bispo como uma provocação e a família Castro foi convocada a explicar-se com o chefe da diocese passo-fundense. O episódio não foi bem visto pela família, pois Múcio de Castro, como empresário, teve de ponderar que uma briga com dom Cláudio podia representar a perda do leitor católico, maioria na cidade. E havia ainda o fato de que a mãe de Tarso, dona Ada, era uma católica fervorosa, de modo que nada que afrontasse a Igreja receberia sua aprovação. Assim, não demorou para a família decidir que Tarso se mudaria para a capital gaúcha.

Assinala, ainda, Cardoso (2005, p. 45), que, em Porto Alegre, Tarso não desistiu de se dedicar ao jornalismo e, aos 18 anos, conseguiu emprego na redação do jornal *Última Hora*. Ali iniciou como plantonista da editoria de polícia e era responsável por noticiar tudo de importante que acontecia no principal pronto-socorro da cidade. Alguns anos depois, já no Rio de Janeiro, Tarso assinava a coluna mais importante do jornal, a “Hora H”. Seu primeiro texto na “Hora H”, em 17 de setembro de 1968, época em que o Brasil tinha na presidência o general Arthur da Costa e Silva, foi assim:

Fragmento 5 – Sob a inspiração do governador Israel Pinheiro, revolucionário autêntico, inicia-se em Minas Gerais o diálogo entre estudantes e policiais: dez homens foram treinados, no Dops, durante quatro meses, para aplicar golpes mortais de karatê e outros dos mais avançados métodos de luta. *Eles formarão, agora, a linha de frente contra os movimentos estudantis e continuarão, inclusive, com um veículo especial munido de dispositivos especiais para lançamento de gases, seis fuzis e quatro metralhadoras – sendo protegidos por chapas de aço.* Os dez policiais especialmente treinados não poderão ser usados para a captura de ladrões ou assassinos, sua função específica é enfrentar os perigosíssimos estudantes e suas potentes armas, tais como lápis e papel (CARDOSO, 2005, p. 22 – grifo nosso).

A exemplo do que acontecera n’*O Nacional*, o primeiro texto de Tarso naquela coluna já polemizava o assunto e mostrava o caráter de denúncia que jamais o abandonaria (ou a seus textos) ao longo de sua vida/carreira. Ao referir-se a “Eles”, no Fragmento 5, Tarso não evoca tão somente os dez policiais treinados, mas tudo o que eles representam – ou as muitas relações provocadas por essa afirmação – ou seja, as “forças revolucionárias” e a predisposição da ditadura para resolver conflitos com o uso de violência. Quando desperta o humor, o jornalista está, na verdade, chamando atenção para a enorme disparidade estabelecida entre militares armados x militantes indefesos, além de denunciar que, enquanto as Forças Armadas massacram a força militante (ou, na concepção da primeira, a força subversiva), essa parte da população não tem voz e sofre opressão. A referência à “linha de frente contra...” e ao “veículo especial munido de dispositivos especiais” faz clara alusão à

constante presença armada nas ruas e nos mais diferentes espaços, públicos e privados. Eram as vozes d’*O Pasquim* que começavam a ressoar, delineando um papel político que seria de extrema importância ao país.

O humor se presentifica, ainda, no Fragmento 5, pela quebra de expectativa, quando, ao citar *potentes armas*, o discurso é completado com *tais como lápis e papel*. A ironia se firma, também, pelo recurso ao uso do superlativo *perigosíssimos*. A evidência da informação trazida pelo texto da coluna assinada por Tarso de Castro seria confirmada se a expressão *potentes armas* fosse atribuída a armas de fogo ou de conhecido potencial de destruição, o que justificaria a ação do governo de capacitar um grupo de policiais para o combate a esse grupo de oposição (estudantes). Ao contrário disso, ao final do Fragmento 5, há a revelação de que as potentes armas são *lápiz e papel*. O humor irônico se fortalece, ainda, pela informação de que os militares contam com *veículo especial munido de dispositivos especiais para o lançamento de gases* além de *seis fuzis e quatro metralhadoras*. Logo, é possível compreender que as potentes armas estão em poder dos militares (governo) e não dos estudantes, colocados, no texto, por Tarso de Castro, numa situação de desvantagem, pois não há como conceber um embate justo quando do confronto entre *fuzis e metralhadoras* versus *lápiz e papel* ou ainda entre *dez homens treinados, no Dops, para aplicar golpes mortais de karatê e outros dos mais avançados métodos de luta* versus *estudantes*.

O editor-chefe do jornal, mesmo chocado com a “molequice imperdoável” (CARDOSO, 2005, p. 23) de Tarso, não repreendeu o novo titular da coluna, pois julgara que “havia sido apenas arroubo de principiante, deslumbrado com um espaço poderoso no jornal”. No dia seguinte, contudo, constatou que errara em sua análise, pois a coluna seria ainda mais ousada:

Fragmento 6 – O ministro da Justiça, Sr. Gama e Silva, anda muito preocupado com os “pontos falhos” do Ministério. É isso porque muitos dos seus geniais planos são revelados pela imprensa antes de sua concretização, o que diminui o impacto junto à opinião pública. Por isso mesmo o Ministério está tratando de *afastar todos aqueles elementos sobre os quais recaia qualquer suspeita de transmitir informações à imprensa*. Gama está cada vez mais convencido de *que os jornais são culpados por metade do que acontece no Brasil. Só o poder de censurar a imprensa* já faz com que o ministro da Justiça passe a noite a embalar seu sono pelo alegre sonho de decretação do estado de sítio (In: CARDOSO, 2005, p. 23-24 – grifo nosso).

Nesse sexto fragmento, denuncia-se a perseguição sofrida pela imprensa, satirizando o fato de que Gama e Silva costumava atribuir à imprensa a responsabilidade pelo que (de ruim) ocorria no Brasil, talvez em razão das antecipações que a mídia permite em razão de sua

postura de denúncia, pois, ao pré-anunciar as ações do ministro, tira dele o crédito por ações pensadas possivelmente mais com o propósito de ganhar credibilidade do que com o intuito de proporcionar qualquer tipo de crescimento ao país.

Os “pontos falhos” a que se refere Tarso de Castro podem significar os elementos considerados traidores e que seriam responsáveis por divulgar à imprensa o que aconteceria. Depreende-se disso que os “pontos falhos” representam os elementos que traíam o governo. Nesse contexto, revela-se curiosa a denúncia do quanto significava para os representantes do regime militar monitorar a imprensa, como se vê na sequência “os jornais são culpados por metade do que acontece no Brasil”, tanto é que “*Só o poder de censurar a imprensa* já faz com que o ministro da Justiça passe a noite a embalar seu sono pelo alegre sonho de decretação do estado de sítio”. Disso se infere que a censura tem forte ligação com a imposição pelo medo e pelo controle.

Ao contrário do que o editor-chefe esperava, as “molequices” de Tarso foram responsáveis por uma explosão no número de exemplares vendidos diariamente e o titular da coluna mais lida no jornal, ao invés de sofrer qualquer tipo de sanção, em poucos dias já recebia salário maior do que o recebido por seu antecessor (CARDOSO, 2005, p. 23-24). A liberdade para tanta irreverência, contudo, não durou muito, pois em dezembro de 1968 o ministro da Justiça Gama e Silva (o mesmo que Tarso ironizara recentemente em sua coluna), por ordem do presidente Costa e Silva, anunciava a implantação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), com o qual o presidente da República passava a ter poderes para comandar atos como o fechamento do Congresso, a cassação de mandatos, a intervenção em Estados e Municípios, a suspensão de direitos políticos ou o decreto de uma censura exacerbada à imprensa. Por consequência, jornais e revistas que não apoiassem a presidência estavam com os dias contados. A partir de então, a presença de três censores – dois coronéis e um major – passou a ser constante na redação do *Última Hora* e de outros tantos jornais brasileiros, o que representou o completo cerceamento da liberdade de imprensa.

Com o AI-5, a imprensa se calou e Tarso de Castro não mais podia contar com a benevolência de seu editor-chefe. De nada adiantaria desrespeitar a linha editorial do jornal e tecer alguma crítica a algum figurão do regime militar, pois o texto não passaria pelo crivo dos censores. Restava ao jornalista, então, “apelar para uma arma que ele sabia usar muito bem desde os tempos de colunista em Passo Fundo: a ironia” (CARDOSO, 2005, p. 32). Enquanto os jornais do país se limitavam a publicar o factual, Tarso publicava, na “Hora H”, uma lista de seis pedidos a Costa e Silva. Observemos o Fragmento 7:

Fragmento 7 – Tarso não queria saber quando o presidente voltaria a dar legitimidade ao Congresso, quando respeitaria novamente as decisões judiciais ou convocaria eleições diretas. Suas reivindicações eram **mais nobres**: o governo tinha de tomar, com urgência, alguma atitude contra o casamento da atriz e *socialite* Regina Rozemburgo, musa de Ipanema, com um estrangeiro, o milionário francês Gerard Lecléry. Também **não podia deixar de punir** o colunista Ibrahim Sued, que insistia em deixar Sílvia Amélia Marcondes Ferraz fora de sua lista de dez mulheres mais bonitas do Rio. O sexto e último pedido de Tarso ao presidente era **ainda mais insolente**: “Não estará o governo atento aos problemas sociais? Se está, já sabe que eu e Carlinhos Oliveira fomos obrigados a reduzir a nossa dose de alimentos de primeira necessidade em razão do violento, inexplicável, e ultrajante aumento do preço do uísque escocês?” (CARDOSO, 2005, p. 32) (Grifo nosso).

Ao fazer o pedido expresso no Fragmento 7, que é ancorado em banalidades e na superficialidade, é criado um espaço para dizer algo que é importante e que não podia ser dito, a não ser pelo recurso do riso. O humor permite, assim, que circulem dizeres mais importantes, ou *mais nobres*, e que não podiam ser expressos na época.

A sátira política, assim, começava a ganhar espaço no jornalismo brasileiro, em especial nos sempre polêmicos textos de Tarso de Castro. Quando escolheu o deboche como arma contra a tirania do regime militar, o passo-fundense já começava a dar forma a *O Pasquim*, um tabloide que misturaria irreverentemente as posições da esquerda política com um jornalismo que se configuraria como uma das maiores revelações editoriais brasileiras. Após ter passado por diferentes jornais, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, o jornalista que, dentre outros trabalhos, criou o “Caderno ZH” do jornal *Zero Hora*, dedicou-se ao que seria “o surgimento do único sopro criativo da imprensa brasileira na época, um jornaleco feito por um bando de beberrões de Ipanema que iria influenciar o imaginário político-cultural de toda uma geração: O Pasquim” (CARDOSO, 2005, p. 107). Estava nas bancas um jornal que revolucionaria o seu tempo.

No dia 26 de junho de 1969, era, então, publicada, sua primeira edição:

[...] enquanto o país testemunhava o mau-humor contagiante do AI-5, um jornal chegava às bancas para reinventar a alegria jornalística. *O Pasquim* era a revolução dentro da revolução. Ali, se deflagraram todos os movimentos. A revolução do jornalismo, a libertação do coloquial, a viabilização do esquerdismo, a libertação do humor e do feminismo, a explosão da contra-cultura, o desatamento do movimento gay. Era a imagem e semelhança de seu criador, Tarso de Castro, que, em poucos meses, conseguira reunir um time de colunistas de primeira grandeza (CARDOSO, 2005, p. 116).

Não podemos deixar de registrar, após essa “imersão de Tarso de Castro na história d’*O Pasquim*”, que essa personalidade encantadora e que tanto *significou* para o Brasil não era uma personagem que a teoria da literatura definiria como “redonda”, eis que cheia de contradições. Permitimo-nos, então, já que falamos de uma personagem complexa e contraditória, também oscilar, neste momento, entre registros feitos sobre ele. A Tarso, atribuímos a criação d’*O Pasquim*, logo, nos permitimos acreditar que *O Pasquim* tem raízes em Passo Fundo.

Nas tantas histórias contadas sobre esse polêmico passo-fundense, Tarso é retratado como um homem muito bonito e de incontáveis conquistas, dentre as quais se podem citar nomes como Candice Bergan, famosa atriz hollywoodiana, Maysa, Nara Leão e Sílvia Amélia. Esta última (cujo nome não integrava a lista de Ibrahim Sued das dez mulheres mais bonitas do Rio de Janeiro, motivo de protesto de Tarso de Castro, conforme Fragmento 7) foi “roubada” de Tarso por Roberto Carlos, que, para tal, usou “um golpe dos mais baixos” (CARDOSO, 2005, p. 129), compondo para ela a música “Detalhes”: “Não adianta nem tentar / Me esquecer / Durante muito tempo em sua vida / Eu vou viver...” A letra fazia, ainda, menção a um cabeludo (Tarso de Castro), que cruzava na vida dos dois: “Se um outro cabeludo aparecer / Na sua rua / E isto lhe trouxer saudades minhas / A culpa é sua...”.

As informações desta seção, sabemos, não aparecerão diretamente nas análises apresentadas no capítulo 4, mas estão a serviço de uma contextualização enunciativa d’*O Pasquim*, eis que revelam “o berço” da irreverência que tanto o caracterizou. Compreendemos que se o semanário tivesse sido idealizado por outro grupo de jornalistas, esse perfil, que foi “único”, poderia não ter se instaurado. Assim, tal contextualização se põe a serviço da compreensão de que a enunciação movimentava diferentes saberes e diferentes sentidos, cuja coexistência pode provocar o humor, e de que isso fluiu com naturalidade nos textos de Tarso de Castro.

Pertinente pontuar, tudo isso é perpassado pela subjetividade, pois, conforme preceitua Benveniste em suas formulações sobre o sujeito, este é um sujeito social, o que impede que o vejamos como sujeito empírico com plenas individualidades e tomado em sua condição linguística.

Vale ressaltar que, embora a noção de sujeito seja fundamental²⁰, há, quando se fala em subjetividade, uma descentralização dessa noção, isso é, na enunciação, o sujeito não é apreendido como um sujeito em si, mas como um sujeito constituído socialmente.

²⁰ Essa noção será estudada no capítulo 3, à luz da Teoria da Enunciação.

Sujeito em si ou constituído socialmente, o fato é que o filho de Múcio de Castro não se subordinava nem a regras, nem à língua, e é dessa (in)subordinação na/pela língua que trataremos no próximo item deste capítulo.

2.2 A (in)subordinação marcada na/pela língua



Figura 11 - Charge d'O Pasquim: Do you sPASQUINglish?

A compreensão das contradições e da simultaneidade de sentidos marcadas nos discursos jornalísticos que circularam nas páginas d'O Pasquim, ainda que estudadas sob um viés enunciativo, precisa da importante aproximação entre língua e história, pois é isso que levará a que a articulação de determinados conceitos e a realização de certos recortes signifiquem perante as perguntas de pesquisa propostas em nossa investigação. Assim, em nossa perspectiva enunciativa, a abordagem do discurso veiculado n'O Pasquim é proposta a partir da articulação entre língua e história.

Aqui, especificamente, tem importância nossa percepção de que a língua – falada ou escrita – é transformadora das relações sociais, bem como a percepção de que o humor se efetiva a partir da coexistência de diferentes sentidos. Disso, evidenciamos que a constituição de sentidos não tem raízes exclusivas na língua, nem mesmo se efetiva fora dela, como

mostrarão os estudos benvenistianos e a Teoria da Enunciação, tema do terceiro capítulo desta tese.

Em diferentes momentos da história da humanidade, a língua foi instrumento na batalha contra as lutas de classe e contra as contradições por ela impostas. Nesse percurso, a circulação de diferentes saberes se configura como condição necessária para determinada semantização, pois o processo de constituição de sentidos transcende a simples decodificação dos signos e não se restringe à descoberta de sentidos exteriores ao texto, visto que o sentido é, como já apontamos anteriormente, sempre novo e nunca se dá em definitivo.

Esse movimento no qual diferentes saberes são simultaneamente movimentados, presente essencialmente no texto humorístico, se dá pelas aberturas, pelos espaços, e, nesse jogo de diferentes materialidades, cada indivíduo, a partir de determinados engendramentos, se apropria da língua e, assim, se constitui como sujeito, e, por conseguinte, (re)produz sentidos. Dessa forma, tanto as palavras quanto as imagens podem adquirir significados distintos em razão das diferentes manipulações que se faz da língua a partir dos enunciados propostos.

A constituição de sentidos humorísticos é marcada, então, por essa simultaneidade, especialmente quando considerado o papel da língua como um construto social e o fato de que o receptor – ou o *tu* a quem o discurso humorístico se destina – não é o único responsável pela compreensão ou pela incompreensão do sentido do humor. Muitas relações estão envolvidas nesse movimento de significação.

Nessa perspectiva, as páginas d’*O Pasquim* eram povoadas por enunciados que “mudavam de sentido”, ou que constituíam sentidos diferentes para cada sujeito que se apropriava da linguagem a partir dos enunciados pasquinianos, ou seja, seus textos eram recebidos de diferentes modos por diferentes *eus*, na constituição de sentidos.

O Pasquim reuniu renomados jornalistas da imprensa nacional, muitos dos quais também haviam colaborado com jornais alternativos. Seu primeiro entrevistado foi Ibrahim Sued, que, na ocasião, deu ao grupo um grande “furo de reportagem” ao revelar que “o próximo general a mandar no Brasil, depois do Costa e Silva, seria um tal de Garrastazu Médici” (JAGUAR, 2006, p. 7). Por essa razão, os 14 mil exemplares impressos foram vendidos em dois dias e mais 14 mil foram colocados à venda.

O jornal foi, segundo Sérgio Augusto (2006, p. 9), um risco, pois tratava-se de utopia imaginar “um jornal sem patrão, onde todos os colaboradores podiam escrever o que bem entendessem e como bem entendessem”. A utopia, no entanto, deu certo, e *O Pasquim* teve 1.072 números publicados, o equivalente a 22 anos de vida. Destaca Sérgio Augusto:

Fragmento 8 – Foi, sem dúvida, um risco; quase uma bravata. Entre setembro de 1968, quando a idéia do jornal não era mais que um brilho nos olhos de Jaguar e Tarso de Castro, e 26 de junho de 1969, **quando o primeiro número chegou às bancas, os generais haviam “legalizado” a ditadura com o AI-5 e a censura apertara as caravelhas nas redações menos dóceis ao novo regime.** O Pasquim não pagou barato pela audácia de nascer já **“do contra”** (sobretudo contra as babaquices da classe média) e “livre como um táxi”, “equilibrado como um pingente”, incômodo como “um folião num velório”. E ainda que nos primeiros tempos fosse mais folgazão, gozador, festivo (a expressão “esquerda festiva” foi inventada por um de seus colaboradores, Carlos Leonam) e atento a questões de comportamento, aos poucos deixou-se contaminar pelo inevitável: **a indignação política.** Sem, contudo, abrir mão do velho preceito de Horácio (reciclado por Jean de Santeuil): **o riso é a melhor arma contra todas as imposturas.**” (2006, p. 9-10 - grifo nosso).

No Fragmento 8, em primeira instância, observa-se a sequência *quando o primeiro número chegou às bancas, os generais haviam “legalizado” a ditadura com o AI-5 e a censura apertara as caravelhas nas redações menos dóceis ao novo regime*, que revela resistência ao regime. As redações menos dóceis eram aquelas que resistiam, que não silenciavam diante dos atos da ditadura e que, mesmo sendo alvo dos mais diversos atos repressivos dos militares, serviam de instrumento de denúncia. Muitos desses, tal como *O Pasquim*, apelavam para o uso do riso, *a melhor arma contra todas as imposturas*.

É pelo humor que *O Pasquim* enuncia, a partir da concepção de que o riso incentiva o desvio à norma, oferece um acordo, porque põe em cena uma multiplicidade de sentidos possíveis. Na perspectiva enunciativa, essa multiplicidade pode vir marcada na língua, na imagem, no símbolo ou no desenho gráfico, e significa.

O Pasquim não nasceu revolucionário. Em seus primeiros números, tratou muito de futebol, amenidades, música, teatro e cinema. Seu estilo irreverente, contudo, era inato. Tarso de Castro debochava de tudo e de todos, de amigos e desafetos, e “fazia o humor mais juvenil, petulante e agressivo do grupo” (AUGUSTO, 2006, p. 10). O tabloide ganhou muito prestígio e antes que chegasse à trigésima edição já estava com uma tiragem semanal de duzentas mil cópias. O leitor padrão do jornal (70% do total) tinha entre 18 e 30 anos, ou seja, representava o “filé mignon do mercado” (AUGUSTO, 2006, p. 10). A ditadura e seus apóstolos, no entanto, não integravam a lista de fãs e tentaram destruir *O Pasquim* por todos os meios; por isso, “os militares da ditadura vigiaram com crescente vigor as gracinhas do tabloide” (AUGUSTO, 2006, p. 10) e algumas edições, não obstante “aprovadas” e “liberadas”, foram inopinadamente recolhidas das bancas por alguma autoridade não satisfeita com o trabalho dos censores. Nesse contexto, muitos foram os textos em que palavras consideradas impróprias ou de baixo calão pelos censores tinham de ser cobertas com asteriscos, ato que foi satirizado na capa da edição de número 34, publicada em 18 de fevereiro de 1970:

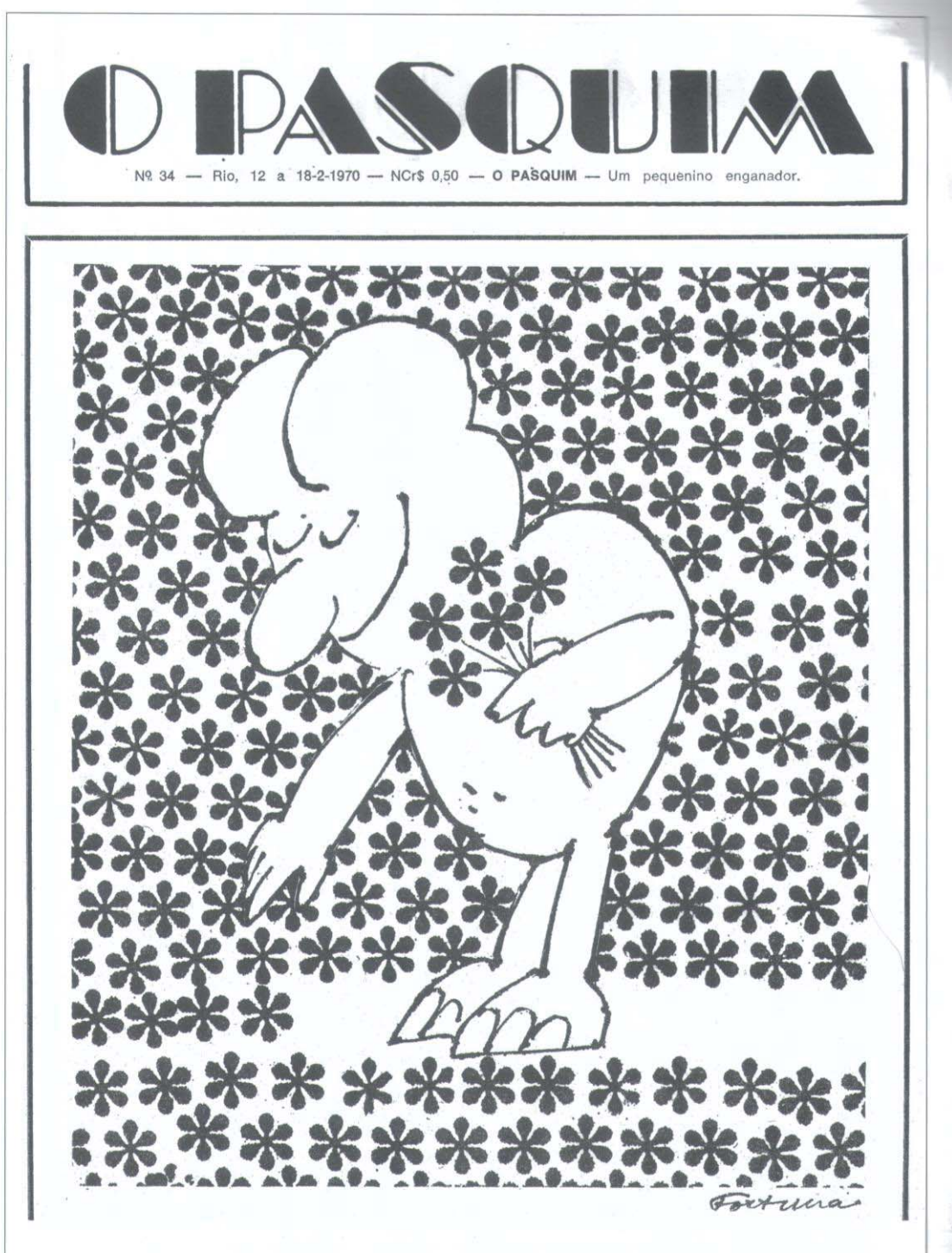


Figura 12 - Capa d'O Pasquim – Sig colhendo asteriscos

Num primeiro olhar à trigésima quarta capa d’*O Pasquim*, via-se Sig colhendo flores, todavia, uma análise mais atenta perceberia que as flores colhidas pelo ratinho consistiam nos asteriscos com que muitas palavras eram cobertas pela censura nas edições. O que “confunde” o leitor no jogo de sentidos entre flores e asteriscos é a presença de pequenos caules (de flores) que sustentam os asteriscos, de modo a formar um pequeno buquê na mão de Sig. As flores sendo colhidas podem nos remeter à compreensão de que há o desejo de “arrancar os asteriscos” e, portanto, de que a censura seja banida. Representam também mais uma artimanha para informar o leitor sobre a censura e a interdição repressora do governo. A coexistência de sentidos daquilo que era enunciado no jornal também era anunciada na capa daquela edição. Vejamos o Fragmento 9:

Fragmento 9 – Nº34 – Rio, 12 a 18-2-1970 – NCr\$ 0,50 – O PASQUIM - Um pequenino enganador

O pequenino enganador, nesse caso, era (representado por) Sid, pois os asteriscos, que podem ser entendidos como flores, têm o papel de “enganar” a censura. Assim, mesmo que o asterisco imposto pelo censor tente mudar ou esconder a palavra, essa ação não obtém o êxito desejado, porque a coexistência de sentidos diversos pode ser percebida pelo sujeito que lê o texto.

Pouco tempo depois desse episódio, chegava às bancas, em março de 1970, a 39ª edição do semanário. Na capa²¹, o anúncio “Sig resiste a tudo, de fio a pavio” fazia referência ao fato de que, alguns dias antes dessa publicação, uma bomba fora colocada na edição do jornal, “que só não explodiu por incompetência dos terroristas, gente da própria polícia” (AUGUSTO, 2006, p. 12). Esse contexto era reforçado pelo fato de que a capa trazia, também, como imagem central (com um perfil um pouco diferente das demais edições, essa capa tinha várias imagens), a imagem de Sig, o ratinho que se tornou símbolo do jornal, fantasiado de Estátua da Liberdade, suando de medo e empunhando, à guisa de tocha, um *Pasquim* em chamas. Além disso, na contracapa, anunciava-se: “Este número foi submetido à censura e liberado”. O fato de vários cortes terem sido feitos pela censura não estava anunciado, no entanto, o leitor mais atento podia identificar a ação dos militares no conteúdo daquela edição, que, de modo especial, recorria à irreverência para, ao longo de várias páginas, denunciar a barbárie à qual o tabloide havia sido exposto.

²¹ Esta capa compõe o *corpus* de análise desta tese e, portanto, está inserida no capítulo 4, sessão 4.1 (Figura 23).

O atentado poderia ter causado várias vítimas fatais. O jornalista Sérgio Augusto publicou, em janeiro de 2015, no jornal O Estado de São Paulo, um artigo intitulado “Ninguém quis ser o ‘Pasquim’”, no qual detalha o episódio. Parte do texto foi reproduzido pela Comissão da verdade do estado de São Paulo, no *Relatório [Verdade aberta] - Tomo I - Parte III - Imprensa de Resistência à Ditadura*:

Na madrugada de 12 de março de 1970, colocaram uma bomba na sede do hebdô carioca, uma casa de dois andares na fronteira entre Flamengo e Botafogo, na zona sul da cidade. Não havia ninguém na redação àquela hora. Sua carga pesava cinco quilos, o dobro da que destruíra uma loja do Correio da Manhã, na avenida Rio Branco, e as vidraças do prédio de 25 andares em que ela se localizava. Felizmente, deu chabu no artefato explosivo. Os responsáveis pelo atentado apertaram demais a ligação do estopim com a espoleta, e o fogo não chegou até o carregamento de dinamite e TNT. Além de covardes, os terroristas a serviço dos fundamentalistas do regime militar não primavam pela competência, o que ficou mais do que evidente quando aquela bomba destinada a explodir o Rio Centro, em 1981, estourou antes do tempo no colo de um dos oficiais encarregados da missão. Após examinar a bomba – não a bomba neném que matou o sargento, mas a que quase destruiu a redação do Pasquim –, o detetive Penteado, perito do Dops (Departamento de Ordem Política e Social), afirmou ter sido a maior que encontrara num atentado terrorista. Tinha um cano plástico de 30 cm, ligado a uma lata de Toddy através de uma rosca e de rebites. Estava envolvida por um saco de aninhagem, um papel das Casas da Banha e duas folhas de jornal retiradas do Caderno B do Jornal do Brasil. Se explodisse, destruiria a sede do Pasquim, matando seu vigia (o doce “seu” Oscar) e a mulher, e provocaria uma carnificina nos prédios vizinhos. Por ser um petardo poderoso, seus estilhaços poderiam ainda atingir um gasômetro instalado a mais ou menos 100 metros do jornal, causando estragos incalculáveis, estimou o detetive Penteado, que ficou impressionado com a técnica adotada no mecanismo da bomba, coisa de especialistas na avaliação do agente da lei.

Em um trecho anterior a esse fragmento, Sérgio Augusto faz uma analogia do episódio da bomba n’*O Pasquim*, relacionando-o com o massacre ocorrido no jornal francês Charlie Hebdo²². Em 7 de janeiro de 2015 – uma semana antes da publicação desse artigo de Sérgio Augusto –, em Paris, terroristas invadiram a redação do jornal e mataram 12 pessoas. O ataque foi motivado pelo repúdio às charges publicadas por aquele semanário, as quais escrachavam e faziam piada com o profeta Maomé, que, segundo o islamismo, é o mensageiro

²² Embora conscientes de que o ataque ao semanário francês não foi o único ato de intolerância que marcou a história contemporânea (dentre os casos recentes, pode-se citar o ataque talibã a uma escola em Peshawar, no Paquistão, em dezembro de 2014; o atentado do Boko Haram em Baga, na Nigéria, em janeiro de 2015; o massacre terrorista em Paris, em novembro de 2015; e o atentado em São Petesburgo, na Rússia, em abril de 2017), a referência a esse caso em específico se justifica, aqui nesta tese, em razão de que talvez ele tenha sido o único – ao menos dentre aqueles que ganharam espaço na mídia – que teve raízes na intolerância em relação à liberdade de expressão, e, mais especificamente, ao humor, o que o aproxima d’*O Pasquim* e faz desse um episódio simbólico e, talvez, um dos registros mais hediondos na história de intolerância ao humor. Isso nos interessa em razão de que as páginas dessa história colocam lado a lado uma série de questões paradoxais, que dizem respeito aos limites do humor, à recepção – e à constituição – de sentidos e a muitas outras temáticas que colocam em um mesmo cenário a graça e a des-graça.

de Deus. Como alvo, os terroristas – de origem muçulmana – tinham os editores e os chargistas que, por meio do humor, atacavam a sua religião. Em seu Twiter, Sérgio Augusto (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, s.p.) publicou: “Foi como se tivessem invadido a redação do Pasquim e matado Millôr, Henfil, Jaguar, Ziraldo, Claudius, Fortuna, Redi, Caulos, Miguel Paiva”.

Ao comentar que “o semanário Pasquim foi a publicação brasileira espiritualmente mais próxima de Charlie Hebdo”, Sérgio Augusto chamou atenção para o fato de que “Os franceses desconheciam a censura, podiam praticar livremente seu humor ‘bête et mechant’, ao passo que seus pares brasileiros, sob o tacão de uma ditadura militar, sofriam, além de censura prévia, toda sorte de pressões e constrangimentos”. Voltando a referir-se ao episódio da bomba na redação d’*O Pasquim*, sentencia que “Os beleguins da repressão verde-amarela não tinham coragem para entrar atirando numa redação, como os jihadistas fizeram (...) em Paris. Preferiam o terrorismo à sorrelfa, uma bomba aqui, um incêndio em banca de jornais ali, o trivial da covardia sem rosto”. Era a ditadura sem face, mas com muita expressão.

Na edição seguinte, as páginas pasquinianas estampavam uma foto de Luiz Carlos Maciel, Paulo Francis, Jaguar, Fortuna, Tarso, Millôr, Henfil, Ziraldo, Sérgio Cabral e Paulo Garcez, na redação do jornal, vestindo máscaras de caveira e postados ao lado de uma caixa de uísque vazia, com a seguinte legenda (escrita, mas não assinada, por Millôr):

Damo-nos por vencidos, como diria um purista. Até agora ainda não sabemos quem colocou a bomba na Rua Clarisse Índio do Brasil (vocês já repararam no nativismo de nosso endereço?) na madrugada de quinta-feira, 12 de março (felizmente, como sempre, estávamos no bar). Mas já sabemos, naturalmente, a direção e de onde veio o ataque. E sabemos, sobretudo, o que pretendem os agressores. Assim, para evitar qualquer futuro atentado, damos, acima, aquilo que tão ardentemente desejam os terroristas: ver nossas caveiras.

Assim, a última página (contracapa) da 39ª edição d’*O Pasquim* mostrava que “terror com humor se paga”:



Damo-nos por vencidos, como diria um purista. Até agora ainda não sabemos quem colocou a bomba na rua Clarisse Índio do Brasil (você já repararam no nativismo de nosso endereço?) na madrugada de quinta-feira, doze de março (felizmente, como sempre, estávamos no bar). Mas já sabemos, naturalmente, a direção e de onde veio o ataque. E sabemos, sobretudo, o que pretendem os agressores. Assim, para evitar qualquer futuro atentado, damos, acima, aquilo que tão ardentemente desejam os terroristas: ver nossas caveiras. Pela ordem, da esquerda para a direita: Luiz Carlos Maciel, Paulo Francis, Jaguar, Fortuna, Tarso, Millôr, Henfil, Ziraldo, Sérgio Cabral, Paulo Garcez e a caixa de uísque vazia.

TIRAGEM COMPROVADA :

225.000 exemplares

O PASQUIM

Este número foi submetido à Censura e liberado

Expediente — Conselho de Redação: Tarso de Castro (Editor), Sérgio Jaguaribe (Editor de humor), Sérgio Cabral (Editor de texto), Luiz Carlos Maciel (Dicas), Paulo Garcez (Editor de fotografia), Murilo P. Reis (Diretor-Responsável), José Grossi (Diretor-Comercial), Redação e Administração: Rua Clarisse Índio do Brasil, 32 — Tel.: 226-4764, Rio-GB, São Paulo — Av. Paulista, 2.073 — Conjunto Nacional — 13.º andar — conjunto 1.317 — Tel.: 287-4728 — Impresso no Correio da Manhã, Av. Gomes Freire, 471. Distribuição exclusiva para todo o Brasil: Distribuidora Abril Ltda. — R. Emílio Goeldi, 575 — Caixa Postal, 945 — São Paulo. Exemplares atrasados: São Paulo: R. Brigadeiro Tobias, 773 — Guanabara: R. Sacadura Cabral, 141.



Figura 13 - O Pasquim - contracapa da edição nº 39

Exemplificamos, com essas publicações d'*O Pasquim*, fatores que trazem a (in)subordinação marcada na/pela língua, tema sobre o qual dedicamos esta seção. Passamos, agora, a olhar para o humor no texto jornalístico, foco de interesse desta tese e sobre o qual nos propomos a refletir a partir deste ponto.

2.3 O discurso jornalístico



Figura 14 - Capa d'*O Pasquim*: Todo paulista que não gosta de mulher é bicha

No discurso jornalístico, o cotidiano e a história ganham sentido ao serem conectados e ao retratar e tornar o mundo compreensível aos leitores. O humor encontrado nos textos d'*O Pasquim*, não comum nos veículos de comunicação em tempos de ditadura militar, foi ganhando notoriedade pela crítica que fazia, por vezes, era expressa, por outras, se escondia, velada por meio de explicações ou ironias. Um fator que contribuía com esse “esconder-se” era a literalidade tradicional aos textos jornalísticos. Assim, o caráter de informatividade peculiar ao jornalismo fazia com que muitos sujeitos sequer procurassem um segundo sentido naquilo que era enunciado, pois esse não era o perfil esperado de um jornal. Com isso, muitos sujeitos limitavam-se a perceber um sentido único em textos que, na verdade, reuniam uma multiplicidade de significações.

Fatos podem criar notícias, que, por sua vez, podem criar fatos. Tais fatos – ou a maneira como são narrados – dependem em muito das possibilidades enunciativas específicas de cada sociedade e de cada período histórico. Nesse contexto, importante ponderar, mesmo que exista apenas um fato, ele pode ser acompanhado de vários sentidos, uma vez que pode envolver uma multiplicidade de sujeitos. Além disso, conforme referimos anteriormente, não há que se falar em *um* sentido correto ou não, tampouco é possível referir um sentido mais (ou menos) evidente. O que há são diferentes sujeitos realizando diferentes movimentos, que os conduzirão a também diferentes significações – ou mesmo, um único sujeito produzindo significações diversas em tempos diversos.

No que refere a essas diferentes significações, retomamos a afirmação de que há casos em que o riso não se constitui porque emissor e receptor não compartilham das mesmas informações. Por isso, para garantir a compreensão de uma análise que faremos na sequência, nos reportamos à história e destacamos que o Brasil, no ano de 1969 e nos seguintes, vivia o auge da ditadura militar e do cerceamento de liberdades civis, provocado pelo AI-5, o que acabou por tolher os espaços de oposição ao regime militar. Fez-se necessária, então, nos mais variados setores sociais contrários ao regime, a criação de espaços de crítica, de resistência e de contestação, contexto no qual surgiu – e ganhou espaço – *O Pasquim*.

Embora, em um primeiro momento, o jornal não se pretendia político nem tinha como objeto o confronto e a crítica ao regime, a pressão que sofreu fez com que se tornasse um expressivo espaço para as resistências. O tabloide cresceu, então, não se submetendo à censura e diminuindo a carência de informações que moldavam a sociedade brasileira. Ousadamente, passou a ironizar setores e personalidades que apoiavam o regime militar e sua postura crítica teve como resultado a repressão política.

Os acontecimentos mais importantes do panorama nacional e internacional eram criticamente relatados no semanário. Seus textos, inovadores, tinham caráter de comentário pessoal e demonstravam uma espontaneidade incomum aos textos jornalísticos até então veiculados, como o texto de Chico Anysio publicado na quarta edição, datada de julho de 1969:

Fragmento 10 – Meu querido Tarso: Esta é uma grande diferença que há entre nós: **eu não prometo e entrego; você promete e não entrega.** Claro que há outras diferenças, claro. Você é Flamengo e eu, como tenho imaginação, sou América, mas isso já é esnober e longe de mim a intenção de ser o motivo de sua psicanálise (Não faz? Mas precisa!). O Sérgio Cabral me falou uma tarde no maracanã que queria uma colaboração minha para O PASQUIM (que enquanto não pagar, disso não passará) e então aí vão logo duas. É lógico que nenhuma das duas presta mas, pelo preço, você queria o quê? Sendo eu um profissional, não fica bem para a minha cara esse negócio de trabalhar em troca de “muito obrigado”, ainda que seja o seu melhor “muito obrigado”, como costumam dizer os locutores de TV. Eu soube, da chamada fonte limpa, que o meu admirável mestre **Millôr Fernandes anda trabalhando de graça para O PASQUIM.** Eu sei que isso é uma **desculpa que ele está preparando para o Imposto de Renda.** Não sei como ele conseguirá, mas que vai conseguir, disso eu tenho certeza. [...] (ANYSIO, 2006, p. 22).

Mais uma vez, percebe-se a criação de um espaço de contestação pelo recurso ao banal, só possível por meio do humor. Ao se dizerem banalidades, são colocadas em circulação coisas sérias, tal como a crítica aos altos impostos, percebida pela afirmação – no Fragmento 10 – de que Millôr Fernandes iria sonegar ao imposto de renda a declaração sobre a sua remuneração n’*O Pasquim*; ou o não cumprimento de promessas políticas, percebido pela insinuação de Chico Anysio de que não prometia mas entregava, ao passo que Tarso prometia mas não entregava. Ao nomear Tarso, Chico Anysio criticava o governo e as promessas não cumpridas. Tais futilidades, como a sonegação ao imposto de renda de Millôr Fernandes e o hábito de Tarso de Castro de não cumprir promessas, que não interessavam no jornal, apareciam justamente para subverter a ordem, para dissimular, fingir que não se dizia nada de interessante, desviando a atenção dos censores. É por meio dessa brincadeira, desse humor, que se cria um espaço para que sejam movimentados sentidos e dizeres não autorizados pelos censores e pelos militares. Dessa forma, finge-se que se respeita o institucionalizado, porém, em verdade, esse institucionalizado está sendo afrontado. É pela dissimulação, que coloca outro assunto em foco para dizer aquilo que não pode ser dito, que o discurso significa.

Muitos outros fatores relacionados ao texto jornalístico fizeram com que *O Pasquim* ganhasse um papel de destaque e conquistasse o público leitor. Além de um humor descontraído, seus textos comumente sugeriam uma individualidade no que concerne à opinião dos seus colaboradores, o que proporcionava uma leitura diferente daquela oferecida até então pela mídia. O uso de recursos visuais tais como fotos e desenhos ganhou espaço de destaque no semanário e as entrevistas, além de comumente envolverem questões cotidianas a respeito da vida pessoal dos entrevistados, eram transcritas na sua íntegra, sem que fosse feito qualquer tipo de corte ou edição.

Em uma época em que a repressão e a censura cerceavam a imprensa e em que a mídia impressa e visual parecia estar em um vazio de produção cultural, *O Pasquim* rompeu padrões conservadores com sua crítica em forma de sátira e de ironia.

Estranhamente, o período de maior sucesso do jornal foi aquele em que a censura tinha de ser driblada. Criado logo após ter sido decretado o AI-5, seu fim é contemporâneo ao fim da ditadura. Se não tinha, inicialmente, a pretensão de se contrapor ao regime autoritário, foi na resistência que encontrou força para sua significação, ganhando natureza de um jornal de humor político de contraposição ao regime militar. Foi, assim, pelo “riso na ditadura” e pelo seu discurso de oposição que *O Pasquim* se consolidou como um espaço de crítica política.

No que refere à literalidade dos sentidos, sabe-se, ela é ilusória. E isso não seria diferente no discurso jornalístico, o qual adentra em campos sobre os quais seus leitores podem ou devem refletir. Sobre isso, destaca-se, no entanto, que o “leitor comum” nem sempre terá condições de perceber os processos que permeiam as diferentes – e seletivas – constituições de sentido tão características da mídia e do jornalismo.

Nos textos pasquinianos, portanto, a denúncia se sustenta no humor e nos variados sentidos, que acabam por revelar o deboche, as crônicas de opinião, os cartuns e o sarcasmo, provocando o riso, mas revelando os problemas do país e o perfil autoritário e repressor do Estado.

Ao falar sobre muitas peculiaridades relacionadas a *O Pasquim*, que assinou suas páginas com sagacidade e irreverência, encerramos este capítulo, que teve por objetivo apresentar esse “jornal de muita subversão e de muito riso” e que, durante sua existência, teve de recorrer a muitas estratégias para não ter “a cabeça cortada” – não pela Rainha de Copas, mas pelos militares, que comumente pautavam suas ações pela violência e pela censura extrema –, de modo a consolidar-se como um instrumento de denúncia e de resistência.

É linguisticamente que isso se constitui e essa é a razão pela qual dedicamos a próxima seção ao estudo da Teoria da Enunciação, para, sob um olhar benvenistiano, debruçarmo-nos sobre a manifestação da língua para identificar o que é, ou não, humor. Nesse sentido, abrimos mão do riso e do humor, para, agora, falar de um tema “sério”, qual seja, a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, com base na qual pretendemos compreender o humor e as relações enunciativas inerentes às suas manifestações linguísticas, bem como elucidar o modo como os sujeitos se inserem nesse processo.

3 ASSUNTO SÉRIO: A TEORIA DA ENUNCIÇÃO



Figura 15 - Charge d'O Pasquim: Tem um leitor ali com um sorriso inteligente

O caráter enunciativo d'O Pasquim repousa de modo crucial na questão dos sujeitos envolvidos em sua “construção” e no modo como constroem o jornalismo: pelo riso. Para tanto, recorreremos às suas sintagmatizações para, com base na Teoria da Enunciação, proceder à problematização do sujeito em questão e da multiplicidade de sentidos que devem ser, simultaneamente, percebidos por esse sujeito para que o humor se constitua. Tudo isso vai guiar o nosso olhar para compreender o funcionamento do humor nesse percurso enunciativo.

Nesse percurso, para pensar o humor com base na (e fidelidade à) Teoria da Enunciação, nos apropriamos de diferentes textos fundantes de Emile Benveniste²³, escolhidos em razão de sua contribuição na construção do saber necessário para amparar a análise do *corpus* deste trabalho, à qual nos dedicamos no quarto capítulo.

Assim, entendemos que, para compreender o funcionamento enunciativo do humor, era necessário fazer um recorte de textos cujo aporte teórico trouxesse conceitos que nos auxiliassem a pensar a língua e a sociedade de tal modo que fosse possível evidenciar as relações de intersubjetividade entre *eu* e *tu*.

Considerando ser a essência do pensamento de Benveniste centrada no homem, nosso primeiro e principal olhar é voltado à [Da] *subjetividade na linguagem* (1958/1995a) e ao fato de que a linguagem está na natureza do homem, o que faz dele um ser social. Em

²³ Tal como ocorre nos estudos da Teoria da Enunciação, os textos por nós escolhidos e aqui apresentados não obedecem a uma ordem cronológica de publicação.

Estruturalismo e linguística (1968/2006e), percebemos que homem, língua, linguagem, sociedade e cultura são indissociáveis. Além disso, olhamos para o modo como o sentido é organizado e vemos Benveniste falar em polissemia, conceito que nos será importante. Ao estudarmos a *Estrutura da língua e [a] estrutura da sociedade* (1968/2006d), percebemos que a língua contém a sociedade e que tanto a língua quanto a sociedade podem ser apreendidas tanto em seu nível histórico quanto em seu nível fundamental. Também, em *A forma e o sentido na linguagem* (1966/2006b), confirmamos que a língua é necessariamente o instrumento próprio para interpretar a sociedade e olhamos para o semiótico e o semântico e para a forma e o sentido, cujas relações engendram o funcionamento da língua.

Com *A natureza dos pronomes* (1956/1995c) e a *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946/1995b), vemos que os pronomes são instâncias linguísticas e que, nelas, *eu* é o indivíduo que enuncia e *tu* é o indivíduo alocutado; e que, quando o *eu* se marca, institui um *tu* e se constitui como instância de discurso. Percebemos ainda que as duas primeiras pessoas (*eu* e *tu*) não estão no mesmo plano em que a terceira (*ele*), a qual é tomada como a forma que exprime a não-pessoa.

Intencionalmente ao final desse percurso, aprendemos, com *O aparelho formal da enunciação* (1970/2006a), a importância da relação locutor e apropriação da língua e da presença do interlocutor, já que *eu* e *tu* constituem um ao outro e são constituídos na/pela linguagem, a partir da apropriação do aparelho formal da língua e do consequente estabelecimento do aparelho formal da enunciação, caracterizado pela singularidade em cada instância enunciativa.

Assim, a construção desta tese é ancorada em muitas incertezas e na vontade de chegar a muitas respostas (ação que, nesse percurso, nos conduziu a muitas novas perguntas). São, portanto, muitos os questionamentos que nos guiam, mas, a título de apresentação deste capítulo, escolhemos uma pergunta para, de modo abreviado, resumir o nosso olhar de pesquisador: qual o funcionamento enunciativo da língua no *Pasquim* que faz com que o humor se instaure para o sujeito, fazendo-o rir?

Evidentemente, para responder a essa pergunta, precisamos de muitas outras e, sabemos, o humor é uma questão complexa, pois compõe um tema que não se circunscreve exclusivamente à linguística – prova disso é que recorreremos, aqui, à filosofia, com Bergson; à psicanálise, com Freud; à cultura, com Propp; e à história, com Minois –, o que leva a nossa pesquisa a muitos outros campos. Se, no entanto, não podemos nos amparar em uma teoria da linguagem para dizer tudo o que desejamos sobre o humor e sobre os motivos pelos quais o homem ri, pautamos nosso trabalho na convicção de que a língua tem, sim, muito a dizer

sobre a constituição do humor. Assim, se é importante pensar sobre o que é possível dizer a respeito do humor do ponto de vista da linguagem, recorremos a Benveniste e a seus estudos para compreender o que a Teoria da Enunciação pode nos dizer sobre a constituição do humor, sobre os sujeitos que constituem esse processo e, principalmente, sobre a coexistência de sentidos, produzidos em diferentes situações de tempo, lugar e pessoa. É pela enunciação, portanto, que buscamos compreender o caráter polissêmico do humor, a partir da convicção de que o humor é produzido por um *eu*, que, ao fazê-lo, instaura um *tu*, para quem enuncia.

Temos ciência de que isso é uma parcela pequena na compreensão desse processo, pois, como dissemos, o humor tem raízes em inúmeros campos do saber, no entanto, é pela língua que compreendemos o mundo – e, aqui, importante repetir, para Benveniste (1995a, p. 285), o homem é um ser social, eis que “Não atingimos nunca o homem separado da linguagem (...). Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro”, e, se estamos devotados à compreensão do humor e do riso, precisamos (com base na certeza de que o homem é o único ser que ri), antes, compreender que “a linguagem ensina a própria definição de homem” (BENVENISTE, 1995a, p. 285), e, por isso, “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem” (BENVENISTE, 1995a, p. 285). Assim, se, por um lado, considerando que, ante ao grande alcance que tem essa temática, a contribuição da linguagem representa, em níveis proporcionais ou mesmo estatísticos, uma parcela pequena, por outro, estamos convictos de que essa contribuição se mostra de extrema relevância. Sabemos que estudos linguísticos não conseguem explicar por que se ri, tampouco podemos provar, pela linguística, a importância do riso para o homem. Por isso, recorremos à enunciação para explicar o aspecto enunciativo do humor, mas sempre cientes de que esse é apenas um dentre tantos outros aspectos inerentes ao riso.

Os estudos benvenistianos nos levam a crer que a Teoria da Enunciação concede à linguagem, de certo modo, um aspecto antropológico. Prova disso é que a essência do pensamento de Benveniste é centrada no homem. Para o teórico, a linguagem está na natureza do homem, do que se infere que é ingênua a ideia de que, nos primórdios, um homem teria encontrado outro homem e, juntos, estes teriam originado a linguagem. Por tudo isso, se olharmos a Teoria da Enunciação por um viés antropológico, podemos perceber que o humor tem papel relevante, uma vez que mostra claramente a relação língua e sociedade e língua e cultura.

Além disso, se, como vimos, para Benveniste, o homem é um ser social e a língua contém a sociedade, e, conforme o teórico afirma em *Estruturalismo e linguística* (1968), se a

origem do homem se dá na cultura e não na natureza, ao nascer em uma comunidade linguística, o que a criança aprende “é o mundo do homem” (BENVENISTE, 2006e, p. 20-21). Linguagem e sociedade são, então, no dizer de Benveniste, “noções gêmeas”, uma vez que homem, língua, linguagem, sociedade e cultura mostram-se como elementos indissociáveis.

Vemos, nesse sentido, que, ao escrever sobre *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1968), Benveniste (2006d) institui, tanto para a língua quanto para a sociedade, um nível histórico e outro fundamental. De um lado, atribui à sociedade caráter de dado empírico, histórico (a sociedade chinesa, a francesa, a assíria), e, à língua, caráter de idioma empírico, histórico (a língua inglesa, a espanhola, a assíria). Ressalta que a sociedade tem a coletividade como natureza, eis que é a base da existência humana, e que a língua tem “condição primeira da comunicação”, uma vez que “sistema formal significante” (BENVENISTE, 2006d, p. 96). Segundo o linguista, língua e sociedade seriam comparáveis no nível fundamental, ou seja, é possível estabelecer relações entre sociedade e língua em um nível no qual ambas constituem “realidades inconscientes” para o homem, representando “o meio natural e a expressão natural” (BENVENISTE, 2006d, p. 96), os quais têm natureza própria, são inalteráveis pela vontade do homem, e cuja ausência não pode ser concebida.

Sobre a natureza da relação entre língua e sociedade, Benveniste (2006b, p. 99-100) afirma que aquela é o interpretante desta, uma vez que “Nada pode ser compreendido – é preciso se convencer disto – que não tenha sido reduzido à língua. Por consequência, a língua é necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e de experiência que se chama sociedade”. Tal proposição, se aproximada à de que “a língua contém a sociedade” (BENVENISTE, 2006d, p. 97), evidencia a íntima relação entre ambas e ampara a necessária compreensão de que uma não existe sem a outra.

Ao justificar as duas proposições principais desse texto, Benveniste apresenta novamente a íntima relação entre sociedade e cultura: “descrever a sociedade, descrever a cultura” (BENVENISTE, 2006d, p. 98). O estabelecimento dessa proximidade parece nos permitir estender as proposições apresentadas também à cultura: a língua é o interpretante da cultura e a língua contém a cultura. No entanto, podemos nos perguntar se a afirmação “a sociedade torna-se significante na e pela língua” também pode ser estendida à cultura: a cultura torna-se significante na e pela língua? Se retornarmos a *Estruturalismo e linguística*, veremos que a relação que se estabelece lá é oposta: “a cultura é também um sistema que

distingue o que tem sentido, e o que não tem” (2006e, p. 22), em outras palavras, é a língua que se torna significante na cultura.

E se um viés antropológico sobre a Teoria da Enunciação nos mostra que a condição social é inerente ao homem, é a outra condição essencialmente humana que voltamos nosso olhar: a de que o sujeito ri. Esse homem que encontramos no mundo ri. Em Freud, encontramos um homem que, a partir das relações do inconsciente, ri daquilo que o faz sofrer. Para o psicanalista, rimos daquilo que nos diz respeito de alguma forma. Em Propp, temos no riso uma questão cultural. Para rir, o homem precisa compreender a cultura sobre a qual o humor foi construído. E há muitas outros pontos que amparam o riso. Mas, enunciativamente, voltamos a ponderar: qual o funcionamento enunciativo que faz com que o humor se instaure para o sujeito, fazendo-o rir? Por isso, buscamos compreender, do ponto de vista de uma teoria da linguagem, que o humor é a construção de um lugar de enunciação.

Esse é o fenômeno que marca a constituição do humor, e, por essa razão, identificaremos n’*O Pasquim* quais são os lugares possíveis de enunciação do humor construídos por esse importante representante da imprensa alternativa. Nesse processo, considerando que o humor se instaura quando o *eu* se apropria da língua e, com isso, se torna sujeito, bem como considerando que, na concepção benvenistiana, o sujeito é o eixo central de qualquer enunciação, passamos a direcionar nosso olhar para esse sujeito que se enuncia, para o homem que fala e por isso também é sujeito de seu dizer.

3.1 Somente é *eu* quem (se) enuncia



Figura 16 - Charge d'O Pasquim - Brasil, ame-o ou deixe-o

Buscamos, em Benveniste a compreensão de quem é o sujeito que enuncia. Nessa direção, é relevante observar que Benveniste não pretendia fazer uma teoria do sujeito. O que o linguista propôs foi uma teoria da significação, e, por isso, falar em enunciação implica falar em significação, e o significado representa parcela expressiva nos preceitos benvenistianos. Então, uma das maiores contribuições da Teoria da Enunciação está centrada na questão da subjetividade. Ao falar *Da subjetividade na linguagem* (1958), Benveniste (1995a, p. 288) afirma que esta consiste na capacidade do locutor de se propor como sujeito, o que tem como condição a linguagem. O teórico comprova isso ao dizer que é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego” (BENVENISTE, 1995a, p. 288). Disso tudo se infere que a subjetividade é determinada pela pessoa e por seu status linguístico e que, na inevitável relação entre linguagem e sentido, o sujeito e a sua (inter)subjetividade se apresentam como elemento chave.

Esse sujeito, para Benveniste, é constituído a partir do agenciamento, em seu enunciado, de algumas formas – como a dêixis ou o verbo – tomadas por empréstimo da língua pelo indivíduo que quer enunciar. Quem enuncia, quem produz, portanto, é sujeito.

Evidencia-se, assim, que a produção de sentido está centrada no *eu*, em um processo que tem raízes em uma situação que podemos denominar “eu-aqui-agora”. Mas há outros elementos que merecem espaço nesse contexto: o sujeito em Benveniste, para falar, para produzir sentidos, é constituído internamente por um *tu*, ou seja, ele não é um “*eu sozinho*”, tampouco é um “sujeito sozinho” – uma vez que, conforme afirmamos anteriormente, é ingênuo pensar que um *eu sozinho* encontraria outro homem e começaria a falar –, mas um ser constituído por um outro e, portanto, constituído pela intersubjetividade.

Naturalmente, isso não significa que o processo enunciativo tenha o *eu* como elemento exclusivo, pois a cada vez que se instaura um *eu*, se instaura um *tu*, o que materializa o processo da (inter)subjetividade do qual aqui falamos, afinal, o sujeito sempre fala para um (ou para muitos) *tu(s)*. Isso significa dizer que, sempre que enuncia, o *eu* pressupõe um *tu*, e, a partir de uma escolha, vai agenciar a língua de forma que determinado sentido – ou determinados sentidos – seja(m) compreendido(s) por esse *tu*.

Sob o olhar benvenistiano, quando isso ocorre, cada um desses *tus*, em contato com a língua, constrói sentido a partir de algo que é dito, e, por construir sentido, se forma como sujeito, como um novo *eu*. Essa é a razão pela qual esta seção tem como título “Somente é eu quem (se) enuncia”, pois, em um processo enunciativo, quando o *tu* se apropria do sistema

formal da língua, construindo o sentido proposto por um *eu* que fala, passa a ser *eu*, e, portanto, sujeito de sua própria enunciação. Em outras palavras, embora a enunciação seja direcionada ao *tu*, esse *tu* nunca vai enunciar, uma vez que, ao fazê-lo, se constitui como *eu*.

Há que se referir, aqui, que, ao contrário da estrutura que configura o processo enunciativo, a qual é repetível, os enunciados não se repetem, pois representam um uso individual da língua, com condições também únicas de produção do discurso (pessoa, tempo e lugar). Nesse contexto, encontraremos um *eu* que se apropria da língua e se enuncia para um *tu*, constituindo-se em sujeito, sobre um *ele*, em um *aqui* e um *agora*, uma vez que, à luz da Teoria da Enunciação, a instância de discurso do *eu* se efetiva em um espaço (*aqui*) e em um tempo (*agora*).

Para melhor compreender esse processo, tomamos por base o texto *A natureza dos pronomes* (1956), no qual Benveniste (1995c) apresenta as categorias de pessoa na chamada “instância de discurso”. O autor atenta para o fato de que a universalidade dessas formas linguísticas “faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem” (BENVENISTE, 1995c, p. 277). Reforça tal tese afirmando que os pronomes são um fato de linguagem, e que “uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as ‘instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (BENVENISTE, 1995c, p. 277). No mesmo sentido, considera que “a definição comum dos pronomes pessoais como contendo os três termos eu, tu, ele, abole justamente a noção de ‘pessoa’. Esta é própria somente de eu/tu, e falta em ele” (BENVENISTE, 1995c, p. 277-278), ou seja, são pessoas tão somente os participantes ativos de um ato de enunciação: *eu* e *tu*, uma vez que, de acordo com a teoria benvenistiana, o pronome *ele* não é portador do status de pessoa.

Nos estudos enunciativos, *eu* pode ser definido então como o “indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*” (BENVENISTE, 1995c, p. 279), o que revela que o pronome *eu* só pode referir-se à realidade do discurso. Em uma definição simétrica, no dizer de Benveniste (1995c, p. 279), *tu* é “o ‘indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*’”. Tal referência, que é “constante e necessária à instância de discurso, constitui o traço que une a *eu/tu* uma série de ‘indicadores’ que pertencem, pela sua forma e pelas aptidões combinatórias, a classes diferentes” (BENVENISTE, 1995c, p. 279). Tais indicadores somente têm valor na instância

de discurso que os contém e, nesse sentido, temos que, quando o *eu* se marca, institui um *tu*, sendo, portanto, o *eu*, indicador de enunciação.

Trazendo isso para uma relação de humor, e, mais especificamente no que diz respeito à temática estudada nesta tese, na relação de humor estabelecida pelas publicações d’*O Pasquim*, ancoramo-nos nos estudos de Flores (2013a) para compreender que ocorre uma relação entre locutor (*eu*) e interlocutor (*tu*), que se dá entre quem escreve o texto humorístico, por exemplo, e aquele para quem se escreve. Sobre isso, peço licença à cátedra para, em uma linguagem pouco acadêmica (mas, a meu ver, elucidativa), registrar que esse *tu*, na verdade, só existe na cabeça de quem fala ou enuncia, pois ele não é contemplado na situação comunicativa, uma vez que, no momento em que esse *tu* se apropria de um sentido a partir de uma enunciação, passa a ser o sujeito da enunciação, e, portanto, um novo *eu* enunciativo.

Assim, se, empiricamente, o *tu* existe (e não há dúvidas sobre isso), concebemos que, no que concerne à produção de sentidos, o *tu*, conforme Benveniste, não existe. Mais elucidativamente, compreendemos, à luz da Teoria da Enunciação, que o *tu* é pessoa não subjetiva. O *tu* não existe como enunciador. Quem enuncia é sempre *eu*, inclusive quando é leitura. O *tu*, na Teoria da Enunciação, não fala. Se fala, é *eu*. Se se enuncia, é *eu*. Se produz sentidos, é *eu*. Se, contudo, fala, fala para um *tu*. Se se enuncia, enuncia para um *tu*, e, se produz sentidos, o faz considerando a presença de um outro sujeito.

Ao falar sobre “Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação”, Valdir do Nascimento Flores (2013b, p. 96) reconhece que, dos estudos benvenistianos, depreende-se a “condição única do homem na língua”, concepção que “evoca a indissociabilidade do singular (homem) e do repetível (língua)”. Flores reconhece que na teoria benvenistiana não há uma definição precisa para o sujeito da enunciação. Assim, para compreender quem é esse sujeito, é preciso estabelecer relações a partir de conceitos como o de subjetividade, ação que “exigiria do leitor que tivesse presente também o que o autor entende por ‘locutor’ e ‘sujeito’ os quais, por sua vez, remetem a outras noções (‘língua’ e ‘linguagem’, por exemplo)” (2013b, p. 99). Nesse contexto, fica evidente que, à luz da Teoria da Enunciação, “O homem é homem porque tem linguagem” (2013b, p. 100), uma vez que, em Benveniste, linguagem e homem são indissociáveis.

Tal reflexão levaria, segundo Flores (2013b, p. 112), à percepção de que “não seria um contra-senso dizer que o *sujeito* seria *da* enunciação porque ele adviria *da* enunciação”, o que estaria ligado com a apropriação mencionada por Benveniste, a qual deve ser compreendida não como o ato de tomar posse, mas como o de “tornar próprio de si” (FLORES, 2013b, p.

112). Disso depreende-se que “o sujeito seria da enunciação na justa medida em que ele adviria, como um efeito semântico, dessa ‘*syntaxe d’énonciation*’” (FLORES, 2013b, p. 113). Tem-se, dessa forma, um sujeito que advém da enunciação e que se inscreve numa sintaxe igualmente enunciativa, o que “exige do linguista a convocação de uma exterioridade teórica à linguística” (FLORES, 2013b, p. 114). O sujeito da enunciação, portanto, é um sujeito que se marca a partir de um processo enunciativo, constituindo e assegurando sentidos.

Inferimos, disso, que o sujeito é *da* enunciação porque é o sujeito do momento, é o sujeito da fala, no tempo exato em que enuncia. Nesse sentido, Flores (2013b, p. 96), ao falar “da condição única do *homem na língua*”, a insere numa perspectiva a qual denomina “*singularidade que advém de uma sintaxe da enunciação*” (grifos no original). Ao destacar isso, evidencia que Benveniste evoca a indissociabilidade do singular (que compreendemos como o único ou subjetivo) e do repetível (que é aquilo que está na língua, no sistema). Assim, o sujeito é *da* enunciação porque é *produto* da enunciação, ou seja, ele se torna sujeito porque existiu uma enunciação naquilo que produziu. Assim, se o desejo é referir-se àquele que produz o enunciado, há que se falar em sujeito do enunciado, ou em locutor. Flores (2013b, p. 96) chama atenção, portanto, para o fato de que o objeto da enunciação não é o texto, mas o ato de enunciar, e registra que Benveniste parece estabelecer uma diferença entre o que é da ordem da enunciação – a qual descreve como o ato de produzir um enunciado – e o enunciado propriamente dito. Assim, Flores (2013b, p. 115), ao falar do *sujeito da enunciação*, fala em *sujeito que advém da enunciação*. Compreendemos, portanto, que o sujeito, como produto da enunciação, se constitui a partir do momento em que o locutor, apropriando-se da língua toda, a engendra e compõe sentidos. Ao fazer isso, o locutor *enuncia*, e, enquanto sujeito, *se enuncia*, pois “é constitutivo do homem que ele tenha de se expressar na língua”, uma vez que “essa é a condição de existência do homem” (FLORES, 2013b, p. 116) e, portanto, condição de significação.

O sujeito é, portanto, produto da enunciação, é produto das relações entre sujeitos; e as relações enunciativas, por sua vez, são produto porque o sujeito é produto *da* enunciação. Nesse sentido, concebemos, nesta tese, que a constituição do riso não se limita às relações enunciativas, pois envolve as relações intersubjetivas, compostas por *eu* e *tu*. As relações enunciativas são resultado das relações entre *eu* e *tu*.

Especificamente no que refere a *O Pasquim* e à constituição do humor, é importante lembrar que a enunciação ocorre quando um *eu* pressupõe um *tu*. Se isso não acontecer, nem mesmo o *eu* existirá. Lembramos, também, que o humor se constrói enunciativo na medida em que evoca diferentes enunciações e é nessas diferentes enunciações que existe a relação do

eu e do *tu*. *O Pasquim* (*eu*), ao enunciar, imagina quem é o seu leitor (*tu*) e faz escolhas que, em sua concepção, movimentarão diferentes sentidos para o *tu*, de modo que o que fora enunciado terá, para esse leitor, caráter de humor. Ao estabelecer sentidos para aquilo que leu, o leitor se constituirá como um novo *eu*. O humor, portanto, sempre se efetiva no *eu*, seja ao propor sentidos (nesse caso, *O Pasquim*), seja ao produzir sentidos a partir de uma leitura feita (nesse caso, o leitor). As diferentes enunciações são sempre provocadas pelo *eu*, que, para tal, mobiliza diferentes sentidos, numa situação de tempo, espaço e pessoa.

Compreendemos, com isso, que os preceitos aqui expostos justificam a filiação teórica à qual recorreremos para amparar estes estudos de doutoramento, pois Benveniste produz uma teoria que nos prova que o sujeito se produz na língua, e, portanto, se produz na leitura, na produção e na interpretação, e é esse o olhar que ampara os próximos itens deste capítulo, os quais contemplam os diferentes elementos que fazem parte desse processo de intersubjetividade, a partir da relação entre seus diferentes sujeitos. Assim, o próximo item é dedicado à compreensão de quem é, à luz dos estudos benvenistianos, esse sujeito que se enuncia.

3.2 Quem sou eu? quem és tu? Um olhar enunciativo sobre as categorias de pessoa e de não-pessoa e sobre a (inter)subjetividade



Figura 17 - Charge d'*O Pasquim*: Que país foi este?

Após tecidas diferentes ponderações, nos capítulos iniciais desta tese, sobre o humor e sua constituição, e após discorrer sobre o processo de composição de sentidos a partir da constituição do indivíduo como sujeito no momento em que se apropria da língua, recorre-se à

Teoria da Enunciação para entender as marcas do sujeito na língua e os reflexos da intersubjetividade nesse processo de constituição dos sentidos.

Mais do que isso, contudo, busca-se evidenciar que essa é uma relação complexa, eis que transcende a subjetividade do *eu*, pois, embora somente o *eu* signifique e somente esse *eu* produza sentidos, o *tu* é importante elemento nesse processo de humor. Isso se justifica em razão de que é para o *tu* que o *eu* enuncia, uma vez que é a partir do desejo de estabelecer determinados sentidos que o humor é proposto – ou enunciado – pelo *eu*.

O indivíduo deseja constituir determinado sentido e, ao fazê-lo, se enuncia e se constitui como sujeito. Mas o riso somente vai se efetivar se o seu interlocutor der voz a essa efetivação, a partir do reconhecimento da coexistência de sentidos, que podem, ou não, ser antagônicos. Assim, se é no contexto enunciativo que se constitui o homem na língua, a compreensão das categorias de pessoa – a partir da noção de pessoa e de não-pessoa em Benveniste – leva também à compreensão daquilo que é enunciado e de todos os elementos intrínsecos à constituição desse sentido.

Assim, se, em *A natureza dos pronomes*, Benveniste nos apresenta as categorias de pessoa, é no texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946) (BENVENISTE, 1995b) que encontramos a definição de que a categoria de pessoa é composta por três pessoas: o *eu*, ou aquele que fala (primeira pessoa); o *tu*, ou aquele com quem se fala (segunda pessoa); e o *ele*, que é aquele de quem se fala, ou seja, o ausente, ou, na definição de Benveniste, a não-pessoa (terceira pessoa). Sobre essa relação e classificação, Benveniste (1995b, p. 248) chama atenção para o fato de que “é preciso, portanto, procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia”. O teórico ampara seu apontamento na evidência de que as duas primeiras pessoas não estão no mesmo plano em que a terceira, a qual é tomada “(...) como a forma verbal que tem por função exprimir a *não-pessoa*” (BENVENISTE, 1995b, p. 251), e reforça que tais denominações traduzem um conflito entre as duas primeiras e a terceira pessoa. Destaca que há uma correlação de personalidade marcada pelo par *eu-tu*, o qual é marcado pela unicidade e pela reversibilidade, o que não se efetiva no *ele*.

Nessa relação, permeada pela alternância entre os protagonistas do discurso e pela reversibilidade, *eu* e *tu* designam um novo ser a cada enunciação: “o que *eu* define como *tu* se pensa e pode inverter-se em *eu*, e *eu* se torna um *tu*” (BENVENISTE, 1995b, p. 253). Para o linguista francês, essa reversibilidade entre *eu* e *tu* não implica igualdade, tampouco simetria, o que não significa dizer que há hegemonia de um sobre o outro, mas que, ao contrário, um

não se concebe sem o outro: os dois se implicam mutuamente na realidade humana do diálogo.

Outra oposição – além da estabelecida entre *eu-tu/ele* – é proposta por Benveniste. O linguista também opõe *eu* a *tu*, o que chama de “correlação de subjetividade”, explicando que “poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, face da pessoa subjetiva que *eu* representa” (1995b, p. 255). Prossegue sua reflexão apontando que é tão somente na instância em que é proferido que o *eu* assumirá determinado valor, e preceitua: *eu* é o “indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*”. Do mesmo modo, *tu* é o “indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*” (1995b, p. 279). É o que o linguista denomina como sendo o status de sui-referencialidade das pessoas *eu* e *tu*, em oposição à não-pessoa *ele*, a qual, “em si, não designa especificamente nada nem ninguém” (BENVENISTE, 1995b, p. 253), eis que se caracteriza pela forma pela qual uma coisa é predicada verbalmente.

Tendo por base esse conceito, Benveniste (1995b, p. 282) pondera que a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para “as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva” (grifos do autor). Dessa relação, evidencia-se, no processo enunciativo, a presença de elementos subjetivos e objetivos. Os primeiros são materializados pelos signos que constituem a enunciação *eu*, *tu*, aqui e agora. Os segundos, pelos signos no eixo da não-pessoa.

Outro conceito fortalecido por essa relação e pelas categorias de pessoa é o de intersubjetividade. O linguista francês, ao escrever a respeito *Da subjetividade na linguagem* (1995a), texto originalmente publicado no ano de 1958, evidencia que toda a linguagem é (inter)subjetiva. Nesse particular, afirma, segundo (reiteradas vezes) apontado anteriormente nesta tese, que o homem nunca é atingido separado da linguagem, tampouco ele a inventa. Jamais reduz-se a si mesmo e também não procura conceber a existência do outro. “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem” (1995a, p. 285). Ao afirmar isso, Benveniste (1995a, p. 286) defende que a linguagem é constitutiva do homem, uma vez que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”. E se é pela linguagem que o homem se forma como tal, é a interação com o outro – inerente a esse processo – que caracteriza a subjetividade.

Quando se fala em linguagem e em homem, contudo, há que se apontar que estes não estão em polos opostos. Ao elucidar isso, Benveniste (1995a, p. 85) deixa claro que a linguagem não é um instrumento de comunicação, pois falar de instrumento “é pôr em oposição o homem e a natureza”. É, antes, condição da existência humana, uma vez que o homem é homem porque é um ser de linguagem, que se constitui na fala com outro homem, o que caracteriza uma relação de intersubjetividade.

E, se a relação intersubjetiva é naturalmente marcada pela interação entre diferentes sujeitos, pertinente compreender quem é, à luz da Teoria da Enunciação, esse “homem na língua”. Um primeiro olhar sobre a teoria pode remeter à compreensão de que, sob uma perspectiva enunciativa, os conceitos de locutor, sujeito e homem sejam sinônimos, contudo, ainda que remetam à mesma referência no mundo, eles diferem entre si. Para Benveniste (1995a, p. 289), locutor é o ser do discurso responsável por colocar a língua em funcionamento por meio de um ato de apropriação. É ele que opera a sintagmatização na busca de uma semantização, ou, em outras palavras, é quem faz a conversão da língua em discurso. O locutor, segundo Flores (2009, p. 157), é o “indivíduo linguístico cuja existência se marca na língua toda vez que toma a palavra” e, no dizer de Benveniste (1995a, p. 286), “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso”. Nesse sentido, a noção de sujeito, enquanto categoria dada na/pela linguagem, relaciona-se à apropriação da língua feita pelo locutor.

Dessas relações, depreende-se que a subjetividade é elemento intrínseco à linguagem, sobre o que Benveniste (1995a, p. 289) destaca que “a linguagem de algum modo propõe formas ‘vazias’ das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua ‘pessoa’”. Assim, a categoria de pessoa e o caráter intersubjetivo da linguagem são materializados e relacionados no exercício da língua. Para o linguista francês, a situação de enunciação somente se efetiva se apreendidos os diferentes referentes que a envolvem, pois “fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito” (BENVENISTE, 2006c, p. 69). As relações intersubjetivas no funcionamento da língua ocorrem, portanto, quando o locutor se apropria do aparelho formal da língua e se enuncia como *eu* no seu discurso, instaurando um *tu*.

Eu e *tu* são, portanto, mutuamente constitutivos, não sendo possível pensar em um sem a presença do outro. E é essa constituição pelo outro que dá vazão à subjetividade. Para que o locutor possa passar a sujeito no/pelo discurso, essa relação intersubjetiva precisa se efetivar. No mesmo sentido, na enunciação, o *ele* não participa e, portanto, se constitui como a não-pessoa. Necessário ressaltar, contudo, nesse contexto, que essa “não participação” não tira o

caráter subjetivo da relação, uma vez que, conforme preceitua a Teoria da Enunciação, a objetividade na língua é pura ilusão e a não-pessoa “faz necessariamente parte de um discurso enunciado por *eu*” (BENVENISTE, 1995a, p. 292). Para Benveniste, a subjetividade é determinada, portanto, pela pessoa e pelo seu lugar na língua e os pronomes pessoais são as primeiras referências para a compreensão de sua ocorrência. As categorias de pessoa movimentam indicadores de subjetividade, eis que constituem traços formais da língua, os quais explicitam a relação do locutor com essa língua. Assim, o reconhecimento se dá a partir do contraste estabelecido entre *eu* e *tu*, pois, na linguagem, essa polaridade é constitutiva da categoria de pessoa.

Depreendemos, dos estudos que nos trouxeram até aqui, que, no processo enunciativo, a relação com o mundo é expressa a partir da visão do *eu*, que, ao utilizar das formas da língua, se subjetiviza, em um processo que é sempre singular e irrepetível. Desse modo, se o *eu* enuncia e o *tu*, como alocutário, é a “pessoa verbal que é interpretada pela primeira pessoa” (FLORES, 2009, p. 204), e que, conforme defendemos, ao significar, se constituirá como um novo *eu*, propomo-nos a, na próxima seção, compreender melhor as relações de língua e cultura que permeiam essa subjetividade e a polissemia enquanto coexistência de sentidos, fenômeno que pode justificar a constituição do humor, a partir da apropriação de diferentes significações.

3.3 Língua, cultura e relações polissêmicas

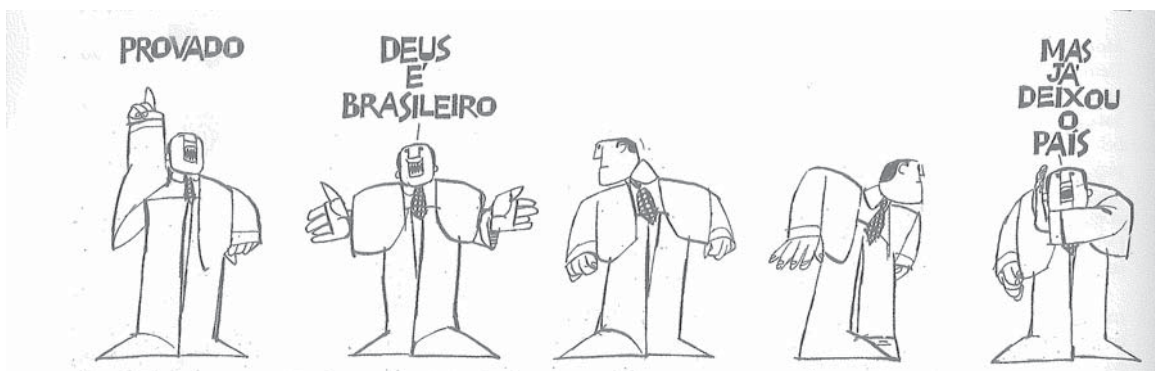


Figura 18 - Charge d'O Pasquim - Deus é brasileiro mas já deixou o país

Em *Estruturalismo e linguística* (1968) – texto que transcreve uma entrevista concedida por Benveniste a Pierre Daix, publicada na revista *Lettres françaises* – Benveniste (2006e) aborda a relação língua e cultura e, ao falar sobre uma língua que traz valores impressos nela mesma, aponta para a necessidade de se interpretarem os dados linguísticos “na sua realidade” (BENVENISTE, 2006e, p. 13), mesmo que “em relação a uma cultura que não conhecemos mais” (BENVENISTE, 2006e, p. 13). Disso se infere que cultura e língua se relacionam de tal modo que uma faz sentido na e pela outra.

Esse texto, embora trate-se de uma entrevista – e, portanto, não tenha o mesmo rigor teórico encontrado nos artigos científicos dos quais Benveniste é autor –, tem relevada importância para nossos estudos em razão das questões nele tratadas.

Em resposta a um questionamento relacionado à semiologia de Saussure, Benveniste (2006e, p. 20) responde: “Vê-se bem que, quando se fala, é para dizer alguma coisa, para transmitir uma mensagem. Sabe-se muito bem que a língua compõe-se de elementos isoláveis e que cada um tem um sentido e são articulados conforme um código”. A respeito desses sentidos, prossegue: “São estes elementos que os dicionários catalogam e, ao lado de cada um deles, colocam uma definição, dão, pois, o que eles chamam seu sentido”. Ciente de que o sentido não pode ser reduzido àquilo que é, conforme afirmou, “catalogado”, pelos dicionários, o linguista francês chama atenção para o fato de que “o simples fato de que existem dicionários implica, na verdade, um mundo de problemas”, e pondera: “O que é sentido?”. Além disso, destaca que os dicionários podem trazer um número muito expressivo de definições diferentes para um único verbete, e prossegue a ponderação: “Trata-se do mesmo sentido? São muitos sentidos? Não se sabe”. O entrevistador, então, avalia que “somos os primeiros a nos colocar este tipo de questão” (BENVENISTE, 2006e, p. 20), e Benveniste confirma: “Sem dúvida. (...) o uso da língua regula tudo isso”. Na sequência, o linguista tece reflexões que se mostram essenciais para nossos estudos: “como a língua admite esta ‘polissemia’? Como o sentido se organiza? Mais genericamente, quais são as condições para que uma coisa seja dada como significante?”. Para ensaiar uma resposta a essas questões, Benveniste fala em língua: “Qualquer pessoa pode fabricar uma língua, mas ela não existe, no sentido mais literal, desde que não haja dois indivíduos que possam manejá-la como nativos”, pois “uma língua é primeiro um consenso coletivo”. Com tudo isso, Benveniste (2006e, p. 21) explica aquilo que chama de “domínio do ‘sentido’”, destacando a importância da língua e da apropriação da linguagem nas “conquistas intelectuais” do homem, e, por consequência, da significação.

Importante chamar atenção para o fato de que, nesse processo de significação, Benveniste reconhece a importância da polissemia, pensando sobre o modo como a língua admite a polissemia. Sobre isso, ponderamos que, quando faz essa reflexão, o linguista está pensando naquilo que reconhecemos como a coexistência de sentidos. Assim, reconhecemos a importância dessa categoria em razão de que é nela que enxergamos a coexistência de sentidos em momentos enunciativos diferentes.

Para Benveniste (2006d, p. 100), a polissemia resulta “desta capacidade que a língua possui de subsumir em um termo constante uma grande variedade de tipos e em seguida admitir a variação da referência na estabilidade da significação”, ou, em nossas palavras, está relacionada ao uso em cada momento enunciativo, admitindo uma coexistência de sentidos postos em circulação de modo simultâneo.

Reconhecendo que o “sentido de uma mesma palavra consistirá na sua capacidade de ser integrante de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional”, o linguista francês afirma que a polissemia “não é senão a soma institucionalizada, se pudermos falar assim, destes valores contextuais, sempre instantâneos, aptos a se enriquecer e a desaparecer, em resumo, sem permanência, sem valor constante” (BENVENISTE, 2006b, p. 232). Aquilo que o teórico chama de “soma”, percebemos como coexistência e simultaneidade. Assim, à luz da Teoria da Enunciação, compreendemos a polissemia como a coexistência de sentidos diferentes oriundos de fatos enunciativos distintos, em momentos enunciativos também distintos, que põem em circulação referências diversas.

Ainda na entrevista concedida a Pierre Daix, Benveniste (2006e, p. 20) reflete: “Tendemos então para as questões fundamentais: como a língua admite esta ‘polissemia’?”. E prossegue: “Como o sentido se organiza? Quais as condições para que alguma coisa seja dada por um significante?”. O linguista ainda afirma que “Uma língua é primeiro um consenso coletivo” e defende que qualquer pessoa pode fabricar uma língua, mas lembra que isso está condicionado à existência de “dois indivíduos que possam manejá-la”. Sobre isso, considerando que, embora reconheça a polissemia como elemento importante no processo de significação e de enunciação, Benveniste não falou pormenorizadamente sobre ela, então, recorreremos a outros estudos linguísticos para compreender seu funcionamento *na enunciação*.

Em estudo sobre o tema, Correia (s.d., p. 7) assume que “a relação entre as várias acepções de uma palavra polissêmica são explicáveis por princípios semântico-referenciais de derivação: um significado básico dá origem a significados derivados”. A pesquisadora também chama atenção para o fato de que é no dicionário que são identificadas expressivamente as relações polissêmicas, pois “Ao consultarmos um dicionário, verificamos

que a maioria das palavras são polissêmicas, isto é, contêm várias acepções”, no entanto, reflete que somente “o contexto em que cada palavra se encontra nos permite determinar com exactidão qual o seu significado, e resolver assim casos de ambiguidade na interpretação dessa palavra” (s.d., p. 8). Nos estudos, Correia (s.d., p. 9) ainda afirma que “A polissemia afecta praticamente todas as palavras da língua e é explicável por mecanismos mais ou menos regulares que garantem a inteligibilidade dos usos polissêmicos das palavras” e afirma haver estreita relação entre polissemia e economia linguística.

Voltando um olhar para a compreensão da ambiguidade na língua, Almeida (1990, p. 188) concebe que a polissemia “envolve os casos de identidade [...], a partir da igualdade de classes de palavras das formas que se opõem”. O estudioso destaca a multiplicidade de significados possíveis para cada forma, que pode suscitar um carácter polissêmico, quando resultante da ampliação do sentido de um único significante. Almeida ainda reflete que a polissemia representa, ao mesmo tempo, economia e riqueza na expressão da linguagem.

Também reconhecendo a estreita ligação do dicionário com a compreensão da polissemia, Rey-Debove (1984, p. 64) afirma que a definição apresentada pelos dicionários são “uma informação sobre o signo (seu significado) e sobre a coisa designada pelo signo (o que essa coisa é)” e chama atenção para o fato de que “Chama-se ‘sentido’ duma palavra polissêmica ao significado de cada conjunto codificado de ocorrências oposto a outros conjuntos codificados de ocorrências da mesma palavra” (1984, p. 62). Pondera que, embora muitos assim acreditem, o dicionário não é uma descrição completa do léxico e registra que esse, que é “um dos objetos culturais mais usuais e mais mal conhecidos” (1984, p. 63), apresenta “uma seqüência vertical de itens, ditos ‘entradas’, geralmente dispostos em ordem alfabética, seqüência essa chamada ‘nomenclatura’” e aponta que as “entradas são sempre signos lingüísticos, e a informação dada deve aplicar-se, ainda que em pequena parte, ao signo, como o faria, por exemplo, a lista telefônica” (1984, p. 63). Sobre a descrição das diferentes possibilidades de sentido apresentadas pelo dicionário, Rey-Debove (1984, p. 64) afirma que “a definição é uma informação sobre o signo (seu significado) e sobre a coisa designada pelo signo (o que essa coisa é)”. Isso conduz nosso olhar para a forma, uma vez que existe uma forma que é dicionarizada, uma forma que, podemos dizer, está prevista na língua. Não nos referimos, vale apontar, ao sentido literal, mas a um sentido previsto na língua. Assim, quando põe a língua em funcionamento, o sujeito aciona alguns sentidos já colocados na sociedade, a partir de elementos culturais intrínsecos a essa sociedade.

Outro item que recebeu a atenção da pesquisadora foi a estrutura morfológica da língua. Rey-Debove (1984, p. 62) lembra que, na sintaxe, as classes de palavra têm

implicações semânticas, as quais implicam a organização do léxico. Já na morfologia, a composição das palavras é feita em conformidade com regras preestabelecidas e tem relação com as estruturas morfossemânticas do léxico. Prossegue chamando atenção para o fato de que as palavras têm leis de composição que reproduzem modelos semânticos constantes.

É a esse último apontamento que nos atemos agora. Pensar na estrutura morfológica implica pensar na forma, e, por conseguinte, nas diferentes maneiras de engendrar-la a serviço da língua e da enunciação.

Com o objetivo de propor um sentido possível, o sujeito vai sintagmatizar formas, ou seja, elementos mórficos, e aquilo que é, por ele, enunciado, vai ganhar sentido no momento em que esses elementos mórficos estabelecerem uma relação entre si. É esse engendramento que permitirá a sintagmatização, levando em consideração um sentido possível. E, especificamente no que refere à constituição do humor, o funcionamento enunciativo mantém estreita relação com a semantização.

É a partir de determinada sintagmatização, portanto, que se chega à semantização do enunciado de humor e à polissemia, que, no caso do humor produzido pel’*O Pasquim*, é intencional. É ao organizar sintagmaticamente os elementos mórficos que o *eu*, ao enunciar, constrói diferentes sentidos, pois a semantização depende do engendramento das formas. O enunciado de humor demanda uma elaboração sintática de elementos mórficos, uma vez que é o engendramento mórfico, ou o arranjo linguístico, que vai levar à construção sintagmática, efetivando aquilo que Flores et al. (2009, p. 216) definem, no *Dicionário de Linguística da Enunciação*, como o “trabalho realizado por quem utiliza a língua, relativo ao estabelecimento de inter-relações entre as palavras que constituem o enunciado”, ou seja, a sintagmatização. Nesse processo, o locutor sintagmatiza para semantizar, ou seja, congrega forma e sentido.

Pertinente, aqui, retomar o conceito de semantização, na perspectiva benvenistiana. Segundo Flores et al. (2009, p. 205), a semantização é “o processo relativo ao uso da língua para atribuição de referência à atitude do sujeito e à situação enunciativa”. Disso inferimos que, ao enunciar – e, portanto, ao ser enunciado o humor –, o *eu* tem que prever a coexistência de sentidos, ou, poderíamos dizer, tem que prever a relação polissêmica daquilo que está enunciando. Em outras palavras, o *eu* tem que prever uma carga semântica anterior.

Essa semantização anterior é relacionada à cultura de uma sociedade. Sobre isso, Benveniste (2006e, p. 22) evidencia que “A cultura é também um sistema que distingue o que tem valor, e o que não tem”, o que faz dela um sistema semiológico de valores. Esse sistema, além de nos permitir compreender se determinado signo significa, autoriza a existência de

vários outros sentidos. No que refere a esse duplo – ou múltiplo – funcionamento, cultura e língua se assemelham, pois, numa natureza semiótica, há um nível de significação com base no qual se valida o significado (o signo significa ou não significa), e, em um contexto semântico, o sentido pode ser sempre novo e ter caráter imprevisível. Língua e cultura se aproximam, também, em razão de que ambas têm “valor[es] inerente[s] à vida social” que “se integra[m] em uma rede de diferenças” (BENVENISTE, 2006e, p. 22). E esse imbricamento se efetiva em razão de que a língua traz valores que são impressos nela e por ela.

E é nesse contexto que a relação com o dicionário merece nossa atenção: quando aciona uma carga semântica anterior, o sujeito considera sentidos que já estão postos e que já são reconhecidos. O *eu* prevê um – ou mais de um – sentido. O *tu* pode reconhecer essa potencial coexistência ou pode considerar tão somente o sentido dicionarizado, tido como predominante, que não é necessariamente o sentido previsto pelo *eu*. O elemento mórfico é o mesmo, mas o engendramento da língua foi outro.

Quando falamos em coexistência e em simultaneidade de sentidos, falamos, portanto, em sentidos possíveis, previstos ou culturalmente reconhecidos. Se o *tu* reconhecer apenas um desses sentidos, a situação de humor não se efetiva. Isso tudo nos leva a retomar os preceitos de Bergson, que fala em humor absurdo e defende que o absurdo somente vai se efetivar quando em choque com outro sentido, aceito com mais naturalidade. Assim, por um viés enunciativo, reconhecemos a concepção bergsoniana a respeito da existência de um humor absurdo, mas a consideramos incompleta, eis que não reconhece a necessária presença de um sentido não absurdo que vai dar raízes ao absurdo que provoca humor.

Do mesmo modo, reconhecemos que nem sempre o *tu* vai identificar os múltiplos sentidos possíveis de um enunciado. Lembramos, sobre isso, que os mais diferentes fatores justificam essa ocorrência, tal como a falta de conhecimento de uma determinada temática ou de familiaridade com certos aspectos culturais. Além disso, é preciso que ele tenha conhecimento sobre as condições de enunciação para compreender as relações que levam ao enunciado humorístico. Quando isso não ocorre, ou seja, quando o *tu* reconhece apenas um sentido possível, o humor não vai se efetivar, uma vez que não há, para esse *tu*, elementos capazes de coexistir.

Ponderamos, com isso, que era este contexto que marcava o humor n’*O Pasquim*: o jornal tinha leitores inteligentes, que compunham um grupo politizado. Dentre seus leitores, estavam pessoas que prestavam atenção e que comumente reprovavam os atos da ditadura, e que, por isso, esforçavam-se para manterem-se informadas a respeito do contexto político do Brasil, o que era, nas páginas pasquinianas, retratado com muita propriedade e sagacidade.

Então, para esse público – conhecedor das condições de enunciação –, o humor se efetivava (junto com as denúncias que o sustentavam). Para um outro grupo, no entanto, não ciente de aspectos que compunham as condições de enunciação – seja por uma alienação política/social, seja pelo ceticismo com que viam os atos do governo militar –, apenas um sentido era posto em circulação e, portanto, não havendo múltiplos sentidos para entrar em choque ou para coexistir, as relações polissêmicas não acontecem, e o humor, por conseguinte, não se constitui.

A partir da concepção, então, de que, enunciativamente, o humor se constrói na coexistência de sentidos possíveis, reconhecemos que nem todo *tu* vai rir. Por óbvio, nem todas as pessoas vão ter capacidade de estabelecer as mesmas relações – culturais e/ou enunciativas –, pois não acionarão a mesma carga semântica anteriormente consolidada, e, portanto, não darão a mesma resposta à enunciação. Isso acaba por responder a algumas ponderações que não são raras quando se estuda os fenômenos do humor, quais sejam: por que um indivíduo ri e outro não? Por que o mesmo enunciado é, por alguns, reconhecido como humorístico e, por outros, não? Respondemos: porque cada sujeito, em sua subjetividade, vai provocar a coexistência de diferentes sentidos, e isso vai ter impacto na constituição do humor. Então: o humor, como um processo enunciativo, se explica pela coexistência de enunciações. E, quanto mais relações de sentido forem mobilizadas e quanto mais sentidos coexistirem, maiores as chances de que o enunciado humorístico se constitua.

Não nos interessa, portanto, saber se o sujeito vai rir ou não, se vai entender o humor ou não. O que nos interessa, nesta tese, é perceber como esse sentido se estabelece nesse aqui-agora, que é o aqui-agora do humor, o aqui-agora d'*O Pasquim*, uma vez que “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (BENVENISTE, 2006a, p. 85). É o percurso enunciativo que, de modo particular, nos interessa, e o sentido decorrente desse processo tem raízes em diferentes particularidades.

Por tudo isso, é a mobilização dos sentidos que nos interessa, o que nos faz voltar novamente nosso olhar para os processos de sintagmatização e de semantização. É a partir do arranjo sintagmático – que se efetiva na língua em funcionamento – que advêm os sentidos, e tanto o processo de sintagmatização quanto o de semantização demandam a presença ativa do sujeito, seja no engendramento da língua, seja na atribuição de referências à situação enunciativa.

Tudo isso nos leva ao que Benveniste abordou no texto *Aparelho formal da enunciação* (2006a, p. 84), no qual sustenta que, ao apropriar-se da língua, ou de seu aparelho

formal, o “locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro”. Com isso, ele constrói o aparelho formal da enunciação, empregando índices específicos – os quais vão ser direcionados para *eu, tu, aqui, agora* – e para procedimentos acessórios, assunto tratado de modo mais particular no item 3.5 desta tese, no qual estudamos o texto *O aparelho formal da enunciação*.

Nesse percurso, importante compreender como, enunciativamente, se dão as relações entre forma e sentido na língua. Antes, no entanto, de iniciarmos uma seção dedicada a essa temática, é importante procedermos a uma reflexão sobre o que abordamos nesta seção que ora encerramos. Após o percurso que trilhamos, olhando para a polissemia *na enunciação*, compreendemos que seu conceito de múltiplos sentidos (do grego *poli*: muitos; *sema*: significados) estabelece uma relação necessária com o sujeito da enunciação, uma vez que demandará o efetivo envolvimento do sujeito (pessoa) com situações enunciativas (tempo e espaço), a partir das condições de enunciação. A compreensão dos conceitos enunciativos aqui mobilizados se mostra fundamental para a percepção da polissemia – e de seu funcionamento enunciativo – na constituição do humor, cuja efetiva constituição se dá quando forem reconhecidos o(s) tempo, o(s) lugar(es) e a(s) pessoa(s) da polissemia. Nesse contexto, falar de polissemia implica falar de diferentes sentidos, de diferentes enunciações, o que nos conduz, mais uma vez, aos conceitos fundantes da Teoria da Enunciação, razão pela qual passamos a abordar, agora, o semiótico e o semântico, ligados à forma e ao sentido e cujas relações, no dizer de Benveniste (2006b), engendram o funcionamento da língua. É chegada a hora, então, da previsão do tempo: em que sentidos sopram os ventos da enunciação? Que bons ventos – e bom tempos – nos tragam respostas acolhedoras.

3.4 Em que sentidos sopram os ventos da enunciação? a polissemia e a coexistência de sentidos



Figura 19 - Charge d'O Pasquim - Alfabeto censurado

Na compreensão do funcionamento enunciativo do humor e no percurso que trilhamos até aqui, pertinente recorrer ao texto *A forma e o sentido na linguagem*, a partir da concepção de que Benveniste tratou com muito respeito a união saussureana entre forma e sentido. Em seu texto *Natureza do signo linguístico*, Benveniste procede a uma reinterpretação do conceito saussureano de signo e define uma língua na qual a significação se mostra elemento essencial. Flores (2013a, p. 78), nesse sentido, afirma que, em Benveniste, a linguística revela uma espécie de ir além, “a partir de Saussure, com Saussure”. Também é de Flores a lição de que, seguindo os passos do linguista e filósofo genebrino – ou seja, concebendo a língua como

“realidade inconscientemente herdada”, “imane a ao indivíduo e transcendente à sociedade” – Benveniste (2006d, p. 97) transcende a barreira do signo linguístico, limitado em sua concepção, o que se justifica em razão de que o linguista francês vê o individual além do signo, vê o individual do sujeito que se apropria da língua – que é toda – e concebe o coletivo como sendo a sociedade. Ou seja, a concepção de coletivo de Benveniste difere daquela proposta por Saussure pois, para o francês, o termo não remete à ideia de a língua – e seus signos e significados – ser tão somente em algo “comum a todos”, mas de ser social no sentido de que compõe a sociedade.

Saussure (2006), em seu *Curso de Linguística Geral*, concebe língua e sociedade como interdependentes, o que se comprova por passagens como: “a linguagem tem um lado individual e outro social, sendo impossível conceber um sem o outro” (2006, p. 16) e “a cada instante, ela [a linguagem] é uma instituição atual e um produto do passado” (2006, p. 16). Assim, se a linguagem é individual e social ao mesmo tempo, é natural afirmar que, nela, há algo que é socialmente compartilhado. Há que se ter clareza, nesse sentido, que, à luz dos estudos enunciativos, o social conduz à concepção de sociedade (e não de uso comum) e o individual estabelece forte relação com o locutor.

Nesse sentido, no texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (2006d), Benveniste propõe uma diferenciação entre os dois termos e explica que ambas, língua e sociedade, podem ser apreendidas tanto em seu nível histórico quanto em seu nível fundamental, uma vez que a sociedade é uma coletividade humana e a língua é um sistema de formas significantes. E, com esse propósito, o francês é contundente e categórico: a natureza da relação entre língua e sociedade está no fato de que aquela é o interpretante desta. Antes de tudo, a essência da linguagem é, portanto, significar. Sem significação, não haveria sociedade.

Já em *Semiologia da língua*, Benveniste (2006f), apresenta, com base nos preceitos saussureanos, a linguagem como “multiforme e heteróclita”, constituída, simultaneamente, de substâncias fisiológicas e psicológicas. Concebe, ainda, que, embora haja um domínio do individual e do social, não é possível inferir sua unidade. Assim, ao tempo em que Saussure (2006, p. 17) afirma que a língua é um “todo por si e um princípio de classificação”, Benveniste (2006d, p. 97), ao tratar da *estrutura da língua e estrutura da sociedade*, a concebe como “uma identidade em meio às diversidades individuais”. Na Teoria da Enunciação, encontramos, ainda, a concepção de que não é possível “descolar” linguagem e sociedade, pois ambas têm sua origem de forma conjunta, embora, conforme adverte o linguista francês, evoluam de modo independente, uma vez que nem mesmo as mais profundas reviravoltas sociais são capazes de desestabilizar a estrutura da língua.

Encontramos a explicação para isso no fato de que língua e sociedade são estruturas com bases completamente diferentes. A primeira é composta por unidades distintas de natureza discreta, em número finito, combináveis e hierarquizadas. A segunda, de natureza dupla, não pode ser reduzida ao mesmo esquema da língua, pois nem os indivíduos, nem os grupos podem ser decompostos em unidades.

Destacando a natureza dupla da língua – que é a de, ao mesmo tempo, ser imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade –, Benveniste (2006d, p. 100) preceitua que a língua contém a sociedade e põe em evidência “a variação da referência na estabilidade da significação”. Para o estudioso, nada pode ser compreendido sem antes ter sido, em algum momento, “reduzido à língua”. Nesse processo, depreende-se da Teoria da Enunciação que a relação língua e sociedade é, ao mesmo tempo, sincrônica e semiológica, de modo que a língua é o interpretante, e a sociedade, o interpretado. Assim, conforme pontuamos anteriormente, a língua, na concepção benvenistiana, contém a sociedade, e isso se justifica em razão de que ela pode ser estudada, pode ser decomposta em unidades e analisada sem que esteja necessariamente vinculada ao social. O oposto, no entanto, não se faz possível, uma vez que somente se consegue descrever a sociedade pela língua, a qual “inclui a sociedade, mas não é incluída por esta” (BENVENISTE, 2006d, p. 98). Para o francês, o signo linguístico – cuja existência tem forte relação com sua aceitabilidade no uso da língua – é a unidade semiótica dotada de significação. O estudioso da linguagem afirma que “O que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe” (BENVENISTE, 2006b, p. 227). Assim, cientes da importância da significação, recorreremos ao texto *A forma e o sentido na linguagem*, no qual Émile Benveniste (2006b), ao falar para um público de filósofos em um congresso, afirma existir um duplo sistema que engendra o funcionamento da língua: o semiótico e o semântico, ligados à forma e ao sentido. Para além de apresentar as diferenças dessas duas noções, o linguista explica a relação que as une, dissertando sobre cada uma delas. O primeiro – o semiótico – diz respeito às relações paradigmáticas, sendo composto de signo (forma) e significado (sentido), este considerado “genérico e conceitual” (BENVENISTE, 2006b, p. 228). O segundo – o sistema semântico –, por sua vez, tem relação com as relações sintagmáticas, sendo composto de frase (forma) e significado (sentido). Nesse, o sentido é específico e circunstancial. A língua tem, nesse contexto, em seu cerne, as relações entre forma e sentido.

Ainda no que refere às relações entre forma e sentido, Benveniste (2006b, p. 229) afirma que, nos níveis semiótico e semântico, elas cumprem a função de instaurar “na língua uma divisão fundamental, em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre

língua e fala”. Nesse contexto, tanto o domínio semiótico quanto o semântico compõem a língua em funcionamento.

É a partir desse olhar que Benveniste afirma haver uma dupla linguística. Uma dessas duas linguísticas tem a noção saussureana de signo como unidade semiótica; a outra tem por base a propriedade semântica da língua, sendo a frase a sua unidade. Sobre isso, o teórico assevera que “se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso” (BENVENISTE, 1995d, p. 139). Nesse mesmo sentido, o linguista destaca que “A frase realiza-se em palavras, mas as palavras não são simplesmente os seus segmentos. Uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma de suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes”, e, refletindo sobre a importância da palavra nesse processo, prossegue: “A palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação; mas não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autônoma” (BENVENISTE, 1995d, p. 132). Inere-se, disso, que, no âmbito da frase, as palavras assumem sentidos específicos, que podem ser bem diferentes do significado previsto pelos seus signos no domínio semiótico, ou seja, podem não confirmar o significado potencial que têm como signos. Assim, no domínio do discurso, o signo converte-se em palavra e o arranjo feito entre as palavras leva à semantização. Desse modo, quando a língua é posta em funcionamento, aquilo que é genérico (signo) adquire sentido particular (palavra), conduzindo à determinada significação.

Ao explicitar sobre a distinção entre língua como semiótica e língua como semântica, Benveniste (2006b, p. 230) lembra que o sentido da frase se dá “pelo agenciamento das palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” e que a semiótica “se caracteriza enquanto uma propriedade da língua”. A semântica, por sua vez, “resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação”. Essa compreensão fica condicionada à compreensão de que o signo semiótico “existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é senão particular. Com o signo, tem-se a realidade intrínseca da língua; com a frase, liga-se às coisas fora da língua”. Assim, conclui o linguista: “enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor”. Tudo isso nos faz perceber as concepções benvenistianas de forma e sentido.

Por tudo isso, ao se referir à forma e ao sentido, Benveniste (2006b, p. 221) os conceitua como “noções gêmeas”, pois analisa que eles nascem junto e convivem em toda a

extensão da língua. Diz não haver oposição entre forma e sentido – eis que essas noções são “gêmeas de sentido” –, eis que noções indissociáveis. Isso se justifica em razão de que, uma vez relacionadas à significação, as noções de forma e sentido se imbricam no funcionamento da língua. Disso depreende-se que, enunciativamente, não é possível conferir à forma mais relevância do que ao sentido, pois não há como dissociar essas duas noções. O sentido tem, portanto, relação direta com a língua em funcionamento. A forma, por sua vez, diz respeito à organização sintática, sendo concebida como significante.

Esclarece que a forma “é, do ponto de vista linguístico (distinto) ou a matéria dos elementos linguísticos quando o sentido é excluído ou o arranjo formal destes elementos no nível linguístico ao qual se relaciona” e que o sentido é “a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores” (BENVENISTE, 2006b, p. 222). Nessa direção, mais uma vez aproximando-se do que fora postulado por Saussure, Benveniste reconhece a língua como um sistema de signos, no entanto, também reconhece a necessidade de aprofundar tal conceito: “compete-nos tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante” (BENVENISTE, 2006b, p. 224). Significar é da natureza da língua, portanto, a condição de significância é inerente a esse processo. Para Benveniste, o signo, quando constituído pela união de forma e sentido, provoca uma enunciação, uma vez que, na enunciação – ou seja, no sistema semântico –, o signo é representado pela frase ou pelo enunciado. Assim, a cada enunciação singular que se dá entre signos – união entre significante e significado – é que reside o que chamamos de singularidade sintática.

Nesse aspecto, contudo, Benveniste (2006b, p. 224) aponta para a necessidade de dar atenção ao uso descuidado do termo signo, pois “dizer que a língua é feita de signos é dizer antes de tudo que o signo é a unidade semiótica”. É possível inferir, disso, que o linguista concebe à noção de signo uma dupla relação: a de unidade e a de integrante de uma ordem semiótica. Unidade porque está em um “limite inferior”, uma vez que “não podemos descer abaixo do signo sem perder a significação” (2006b, p. 225). Já o pertencimento à ordem semiótica se justifica em razão de que integra significante e significado. Para Benveniste, signo é, portanto, uma “unidade dependente da consideração semiótica da língua” (2006b, p. 225). Para explicar essa relação, o teórico toma por base a definição de semiótico e de semântico: no sentido e na forma.

Assim, se, em Saussure, a linguística responde a questões da significação semiótica, em Benveniste, compreendemos questões de natureza semântica. Para além da concepção saussureana, para a qual o signo linguístico – enquanto unidade do sistema – trata da

identificação das unidades sígneas e de marcas distintivas, Benveniste trata o semântico, que tem origem no engendramento do discurso, ou seja, na língua em funcionamento, enquanto produtor de uma mensagem.

Pertinente apontar, aqui, que as noções apresentadas por Benveniste não competem com a concepção saussureana de língua como sistema. Na perspectiva da Teoria da Enunciação, o discurso e a enunciação também pertencem à língua, no entanto, essa é desdobrada em forma e sentido. Benveniste afirma que é pela combinação de forma e sentido que se dá a semantização, que ocorrerá a partir de um processo de sintagmatização, isto é, de “significação intencionada” (BENVENISTE, 2006b, p. 234). Para ele, o sentido se dá a partir do “agenciamento de palavras, pela sua organização sintática, pela ação que exercem umas sobre as outras” (BENVENISTE, 2006b, p. 230). Nesse movimento, as palavras – ou os signos – têm suas relações alteradas, modificadas pelas relações que estabelecem com outros signos, e, considerando o caráter irrepetível da enunciação, o sentido se efetiva como resultado de diferentes relações, ou de diferentes engendramentos feitos, pelo locutor, na língua.

Assim, se é no engendramento da forma que o sentido se constitui, é ao significante que devemos direcionar, agora, nossa atenção. Se o locutor pode fazer escolhas, é na articulação da língua que ele conseguirá colocar essas escolhas em prática, colocando-as a serviço de um sentido desejado.

Na perspectiva enunciativa, o significante é constituído por uma determinada sequência de sons exigida pela natureza falada ou vocal da língua quanto à forma sonora que determina o significado, ou seja, o aspecto formal do signo. Já no que concerne ao significado, Benveniste (2006b, p. 227) chama atenção para o fato de que o signo consiste em uma unidade semiótica e sua significação está condicionada à aceitação social, uma vez que, “para que um signo exista, é suficiente e necessário que ele seja aceito e que se relacione de uma maneira ou de outra com os demais signos”. Para comprovar tal afirmação, exemplifica: “‘Chapéu’ existe? Sim. ‘Chaméu’ existe? Não”. Enunciativamente, esse processo é compreendido como significância. O signo é, portanto, constituído socialmente, ficando sua efetiva existência condicionada ao seu reconhecimento pela comunidade de falantes de uma determinada língua.

Assim, compreendemos, com Benveniste (2006b, p. 227-228), que “Quem diz ‘semiótico’ diz intralinguístico”, uma vez que “Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos”, ou, como preconiza Saussure, um signo é aquilo que o outro não é. O semiótico e tudo o que é do seu domínio têm, portanto, “por critério necessário e suficiente

que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua”, pois “Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa”. A língua como semiótica é, portanto, um modo de significância.

Já no que refere ao modo semântico, tem-se uma mudança expressiva de perspectiva, uma vez que, conforme pontuamos anteriormente, a unidade já não é mais o signo, como ocorre no modo semiótico, mas a palavra, cuja expressão semântica é a frase, ou seja, a produção do discurso. Assim, na concepção benvenistiana, a semiótica se constitui como uma propriedade da língua e a semântica é resultante de um engendramento, feito por um locutor que coloca a língua em ação, constituindo-se em sujeito. Enquanto semiótica, a língua é feita de signos, pois o signo é a unidade semiótica por excelência, tendo a significação como limite. Enquanto semântica, por sua vez, a língua é feita de frases. A palavra é a unidade semântica, unidade mínima da mensagem e necessária à codificação do pensamento. A frase é, portanto, a expressão semântica por excelência.

Signo e frase são, portanto, elementos distintos e devem ser tratados com distinção. O signo semiótico existe em si, é fundante no que refere à realidade da língua e não existe em aplicações particulares. A frase, elemento semântico, assim como a palavra, é sempre particular. O signo suscita a realidade que é natural da língua; a frase liga a língua à realidade fora da língua. Desse modo, o significado é inerente ao signo, e a frase, por sua vez, se constitui a partir da situação de discurso, tendo como referência “o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar” (BENVENISTE, 2006b, p. 231). Em outras palavras, a frase tem como referência as produções enunciativas e as escolhas do locutor, que engendra a língua.

No semiótico, o sentido tem raízes nos preceitos saussureanos e se define por uma relação de paradigma, uma vez que o signo entra em uma rede de relações e de oposições binárias com outros signos, que o definem e o delimitam no interior da língua. O semiótico ampara-se, assim, no jogo de distinções entre os signos e na identificação de suas unidades no interior da língua.

No semântico, o sentido é dado pela frase e pelas ideias expressas a partir do agenciamento das formas que resultou nessa frase. Tendo início na escolha das formas, o sentido se confirma com o agenciamento das palavras, por meio de uma organização sintática. Aqui, é o sintagma que se efetiva como condição semântica, uma vez que o sentido se dá pela ligação entre os elementos do enunciado, agenciadas de uma determinada forma, de modo a produzir determinado sentido em determinada circunstância, ou seja, em uma condição de

tempo, espaço e pessoa. E é nesse agenciar que vemos a ação do *eu* – pois é o *eu* quem agencia –, o que nos permite dizer que o humor é uma escolha do *eu*, e, portanto, é agenciado.

Retomamos, então, a pergunta título desta seção – Em que sentidos sopram os ventos da enunciação? – para justificar o percurso teórico que utilizamos para compor este item. No que refere ao modo com que as noções de forma e sentido podem ser postas a serviço da análise que nos propusemos a fazer, recorreremos ao dizer de Benveniste (2006b, p. 230) para esclarecer que o sentido de uma frase “se realiza formalmente na língua pela escolha, pela organização das palavras, pela ação que elas exercem umas sobre as outras”. Tudo isso, prossegue o linguista, “é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada”. Assim, se o sentido – e a efetiva enunciação – têm a frase como elemento essencial, importante observar que a frase tem sentido e tem forma. É o arranjo das formas que, por um lado, produz o sentido e que, por outro, possibilita a apreensão do sentido – ou dos sentidos – do texto.

E se nossa tese se dedica a compreender o humor a partir da coexistência de sentidos, ponderamos, aqui, que tal coexistência vai ocorrer quando há uma *mesma forma e diferentes sentidos*. O semiótico é o mesmo. A diferença se dá no nível semântico. Assim, o humor ocorre quando sentidos, vindos de uma mesma forma, (co)existem, ou seja, existem “juntamente” com outro(s).

Falar em forma e sentido, especificamente no que concerne ao humor, implica falar em escolha. Quando o sujeito produz intencionalmente o cômico – como no caso dos textos d’*O Pasquim* –, está fazendo escolhas. Agencia a língua de tal forma que seja possível que diferentes sentidos coexistam. Isso justifica os preceitos benvenistianos de que tratamos nesta tese de que a enunciação se dá no *eu*. É o locutor que escolhe os sentidos que deseja que coexistam e, a partir dessa escolha, engendra a língua, ou, em outras palavras, engendra a forma, na busca de um, ou mais, sentido(s) desejado(s).

O locutor escolhe, engendra, agencia. No humor, isso se efetiva com muita expressão, pois normalmente ocorre uma subversão da língua, e dizer que há uma subversão implica dizer que esse locutor sabe o que está escolhendo, razão pela qual é concebido como sujeito *da* enunciação.

Naturalmente, temos consciência de que há situações de humor na língua que não são dadas por escolhas, sendo provocadas por ambiguidades ou por coincidências, ou mesmo por algum tipo de deslize no agenciamento das formas. Esse não é, contudo, o caso do humor

produzido n’*O Pasquim*. O humor pasquiniano é intencional, planejado, e, por essa razão, a temática não é contemplada nesta tese.

É na forma, portanto, que o humor tem raízes. Mais do que isso, é na coexistência de sentidos possibilitada por um engendramento das formas escolhido pelo sujeito. O humor é, desse modo, pensado pelo *eu* que enuncia. Seu reconhecimento pelo *tu* significa tão somente a compreensão dessa simultaneidade de sentidos, mas, importante dizer, o humor já havia se efetivado no *eu*, prova disso é que esse sujeito enunciou na forma escolhida. Se o *tu* não reconhecer a coexistência e optar por apenas um dos sentidos possíveis, o humor não vai se estabelecer. Se houver opção por um sentido, não há coexistência, não há simultaneidade, e, por conseguinte, não há humor.

No que refere à polissemia, ela vai ocorrer quando há uma mesma forma – portanto, quando o semiótico é o mesmo – e o sujeito prevê um determinado sentido para esse aqui-agora. Isso é possível porque o semiótico não se reproduz, mas o semântico, sim. No semiótico, diz-se a mesma coisa, a partir de uma mesma forma. No semântico, isso nunca se efetiva, afinal, um semântico é de uma enunciação e outro semântico é de outra enunciação. A previsão desses sentidos pelo sujeito que enuncia funcionaria como uma espécie de algoritmo, de forma que o sujeito que enuncia prevê um sentido no caso de “o *tu* entender X” e outro para o caso de “o *tu* entender Y”. E, nesse sentido, dizer que há enunciações diferentes implica dizer que há sentidos diferentes e, portanto, semânticos diferentes.

Inserindo esse contexto nas questões referentes ao eu enunciativo e ao funcionamento enunciativo do humor – às quais voltamos especial olhar nesta tese –, percebemos que toda vez que o locutor engendra a língua e arranja sintagmaticamente o seu discurso, com o propósito de produzir determinados sentidos, ele se constituirá como *eu*. Desse modo, se é pela conjugação forma-sentido, portanto, que o *eu* se constitui como sujeito e dá sentido ao seu dizer, propomo-nos a, na próxima seção, compreender melhor quem é, à luz dos estudos benvenistianos, esse sujeito que se enuncia, e, mais do que isso, o que é a enunciação, a partir da congregação dos diferentes conceitos propostos ao longo dos estudos de Émile Benveniste. A importância teórica desses conceitos tem tamanha expressividade que mereceu uma edição extraordinária em nossa tese: *Extra, extra, com vocês: a enunciação e um aparelho formal*. Passamos, agora, ao extraordinário estudo da enunciação.

3.5 Extra, extra, com vocês: a enunciação e um aparelho formal



Figura 20 - Charge d'O Pasquim: Caso patológico

Embora este texto tenha, desde seu início, se dedicado ao estudo dos mais diferentes preceitos enunciativos, deixamos, intencionalmente, os apontamentos sobre o conceito de enunciação de Benveniste para este momento. Nossa escolha tem inspiração na avaliação de Flores (2013a, p. 161-162), que, ao discorrer sobre enunciação tendo por base a ideia de aparelho formal da enunciação, a partir de texto homônimo, publicado em 1970, destaca:

O aparelho... condensa os mais de quarenta anos de reflexão linguística sobre a enunciação. Trata-se, portanto, de um momento síntese da obra enunciativa de Benveniste. Essa interpretação que faço de *O aparelho...* encontra apoio, no mínimo, nos seguintes motivos:

- a) ele é o único texto que carrega a palavra *enunciação* já em seu título;
- b) nele, é possível encontrar todas as discussões feitas nos textos anteriores (pessoa/não pessoa; forma/sentido; semiótico/semântico, entre outras);
- c) finalmente, é um texto escrito para um público de linguistas, logo, especificamente dedicado aos aspectos teórico-metodológicos da enunciação pertinentes à reflexão linguística stricto sensu.

Ao se olhar para qualquer conceito à luz da Teoria da Enunciação, há que sempre se ter em mente que “os textos de Benveniste não podem ser lidos como se fossem contemporâneos um do outro. Isso decorre do fato de o autor não ter proposto uma teoria enunciativa, tal como, hoje em dia, atribuímos a ele” (FLORES, 2010, p. 396). Assim, por compreender que os textos não têm como característica uma unicidade e que relacioná-los como se eles fossem contemporâneos entre si é um equívoco, elegemos *O Aparelho formal da enunciação* (2006a) – doravante, *O aparelho...* – como aporte principal para compreender a enunciação, já que,

conforme chama atenção Flores (2013a, p. 162-163), além de ter provocado “grande impacto na linguística de seu tempo – e mesmo na mais recente – em função da formulação textual de uma definição da enunciação”, nesse texto, como poucas vezes, “Benveniste é tão explícito na elaboração de um conceito”. Tal afirmação de Flores tem por referência a citação do linguista de que a “enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006a, p. 82), o que ampara o percurso de leituras que escolhemos nesta tese.

Assim, a partir da ciência de que os textos de Benveniste não formam um conjunto homogêneo, não sendo dotados, portanto, de um caráter uno, e, além disso, tendo por base um traço cronológico de sua escrita, torna-se menor o estranhamento decorrente do fato de que, dos textos de Benveniste, é possível depreender mais do que um conceito para a enunciação. Em *O aparelho...*, por exemplo, são encontradas diferentes noções de enunciação, com aspectos que contemplam o fônico, a semantização e o quadro formal, dentre outros. É desta forma que Benveniste (2006a, p. 84) explicita os elementos que constituem o aparelho formal da enunciação, que se estabelece a partir da apropriação do aparelho formal da língua enquanto realização individual: “a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro”. Depreende-se, daí, a noção de subjetividade e a relação com a categoria de pessoa, o que ampara a concepção benvenistiana a respeito da constituição do homem como sujeito linguístico. Um olhar mais atento sobre isso permite, também, distinguir que essa subjetividade não se restringe aos indicadores inerentes à relação dicotômica pessoa/não-pessoa, com o *eu-tu-aqui-agora*, pois toda a língua está submetida à enunciação.

Os muitos aspectos d’*O aparelho...* evidenciam importantes questões sobre a enunciação, no entanto, há uma diferença desse texto, escrito em 1970, com relação aos demais, escritos nas décadas de 1940 e de 1950, que se faz pertinente referenciar: em comparação com os textos que o precedem, *O aparelho...* tem como foco principal uma reflexão mais ampla sobre o processo enunciativo. Foi quando falou sobre “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (2006a, p. 82) que Benveniste expandiu o caráter de subjetividade para toda a língua, não se limitando, como havia proposto anteriormente, aos signos dêiticos e à dicotomia subjetivo-objetivo. Nos textos precedentes, Benveniste restringia a questão da subjetividade a certas unidades da língua, e, no texto de 1970, preceitua que o ato de enunciar é caracterizado pelo fato de que a língua está, em sua totalidade, submetida à subjetividade, a qual está, portanto, marcada em toda a

língua. Desse modo, mesmo que o locutor traga, para o processo enunciativo, a não-pessoa, ele estará enunciando a partir de uma perspectiva particular, estabelecendo uma ação seletiva com relação ao mundo de que fala.

Se o locutor recorre a índices específicos e a procedimentos acessórios para enunciar sua posição de sujeito, pode-se afirmar que é recorrendo às formas linguísticas em uma determinada situação de interlocução que os signos ganham caráter pleno e, a partir de um investimento particular do locutor sobre o discurso, ganham sentido também particular. A enunciação se efetiva a partir da apropriação, pelo locutor, do aparelho formal da língua e dos instrumentos que este disponibiliza para que se realize o ato enunciativo. O aparelho formal da enunciação, segundo Flores et al. (2009, p. 48), trata-se do “dispositivo que permite ao locutor transformar a língua em discurso”, ou seja, é a partir da apropriação do aparelho formal da língua que se dá o aparelho formal da enunciação, no qual ocorre a semantização da língua, ou seja, a conversão dela em discurso.

Em *O aparelho...*, Benveniste (2006a, p. 82) afirma que a enunciação se trata “de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira”. Na enunciação, portanto, “consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (2006a, p. 83). O ato enunciativo “introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (2006a, p. 83). Para que ocorra a enunciação, por conseguinte, faz-se imprescindível a relação locutor e apropriação da língua, no entanto, não menos importante é a presença do interlocutor, já que *eu* e *tu* constituem um ao outro e são constituídos na/pela linguagem, a partir da apropriação do aparelho formal da língua e do consequente estabelecimento do aparelho formal da enunciação, caracterizado pela singularidade em cada instância enunciativa. Logo, conforme aduz Flores (2013a, p. 168), “(...) o dito *aparelho formal de enunciação* não é algo que esteja pronto aprioristicamente e que caberia ao locutor acessar, tomar posse, mas é algo construído a cada enunciação a partir dos recursos da língua em uma dada situação”. Isso tudo implica dizer, também, que é “errado supor, então, que o locutor se apropria do *aparelho formal da enunciação*. Ele, na verdade, o constrói, a cada enunciação, a partir do *aparelho formal da língua*” (FLORES, 2013a, p. 168), o que evidencia, uma vez mais, a singularidade da linguagem e da enunciação.

Os instrumentos de realização da enunciação designam, portanto, o próprio aparelho formal da enunciação, o qual, segundo apontado por Benveniste, é formado de índices específicos e de procedimentos acessórios. Os primeiros são considerados os indicadores clássicos da subjetividade na linguagem e sua presença dá forma ao ato e à situação de

enunciação. “Quanto aos procedimentos acessórios, eles estão ligados à singularidade que cada análise linguística da enunciação evoca, portanto, à língua toda” (FLORES, 2013a, p. 169). Logo, enquanto os indicadores específicos, como o próprio nome sugere, apontam para a situação enunciativa, os procedimentos acessórios correspondem às inter-relações marcadas no enunciado e empreendidas pelo locutor na busca pelo sentido.

Da menção benvenistiana (2006a, p. 87) de que “O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo”, é possível depreender que a estrutura do quadro figurativo da enunciação tem, obrigatoriamente, um *eu* e um *tu*, que alternam funções, revezando-se e caracterizando-se como parceiros e protagonistas na situação de enunciação, constituindo uma relação intersubjetiva entre as pessoas do enunciado. Flores (2013a, p. 169) destaca que, nesse ponto, “encontra-se outra definição de enunciação que, embora não oposta à primeira dada no artigo, acresce a esta elementos importantes”. Além disso, adverte que “diálogo e enunciação estão, nessa perspectiva, sempre juntos”, recorrendo, para tal preceito, ao conceito de “quadro figurativo da enunciação”:

Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do diálogo. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição de enunciação (BENVENISTE, 2006a, p. 87).

Ainda no que concerne aos índices específicos e aos procedimentos acessórios, há que se referir que existe, entre eles, uma relação de complementaridade, eis que ambos são igualmente necessários para a constituição do aparelho formal da enunciação, não sendo possível, sem a presença destes, que o sujeito se coloque como locutor e institua um interlocutor para falar do mundo.

Na enunciação, quando um sujeito (*eu*) utiliza a língua, constitui-se como locutor, instituindo um *tu* como seu interlocutor e buscando uma “significação intencionada” (BENVENISTE, 2006b, p. 234), colocando em ação, para tal, os procedimentos acessórios.

Por fim, importante referir que enunciação e língua não são sinônimos e não designam a mesma coisa. Sob uma perspectiva enunciativa, a enunciação refere-se à apropriação individual da língua por um locutor e à sua transformação em discurso. Constitui-se, portanto, como o elemento a partir do qual é possível fazer o emprego da língua em uma instância discursiva única. É nessa natureza que se efetiva a subjetividade na linguagem: o locutor se apropria da língua toda e a subjetiviza, direcionando-a a um interlocutor, em determinada

situação espaço-temporal. Logo, o sentido que o interlocutor atribuirá ao enunciado tem por base instrumentos linguísticos.

Ao finalizar este item, destacamos que os conceitos aqui mobilizados têm o propósito de referendar nosso olhar sobre o humor no sentido de que seu sentido é produzido a partir de um agenciamento da língua, por parte do sujeito, que se apropria da língua toda. Dedicamos, assim, a próxima seção, a fazer uma retrospectiva do percurso que percorremos até aqui, elencando apontamentos que se farão importantes para a seção mais emblemática de nossa publicação, nossa “reportagem de capa” ou “grande manchete”, na qual procederemos a diferentes análises, que materializarão nossos estudos teóricos e evidenciarão o modo como as diferentes relações enunciativas se estabelecem, levando-nos à compreensão do funcionamento enunciativo do humor.

Vamos, então, à nossa retrospectiva, para depois, no quarto capítulo, acessarmos nossa “edição de domingo”, com as análises.

3.6 É chegada a hora da retrospectiva: humor, pasquim, língua e enunciação

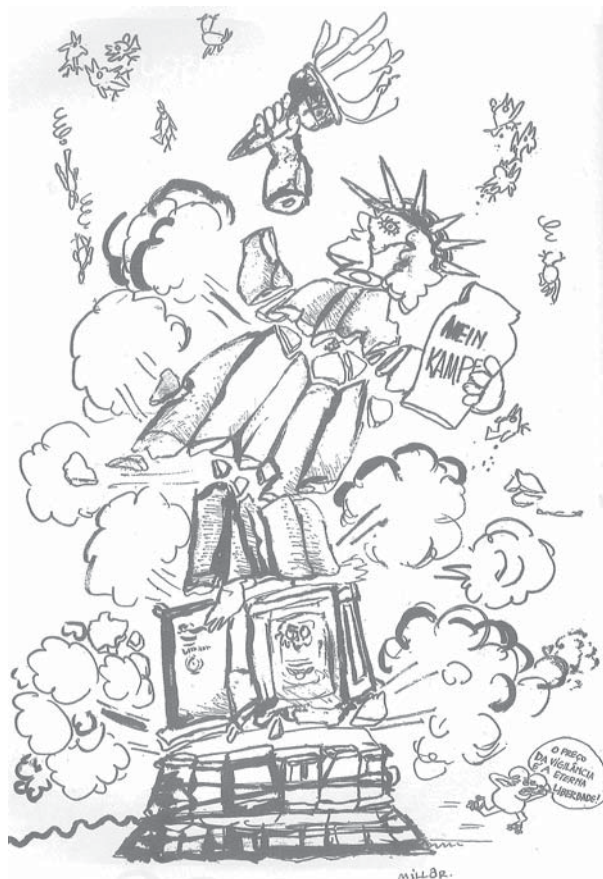


Figura 21 - Charge d'O Pasquim - A explosão da liberdade

Vários foram os caminhos que nos trouxeram, nesta tese, até aqui. E, se uma multiplicidade de saberes amparou nosso percurso, julgamos importante dedicar esta seção a uma retrospectiva, não de uma série de acontecimentos (como encontramos no conceito da palavra retrospectiva), mas de uma série de conhecimentos, que, interligados, justificam a existência desta tese.

Foi olhando para o humor e para o riso que, no primeiro capítulo, nos dedicamos a estudar a temática sob diferentes vertentes teóricas. Essa escolha marcou a primeira grande crise a ser apresentada nesta retrospectiva: o riso é tema estudado pelas mais diversas e complexas áreas do saber. Julgamos que, ao lado da morte, o riso é o tema que mais prende a atenção de estudiosos ao longo dos séculos. E, por incrível que pareça, embora muitas respostas tenham sido encontradas, ainda há muito a ser compreendido. Então, precisávamos decidir: o que estudar? A partir da proposta de quem? Em que campo do saber?

Nossa decisão teve de buscar amparo na cientificidade, de modo que foi importante perceber – ou mesmo aceitar – que, somente sob um viés linguístico, não há como responder “por que se ri”, tampouco há como elucidar a importância do riso para o homem. Há muitas perguntas, portanto, que não podem ser respondidas pela linguística, no entanto, há outras tantas que podem.

Nosso olhar passou a se voltar, então, ao aspecto enunciativo do humor, mas nunca nos desvinculamos da certeza de que esse é *um* dentre tantos aspectos relacionados ao cômico, que, sabemos, transcendem os estudos enunciativos, estendendo-se a muitas outras conexões. Então, dispostos a fazer uma análise linguística e a compreender o funcionamento enunciativo do humor, buscamos, em outras áreas do saber, diferentes (in)certezas sobre a temática. Nossos estudos nos mostraram que há um ponto de conexão entre as diferentes pesquisas sobre o riso, um ponto incontestado e extremamente relevante: a língua e os sentidos por ela mobilizados!

Conforme pontuamos quando, no item 1.6 desta tese, falávamos em *muitas teorias e um só humor*, em nossa trajetória investigativa, viajamos pelo *riso através dos tempos*, com o historiador francês Georges Minois. Após, guiados pelo nobel de literatura Henri Bergson, fizemos um tour pela *teoria do riso e da comicidade*, enraizada nos muitos sentidos possibilitados (sempre) pela língua. Nossa próxima estação foi o estruturalismo, onde fomos recebidos pelo russo Vladimir Propp, que dedicou grande parte de seus estudos à análise de contos, percurso – mais uma vez ancorado na linguagem – que amparou a construção de saberes relacionados ao cômico, com raízes *no humor, na cultura e na sociedade*. E o auge da nossa viagem não podia ser outro: se o riso suscita, nos homens, uma infinidade de sentimentos, muitas vezes com morada no inconsciente, nosso último anfitrião só podia ser Sigmund Freud, que, na linguagem, encontra amparo para o olhar psicanalítico que destina ao humor. Nessa estação final, encontramos *o riso no divã* e fomos provocados pelo “Conte-mais sobre...” o papel da língua nesse processo.

Assim, nossa viagem foi, então, pautada por *muitas teorias e por um só humor*, mas, agora, completamos: nosso *tour* pode até ter encontrado diferentes geografias, mas teve um único guia: a língua e seus sentidos! Embora os teóricos que estudamos não façam uma abordagem linguística do humor, eles colocam os sentidos no centro da discussão. Este foi, portanto, o critério de seleção dos autores apresentados no primeiro capítulo: de uma forma ou de outra, todos eles colocam – naturalmente, dentro de seu campo do saber – a língua e seus múltiplos sentidos como um referencial importante no estudo do riso, reconhecendo a importância da coexistência de sentidos para a constituição do humor. Isso faz com que, no

capítulo inicial, não tenhamos uma abordagem linguística do humor, mas uma abordagem que, com raízes em diferentes campos do saber, coloca a língua e seus diferentes sentidos no centro da discussão.

O segundo capítulo dedica-se à apresentação d'*O Pasquim*. Sobre isso, importante registrar, tentamos, nessa seção, reunir informações que residam longe do lugar comum sobre esse importante semanário. Sabemos, naturalmente, que é muito difícil que o público que lê uma tese de doutorado – e refiro-me, portanto, aos potenciais leitores desta tese – não tenha conhecimento sobre o que (ou sobre quem) foi *O Pasquim*. Presumimos, contudo, que há muitas histórias de bastidores que não são amplamente conhecidas e que podem contribuir para a compreensão daquilo que encontramos nas páginas desse semanário que marcou uma geração e cuja importância ainda ressoa na história.

A pormenorizada apresentação do jornal e a descrição de muitas histórias sobre ele e sobre seus jornalistas têm, naturalmente, uma justificativa: queremos que nosso leitor compreenda as condições de enunciação nas quais os textos pasquinianos foram produzidos, para, desse modo, compreenderem melhor as análises que apresentaremos no capítulo 4, que tem início imediatamente após a conclusão deste item de retrospectiva.

Lembramos, sobre isso, que defendemos que nem sempre o *tu* vai identificar os múltiplos sentidos possíveis de um enunciado, e que um dos fatores que possibilitará essa identificação ou compreensão é o conhecimento de uma determinada temática ou a familiaridade com certos aspectos culturais, ou seja, é o conhecimento das condições de enunciação que permitirá ao sujeito compreender as relações que levam ao enunciado humorístico.

O Pasquim – e todo o contexto que o envolve – é a condição enunciativa de nosso *corpus*. Desse modo, não podíamos propor uma análise sem, antes, trazer elementos que dessem sentido para aquilo que comporá o nosso *corpus*. Tudo isso porque é nossa intenção mostrar o humor que integrava as páginas do semanário, o qual somente vai se constituir a partir de olhares polissêmicos, muitos dos quais, julgamos, estavam condicionados ao acesso ao conhecimento daquilo que apresentamos no segundo capítulo.

E se o humor é tratado, no objeto *O Pasquim*, pela língua, recorreremos aos preceitos da Teoria da Enunciação para dizer que o humor – pela língua –, na enunciação, é a coexistência de sentidos produzidos em diferentes tempos, lugares, pessoas, considerando que, nesse processo, há um *eu* que produz enunciados para um *tu*.

Isso nos leva ao terceiro capítulo, no qual nos debruçamos sobre a Teoria da Enunciação para compreender conceitos importantes. Nesse percurso, tomamos um princípio bem básico,

ainda que o apresentemos, aqui, de forma demasiadamente abreviada: a enunciação ocorre quando um ser/sujeito se apropria do sistema da língua e se enuncia para um *tu*. É esse sujeito – e, portanto, esse *eu* – que propõe ou produz um sentido, o que faz com que, na constituição dos sentidos, interesse-nos o *eu*, não *tu*.

Especificamente no que diz respeito à constituição do humor, é o *eu* que, na enunciação, em uma situação de tempo, de espaço e de pessoa, propõe a circulação de sentidos que, coexistindo, conduzem ao humor.

Isso nos leva a um ponto de extrema relevância na tese: sob o viés da linguagem, o humor se constitui quando, em um jogo polissêmico, diferentes sentidos coexistem. É a partir da coexistência e da simultaneidade de sentidos possíveis, e, mais do que isso, a partir do choque entre esses sentidos, que, enunciativamente, o humor se constitui, suscitando, por conseguinte, o riso.

Sabemos, naturalmente, que nem sempre o sujeito que enuncia prevê todos os sentidos que podem ser extraídos daquilo que enuncia e que, por muitas vezes, o humor se efetiva a partir do inesperado. Como exemplo, tomamos uma piada citada por Sigmund Freud: *“Um conhecido especulador da bolsa, também banqueiro, caminhava com um amigo na principal avenida de Viena. Quando passaram por um café, disse: - Vamos entrar e tomar alguma coisa? Seu amigo o conteve: - Mas, senhor Hofrat, o lugar está cheio de gente!”*. O humor, nesse texto, se estabelece a partir de diferentes elementos, tais como a concepção que as pessoas têm de que banqueiros “tomam coisas das pessoas”; mas, principalmente, pelo fato de que o verbo tomar, empregado originalmente com a intenção de que os dois amigos “bebessem” alguma coisa, foi, pelo *tu*, compreendido como uma proposta de que se retirasse algo de alguém. Embora a situação seja hipotética, parece-nos, no contexto em que a situação é descrita, que a simultaneidade de sentidos não foi pensada pelo primeiro sujeito, e que a coexistência de sentidos se deu a partir da percepção, pelo segundo sujeito, de que sentidos simultâneos para o termo “tomar” podiam coexistir.

Tal hipótese, frisamos, ocorre reiteradamente no cotidiano das pessoas e, por muitas vezes, um humor não planejado ganha corpo e espaço. Precisamos destacar, no entanto, que, embora reconheçamos essa possibilidade, essa não é a característica dos textos d’*O Pasquim*. O funcionamento enunciativo do discurso pasquiniano de humor parte de escolhas, que são efetivadas pelo locutor a partir de um engendramento específico (e nada ingênuo) da língua, com o objetivo de possibilitar a coexistência e a simultaneidade de diferentes significações.

Esse engendramento, importante salientar, ocorre a partir do domínio do sujeito daquilo a que Benveniste chamou de forma e sentido. É a combinação forma e sentido que torna

possível ao indivíduo ser sujeito de sua enunciação, pois o sujeito somente consegue produzir intencionalmente o humor quando faz escolhas. Com esse desiderato, esse *eu* enunciativo agencia a língua de modo que diferentes sentidos coexistam.

E isso nos remete novamente à concepção de que a enunciação se dá no *eu*, que, enquanto locutor, escolhe os sentidos que deseja colocar em circulação simultaneamente, e o faz a partir do agenciamento da língua – realizado com base no engendramento das formas, na busca de um, ou mais, sentido(s) desejado(s). É o locutor, portanto, que escolhe os sentidos que deseja que coexistam e essa prerrogativa e (cons)ciência da manipulação que faz das formas é o que o torna um sujeito *da* enunciação.

Tudo isso nos conduz à percepção de que a coexistência é um artifício, é uma estratégia enunciativa do *eu*. A coexistência de sentidos que produz o humor é uma articulação enunciativa do *eu* para suscitar o riso, e, no caso do humor pasquiniano, para mobilizar sentidos cuja circulação pode, dentre tantos outros fatores, ter caráter de denúncia e de resistência política.

E, se, como destacamos, a produção de sentidos está ancorada no *eu*, a coexistência tem de, necessariamente, envolver o *eu* e o *tu*, sendo identificada por ambos. O *eu*, enquanto locutor, engendra a língua de modo a possibilitar a circulação de diferentes sentidos, mas o humor somente vai se construir se o *tu* perceber essa multiplicidade de sentidos. Assim: a multiplicidade de sentidos e a sua coexistência são previstas pelo *eu* e a efetiva construção do humor completa-se no *tu*, quando aloca simultaneamente essas diferentes significações. Desse modo, considerando que o *eu* tem de pressupor um *tu* para que a enunciação ocorra (e que, se tal condição não se efetivasse, nem mesmo o *eu* existiria), é pertinente pontuar que o humor se constrói enunciativo na medida em que evoca diferentes enunciações e envolve diferentes pessoas da enunciação.

Nesse percurso, se o papel do *tu* é importante na constituição do humor, uma vez que esse *tu* tem de ser capaz de reconhecer a multiplicidade de sentidos proposta a partir de determinado engendramento da língua, pertinente destacar que essa compreensão está condicionada a diferentes fatores, tais como o acesso a determinado conhecimento que ampare a conexão de diferentes informações. E foi nesse ponto que propomos aquilo a que chamamos de condições de enunciação, pois o funcionamento enunciativo do enunciado humorístico mantém íntima e profunda relação com o conhecimento de diferentes aspectos sociais, culturais, científicos, informativos, etc. Conforme pontuamos anteriormente, é por reconhecer a importância das condições de enunciação que apresentamos, no segundo capítulo desta tese, um detalhado percurso histórico envolvendo *O Pasquim*. As informações

apresentadas nessa seção em muito contribuirão para a compreensão das análises que integrarão o quarto e próximo capítulo desta tese.

Nessa direção, resumimos: o funcionamento enunciativo do humor consiste na coexistência de enunciações produzidas em diferentes situações, de tempo, de espaço e de pessoa. Há, contudo, um aspecto que ainda merece destaque nesse processo: pontuamos, com base em Benveniste (ainda que por analogia, uma vez que o teórico não se dedicou ao estudo específico da temática), que o humor traz a relação da língua e da sociedade e, nessa direção, ponderamos que, quando falamos em multiplicidade de sentidos, estamos reconhecendo que essas diferentes significações estão *na* sociedade e são materializadas, ora pela língua, ora pela cultura, ora por ambas. O humor vai se construir, portanto, no momento em que forem estabelecidas relações inteligíveis entre língua e sociedade, entre língua e cultura.

Assim, como elementos derradeiros de nossa retrospectiva, lembramos que o humor, *pela* língua, *na* enunciação, demanda uma relação harmônica entre uma série de elementos, dentre os quais estão a polissemia e a coexistência de sentidos possíveis. Essa é, então, a nossa tese. Assim, se, inicialmente, nos perguntamos *Tá rindo do quê?* e identificamos que nos propomos a compreender *O funcionamento enunciativo do humor*, olhando para a *polissemia e a coexistência de sentidos no Pasquim*, acreditamos que, ao chegarmos aqui, ainda que tenhamos sido provocados por tantas outras perguntas (o que compreendemos ser inerente ao processo de construção científica), conseguimos elucidar muitas questões que pautaram nossa investigação.

É chegada a hora, então, de materializar tudo o que estudamos até aqui, colocando a serviço de nossas análises todo o conhecimento que construímos. Passamos, então, ao quarto capítulo, no qual analisamos diferentes publicações d'*O Pasquim* a partir das relações estabelecidas entre humor, língua e coexistência de sentidos. Ao identificarmos, nos textos que compõem o nosso *corpus*, a coexistência de sentidos produzidos em diferente tempo e lugar, bem como ao compreendermos o lugar – e a importância – ocupados por cada sujeito nesse percurso enunciativo, daremos voz a todo o percurso teórico que amparou nossa investigação científica até esse ponto.

Em nossa retrospectiva, diferentemente do que ocorre em ações dessa natureza, não lembramos de uma série de acontecimentos decorridos durante o determinado ano, mas de um percurso científico, cuidadosamente trilhado para amparar ou projetar os passos que ainda vamos dar. Além disso, comumente, uma retrospectiva se encerra com um apontamento para o futuro, com um espírito imbuído pelo desejo de que as coisas boas se repitam e de que as negativas tenham se encerrado no passado. De modo um pouco diferente, o apontamento que

agora fazemos não é caracterizado pelo auguro a coisas boas ou ruins, mas dedica-se a apresentar os próximos passos de nossa tese.

Direcionamos nossos trabalhos, agora, para – a partir da congregação de diferentes conceitos propostos ao longo dos estudos de Émile Benveniste – uma análise enunciativa do humor n’*O Pasquim*, em um processo que envolve esse sujeito que se enuncia e as mais diferentes relações por ele estabelecidas.

Nas próximas páginas, nossa “edição especial”, na qual mergulhamos no humor pasquiniano para, dentre tantos outros fatores, perceber a presença da língua, da cultura, da sociedade e da política, e, com raízes nisso, entendermos, afinal: *Tá rindo de quê?*

4. TÁ RINDO DO QUÊ? ANALISANDO O HUMOR N' O PASQUIM



Figura 22 - O Terrível atentado (página central da edição nº 39)

Fragmento 11 – Como já é do conhecimento de todo o povo, O PASQUIM, o órgão eleito pela massa dos leitores do país, sofreu um terrível atentado: uma bomba de cinco quilos de material explosivo de primeira classe (urânio, dinamite e TNT misturados com ódio político-social) foi colocada na entrada do aprazível palacete em que a fina flor da Inteligência brasileira (nós mesmos, com o perdão da Imodéstia) cria este admirável semanário. Nesta foto sensacional o leitor pode ver o horror do que aconteceria caso a bomba tivesse explodido.

Após estudo da base teórica da Teoria da Enunciação e dos textos fundadores de Émile Benveniste, temos o objetivo, neste capítulo, de retomar, nas análises dos textos escolhidos como *corpus* desta tese, os métodos abordados em sua constituição. Pretendemos provar aquilo que teorizamos sobre o funcionamento enunciativo do humor e do riso. Para isso, apresentamos, nesta seção, um *corpus* composto por dois elementos, um deles segmentado em vários componentes menores. Importante referir que essa escolha, limitada a dois elementos, se deu em razão de que nossa análise, nesta tese, não é quantitativa. A presença do *corpus*,

aqui, tem o escopo de comprovar, na prática – ou na aplicação de situações efetivas de enunciação – aquilo que teorizamos ao longo dos três primeiros capítulos.

O primeiro desses elementos trata-se da capa do 39º número d’*O Pasquim*, edição referente ao período de 19 a 25 de março de 1970, alguns dias depois de a redação do jornal ter sido alvo de um grave (embora fracassado) atentado a bomba. Essa capa, composta por uma série de diferentes elementos, é, para fins de análise, segmentada em 11 diferentes imagens e em 25 fragmentos enunciativos (Fragmento 12 ao Fragmento 36). Todos esses elementos recorrem ao humor para, com diferentes abordagens, denunciar tanto o atentado quanto a forte repressão e violência da ditadura militar. Julgamos que a riqueza de conteúdos desse *corpus* é explicada pelos diferentes aspectos da resistência d’*O Pasquim* e pela propriedade com que seus jornalistas utilizavam enunciativamente o humor para comunicar em um período de forte censura e repressão.

O segundo elemento trata-se de um publicação que ocupou as páginas da oitava edição do *Pasquim*, publicada em agosto de 1969, pouco tempo depois da criação do DOI-CODI, órgão de inteligência e batalhão especial da polícia de repressão, conhecido por seus atos de violência e por ser um brutal centro de torturas, onde muitos militantes foram mortos. Essa imagem é acompanhada, na análise, por um fragmento enunciativo (Fragmento 37).

O *corpus* de análise será constituído, portanto, por textos que põem em sintonia elementos verbais e não verbais “costurados” com elementos sociais, políticos e históricos. Tal constituição nos permitirá efetivamente fazer, não somente uma análise *do enunciado*, mas uma análise *da enunciação* que o envolve, ou seja, procederemos a uma análise *dos sentidos* que compõem os textos (e é esse elemento, repetimos, que fez com que a contextualização histórica d’*O Pasquim*, apresentada no capítulo 2 como *condições de enunciação*, tenha caráter tão relevante). Sobre o que ora apontamos, pertinente ponderar que fazemos, naturalmente, uma análise do *enunciado*, recortando, para tal, diferentes trechos verbais do *corpus*, mas não nos limitamos a isso. Nosso olhar transcende o linguístico e volta-se, portanto, à *enunciação*, que, a partir do enunciado, comunica. Partimos, portanto, da forma, para analisar o sentido, voltando um especial olhar às relações trazidas por cada contexto.

Tudo isso faz com que tracemos, neste trabalho, um percurso próprio, com uma construção metodológica que nos permita chegar à compreensão do funcionamento enunciativo e à interpretação dos sentidos movimentados pelo humor nas publicações d’*O Pasquim* na época da mais dura repressão militar.

Nessa direção, tomando a Teoria da Enunciação como ferramenta para ver a nossa tese se concretizando, passamos, agora, a apresentar uma análise enunciativa do humor n’*O Pasquim*.

Assim, a edição mais importante dessa coletânea chegou e está sendo entregue a você. No primeiro fascículo, *o jornal que não é um estouro*. Essa leitura tem tudo para ser uma grande bomba! Aproveite!

4.1 O jornal que não é um estouro!

A edição de número 39 d’*O Pasquim*, referente ao período de 19 a 25 de março de 1970, dedicava-se à denúncia de que uma bomba havia sido colocada na redação do jornal há alguns dias.²⁴ A edição, em seu todo, foi composta por vários elementos que denunciavam e repudiavam o ato de terrorismo, mas a sua capa – notadamente a página de maior visibilidade do jornal – era a página que concentrava o maior número de “recados”.

A 39ª capa d’*O Pasquim* tinha uma característica peculiar: se as outras capas eram compostas por somente uma imagem, ou por uma imagem e algumas chamadas jornalísticas, essa, diferentemente de todas as anteriores, reunia uma série de imagens, todas fazendo alusão ao episódio do atentado. A principal característica pasquiniana, no entanto, não havia mudado e estava inquestionavelmente presente: o humor. Mesmo diante de tamanha gravidade, o assunto foi tratado com irreverência e com uma especial dose de comicidade.

É a capa:

²⁴ Conforme citado no item 2.2 desta tese.

Para nossa análise, particionaremos a capa em 11 elementos, de modo que possamos dedicar a cada um deles um detalhado olhar analítico, descritivo e enunciativo. Importante ponderar, sobre isso, que embora nos proponhamos a fazer a análise do *corpus* escolhido, esse processo analítico demanda uma identificação prévia por parte do analista. Essa identificação, para ser materializada, precisa de uma descrição, que vai revelar o olhar particular do analista.

Ponderamos, sobre isso, que, nesse processo, o *eu* analista vai se enunciar a partir de um olhar particular e subjetivo. E, para que sua análise possa ser compreendida, esse *eu* precisa mostrar qual foi o olhar que dispensou ao objeto de análise. Isso significa que, ao nosso ver, não é possível fazer uma análise enunciativa diretamente do objeto – nesse caso, da capa do semanário –, sendo necessária uma descrição prévia que ampare o olhar sobre a enunciação.

Justificamos isso em razão de que, ao falar sobre *Semiologia da língua* (1969), Benveniste diz que a língua é o único sistema que pode ser interpretante de todos os outros sistemas, inclusive de si mesma. Para ele, “a língua nos fornece o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura e no seu funcionamento” (BENVENISTE, 2006f, p. 62). Refletimo, assim, que, se há dois modos de ser língua – forma e sentido –, é necessário passar pela forma para chegar ao sentido. Avaliamos, por conseguinte, que, se o único sistema para interpretar outro sistema é a língua, essa interpretação – a de outro sistema – somente se faz possível a partir da *forma*.

Especificamente no que diz respeito ao nosso *corpus*, não conseguimos vislumbrar uma enunciação feita diretamente a partir da capa. Um processo descritivo se faz necessário e acontece naturalmente, ainda que essa descrição não seja escrita/transcrita. O percurso que o sujeito trilha para chegar à enunciação passa por uma necessária descrição, e, nesse sentido, concebemos *descrição* como *forma*.

Assumimos, então, que nossa análise não é primeira ou genuinamente enunciativa, o que não implica, de modo algum, que ela não seja uma análise enunciativa. Conforme pontuamos anteriormente, não cremos ser possível chegar à enunciação sem antes perceber, em algum grau, a *forma* que a envolve, então, estamos cientes de que não enunciamos sobre a capa, mas sobre a descrição do olhar que voltamos para ela, tornando-a uma análise analítica, descritiva e enunciativa.

Embora isto pareça óbvio, optamos pelo excesso e não pela falta: reiteramos que, nessa trajetória de constituição e de apropriação de sentidos, a análise passa pelo crivo do analista, e, portanto, cada elemento da capa é descrito pelo analista. E essa descrição passa por uma análise enunciativa. Assim, o tão desejado objetivo de perceber o funcionamento enunciativo

dos elementos que compõem o *corpus* demanda que a análise enunciativa seja precedida por uma descrição e que parta desse processo descritivo.

Por fim, também reiterando o caráter subjetivo da constituição de sentidos, lembramos que as análises que são feitas nesta seção revelam, por óbvio, um olhar particular da doutoranda que as propõe. Se feitas por outro pesquisador ou estudioso, provavelmente movimentariam sentidos outros, diferenciando-se daqueles que foram, por nós, percebidos. Assim, a descrição que passamos a apresentar materializa o *nosso* olhar sobre a capa da 39ª edição d'*O Pasquim* e revelam, portanto, a nossa análise enunciativa.

A primeira composição que receberá nossa atenção é aquela que ocupa um lugar de destaque na capa: o ratinho Sig caricaturizado como a Estátua da Liberdade, segurando um exemplar d'*O Pasquim* em chamas, a qual passamos a descrever pormenorizadamente.

4.1.1 Sig da Liberdade



Figura 24 - Sig da Liberdade

Essa imagem, inserida em um contexto de condições de enunciação, estabelece relação com a Estátua da Liberdade, localizada na ilha da Liberdade, no porto de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Reconhecido ícone da liberdade e dos Estados Unidos, seu nome oficial é *Liberty enlightening the world* (Liberdade iluminando o mundo). A estátua foi um presente do povo francês à nação americana e sua estrutura é composta por uma figura feminina que

representa a deusa romana Libertas, que, na mão direita, segura uma tocha, e, na esquerda, carrega uma *tabula ansata* (uma tabuleta que evoca uma lei) na qual está cunhada a data da Declaração da Independência dos Estados Unidos, 4 de julho de 1776. Além disso, há também um elemento pouco observado entre seus visitantes: aos pés da estátua, há uma corrente rompida e um grilhão quebrado, outra clara alusão à libertação.

Todos esses elementos, com a necessária dose do humor pasquiniano, estão representados na imagem que aqui denominaremos de “Sig da Liberdade”. No lugar da tradicional base retangular da estátua original, Sig, o mascote d’*O Pasquim*, com as mesmas vestes da Estátua, está sobre uma esfera preta que representa uma bomba. Pela representação de um pequeno pavio próximo ao pé esquerdo de Sig, com pequenos raios ilustrados ao seu redor, é possível perceber que o explosivo está acionado e que a bomba está acesa.

Ao lado do pavio aceso, a escrita:

Fragmento 12 – Há os que têm contracorrente. Os que têm só contra. E os que têm só corrente.

A menção à corrente, não por acaso, está próxima aos pés do ratinho, ou seja, ocupa a mesma posição que a corrente e que o grilhão quebrado, os quais, na estátua americana, representam a libertação, com o grilhão sendo retirado do pé da Liberdade.

Já no que refere ao Fragmento 12, pondera-se que o sentido dicionarizado de contracorrente remete a uma corrente que flui junto a uma outra corrente, porém, em direção oposta; ou a uma corrente que se estabelece junto à margem de um rio ou costa, e que segue direção oposta à corrente principal. Nesse mesmo sentido, seu uso popularizado remete à concepção de que está na contracorrente aquilo que flui em direção oposta ao senso comum, ou aquilo que é “do contra”. É justamente esse o termo que dá continuidade à manifestação pasquiniana, que refere aqueles “que têm só contra”.

Há, aqui, enunciativamente, uma clara oposição entre *O Pasquim* e o regime militar: os militares, sustentando seu governo na barbárie e na ausência de respeito a preceitos que deveriam ser os direitos mais básicos de qualquer ser humano, são a *contracorrente*, pois agem em sentido contrário ao que se espera de um representante do povo. O semanário, por sua vez, pela insistente oposição ao regime militar, questiona, denuncia, impõe obstáculos aos desmandos ditatoriais, é aquele que tem “só o contra”, pois em nada aprova esse regime.

Por fim, há aqueles “que têm só corrente”. Um olhar descritivo e enunciativo a esse enunciado nos revela a relação polissêmica do sentido de “corrente”, que é responsável pela

efetivação do humor e da enunciação pretendida pelo *eu Pasquim*. Para que o humor se estabeleça, o *tu* precisa perceber que o termo pode (mas não faz) fazer referência à correnteza ou ao movimento próprio das águas, no entanto, o sentido posto em circulação é o da corrente como uma série de elos metálicos interligados, cuja principal utilização é prender ou segurar algo e que também estabelece forte relação com o conceito de escravidão e/ou de cerceamento de liberdade, com o acorrentamento dos presos.

Enunciativamente, o termo movimenta, portanto, o sentido negativo da corrente: o da dor, o do aprisionamento e o da violência. Assim, ao referir que há “os que têm só corrente”, *O Pasquim* atribui àqueles que o atacaram – presume-se, os militares – a condição de algozes; e, a si mesmo, a condição de “acorrentado”, alvo de uma violência desmedida. E é nessa coexistência que o humor se efetiva. O riso é provocado no momento em que o *tu* percebe as duas leituras possíveis.

Esse sentido – o de medo, por ser alvo de constante perseguição e, agora, de efetiva agressão – se confirma pela expressão de pavor na face do Sig da Liberdade, representada pelas gotas de suor, e pelo desenho da boca, que, além de ligeiramente entreaberta, mostrando os dentes, tem sua curvatura desenhada para baixo, representação oposta ao sorriso, tanto na grafia quanto na semântica, traduzindo uma percepção de tristeza e, nesse caso particular, de pânico. Outros elementos que contribuem para essa percepção são os olhos arregalados e as sobrancelhas erguidas, que também lembram rugas verticais na testa, desenho que comumente expressa o sentimento de temor. Aqui, como mais uma estratégia de humor, *O Pasquim* recorre à ironia para, dizendo o contrário do que quer, colocar em movimento o sentido que deseja: o de que sente medo.

Fragmento 13 – Aviso aos maledicentes: o suor não é de medo mas causado pelo calor extraordinário do novo combustível usado pela liberdade de imprensa.

Assim, embora o enunciado tenha sido construído como um recado (verbal) de que Sid – e, portanto, *O Pasquim* – não tem medo, o não verbal, com a expressão de pavor do mascote, revela um sentido outro, afinal, não havia como não se mostrar temeroso ante a um atentado de tamanha proporção. Mais uma vez, podemos acionar aqueles que Freud (1977, s.p.) concebe como chistes intelectuais, que ocorrem quando a graça se dá propriamente pelo conteúdo do comentário e que se efetivam a partir de técnicas como, por exemplo, a representação pelo oposto.

Desse modo, embora *O Pasquim* afirme não ter medo, se voltarmos o olhar para o tempo crônico, para o aqui e o agora em que esse enunciado é construído, caracterizado por um cenário político de repressão e por um grave ataque ao jornal, conseguimos perceber que, enunciativamente, o que está sendo afirmado é o oposto do que o enunciado sugere. Isso implica dizer que, ao afirmar que “o suor não é de medo”, o *eu Pasquim* está recorrendo à ironia para revelar ao seu leitor exatamente o oposto, ou seja, para dizer que seus jornalistas (bem como a sua própria existência, como veículo de informação) estão sob constante ameaça e, por conseguinte, correm perigo. Mais uma vez, é na coexistência que o humor nasce, pois a comicidade somente se efetiva quando, para além daquilo que está no enunciado, o tu perceber esse “recado” passado pelo *O Pasquim*.

Nesse sentido, apropriado lembrar que, para Bergson (2007, p. 15), “pelo medo que inspira, o riso reprime as excentricidades, mantém constantemente vigilantes e em contato recíproco certas atividades de ordem acessória que correriam o risco de isolar-se e adormecer”. Assim, ao enunciar, na sequência, que o suor que é retratado em Sig não tem origem no medo, mas no “calor extraordinário do novo combustível usado pela liberdade de imprensa”, o *eu Pasquim* reprime o temor e comunica, pelo humor, que não se deixará vencer pelo medo imposto – o que, naturalmente, não significa inexistência de medo. Além disso, o Fragmento 13 dedica-se a dar expressão à gravidade do atentado, o que faz pela utilização da expressão “calor extraordinário”, afinal, o fogo que seria causado pela explosão da bomba – que queimaria as edições já impressas do jornal – teria proporções quase que dantescas, ante à natureza inflamável do papel. A bomba e o incêndio decorrente da explosão não provocariam um calor qualquer, mas um calor *extraordinário*, assim como era extra-ordinária a capacidade do explosivo colocado na redação pasquiniana.

Por fim, se olharmos descritivamente para o enunciado que relaciona as ideias de liberdade de imprensa e de combustível, podemos compreender que liberdade é uma prerrogativa com a qual a imprensa não conta, mormente a imprensa que se revela resistente ao sistema, e que o preço por tal inadequação é o “fogo”, que, aqui, tem uma grande gama de significações: tortura, medo, violência, censura, agressão e mesmo a morte.

Recuperamos, nesse ponto, Minois, que afirma que “O riso e o medo estão intimamente ligados” (2003, p. 563) e que pondera que “riso aparece como uma arma suprema para superar o medo”, pois “exorciza o medo, sem negar a existência do inferno. [...] Mas o que o torna imperdoável é que ele é apresentado pelo riso. É em torno do riso que a divisão e o confronto se efetuam. [...] Quem ri do inferno pode rir de tudo” (2003, p. 275). Medo e riso, portanto, seguem com estreita relação, e se “quem ri do inferno pode rir de tudo”, rir do atentado do

qual foi alvo dá a’*O Pasquim* autonomia para usar o humor como ferramenta de denúncia e crítica à violência – ou às mais diversas violências – imposta(s) pela ditadura.

Tal como apontamos no capítulo inicial desta tese, houve um momento na história em que o riso passou a ser provocado com um propósito, como símbolo de urbanidade e cultura, caracterizando-se como um riso velado, ou “o riso finamente irônico que Sócrates põe a serviço da busca da verdade” (MINOIS, 2003, p. 49). Tal qual percebemos enunciativamente no Fragmento 13, isso põe em circulação um “riso moderno, irônico, comedido, colocado a serviço da moral e do conhecimento” (MINOIS, 2003, p. 60). É a comicidade sendo produzida a partir de um engendramento *da* língua e *entre* a língua e alguns elementos culturais, permeados pelo aqui e pelo agora em que o enunciado – e a enunciação – se insere(m).

No próximo item, a compreensão enunciativa dos sentidos propostos pelo próximo elemento – a tábua que Sig segura na mão esquerda, com a inscrição *não roerás* – demanda que o *tu* perceba que a tábua, além de representar aquela que a Estátua da Liberdade segura, é desenhada de modo a lembrar as duas tábuas de pedra nas quais, segundo a Bíblia, Deus cunhou os dez mandamentos.

Desse modo, temos o Fragmento 14:

Fragmento 14 – Não roerás.

Assim, elementos de diferentes naturezas se entrelaçam nessa representação: primeiro, é importante saber que a escrita na Estátua da Liberdade traz a data da Declaração da Independência dos Estados Unidos e que, na estátua americana, a tábua segurada tem o formato retangular, semelhante ao de uma prancheta ou mesmo ao de uma folha de papel, como a utilizada em um documento; segundo, é necessário reconhecer que o formato da placa segurada por Sig, diferentemente do que ocorre com a placa original da estátua, é representado por duas partes, num design comumente atribuído ao formato das tábuas mencionadas pela Bíblia. Mais uma vez, a efetiva coexistência de saberes polissêmicos se faz importante para a efetivação do humor.

Há, contudo, outros elementos – e outros saberes – que são importantes para a efetivação do sentido proposto pelo *eu Pasquim*. Considerando ser a prosódia a “vocalização das palavras segundo as leis do acento e da quantidade” (DLPO, 2008-2013) e o “Estudo dos sons da fala, do ponto de vista da acentuação, entonação, duração, etc”, é importante perceber que, por sua métrica, extensão e composição, o fragmento *não roerás* estabelece relação

prosódica com o 5º mandamento²⁵, *não matarás* (quatro sílabas poéticas, tônica na última sílaba, eco no início (*não*) e no fim da frase (*rás*)).

Enunciativamente, portanto, ao *mandar* não roer, o *eu Pasquim* está lembrando aos seus algozes o mandamento bíblico de não matar, considerando que, caso a bomba não tivesse falhado, além do vigia e de sua esposa, que estavam na redação, outras mortes poderiam ter ocorrido, dentre as quais se inclui, naturalmente, a morte figurativa d’*O Pasquim*.

Além disso, há que se considerar a presença de outro jogo de ironia nessa imagem, constituído pela contradição entre a estátua que representa a *liberdade* – e, portanto, o ser livre – e a tábua dos dez mandamentos, que são *regras, leis, preceitos*. São, desse modo, a materialização, pela língua, dos *limites* impostos à liberdade, afinal, se há regras, é porque há, em certo grau, uma “não liberdade”.

No que refere à enunciação, vale destacar, tudo isso promove a reflexão acerca do paradoxo *liberdade x regramentos* (não liberdade), e a língua descrevendo esta imagem – a da Estátua da Liberdade segurando uma tábua de mandamentos – representa diferentes relações de sentido, que fazem referência: *i*) à liberdade, com a presença da estátua; e *ii*) ao cerceamento, à repressão, à violência, à escravidão (sentido que é posto em circulação, também, em razão de que o texto original do monumento tem o texto da Declaração da Independência americana) e, portanto, à não liberdade.

Por fim, o contexto ganha relevância em razão de que a estátua é um símbolo americano, o que tem fortes implicações na significação. Sendo os Estados Unidos uma grande potência, tida como opressora por muitas culturas e sociedades, a significação posta em circulação por essa presença é sabidamente diferente daquela que potencialmente seria movimentada se o referencial tivesse raízes em outra nacionalidade. Não é, contudo, qualquer nação que está se declarando liberta, são os Estados Unidos, o que imprime à publicação d’*O Pasquim* mais força e expressão.

Outra importante relação enunciativa é a de que a presença dessa tábua não se limita a movimentar os sentidos bíblicos e a fazer relação com os mandamentos da Igreja. Também remete à já popularizada expressão “roer a corda”, que denota “não cumprir o prometido, faltar à promessa” (DLPO, 2008-2013). Naturalmente, a escolha do verbo roer tem estreita ligação com o fato de que o personagem Sig é um rato, mamífero que pertence à ordem dos roedores, e, portanto, a coexistência desses diferentes sentidos e a sua presença simultânea na enunciação permitem a compreensão de que o *eu Pasquim* anuncia/enuncia: “não roerei a

²⁵ Considera-se, aqui, os preceitos da Igreja Católica Apostólica Romana. Em outras religiões, esse é considerado como 6º mandamento e pode ser apresentado com conjugação verbal diversa.

corda”, ou seja, o jornal não se calará ante à coação e às ameaças de violência, e, como prova disso, publica sua 39ª edição, repleta de denúncias e significados.

Há que se considerar, mais uma vez, o aqui e o agora da enunciação: um grave atentado à bomba e um regime ditatorial que impunha o medo, o silêncio, que torturava, que tinha a violência como maior argumento. Desse modo, enunciativamente, “não roerás” revela um discurso outro, o de (não) covardia. Se a escolha enunciativa fosse recorrer a dizeres mais popularizados, o Fragmento 14 poderia ser substituído por construções como: *i) vai roer a corda agora?; ii) vai se acovardar?; iii) vai abandonar o barco?; iv) vai se entregar?* A essas perguntas, o semanário já apresenta uma resposta. Ao recorrer ao verbo conjugado no futuro – não roerás –, o *eu Pasquim* diz: “Não me acovardarei! Não silenciarei ante a violência e ante o medo!”. Do mesmo modo, considerando ser conhecida a postura militar que, pela tortura (e, por conseguinte, pelo sofrimento e pelo medo), faz com que as pessoas entreguem dados desejados pelos militares ou mesmo se entreguem no que diz respeito a ações praticadas, *O Pasquim* enuncia taxativamente: “Não me entregarei!”.

Retomamos, nesse mesmo sentido, os dizeres de André Breton (1997, p.xviii), que concebe o humor como uma “revolta superior da mente”, caracterizando-se como uma defesa para certos absurdos e dando liberdades que não são naturais em determinados contextos. Além disso, tal qual afirmamos no capítulo inicial desta tese, Breton identifica no humor o desvio do comum e a desconstrução de limites ou imposições. Enunciativamente, avaliamos que tanto o *roer* quanto o *matar* (que ocupa o lugar enunciativo de roer) revelam desvios do comum e podem ser considerados desconstruções de limites. Se o que se espera das pessoas é que elas não matem seus semelhantes, um atentado que expõe pessoas a um perigo tão sério é certamente uma transgressão de limites e a desconstrução de algo socialmente esperado. Isso nos remete aos postulados de Bergson, que destaca que o riso deve se dar *na* sociedade, uma vez que lhe é atribuída uma função social, e de Propp, para quem o riso, por ser social, é inserido em diferentes realidades e em diferentes relações humanas, o que o liga à forma de tratamento ou de julgamento dispensada às pessoas. Assim, a análise descritiva do não roerás revela que, enunciativamente, é movimentada uma série de sentidos, todos voltados à denúncia de que há, de um lado, alguém disposto a matar, e, de outro, alguém disposto a não morrer, e, mais do que isso, a se revelar muito vivo.

Mais um elemento dessa composição é o *Pasquim* em chamas, que, na mão direita de Sig, ocupa o lugar da tocha segurada pela estátua da Liberdade. O fogo da tocha, que, na Estátua, representa a liberdade do povo, uma vez que está sempre aceso, tem sentido oposto na capa d’*O Pasquim* e faz alusão ao cerceamento de liberdade, com a tentativa de destruir – e

de calar – a redação pasquiniana. A bomba colocada na redação, um artefato explosivo, seria acionada por uma chama, mas “Os responsáveis pelo atentado apertaram demais a ligação do estopim com a espoleta, e o fogo não chegou até o carregamento de dinamite e TNT” (*Relatório [Verdade aberta] - Tomo I - Parte III - Imprensa de Resistência à Ditadura*). Além disso, a representação d’*O Pasquim* queimando na mão de Sig traz grandes desenhos de chamas, acompanhados por vários traços, que, pela extensão que alcançam, fazem crer que se trata de um fogo muito forte, o que pode ter sido provocado pelo fato de que “Após examinar a bomba (...), o detetive (...) afirmou ter sido a maior que encontrara num atentado terrorista” (*Relatório [Verdade aberta] - Tomo I - Parte III - Imprensa de Resistência à Ditadura*).

Isso justifica a presença dos dois próximos – e últimos – elementos dessa composição, os Fragmentos 15 e 16:

Fragmento 15 – Home made. (Tradução: feita por um homem.)

Fragmento 16 – Aviso aos navegantes: chama temporariamente apagada: mantida apenas com números da coleção do Pasquim.

O primeiro desses, o Fragmento 15, *Home made*. (Tradução: feita por um homem.), fazendo alusão ao fato de que “os terroristas a serviço dos fundamentalistas do regime militar não primavam pela competência” (Cf. *Relatório [Verdade aberta] - Tomo I - Parte III - Imprensa de Resistência à Ditadura*) e ao de que o artefato “Tinha um cano plástico de 30 cm, ligado a uma lata de Toddy através de uma rosca e de rebites. Estava envolvida por um saco de aninhagem, um papel das Casas da Banha e duas folhas de jornal retiradas do Caderno B do Jornal do Brasil” (Cf. *Relatório [Verdade aberta] - Tomo I - Parte III - Imprensa de Resistência à Ditadura*), dá destaque à produção caseira e/ou artesanal do explosivo. E é com base nesses elementos e pela coexistência simultânea de sentidos que o Fragmento 15 se efetiva como um enunciado de humor, pois, a partir do agenciamento e da manipulação das formas, com um jogo *da* e *na* língua, coloca no mesmo plano a informação *Home made* – expressão em língua inglesa cuja tradução para o português significa “feito em casa” – e a tradução pasquiniana “feita por um homem”, a partir de um jogo com as palavras *Home* (casa em inglês) e Home[m]. Assim, ao ler a informação “home made”, o *tu* a quem o discurso pasquiniano se dirige não concebe, de modo isolado, esse como um enunciado de humor; isso somente vai acontecer quando os diferentes sentidos coexistirem e, simultaneamente, forem percebidos por esse *tu*. O riso, portanto, não se justifica nem pelo enunciado “Home made”,

nem pelo “feita por um homem”, mas pela percepção de que eles se completam, coexistem, e, então, conduzem a uma nova enunciação.

Nesse contexto, reunimos o chiste verbal de Freud – aquele em que a graça está na *forma* pela qual o pensamento é expresso, para o qual traz o exemplo do agente de loteria que teria sido tratado *familonariamente* pelo Barão Rothschild – e a manipulação da língua, estudada pela Teoria da Enunciação. Ao fazer escolhas e, a partir destas, sintagmatizar de um modo desejado, o sujeito também propõe uma semantização específica/desejada.

Por fim, o Fragmento 16, *Aviso aos navegantes: chama temporariamente apagada: mantida apenas com números da coleção do Pasquim*, reafirma o sentido movimentado pelo Fragmento 14, quando, ao dizer *não roerás*, *O Pasquim* chama atenção para o fato de que o atentado não representara o seu fim e avisa que as chamas – ou seja, o resultado da bomba – não estão acesas e, portanto, não atingiram seu propósito.

Enunciativamente, há que se ponderar que esse Fragmento também coloca em circulação uma resposta ao atentado. A informação de que a chama está *temporariamente apagada* revela que, do mesmo modo, *O Pasquim* está temporariamente limitado, eis que, pode-se dizer, suas ações estão quase que amordaçadas ou apagadas pela ditadura. É como se fosse necessário dizer “A ditadura está nos amordaçando e, portanto, temporariamente, estaremos ‘apagados’, ou, temporariamente, nossos dizeres estarão comprometidos (mas nunca silenciados!)”.

Por isso, o funcionamento enunciativo do humor nesses enunciados se efetiva a partir da coexistência de diferentes sentidos, postos em circulação a partir do agenciamento das formas da língua, combinado com elementos de diferentes naturezas, enraizadas em diferentes abordagens, que vão desde a verbal e a não verbal até a filosófica, cultural, histórica e psicanalítica, tal como observamos no primeiro capítulo desta tese.

É a interdisciplinaridade entre essas diferentes vertentes que faz com que, em um mesmo cenário, sentidos diversos coexistam. E todas essas são escolhas enunciativas do *eu Pasquim* para colocar em circulação e apresentar ao *tu* um sentido desejado.

Assim, ao recorrer à presença de elementos como a Estátua da Liberdade (ou, como denominamos, o Sig da Liberdade), as correntes, a bomba acesa, a expressão de pavor, um jornal em chamas e a tábua, e enunciados como corrente, contracorrente, maledicentes e roerás, o *eu Pasquim* está, enunciativamente, apresentando ao *tu* o contexto sociopolítico no qual está inserido. Revela, a partir das *condições de enunciação*, um cenário de perseguição, de violência, de intolerância, de não democracia e de cerceamento de direitos e liberdade. Ao mesmo tempo, posiciona-se no sentido de que, embora se revele incontestemente o fato de que este

é o desejo do então governo, *O Pasquim* não vai ceder às ameaças, não vai mostrar atitude covarde, e, portanto, não vai silenciar. Nessa simultaneidade de sentidos, nesse jogo de significações possíveis, esse sentido – o de resistência – se sobrepõe aos demais, o que nos faz crer que, na disputa entre *Pasquim* e ditadura, parece que o humor riu por último.

4.1.2 Nossos pensamentos são livres



Figura 25 - Urubu de propaganda

A segunda composição que recebe nossa análise é uma frase de autoria de Cícero – advogado, político, escritor, orador e filósofo da República Romana, que viveu entre 106 e 43 a. C. – transcrita de forma literal para a capa da 39ª edição d’*O Pasquim*:

Fragmento 17 – *Liberæ sunt nostræ cogitationes.*

A frase, da língua latina, quando vertida para a língua portuguesa, significa “Nossos pensamentos são livres” e, na capa, é conteúdo de uma faixa que é puxada no céu por um urubu (o que comumente é feito por um avião, com o propósito de dar publicidade a algum conteúdo).

Por conta dessa troca de figuras – o urubu no lugar de um avião –, *O Pasquim* explica:

Fragmento 18 – Urubu de propaganda.

Assim, em vez de se ter um “avião de propaganda”, como há de se esperar comumente, tem-se um “urubu de propaganda”, o que, mais uma vez, representa a coexistência de diferentes sentidos, que, nesse caso, se sobrepõem, trazendo uma nova significação: os “urubus que rondam o céu” – aqueles que se postam na “contracorrente” e que recorrem à violência para conseguir o que querem, fazendo o uso de “correntes” –, devem lembrar que a liberdade de pensamento não pode ser tolhida.

Além disso, importante pensar na enunciação movimentada a partir da presença do urubu, abutre conhecido por alimentar-se principalmente de animais mortos, em decomposição, o que põe em circulação o sentido do podre, do putrefato, como característica pejorativa relacionada aos cerceadores (ou seriam censores?) da liberdade, que colocavam em risco a vida daqueles que davam (sua) vida a’ *O Pasquim*.

Descritivamente, temos uma faixa sendo puxada por um urubu com a informação de que “nossos pensamentos são livres”. Enunciativamente, no entanto, os sentidos têm um alcance muito mais amplo.

Se o urubu se alimenta, fundamentalmente, de bichos mortos, o fato de que ele ronda os céus revela que ele está à espera dos corpos mortos, ou dos mortos d’ *O Pasquim*. Especificamente no que refere ao atentado, revela que, mesmo antes de a bomba explodir (o que os algozes acreditavam que aconteceria), os “urubus”, ou os militares, já estavam posicionados para se alimentar da tragédia, do sangue e da destruição.

A presença desse abutre prenuncia a morte, aponta para o fim. Revela que os militares seguirão “rondando” os céus do jornal, à espera (não necessariamente passiva) daquilo que levará o semanário ao fim e ao silêncio.

Estendendo essas relações para um viés antropológico, considera-se que o humor mostra e percebe as relações língua e sociedade e língua e cultura. Assim, se, antropológicamente, o homem está na sociedade – o que, naturalmente, permeia as mais diversas relações de sentido existentes –, pondera-se: qual a possível relação cultural trazida pela presença do urubu n’ *O Pasquim*? E qual a razão pela qual ela suscita o riso? Avalia-se, sobre isso, que *O Pasquim* é um jornal que tem o humor como ferramenta de denúncia e, mais do que isso, é um jornal que tem a denúncia, a crítica e a reflexão como essência. Tal perfil faz com que ele seja um jornal que revela a possibilidade de um monte de gente ser morta pela ditadura, desvela a possibilidade de, por repressão ou represália política, muitos perderem a vida. Assim, naquele tempo, naquele espaço e envolvendo as pessoas daquela situação, o urubu era a materialização de uma cultura que o concebia como a representação da morte, se traduzindo na denúncia de que a ditadura ceifava muitas vidas e de que suas ações tinham natureza desumana e cruel. Além disso, denunciava que, naquele tempo e naquela situação, os jornalistas pasquinianos eram alvo da violência mais letal dos militares e colocava, mais uma vez, em circulação, o dilema da existência, que, conforme Minois (2003), tem, no riso, portanto, uma resposta fundamental.

E é a coexistência desses muitos sentidos que faz com que o humor se estabeleça: se, por um lado, tem-se a aparentemente desprezível presença de um pássaro substituindo um

avião, por outro, tem-se a representação do podre, da morte, da violência, que está à espreita daqueles que se dedicam a denunciar os desmandos e os horrores da ditadura. E isso somente é possível a partir da carga semântica cultural (anteriormente) atribuída ao urubu.

4.1.3 No calor do momento, quem é páreo para o rei?

O próximo elemento para o qual voltamos nossa análise é a figura de um sol, que, a exemplo das imagens da chama da tocha segurada por Sig (Figura 24) e do pavio aceso da bomba (Figura 24), tem, ao seu redor, uma série de pequenos traços, recurso gráfico que representa a intensidade da temperatura.

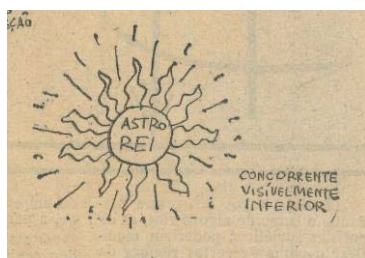


Figura 26 - Astro rei - Concorrente visivelmente inferior

A representação do calor e a expressão da força da temperatura do sol – equiparada, pela imagem, à força do fogo – são confirmadas pelos Fragmentos 19 e 20:

Fragmento 19 – Astro Rei

Fragmento 20 – Concorrente visivelmente inferior

Por ser o principal elemento do sistema solar, que é um dos braços da Via Láctea, o sol é chamado de astro-rei, estabelecendo um paralelo com o sistema de monarquia e fazendo alusão à posição de maior hierarquia nesse sistema: a de rei.

Tal analogia nos permite compreender que, se, na monarquia, a força maior está nas mãos do rei, em todo o sistema solar, esse poder, de igual modo, se concentra no astro-rei, que é o

sol. Disso se infere que, em se tratando de fogo e de calor, o sol deveria ser a maior referência que existe, uma vez que alcança toda a Via Láctea.

Desejando, no entanto, chamar atenção para o poder destrutivo da bomba colocada na redação, *O Pasquim* reduz o sol a um “concorrente visivelmente inferior”. Ou seja, se é *concorrente*, é porque compete ou rivaliza com alguém, e se é *inferior*, é porque esse alguém tem forças maiores do que as suas. Enunciativamente, a reunião desses sentidos leva a crer que, em matéria “de fogo” – o que, além da bomba, pode colocar em circulação o conceito de armas de fogo e o seu poder destrutivo –, os militares conseguem ser ainda mais fortes do que o sol.

Ainda, no que refere à menção a *visivelmente*, pondera-se que o “visível” coloca em circulação dois sentidos que, ao mesmo tempo, se opõem e se complementam. O primeiro deles atribui a condição de visível ao fato de que ele está na capa daquela edição, o que o coloca em evidência, em lugar de destaque e, portanto, de visibilidade. Em contrapartida, o astro-rei, que deveria ser o maior de todos os elementos que compõem a primeira e principal página do jornal, foi desenhado em proporções diminutas, permitindo que se compreenda sua condição de “visivelmente inferior”. Tal fato, aliado à ideia de *concorrente*, enunciativamente, evidencia que, se comparado ao estrago que a bomba poderia ter causado, mesmo ele, o sol, o maior de todos os astros, desapareceria, ou ganharia papel coadjuvante.

Assim, retomando o título desta seção, perguntamos: no calor do momento, quem é páreo para o rei? Parece-nos que o *eu Pasquim* não tem dúvidas: o rei é que não é páreo para as ações repressivas da ditadura.

4.1.4 (Versão pasquiniana d’)O muro das lamentações

Ao iniciarmos esta seção, precisamos fazer um breve resgate histórico que se faz necessário para sustentar uma analogia que traçaremos na sequência: o muro das lamentações, situado na cidade israelense de Jerusalém, é a única parte restante de um muro que dava sustentação, primeiro, ao Templo de Salomão (construído no século X a.C. e derrubado pelos babilônios em 586 a.C.), e, depois, ao Templo de Herodes (construído, no mesmo local, por Zorobabel após o exílio babilônico, e novamente destruído pelos romanos no ano 70 da nossa era).

Em Jerusalém, quando o Templo foi destruído pela segunda vez, o general romano que comandara a operação manteve aquele escombro em pé, com o propósito de que ele fosse uma constante lembrança de que a Judeia havia sido vencida por Roma. Os judeus, no entanto, atribuíram a não destruição de uma parte da edificação a uma promessa feita por Deus, segundo a qual ao menos uma parte do sagrado templo sempre ficaria em pé, como símbolo da sua aliança perpétua com o povo judeu.

Embora o quarto conjunto de elementos para o qual dedicamos nosso olhar analítico em nada tenha relação com o muro das lamentações, o escolhemos para dar nome a esta seção em razão de que, a exemplo daquele, o muro retratado na capa d’*O Pasquim* – que é o muro de uma casa de esquina situada na rua Clarisse Índio do Brasil, na qual estava instalada a redação do semanário, local onde a bomba foi colocada – é a personificação ou a materialização da integridade da sede da redação (e, por conseguinte, de sua ideologia e de suas convicções), revelando que esse “templo” também ficará sempre em pé e resistirá às investidas militares.

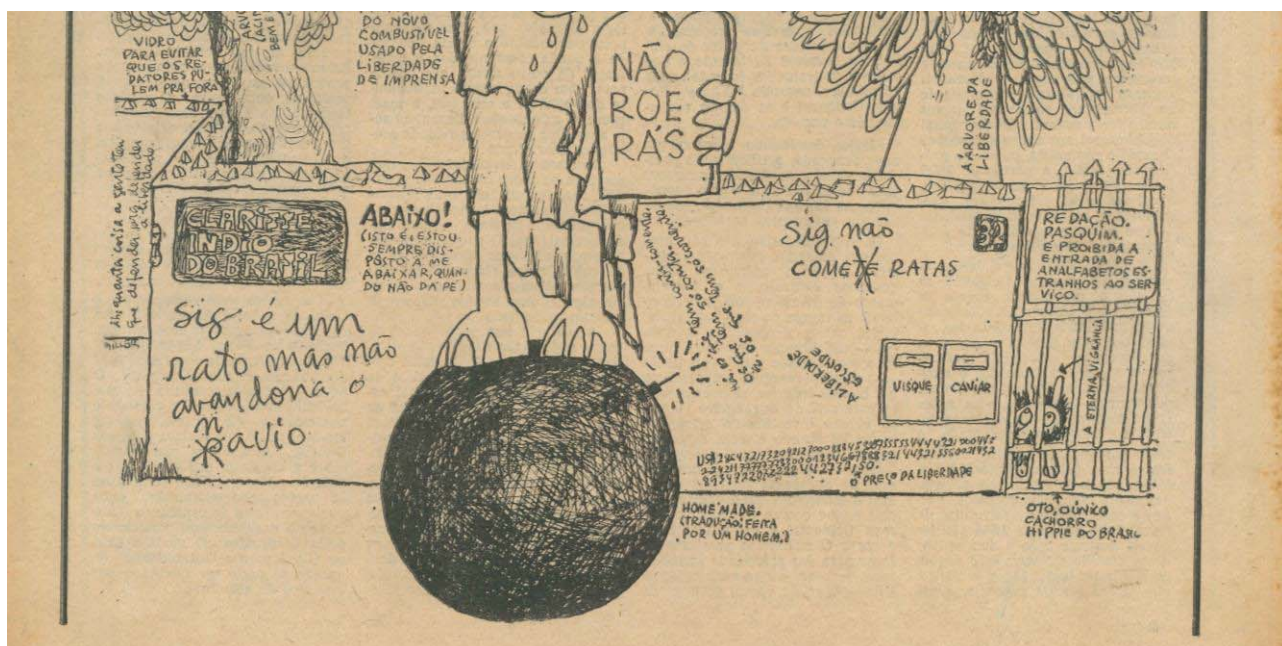


Figura 27 - Versão pasquiniana do muro das lamentações

De imediato, pertinente destacar o item principal que justificou a nomenclatura desta seção: o muro. Representada como uma espécie de Z (embora com um dos segmentos bem mais extenso do que os outros dois), a edificação tem início, na borda direita da página, com um portão de grade e ocupa quase toda a extensão da folha, mas, na borda esquerda da

imagem, é possível perceber que o muro forma uma esquina, seguindo em uma direção diversa daquela que ocupa a maior extensão.

No topo do muro, vários pequenos cacos triangulares de vidro, o que é utilizado como uma ferramenta de segurança. Essa presença evidencia que a redação precisa ser protegida contra invasores, conceito que pode ser reforçado no manuscrito que, na imagem, está à esquerda do muro:

Fragmento 21 – Ah, quanta coisa a gente tem que defender para defender a liberdade.

Na descrição desse fragmento, ganha relevância a concepção enunciativa de que é preciso defender a liberdade, o que, naturalmente, não seria necessário se não houvesse uma situação de ameaça ou mesmo de efetiva violência. Assim, considerando que a edição foi publicada durante a vigência do AI-5 – maior ato repressivo da história do Brasil –, ao mesmo tempo em que o enunciado põe em circulação o sentido de que é necessário “defender a liberdade”, referindo-se à estátua ali representada como o Sig da Liberdade, a enunciação também se dá no sentido de que está ocorrendo cerceamento à liberdade de expressão, de imprensa, de pensamento, de culto e, principalmente, à liberdade de ir e vir, marca tão característica da ditadura e desse Ato Institucional.

No canto superior esquerdo da frente do muro, uma placa com a identificação do nome da rua: Clarisse Índio do Brasil. No canto superior direito, o número 32. Sobre isso, pertinente lembrar que, se, hoje, a identificação dos logradouros é comumente feita em placas suspensas em um poste afixado no encontro entre duas ruas, na época, o regular era que placas fossem afixadas nas paredes dos imóveis que se situavam nas esquinas, o que era o caso do endereço da redação d’*O Pasquim*. A presença dessa identificação na imagem da capa da 39ª edição do semanário não era – como nenhuma das outras representações ali presentes é – inocente ou ingênua. A placa estava ali para deixar bem clara a identificação do alvo da grande bomba também caricaturizada na capa: a redação do alternativo *Pasquim* – inimigo declarado da repressão ditatorial que marcava o país –, cuja sede tinha como endereço a rua Clarisse Índio do Brasil, nº 32, no Rio de Janeiro.

Abaixo da placa, um novo manuscrito:

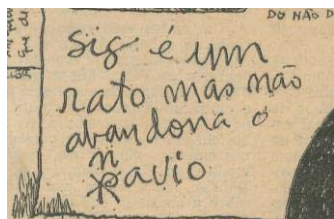


Figura 28 - Sig é um rato, mas não abandona o n-pavio

Fragmento 22 – Sig é um rato mas não abandona o navio.

Fragmento 23 – Sig é um rato mas não abandona o pavio.

Os Fragmentos 22 e 23 têm seu funcionamento enunciativo baseado em diferentes jogos polissêmicos, possibilitados pela manipulação da língua e que, conectados, põem em circulação sentidos diversos, os quais, coexistindo, resultam num enunciado de humor.

O primeiro excerto que merece nossa atenção no Fragmento é o de que “Sig é um rato”, enunciado que movimenta diferentes significações. A primeira delas, embora efetivamente informe que o personagem Sig é um rato, põe em circulação um segundo sentido, relacionado ao conceito popularizado de que o homem que não tem coragem equivale-se a um rato, não a um homem de verdade. Tal conceito é vulgarmente conhecido e/ou reforçado pela expressão interrogativa “você é um homem ou é um rato?”.

No que refere às pessoas, pertinente lembrar Benveniste quando refere que as relações intersubjetivas no funcionamento da língua ocorrem quando o locutor se apropria do aparelho formal da língua e se enuncia como *eu* no seu discurso, instaurando um *tu*. As categorias de pessoa movimentam indicadores de subjetividade, eis que constituem traços formais da língua, os quais explicitam a relação do locutor com essa língua. Além disso, no processo enunciativo, a relação com o mundo é expressa a partir da visão do *eu*, que, ao utilizar das formas da língua, se subjetiviza. Nessa direção, uma análise descritiva do Fragmento 22 evidencia que, quando diz “Sig não abandona o navio”, diz-se “*O Pasquim* não abandona o navio”. Sig é, portanto, o sujeito dessa enunciação, ao enunciar “*eu Pasquim* não vou desistir, [*eu*] não vou sucumbir à violência”. São as marcas do sujeito na língua, que possibilitam o reconhecimento do contraste estabelecido entre *eu* e *tu*, polaridade que, na linguagem, é constitutiva da categoria de pessoa.

Há que se considerar que, enunciativamente, a menção a *ser um rato* pode levar a dois sentidos diferentes, os quais, coexistindo, possibilitando também diferentes significações. No primeiro deles, ser comparado ou ser considerado “um rato” tem conotação negativa, eis que estabelece estreita relação com a ideia de acovardar-se ou de ocupar posição inferior ou enfraquecida em determinada relação. O segundo pode estabelecer uma relação mais estreita com a ditadura e com seus atos de repressão, uma vez que o rato é um animal que vai aonde quase nenhum outro animal vai, e é isto o que a ditadura fazia: levava as pessoas para lugares terríveis (submetendo-as a atos igualmente terríveis), onde ninguém iria, se não por coação.

Num viés enunciativo, portanto, ser um rato pode fazer referência tanto ao acovardar-se quanto à capacidade – e, por que não dizer à coragem – de se inserir em lugares (ou situações) marcados pelo perigo, pelo incerto, pelo obscuro. Em contraposição ao sentido de covardia, ser um rato pode, também, remeter à ideia de coragem, o que tem relação com a segunda metade do Fragmento, cujo funcionamento enunciativo também movimenta uma pluralidade muito expressiva de significados. Igualmente com raízes em uma expressão popular, “não abandonar o navio” – cujo significado remete a não deixar algo incompleto ou não deixar de apoiar ou de dar suporte a pessoas ou a interesses relacionados à adesão a ou à inserção em um determinado grupo –, o enunciado cumpre o papel de comunicar que a bomba não conseguiu fazer com que *O Pasquim* desistisse ou abandonasse sua ação de resistência ao regime militar.

Assim, ao enunciar que “Sig é um rato” e ao complementar “mas não abandona o navio”, *O Pasquim* está registrando que, embora seu mascote seja um rato, a covardia não é característica do semanário. Mesmo ante à gravidade do atentado que colocou em risco a integridade do jornal e de seus jornalistas, a resposta aos militares era clara: embora, na ditadura, muitos tenham, em razão do medo, abandonado seus ideais revolucionários e democráticos, dentre outros, *O Pasquim* não se calaria, nem se acovardaria com tal barbárie.

No que refere ao agenciamento das formas, há que se chamar atenção para o jogo *da e na* língua. Se o que se espera de um rato é covardia, a presença da conjunção *mas* revela que isso não ocorrerá n’*O Pasquim*, que não relaciona o seu mascote a uma imagem negativa. Ao contrário, para o semanário, quando se autorreferencia, o rato é aquele que, além de ter capacidade de se inserir em espaços nos quais muitos outros não se inserem (o que o diferencia, por exemplo, de outros veículos da imprensa, que não têm a sua “coragem”), é alguém que tem coragem e que não se deixa apanhar facilmente.

Outra importante relação enunciativa se dá a partir da sobreposição das letras N e P, o que leva ao Fragmento 23, “Sig é um rato, mas não abandona o pavio”. A presença do termo

pavio estabelece, por si só, forte relação com a bomba, uma vez que o artefato é o dispositivo utilizado para acionar o explosivo. Assim, esse jogo fonético entre navio e pavio constitui-se como mais revelação sobre o ataque, estampando, na página mais nobre do jornal, a denúncia sobre o atentado e a resposta a esse ato: o estopim vai fazer barulho, não silêncio, como desejam os militares.

Além disso, a troca de letras traduz o jogo *da/na* língua, por meio do qual as formas são agenciadas de modo a suscitar sentidos, que podem ser unos ou plurais. Considerando que a frase tem *sentido* e tem *forma*, um agenciamento que põe em circulação duas formas também coloca em cena sentidos múltiplos. Do mesmo modo, é a manipulação da língua, a partir de uma escolha feita pelo locutor, que o constitui como sujeito do humor, a partir da proposição de sentidos que coexistem e constituem a comicidade.

No muro, ao lado da placa com o nome da rua, há outra escrita, que compõe o Fragmento 24:



Figura 29 - Abaixo!

Fragmento 24 – Abaixo! (Isto é, estou sempre disposto a me abaixar quando não dá pé)

Nesse fragmento, agenciamento das formas é novamente responsável pelo funcionamento enunciativo do humor, que coloca em circulação mais uma denúncia. É no recurso à derivação imprópria que os sentidos de *Abaixo!* podem ser compreendidos: *i*) como uma interjeição de repulsa ou de oposição; *ii*) como um advérbio que se refere a um lugar inferior, de menor grau ou que está depois de outro (cfe. DLPO, 2008-2013); ou pode representar *iii*) a conjugação do verbo abaixar, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo.

Como verbo pronominal, suas significações dicionarizadas são: inclinar para o chão; agachar-se; submeter-se. Assim, quando coloca em destaque a expressão “Abaixo!”, *O Pasquim* a utiliza como uma interjeição com o propósito de manifestar repúdio e de dar voz de reprovação para a ação da ditadura, materializada em um atentado à bomba. No entanto, quando apresenta uma espécie de explicação para o enunciado, informando que “Isto é, estou

sempre disposto a me abaixar quando não dá pé”, é ao verbo abaixar que faz referência. Ao fazer isso, *O Pasquim* espera do *tu* um saber no sentido de que, em situações que envolvam disparos de armas ou explosões, a orientação é de que as pessoas abaiquem-se imediatamente, ação que reduz os riscos de serem atingidas. Assim, ao afirmar que *se abaixa*, o *eu Pasquim* está colocando em destaque sua condição de vítima, ou de alvo de um ataque de violência, no qual é alvejado (ou bombardeado) por ações terroristas repressoras.

Além disso, mais uma expressão popularizada: a de que “não dá pé”. Dar pé, no uso vulgar ou comum, significa “ter altura (mar, rio, piscina etc.) suficiente para deixar a cabeça de alguém de fora, estando os pés encostados no chão; ter pé” ou, no figurativo, “ser possível; ser alcançável, exequível” (DLPO, 2008-2013). Em sua forma negativa, significará, portanto, algo que não é possível ou que não oferece segurança. Assim, ao registrar que se abaixa quando não dá pé, *O Pasquim* faz com que coexistam os sentidos de repúdio e de abaixar-se (para proteger-se de uma situação de perigo); e de não ser possível ficar em pé (pois pode ser atingido, por exemplo, por um tiro) e estar inserido em uma situação caracterizada pela impossibilidade de alcançar alguma coisa (nesse caso, pela impossibilidade de manifestar-se com liberdade). E o humor somente será compreendido pelo *tu* quando essas estratégias enunciativas forem compreendidas simultaneamente e com todas as suas relações. Outra estratégia inerente a esse fragmento voltada à constituição do humor se dá pela oposição – e pela sua proximidade com o absurdo – entre o “abaixar-se” e o “não dar pé”, uma vez que, sabe-se, quando uma pessoa, na água, percebe estar em um lugar que não lhe dá pé, tem de esforçar-se para emergir, não para abaixar-se, ato que implicaria um ficar submerso, o que, por sua vez, representa perigo e impõe risco contra a vida.

Na borda direita da construção, mais um manuscrito (o que, pertinente pontuar, lembra uma pichação, presença comum em muros):

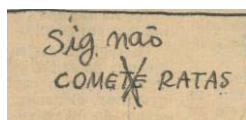


Figura 30 - Sig não come(te) ratas

Assim:

Fragmento 25 – Sig não come ratas.

Fragmento 26 – Sig não comete ratas.

Novamente presente um agenciamento das formas, com uma manipulação *da/na* língua, essa estratégia irá significar, nos Fragmentos 25 e 26, pela exploração de um sentido pouco reconhecido ou percebido para o verbo cometer, o de que ele tem, sempre, uma conotação negativa. Assim, o verbo significa “1. Perpetrar, praticar (sempre à má parte). 2. Confiar, encarregar. 3. [Pouco usado] Empreender, começar. 4. Propor; oferecer. 5. Acometer. 6. Atacar” (DLPO, 2008-2013). Sobre uma de suas definições, relacionadas à ação de acometer, pertinente perceber que o verbo significa “1. Dar início à luta; investir contra = Atacar. 2. [Por extensão] Tentar, empreender. 3. Provocar; injuriar; hostilizar. 4. Chocar contra; embater em. = Abalroar. 5. Ter efeitos em (ex.: a gripe acometeu grande parte da população) = Afetar” (DLPO, 2008-2013).

Importante observar que Sig é um rato, e, portanto, ao falar em ratas, se está falando de pares ou de semelhantes. Assim, tanto ao enunciar que “Sig não come ratas” quanto que “Sig não comete ratas”, *O Pasquim* chama atenção para o fato de que o rato Sig não ataca seus semelhantes, o que, em um contexto no qual se denuncia um ataque feito ao jornal, revela (mais uma) reprovação ao ato terrorista, pois, se Sig não ataca seus semelhantes – ao menos não no que diz respeito à sua integridade física –, também não deveria ser alvo de ofensivas.

Além disso, segundo o DLPO (2008-2013), *rata*, no Brasil, significa “Ato inoportuno; desazo; fiasco; malogro”, e, em Portugal, o vocábulo designa, informalmente, um calouro do Colégio Militar. Ao se traçar uma relação enunciativa envolvendo essas significações, evidencia-se que, ao enunciar que “Sig não comete ratas”, se está afirmando que, ao contrário dos militares, que confeccionaram uma bomba de péssima qualidade, *O Pasquim* não faz fiasco, e, portanto, *não comete ratas*. Outra importante relação enunciativa é a de que ao calouro é naturalmente atribuída a característica da inexperiência, dada a sua condição de novato ou iniciante, o que revela a falta de expertise e a possibilidade de executar uma tarefa com desazo, ou seja, com pouco jeito ou negligência (DLPO, 2008-2013).

O humor também se faz presente, no Fragmento 25, a partir da relação polissêmica do verbo comer, conjugado na terceira pessoa do singular. Um olhar desprezioso sobre a capa – e/ou sobre seu contexto – poderia conduzir à compreensão de somente um dos sentidos de “comer”, qual seja o de praticar sexo. Tal percepção tanto pode ser provocada pela natureza das publicações do semanário, caracterizadas pelo humor – com muitas das zombarias, inclusive, fazendo menção à predisposição do rato Sig de gostar de mulheres bonitas – quanto

pode ter a intenção de “esconder-se” atrás desse perfil, ou seja, o ato de ser uma presença (e uma construção enunciativa) comum no jornal poderia se constituir como estratégia para “disfarçar” o significado de denúncia, fazendo parecer com que a imagem fosse uma despreziosa caricaturização humorística.

A próxima imagem é construída a partir de uma particularidade d’*O Pasquim*. Sabe-se, que, à época, a produção de muitos intelectuais era “regada a álcool” e, na redação pasquiniana (ou nos bares cariocas onde costumavam “fechar os trabalhos”, em especial no “Antonio’s, o mais charmoso e popular restaurante do bairro [Leblon]” (CARDOSO, 2005, p. 151)), isso não era diferente. Quem circulava pela redação do semanário, certamente encontrava muitas caixas de uísque. Por isso, a imagem registra:



Figura 31 - O que há por trás da liberdade

Fragmento 27 – A liberdade esconde.

Fragmento 28 – Uísque.

Fragmento 29 – Caviar.

As caixas e as muitas doses de uísque, sabe-se, além de serem apreciadas pelos jornalistas, eram estratégia para fazer com que os censores liberassem muitas publicações. O caviar, presume-se (pois não encontramos registros que sustentem essa hipótese), também tenha sido um recurso para “bem receber” os responsáveis pela aprovação e liberação do jornal, incentivando-os a adotarem determinada conduta. Assim, quando enuncia que “A liberdade esconde uísque e caviar”, *O Pasquim* revela que a liberdade de expressão ou de comunicação tem um preço, o qual era, pelo semanário, pago em espécie de quitutes. Esse contexto ganha mais expressão se avaliarmos que, culturalmente, caviar é uma iguaria de luxo e traz uma carga semântica que é a representação do rico, do caro e do chique. A menção a essa iguaria sustenta, portanto, sentido de que “o preço da liberdade” é realmente muito alto.

E é justamente na relação com o preço que a próxima presença no muro se justifica.

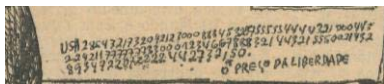


Figura 32 - O preço da liberdade

Fragmento 30 – US\$2854321732042123000888453257555554444321000443
22421177777733000123v667888321443215550021492
893472222442732,50.

Fragmento 31 – US\$2854321732042123000888453257555554444321000443
22421177777733000123v667888321443215550021492
893472222442732 i SO.

Fragmento 32 – O ↑ preço da liberdade.

Na base do muro, aparece o registro de um valor, em dólar americano – moeda muito mais valorizada do que o Cruzeiro novo (NCr\$), então vigente no Brasil –, com 110 dígitos, dos quais 107 antes da vírgula, se considerado o Fragmento 30. Sobre isso, pontua-se, mais uma vez, que o texto no muro é manuscrito, como se fosse uma pichação, e essa particularidade permite que tenhamos dúvidas ao ler o fragmento. Não é possível ter segurança se o texto é finalizado com “,50” ou com “i SO [i só]”, no entanto, como sabemos que as estratégias argumentativas e enunciativas d’*O Pasquim* estão longe de ser caracterizadas como ingênuas, afirmamos, com segurança, que esse foi um recurso escolhido pelo sujeito ao enunciar, o que possibilita a circulação de diferentes sentidos, que, coexistindo, constituem um enunciado humorístico.

Uma cifra com mais de cem dígitos é indiscutivelmente astronômica em qualquer situação, em qualquer tempo, mas o montante ganha ainda mais expressividade quando comparado ao valor pelo qual *O Pasquim* era vendido na época, que era de NCr\$ 0,50 (cinquenta centavos de Novos Cruzeiros). Assim, ao registrar que “O preço da liberdade” era de “US\$28543(...)42732,50”, se está enunciando que o preço da liberdade é muito alto, tanto pelo fato de que é necessário subornar os censores com caras especiarias tanto pelo fato de que a destruição da redação, caso a bomba tivesse efetivamente explodido, também implicaria um expressivo prejuízo, dimensionado pelo número de dígitos registrados no Fragmento.

Importante mencionar, tal relação enunciativa somente se faz possível a partir do reconhecimento social e cultural de que o valor se tratava de um montante surreal e

caracterizado pelo exagero. Tal compreensão demanda do leitor o conhecimento do sistema monetário, traduzido em cifras, o que é possível em razão de que a língua engloba e “contém a sociedade” (BENVENISTE, 2006d, p. 97), pois não existe sociedade sem língua. Ao aprender a língua, o indivíduo aprende também todo esse conjunto de fatores culturais, e é isso que possibilita que essa enunciação em particular se efetive da maneira como foi escolhida ou proposta pelo *Pasquim*.

Já o Fragmento 31, que informa que “O preço da liberdade” era de “US\$28543(...)42732 ‘i só’”, recorre à ironia para dizer o contrário do que queria dizer ou o oposto ao que se esperava que fosse dito – uma vez que não há nada de “só” em uma cifra tão grande – e ao sarcasmo para, acrescentando aspereza à ironia, dar destaque ao absurdo posto pela situação. Nessa direção, resgatamos as palavras de Propp (1999, p. 125), para quem, pela ironia, diz-se “algo positivo, pretendendo, ao contrário, expressar algo negativo, oposto ao que foi dito”, o que faz com que ela revele “alegoricamente os defeitos daquele (ou daquilo) de que se fala”. Assim, como não se imagina que nem mesmo o dono de uma grande fortuna se referisse a uma cifra dessas utilizando o advérbio *só*, e considerando que uma brincadeira comum feita pelas pessoas ao se depararem com um preço muito alto é marcada pelo dizer “só isso?”, o Fragmento dá ao leitor a visibilidade do tamanho do prejuízo que a perseguição política representa ao semanário.

A última imagem no muro é a do portão de grades, que mantém o cachorro Oto no interior do imóvel e é base para uma placa de advertência.



Figura 33 - Proibida a entrada de analfabetos estranhos

Fragmento 33 – Redação. Pasquim. É proibida a entrada de analfabetos estranhos ao serviço.

Fragmento 34 – A eterna vigilância.

Fragmento 35 – Oto, o único cachorro hippie do Brasil.

Presença corriqueira n’*O Pasquim*, o cachorro Oto, na capa da 39ª edição do jornal, chama atenção, por estar atrás das grades do portão, por um lado, para o cerceamento de liberdade, e, por outro, para a necessidade de se proteger de atos de violência, equipando os imóveis com grades e outros dispositivos de segurança. Dentre essas estratégias voltadas à segurança, está a presença de um cachorro vigilante no pátio, tal como o “eterno vigilante” Oto.

Além disso, em um contexto enunciativo, ao chamar atenção para o fato de que, naquela redação, se está em “eterna vigilância”, comunica-se aos mentores do atentado que todos ali estão em situação de alerta, de vigília. Tal registro tem muito pouca chance de se constituir como uma ameaça à integridade física de alguém, mas provavelmente se constitua como uma forte ameaça relacionada à utilização da arma mais forte que aqueles jornalistas tinham: a palavra. Ou, como dissera Tarso de Castro muitos anos antes, “suas potentes armas, tais como lápis e papel” (CARDOSO, 2005, p. 22). Tem-se, nesse contexto, o chiste de Freud (1977, s.p.), por meio dos quais, segundo o psicanalista, é possível “dizer, em tom de brincadeira, aquilo que verdadeiramente pensa”, o que faz com que o humor deixe o cotidiano “mais leve e a realidade mais tolerável”.

Já no que refere ao Fragmento 35, “Oto, o único cachorro hippie do Brasil”, importante observar que, na data daquela edição, o movimento hippie tinha muita força em diferentes lugares do mundo, inclusive no Brasil, e marcava um movimento coletivo de contracultura. Na ditadura brasileira, essas comunidades eram perseguidas, com forte cerco policial a cabeludos e/ou a pessoas que usavam vestes coloridas, no estilo hippie. Além desses, foram perseguidos músicos, especialmente do Tropicalismo – movimento cultural que recorria ao deboche, à irreverência e à improvisação e que, ao final da década de 1960, revolucionou a música popular brasileira, que passou a ser caracterizada pela busca da liberdade de expressão –, os quais também mantinham estreita relação com os movimentos estudantis, alvos permanentes dos policiais, dadas as suas fortes e expressivas ações de resistência.

Oto, um cachorro “barbudo e cabeludo”, no melhor estilo hippie, não era, portanto, qualquer cão de guarda. Era “o único cachorro hippie do Brasil”, e, portanto, também representava a oposição ao regime opressor da ditadura.

Por fim, a placa “Redação. Pasquim. É proibida a entrada de analfabetos estranhos ao serviço” cumpre um importante papel: assim como fizeram as placas com o nome da rua e com o número da casa, que ali estavam para registrar que aquele não era qualquer endereço, mas o endereço da redação d’*O Pasquim*, essa outra placa tem o propósito de, de forma categórica, não deixar dúvida de que aquela capa reproduzia a redação do semanário e o imóvel no qual fora colocada “uma bomba de cinco quilos de material explosivo de primeira classe (urânio, dinamite e TNT misturados com ódio político-social” (texto que está na página central dessa edição, reproduzida, nesta tese, como epígrafe capítulo 4 (Figura 22, Fragmento 11)).

O humor, é claro, não podia deixar de acompanhar essa última referência. Do texto “É proibida a entrada de analfabetos estranhos ao serviço”, é possível inferir que é permitida a entrada de analfabetos que não sejam estranhos ao serviço, uma vez que a proibição somente é dirigida àqueles que são “estranhos ao serviço”. Do mesmo modo, se é aos analfabetos estranhos que a entrada é vetada, o acesso é livre àqueles que são “alfabetizados conhecidos”.

A primeira dessas significações – a de que a entrada é permitida aos analfabetos conhecidos – tem, no recurso ao humor, a constituição dos sentidos. Sabendo-se que os jornalistas e a equipe d’*O Pasquim*, por motivos óbvios, têm irrestrito acesso ao local, é possível compreender que esses são os analfabetos que são familiares – ou não estranhos – àquela redação. Ao enunciarem a si mesmo como analfabetos, recorrem ao humor e, com isso, fazem com que diferentes sentidos circulem simultaneamente, e, se é a partir de um conflito ou de uma simultaneidade entre diferentes sentidos que o humor se estabelece, essa afirmação, inserida no contexto de que o atentado foi um fracasso, faz com que o que efetivamente seja enunciado seja o fato de que os “analfabetos” são aqueles que fracassaram em seu intento, uma vez que, lembramos, a bomba “só não explodiu por incompetência dos terroristas, gente da própria polícia” (AUGUSTO, 2006, p. 12) e que “Os responsáveis pelo atentado apertaram demais a ligação do estopim com a espoleta, e o fogo não chegou até o carregamento de dinamite e TNT” (*Relatório [Verdade aberta] - Tomo I - Parte III - Imprensa de Resistência à Ditadura*). Ou seja, se o analfabetismo é caracterizado por uma falta de saber, o atentado frustrado também o é, e, portanto, os verdadeiros analfabetos são aqueles que não souberam fazer o que lhes fora designado.

Nesse mesmo contexto, apropriado lembrar, tem-se, aí, o chiste de Freud, justificado pelo deslocamento. Rememoramos que, para o psicanalista, os chistes são mecanismos que se relacionam a um procedimento de censura sobre algo que fere o cristalizado, deslocando a energia psíquica e representando-a de forma indireta. O cristalizado, aqui, tem relação com a autoimagem dos jornalistas, pois o que há de se esperar é que estes concebam a si mesmos como pessoas inteligentes e intelectualizadas, o que acaba sendo indiretamente apresentado quando fazem o oposto disso e brincam com a possibilidade de serem considerados analfabetos.

Nesse processo, pertinente lembrar, Freud, referindo-se ao mecanismo de deslocamento – aqui representado pela não esperada autoatribuição do conceito de não alfabetizados –, defende que o sentido depende muito mais do curso do pensamento do que da efetiva expressão verbal, defendendo que a referência interna da palavra é que conduz ao sentido, despertando um “modo inconsciente de pensamento” (1977, s.p.). Isso se confirma quando, ao perceber a coexistência de diferentes sentidos possíveis, o humor se efetiva, nesse processo chamado por Freud de deslocamento.

Desse modo, se o chiste se configura como “algo cômico do ponto de vista inteiramente subjetivo, porque se liga à subjetividade humana”, sua característica distintiva é o ato do sujeito; o cômico surge de algo que é realizado pelo sujeito e se estabelece a partir “do feio, do pouco observado, do que gera graça” (FREUD, 1977, s.p.). Assim, o atribuir a si mesmo uma característica pejorativa – a de ser analfabeto – é o “pouco observado”, o que, por conseguinte, gera a graça. Do mesmo modo, atribuir a um grupo tão expressivo de intelectuais o caráter de “não alfabetizados” põe em circulação uma ideia absurda, ou o “humor absurdo” mencionado por Bergson, para quem o absurdo somente vai se efetivar quando em choque com outro sentido, aceito com mais naturalidade. O natural, nesse contexto, seria os jornalistas atribuírem a si mesmo a característica de “fina flor da Inteligência brasileira”, conforme fazem no Fragmento 11. Ao fazerem o contrário, colocam em circulação o absurdo, ação que é responsável pelo funcionamento enunciativo do humor, que, nessa contradição, encontra a comicidade.

Já no que refere ao pressuposto de que aos “alfabetizados conhecidos” é permitida a entrada na redação do jornal, pondera-se que esse é um sentido que circula com mais aceitação, ou de forma mais cristalizada. Para reforçar esse sentido, recorreremos ao Fragmento 11, cujo texto é parte integrante da Figura 22, epígrafe deste capítulo. No Fragmento, o *eu Pasquim* afirma: “uma bomba de cinco quilos de material explosivo (...) foi colocada na

entrada do aprazível palacete em que a *fina flor da Inteligência brasileira (nós mesmos, com o perdão da Imodéstia)* cria este admirável semanário” (grifo nosso).

Do fato de que os jornalistas pasquinianos consideram a si mesmos “a fina flor da inteligência brasileira”, inferimos que o humor, na ideia de que estes seriam “analfabetos conhecidos” se revela a partir da oposição e do absurdo imposto pela sugestão.

4.1.5 Do fio ao pavio: a resistência d’*O Pasquim*

Embora o próximo conteúdo seja a composição inicial da capa, sua apresentação foi intencionalmente deixada como último elemento de análise, para que possamos, “de fio a pavio”, refletir sobre os elementos presentes na 39ª capa d’*O Pasquim*, seu funcionamento enunciativo e as referências enunciativas que a compõem.



Figura 34 - Sig resiste a tudo, de fio a pavio

Fragmento 36 – Sig resiste a tudo, de fio a pavio.

De início, importante observar que todas as edições do jornal, logo após as informações de número, cidade, data e preço (nesse caso: N.º 39 – Rio, 19 a 25/3/1970 – NCr\$ 0,50), continham uma frase editorial cuja composição recorria, muitas vezes, a dizeres popularizados e era sempre marcada pelo humor e pela polissemia de sentidos. Nessa capa, a frase era “Sig resiste a tudo, de fio a pavio”.

A expressão “de fio a pavio”, de uso popular, significa algo que vai do princípio ao fim ou de ponta a ponta, ou seja, representa algo em sua totalidade ou de modo integral. Há

que se chamar atenção, no entanto, para a escolha especificamente dessa expressão, na qual há a palavra paviero, elemento que dá ignição a uma bomba.

Ao enunciar que resiste a tudo, *O Pasquim* reúne todos os elementos da capa e responde à ação militar, registrando que não foi derrotado, tampouco silenciado. Ao fazer isso, ao invés de dizer aos seus algozes que tudo não passou de “uma piada sem graça”, o *eu Pasquim* enuncia: “Isso tudo é uma grande piada. Com muita graça!”, e nós estamos rindo de vocês.

Aqui, importante olhar, à luz da Teoria da Enunciação, para as categorias de pessoa e de tempo. A enunciação se efetiva em um aqui e um agora, e o humor se constrói *na* língua, *pela* enunciação. O agenciamento das formas faz com que diferentes sentidos coexistam, produzindo um humor que tem diferentes tempos e que alcança pessoas e lugares também diversos. E essa coexistência é uma estratégia da língua, acionada por um locutor, que se constitui em sujeito; é um artifício, é uma estratégia enunciativa do *eu*, para provocar o riso.

N’*O Pasquim*, esse humor é movimentado pela língua, e, por isso, enunciativamente, podemos conceber que o funcionamento do humor – pela língua – se dá pela coexistência de sentidos produzidos em diferentes tempo, lugar e pessoa. E se o humor se constrói enunciativo na medida em que evoca diferentes enunciações, são nessas diferentes enunciações que existe a relação do *eu* e do *tu*.

No mesmo sentido, conforme Vladimir Propp (1992, p. 32), para se estudar o humor, é preciso estudar a própria sociedade, tendo importância o contexto histórico, uma vez que o risível se configura a partir de um condicionamento sócio-histórico. Para ele, a época e a cultura são fatores de influência nesse riso, pois cada sociedade tem um sentido próprio de crítica e de humor, que pode não ser compreendido do mesmo modo em outro tempo e em outra cultura, o que atribui ao riso uma natureza cultural, e justifica o fato de que determinadas situações são risíveis em uma época e não o são em outras, o que se relaciona com o que, na Teoria da Enunciação, chamamos de aqui e agora.

Naquela oportunidade, aqui e agora eram a redação pasquiniana e a semana em que uma bomba fora colocada na sua sede. O mesmo enunciado, em qualquer outra oportunidade, não efetivaria a mesma enunciação e, portanto, não constituiria o mesmo humor. Talvez o mesmo enunciado, se registrado na capa de qualquer outra edição do semanário, sequer constituiria uma enunciação de humor. Era aquele tempo, envolvendo um *eu* particular, que denunciava uma grande violência, que dava sentido a todas as manifestações registradas naquela capa.

Concluimos, com isso, a análise do primeiro conjunto de enunciações por nós destacadas e damos sequência ao nosso olhar analítico com uma publicação muito peculiar

que ocupou as páginas d'*O Pasquim* e que criticava um dos principais – e talvez o mais violento de todos – órgãos de repressão do Exército. Apresentamos, a seguir, um grande conflito, no qual, mais uma vez, violência e repressão são enfrentados com humor, a mais inteligente de todas as armas.

4.2 Só dói quando eu rio



Figura 35 - Charge d'*O Pasquim*: Num falou não!

No contexto da língua, é nas relações intersubjetivas que se estabelecem entre as pessoas do enunciado – *eu x tu* – que o humor se constitui. A constituição do humor, contudo, não se limita às relações enunciativas, pois envolve as relações intersubjetivas, compostas por *eu e tu*. O texto escolhido para mostrar tais relações consiste em uma publicação do semanário alternativo *O Pasquim* veiculada no período em que o Brasil estava sob comando ditatorial e, mormente, no período em que a imprensa tinha de se submeter aos rigores do Ato Institucional número 5 (AI-5), normativa que marcava o início do período mais duro já registrado na história do Brasil, atingindo a um massivo número de brasileiros e a imprensa, principalmente a alternativa, que tinha no riso um elemento de denúncia aos atos de repressão dos militares.

O texto que tomamos por referência é de autoria de Ziraldo e ocupou as páginas da oitava edição d'*O Pasquim*, publicada em agosto de 1969, pouco tempo depois da criação de um batalhão especial da polícia de repressão, o Destacamento de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), órgão de inteligência que, nas palavras

do historiador Fausto (2004, p. 481), atuou como centro de investigação e repressão do governo militar e cuja filosofia consistia em garantir a *segurança nacional* e combater o *inimigo interno*, para o que se valia de muita violência.

Quando criado, o Destacamento tinha o objetivo de coordenar e integrar as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda. Pertencentes ao exército, os Codis eram subordinados aos DOIs, estabelecidos em quase todos os estados da Federação. Segundo Meiguins (2005), os DOIs reuniam, sob um único comando, militares das três Armas e integrantes das Polícias Militares Estaduais, Polícia Civil e Federal e ficaram conhecidos por serem brutais centros de torturas onde muitos militantes foram mortos.

É a publicação:

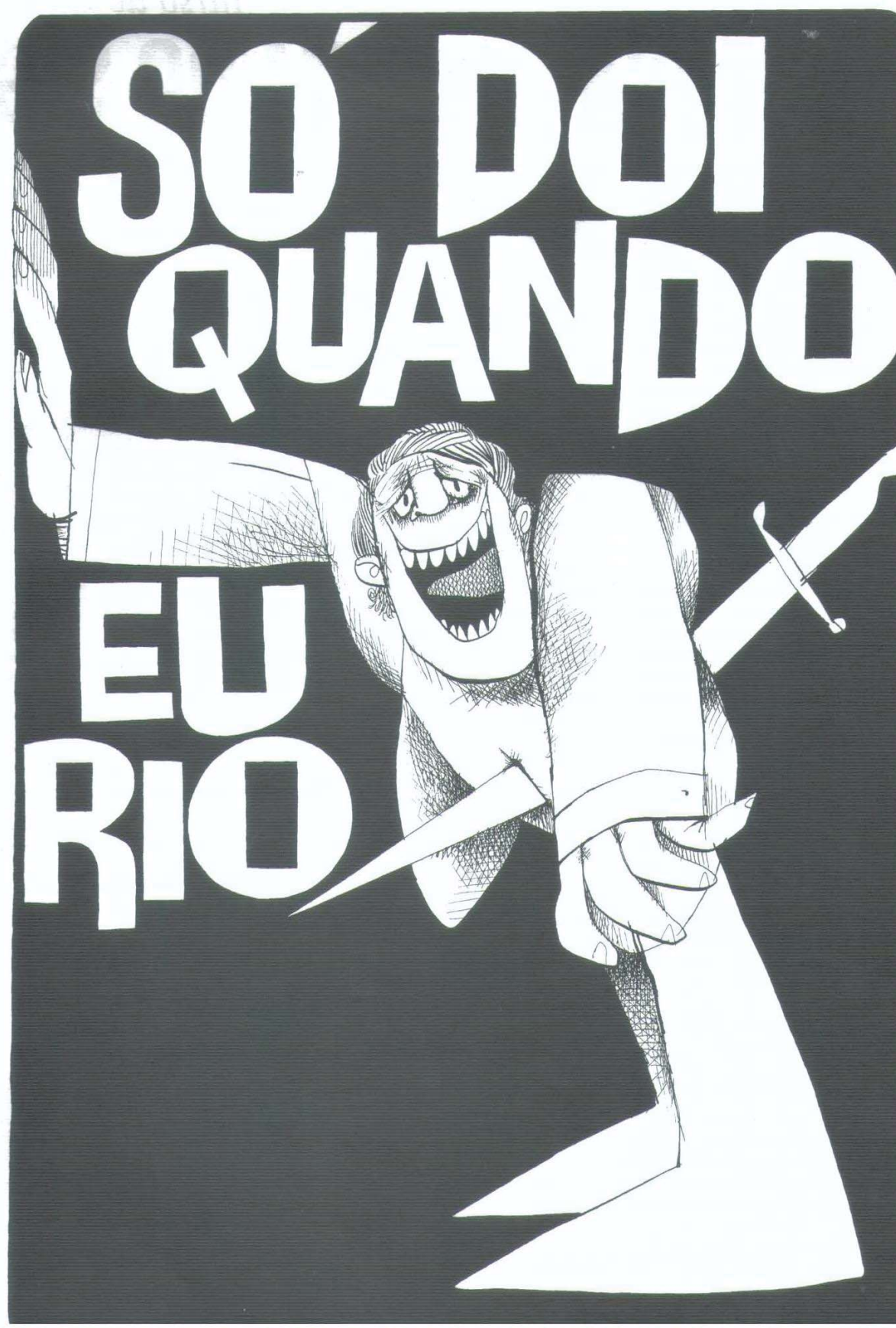


Figura 36 - *O Pasquim*: Só DOI quando eu rio

Fragmento 37 – SÓ DOI QUANDO EU RIO.

Quando, por meio do enunciado *Só doi quando eu rio*, expresso no Fragmento 37, *O Pasquim* denuncia, estabelece uma relação com o dito popular *só dói quando eu respiro*, que pode ser compreendido como estratégia de humor para afirmar ou para ironizar o fato de que dói o tempo todo. Chamamos atenção para o fato de que dói (do verbo doer), por ser palavra oxítona terminada no ditongo aberto “ói”, leva acento agudo na letra o. Contudo, ao contrário do que ocorre na palavra “só”, que, na publicação, foi corretamente grafada, a palavra DOI não aparece acentuada. Esse “doi”, portanto, parece não se referir apenas ao verbo, mas à sigla do Departamento de Operações e Informações. Outro elemento que colabora com essa proposta é o fato de que o texto todo apresenta-se em caixa alta, pois, considerando-se a obrigatoriedade da grafia da sigla (com três letras) com letras maiúsculas, o sentido certamente seria diferente se o Fragmento fosse assim redigido: “SÓ DOI quando eu rio”. Essa composição faria com que o destaque à sigla desse ao texto um caráter de obviedade que era indesejado naquela conjuntura.

No que concerne ao não verbal, tem-se uma imagem, de página cheia e com um grande fundo preto, de um homem golpeado por um punhal que entra em suas costas e, após atravessá-lo, sai em sua barriga. Sua expressão, no entanto, ao contrário do que se poderia esperar nesse contexto, não é de dor, mas mostra um grande sorriso, elemento que faz lembrar o riso e a gargalhada.

Retomamos, nesse sentido, os dizeres de Minois (2003, p. 27), para quem “O riso e a morte fazem boa mistura”. Embora o historiador acredite que “a morte sempre está por perto, e (...) contamina o riso”, um olhar sobre a Figura 36 mostra que essa pode ser uma combinação de sucesso. Enunciativamente, a imagem coloca em circulação diferentes significações, e chamamos atenção para duas delas. A primeira é a de “apunhalar pelas costas”, que é uma representação expressiva de violência e de covardia, de traição, não raramente de autoria de alguém que deveria inspirar confiança.

A segunda significação é movimentada em razão de que o punhal atravessa as costas e sai pela barriga do homem ali desenhado. O punhal poderia sair no peito, poderia simplesmente se limitar a entrar nas costas, e não atravessar o corpo do homem, mas Ziraldo ilustrou a ponta da arma saindo *pela barriga*.

Importante observar a relação da barriga com o riso, pois o riso intenso faz com que o abdome se contraia, uma vez que os músculos mais trabalhados pelo corpo durante uma gargalhada são os abdominais, o que justifica a tão popular expressão “doer a barriga de tanto rir”. E é essa relação que leva ao riso, pois podemos compreender que, quando *O Pasquim* faz piada com a representação da ditadura, o DOI ataca o jornal, tendo como alvo a sua expressão mais autêntica: o humor. Se, antes, a barriga doía de tanto rir, com as intervenções militares, ela doerá por fazer rir. Enunciativamente, portanto, *O Pasquim* está informando que o seu humor é alvo da repressão e da violência da ditadura.

Já no que se refere à linguagem e às marcas enunciativas, tem-se que o uso do verbo sem acento foi a estratégia usada para mostrar que não era ao verbo que o texto fazia referência, mas à sigla do Destacamento de Operações e Informações. A combinação do verbal e do não verbal permitia denunciar as ações do DOI, especificamente no que se refere às manifestações do departamento relacionadas às denúncias feitas pelo semanário tendo como instrumento o humor. A publicação era a revelação de que atos de violência (*dói = dor*) eram cometidos contra os integrantes do jornal a cada vez que o humor (*rio = riso*) era usado como arma de crítica e denúncia. Ou seja, tal como o riso (o recurso ao humor) era uma regularidade nas páginas do jornal, a violência também era constante. Em outras palavras, o agenciamento das formas e a manipulação da língua do modo como feito na publicação faz crer que a cada vez que o riso era usado como instrumento de denúncia, agentes do DOI “apareciam” na redação d’*O Pasquim* e reagem com violência.

A partir desse exemplo, é possível visualizar o que foi teorizado nos capítulos iniciais desta tese. *O Pasquim*, como locutor, propõe-se, pela comunicação que faz, a denunciar as barbáries da ditadura, e é pela língua que faz isso. É pela relação intersubjetiva que estabelece com seu alocutário que ele consegue enunciar aquilo a que se propõe.

Nesse sentido, importante pontuar que, se o humor se efetiva a partir de múltiplas relações, dentre as quais a (re)significação feita pelo *tu*, ao virar *eu* da enunciação, *O Pasquim*, na condição de *eu*, tem, ao enunciar, diferentes interlocutores e, portanto, uma série de diferentes *tus* e, em vista disso, uma multiplicidade de sentidos possíveis. Olhemos, agora, para dois desses sujeitos: o leitor do semanário e o militar censor. Quando instaura no *tu* a pessoa para quem enuncia, o locutor tem o propósito de fazer com que essa pessoa movimente determinado sentido. Tratamos, portanto, do humor produzido quando o *eu* se institui frente a um *tu*, de modo que o cômico é provocado pela instauração do *tu* pelo *eu* quando este se enuncia. É a relação intersubjetiva que se estabelece entre essas duas pessoas

do enunciado que vai permitir que o sentido desejado pelo *eu* se constitua no *tu* quando ele (re)significar – na condição de um novo *eu* – aquilo que lhe fora apresentado.

Conforme reiteradamente pontuado ao longo desta tese, tal relação evidencia que, para que o humor se estabeleça, o *tu* deve compreender aquilo que foi enunciado, ou deve empregar a isso um sentido de humor. Importante mencionar, essa significação não precisa se dar na mesma ótica do que o sentido proposto pelo *eu*, pois é possível que o enunciado não tenha sido originalmente proposto como humorístico e a (re)significação estabelecida pelo *tu* pode ter desencadeado um sentido cômico; e, em sentido contrário, um enunciado pretensamente humorístico pode não ser recebido nessa mesma ótica pelo interlocutor. Caso isso ocorra, o enunciado receberá diferentes caracterizações, mas a comicidade tende a não ser uma delas.

No caso exemplificado, o *tu* censor não percebeu a sagacidade que marcou o agenciamento das formas da língua e, portanto, não percebeu aquilo que ela movimentou. Ao colocar a língua em funcionamento do modo como agenciada, o discurso pasquiniano espera que seu interlocutor, a partir de uma sintagmatização, semantize de determinada maneira. No contexto que marca a publicação, pressupomos que, dado o rigor da censura que marcou o regime militar, o censor não compreendeu o sentido que fora enunciado pelo locutor *O Pasquim*, pois, se o tivesse feito, não teria autorizado sua circulação. E se falamos em sagacidade, falamos em escolha – e, portanto, em intenção e propósito – e resgatamos a concepção freudiana de que apenas os chistes que têm um propósito correm o risco de encontrar pessoas que não querem ouvi-los (FREUD, 1977, s.p.). O humor volta-se, portanto, a driblar a censura, pois, ainda segundo o psicanalista austríaco, no processo de constituição do humor, tem relevância a posição de superioridade assumida por aquele que propõe o humor em relação ao objeto ou à situação da qual zomba.

Nesse processo, não se pode, naturalmente, afirmar que o censor não compreendeu o enunciado, mas parece correto inferir que ele não percebeu a enunciação de humor do modo como articulada pelo *O Pasquim*. Isso faz com que não tenha acontecido a intersubjetividade, do que se depreende que esse censor não detectou a semantização de humor particular daquele texto. Esse *tu* certamente extraiu sentido naquilo que leu, no entanto, não percebeu a existência de *um sentido particular*, relacionado a um departamento dos militares que tinha como característica a violência extrema dos militares.

Isso ocorre em razão de que, lembramos, à luz da Teoria da enunciação, a relação locutor e apropriação da língua é imprescindível para que ocorra a enunciação. Nesse processo, a presença do interlocutor tem relevada importância, uma vez que eu e tu

constituem um ao outro e são constituídos *na/pela* linguagem, a partir da apropriação do aparelho formal da língua e do conseqüente estabelecimento do aparelho formal da enunciação. Nesse sentido, também pertinente lembrar que “(...) o dito aparelho formal de enunciação não é algo que esteja pronto aprioristicamente e que caberia ao locutor acessar, tomar posse, mas é algo construído a cada enunciação a partir dos recursos da língua em uma dada situação” (FLORES, 2013a, p. 168). E, se o acesso ao aparelho formal não se dá de modo pronto ou automático e se a enunciação é construída a cada nova apropriação, parece-nos natural que os sentidos não se constituam idênticos para as diferentes pessoas envolvidas, que, em um processo de subjetividade, acionarão cargas semânticas anteriores diversas.

Nesse sentido, se Benveniste afirma que é um homem falando que encontramos no mundo, natural dizer que toda linguagem é tomada pela intersubjetividade e por uma relação dialética, uma vez que o homem somente pode (se) enunciar porque é constituído por um outro, ou por muitos outros. Assim, além do censor, essa enunciação era – principalmente – direcionada a outro interlocutor. O segundo *tu* que podemos identificar no contexto dessa publicação é o leitor do semanário, a quem o discurso pasquiniano pretendia comunicar, a partir da seleção das palavras, elemento que mais uma vez materializa o caráter intersubjetivo da relação, e da apropriação do aparelho formal da língua. Esse, no entanto, diferente do que ocorreu com o censor, consegue se apropriar do sistema da língua da maneira como esperado pelo *O Pasquim* e, por conseguinte, consegue identificar sentidos que existem simultaneamente.

Esse interlocutor, por (efetivamente) identificar as relações existentes e, assim, compreender o que fora enunciado, se constitui como sujeito do discurso de humor. Naquele contexto, ao *tu* leitor foi possível compreender os sentidos que aquela enunciação fazia circular, pois fazia a mesma leitura e ocupava o mesmo lugar do locutor que enunciava. O aqui e o agora do censor, contudo, pareciam ser outros.

Especificamente no que diz respeito à coexistência de sentidos, importante considerar que ela não vai aparecer sempre no léxico, como vimos nas análises anteriores. No caso desse texto, no entanto, é o léxico que marca a simultaneidade e a polissemia de sentidos enunciativos coexistentes.

Considerando-se as duas leituras possíveis para a palavra – a conjugação do verbo *doer* e a sigla do Departamento de Operações e Informações –, o DOI expresso no Fragmento 37 evoca diferentes possibilidades de ser enunciado, o que explica sua polissemia e faz com que o humor se construa enunciativamente na medida em que evoca a coexistência de diferentes enunciações. Nesse processo, tendo por base a nossa defesa que fazemos no sentido de que o

funcionamento enunciativo do humor tem suas raízes na polissemia, a coexistência mostra-se fundamental, uma vez que ela é a própria essência da polissemia.

O humor, para a enunciação, é a coexistência de enunciações, produzidas em diferentes situações de tempo, espaço e pessoa. E é isso que o DOI faz. Sua presença faz coexistir – simultaneamente – diferentes enunciações, que também fazem coexistir diferentes situações de tempo e de espaço concernentes a esses diferentes sentidos.

Isso tudo nos permite olhar para o *tu* dessa enunciação de humor. Esse *tu* está marcado no reconhecimento dessa coexistência, e, portanto, na identificação da polissemia. Importante destacar, o funcionamento enunciativo do humor está condicionado à coexistência – ou seja, à manutenção de ambos os sentidos – e não à opção por um deles.

O humor, no Fragmento 37, somente se estabelecerá quando o *tu*, simultaneamente, perceber a presença do *dói* (*doer*) e do DOI (*Destacamento de Operações e Informações*), que se sobrepõem em um enunciado que se constitui humorístico. O humor se constrói na manutenção dessa polissemia. Se eventualmente o *tu* optar por somente um sentido, a graça e o humor não se estabelecem, pois é a manutenção da coexistência enunciativa que garante o humor da enunciação.

4.3 Sabemos que piada não se explica, mas pedimos licença para subverter a ordem...

Como afirmamos anteriormente, escolhemos, como *corpus* de análise desta tese, textos publicados no alternativo *O Pasquim* que põem em sintonia elementos verbais e não verbais “costurados” com elementos sociais, políticos e históricos.

Consideramos que, neste trabalho desenvolvido em nível de doutoramento, nosso propósito é o de fazer, não uma análise que se limita ao olhar para *o enunciado*, mas uma análise *da enunciação* construída pela situação enunciativa em suas mais diferentes vertentes, direcionando, para isso, nosso olhar para *os sentidos* que compõem os textos. Nessa direção, as composições escolhidas como *corpus* de análise nos permitiram que, metodologicamente, construíssemos um percurso próprio, com o ineditismo que é exigido para um trabalho nesse nível de investigação. Propomo-nos a olhar para o *funcionamento enunciativo* e, a partir da descrição semântica dos enunciados, proceder à análise e à compreensão dos sentidos movimentados pelo humor nas publicações d’*O Pasquim* na época da mais dura repressão

militar, tomando, para tal, a Teoria da Enunciação como ferramenta para ver a nossa tese se concretizando.

Em um período em que o Brasil se encontrava sob um forte sistema opressor, os jornalistas pasquinianos, com a ascensão das forças militares, bem como com o igualmente crescente número de ataques, assassinatos e desaparecimentos que marcavam a época, viram-se provocados a driblar os mecanismos de controle para denunciar o que acontecia por detrás dos bastidores políticos. Provas disso são o humor tão bem usado como instrumento de denúncia e a perseguição incessante dos militares à imprensa alternativa, da qual fez parte *O Pasquim*, que não silenciava diante da repressão e da violência, caracterizando-se, por muitas vezes, como a voz daqueles que eram silenciados.

Percebemos, nas análises, a importância da coexistência de sentidos. No que refere ao funcionamento enunciativo do humor, é preciso que o *eu* preveja a simultaneidade de múltiplos sentidos, e, mais do que isso, é preciso que o *tu* perceba essa coexistência. Caso contrário, se apenas um sentido uno for percebido, o humor não vai se estabelecer, e, ainda, há o risco de que o enunciado pareça um *non sense*.

Desse modo, no que refere à categoria de pessoas, importante ponderar que, para que a enunciação de humor ocorra, a coexistência de sentidos é prevista pelo *eu* e tem de ser percebida pelo *tu*. Inferre-se, disso, que, linguisticamente, o que podemos explicar é o funcionamento enunciativo do humor, e, se esse funcionamento se dá a partir da coexistência de sentidos e essa coexistência tem de ser percebida tanto pelo *eu* quanto pelo *tu*, o que está em questão é relação da língua com a sociedade, pois é na sociedade e na cultura que esses diferentes sentidos estão.

Assim, tomando-se como exemplo os fragmentos enunciativos que compõem as análises, percebemos que, tão importante quanto dominar o sistema linguístico que permite que esses enunciados sejam compostos é conhecer a sociedade na qual eles estão inseridos. Tanto a compreensão daquilo que é enunciado quanto a construção do humor efetivada a partir do agenciamento de formas (combinadas com elementos não verbais) somente encontrarão sentido na cultura. Desse modo, considerando que o homem é um ser social e que é a língua que assim o caracteriza, é a relação língua e sociedade que permite que o humor se construa.

Assim, se, enunciativamente, o humor é a coexistência de enunciações produzidas em diferentes situações, de tempo, de espaço e de pessoa, na medida em que evoca também diferentes enunciações, o humor se constrói enunciativo, portanto, na medida em que evoca diferentes sentidos e é nessas diferentes significações que se efetiva a relação *eu x tu*, o que se

justifica em razão de que a enunciação ocorre quando um *eu* pressupõe um *tu* e, mobilizando diferentes sentidos, se enuncia.

A enunciação, portanto, ocorre quando um locutor se apropria do sistema da língua e, manipulando-a e agenciando-a, enuncia para um *tu*, constituindo-se como sujeito dessa enunciação (e, por conseguinte, como sujeito *da* enunciação). Especificamente no que refere ao humor, é por meio dela que a coexistência de diferentes sentidos vai ganhar evidência, e quem tem a prerrogativa de colocar isso em circulação é o *eu*, em uma situação de tempo, de espaço e de pessoa.

Em nossas análises, olhamos, portanto, para *o humor, pela língua, na enunciação*, e compreendemos que seu funcionamento enunciativo se dá a partir da coexistência de sentidos que produz enunciações diversas, em diferentes tempo e lugar, envolvendo pessoas diferentes. Essas pessoas, importante frisar, são entendidas como um *eu*, que instaura um *tu*, para quem enuncia. Assim, n’*O Pasquim*, enquanto objeto, o humor é tratado *pela* língua, portanto, é com amparo na Teoria da Enunciação que afirmamos que o humor – pela língua –, na enunciação, é a coexistência de sentidos produzidos em diferentes tempo, lugar, pessoa; a saber, que é esse eu que produz um enunciado para esse *tu*.

A coexistência, nesse contexto, é um artifício, é uma estratégia ou articulação enunciativa do *eu* para provocar o riso, ou, como vimos no primeiro capítulo, para provocar o escracho, a crítica, a ironia ou a aversão, dentre outros.

E falar em coexistência implica falar em saberes polissêmicos. Assim, na enunciação, a polissemia acontece em um determinado tempo, em um determinado espaço, o que, novamente, remete ao social e ao histórico, que compõem as condições enunciativas para que esse tempo enunciativo pudesse ser observado. Assim, nesta tese, temos, como *pessoa*, o *eu Pasquim*; como *lugar*, o Brasil e/ou a sociedade brasileira; e, como tempo, o período em que o Brasil – e a imprensa – vivia(m) sob os rigores da ditadura militar. Assim, a polissemia trabalha diferentes enunciações e, por conseguinte, diferentes sentidos, uma vez que há um tempo, um lugar e uma pessoa determinada em cada um deles.

À luz da Teoria da Enunciação, compreendemos, ainda, que a coexistência se dá quando uma mesma *forma* tem diferentes *sentidos*. E, se os sentidos co-existem, o que se tem é *uma* forma que leva a diferentes enunciações, movimentadas simultaneamente e existindo “con-juntamente”.

Além disso, se falamos em *forma e sentido*, temos de falar em escolhas e em agenciamentos, pois é o sujeito (enquanto locutor) que escolhe os sentidos que devem coexistir para que o humor seja construído (e, por isso, insistimos em apontar que o humor se

constitui a partir do *eu*, que faz essas escolhas). No humor, mais do que em qualquer outro enunciado, o *eu* faz uma escolha, provocando uma subversão na língua e nos sentidos (e, se há uma subversão, fica evidenciada uma intenção, e, por conseguinte, é possível inferir que o *eu* sabe o que está escolhendo).

Nessas escolhas, o semiótico não se reproduz, mas o semântico sim, pois, no primeiro, está presente a mesma forma, mas isso não se confirma no semântico. Como se tratam de coexistências, um semântico é de uma enunciação e o outro semântico, de outra, e é essa relação que caracteriza a polissemia, marcada pela presença do mesmo semiótico, mas com um semântico diferente para cada situação.

Ao se falar em semântico, pertinente retomar que esses sentidos estão *na* sociedade e são (im)postos pela cultura. Quando se toma as formas por referência, é necessário pensar que elas são previstas *na* língua, a partir da relação com a sociedade. Há que se pontuar, sobre isso, que existem as formas dicionarizadas – que são as formas previstas culturalmente –, mas isso não implica falar em sentido literal, pois existe uma forma com um sentido previsto na língua, pelos sentidos usados ou pelos sentidos que a língua põe em funcionamento. Assim, quando põe a língua em funcionamento, o sujeito coloca em circulação alguns sentidos já cristalizados na sociedade e em sua cultura. O humor vai se produzir, portanto, quando a enunciação colocar em circulação um sentido que não é o mais óbvio ou o que parece mais natural. E, nesse contexto, tem importância a sintagmatização, que é o engendramento das formas, levando em consideração um sentido possível, e é essa semantização que vai construir o humor.

E o funcionamento enunciativo disso se dá a partir do engendramento das formas e da organização sintagmática de diferentes elementos mórficos. Quando fala em sintagmatizar, Benveniste refere-se ao engendramento, do que se infere que, dependendo de como esses elementos forem sintagmatizados ou agenciados, diferentes sentidos serão constituídos. Depreende-se, disso, que Benveniste propõe uma teoria da significação. O humor é, portanto uma construção sintática de elementos mórficos e, por conseguinte, o funcionamento enunciativo do humor n’*O Pasquim* depende de como ele foi construído sintagmaticamente, ou seja, depende se seu engendramento mórfico ou arranjo linguístico.

Para que a enunciação de humor se efetive, é preciso que, no engendramento das formas, o sujeito preveja uma carga semântica anterior e a faça coexistir com outro sentido, colocando-o em circulação de forma simultânea. Assim, o arranjo mórfico, o arranjo das formas, o arranjo linguístico que o *eu* faz é um arranjo pensando na polissemia, de modo que a coexistência de diferentes sentidos provoque um enunciado de humor.

Considerando que o homem é um ser social, a referência enunciativa do humor estará, portanto, na sociedade e nos sentidos reconhecidos culturalmente por essa sociedade. E esses sentidos têm de coexistir e ser postos em circulação simultaneamente.

Essa coexistência pode ser movimentada a partir de mecanismos diferentes, tais como o léxico (no caso do *DOI* (Fragmento 37)) ou a prosódia (no caso do *não roerás* (Fragmento 14)), e é essa a razão pela qual não olhamos, aqui, para o enunciado, mas para a enunciação posta em circulação a partir da combinação língua e sociedade, a partir de elementos verbais e não verbais. É para o(s) sentido(s), portanto, que voltamos nosso olhar, o que nos mostra que o mecanismo que rege o funcionamento enunciativo é o da coexistência de sentidos enunciativos e culturais, o que se justifica em razão de que a língua contém a sociedade e, por conseguinte, os seus sentidos.

Retomando, a título de exemplo, a análise que compõe a seção 4.2, ponderamos que o funcionamento enunciativo do humor reside no reconhecimento da coexistência, e, de modo especial, na manutenção dessa coexistência, e não na opção por um dos sentidos, uma vez que, se o sujeito [*tu*] fizer essa opção, a graça não se efetiva. Assim, a graça de *só doi quando eu rio* está no fato de que é possível ler, ao mesmo tempo, “só dói quando eu dou risada” e “o Destacamento de Operações e Informações só age quando eu faço rir”. Quando lemos *DOI*, lemos as duas coisas ao mesmo tempo, mas, se explicarmos essa intenção, a graça se perde e o humor não se efetiva, afinal, ao explicar, se desfaz a coexistência das enunciações possíveis.

Concluimos, assim, as análises que nos propomos a fazer nesta tese, amparadas na muito *significativa* Teoria da Enunciação, que em muito contribuiu na convicção que formamos no sentido de que o riso é assunto muito sério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese foi construída com o propósito de evidenciar as relações enunciativas que se dão pelo agenciamento das formas e pela organização do sentido pelo locutor, a partir dos signos e de sua relação semiótica. Dentre os diferentes sentidos oriundos dessa relação, está o humor, ao qual dedicamos nosso estudo, com o propósito de identificar sua constituição, com raízes em diferentes campos do saber, tais como o histórico, o filosófico, o antropológico e o psicanalítico. Tal percurso ampara nosso objetivo maior, que é compreender o funcionamento enunciativo do humor, olhando para as suas manifestações na língua e compreendendo-as n’*O Pasquim*, objeto que escolhemos para materializar e comprovar nossa tese sobre uma temática tão séria.

Os pressupostos teóricos aqui expostos e as publicações d’*O Pasquim* veiculadas em um tempo em que o Brasil era dominado pelos rigores da ditadura – *corpus* que escolhemos para marcar o caráter de nossas análises – nos permitiram apontar a importância das *formas* na enunciação e possibilitaram que evidenciássemos a marca da intersubjetividade na constituição do sentido. Nessa trajetória acadêmica, em especial no que concerne ao cômico e às relações intersubjetivas que marcam a enunciação, visualizamos, a partir das categorias de pessoa propostas por Benveniste e das marcas que as caracterizam, o percurso da constituição do humor à luz desse marco teórico específico. No texto, propomos uma conversa entre humor e Benveniste, e, mesmo sabendo que o linguista francês não se dedicou ao estudo da comicidade, levamos em consideração que seus estudos enunciativos mostram-se essenciais para a compreensão do humor, já que é *na* e *pela* língua que este se constitui.

Compreendemos, nesse percurso, que o humor se dá a partir da coexistência de sentidos, e ponderamos que essa coexistência vai ocorrer quando há uma *mesma* forma e *diferentes* sentidos. O semiótico é o mesmo. A diferença se dá no nível semântico. Assim, o humor ocorre quando sentidos, vindos de uma mesma forma, (co)existem, ou seja, existem “juntamente” com outro(s).

Isso tudo se efetiva a partir do reconhecimento de que o semiótico é o mesmo e é na construção dessa referência que se dá o humor. Além disso, é importante que o sujeito não opte por *um* sentido, mas que perceba a coexistência de *mais de um sentido*, que circulam simultaneamente. Assim, compreendemos que o funcionamento enunciativo do humor é materializado pela coexistência no nível semântico, de sentidos absurdos, de sentidos

antagônicos, de vários sentidos... Isso tudo constitui o humor como um lugar de simultaneidade do *eu* e do *tu*.

Isso nos leva a ponderar que, se, no início de nossos estudos de doutoramento, nos perguntávamos se o humor se constituía no *tu*, a partir de uma relação de intersubjetividade que estabelece com o *eu*, nossas pesquisas nos levaram à compreensão de que é somente *eu* quem (se) enuncia, ainda que uma relação de alteridade – e reportamo-nos, aqui, à alteridade benvenistiana, embora reconheçamos outros olhares sobre essa troca – se faça sempre necessária. Compreende-se isso em razão de que a produção de sentido está centrada no *eu*, em uma relação “eu-aqui-agora”. Isso tudo comprova que o sujeito, em Benveniste, para falar e para produzir sentidos, é constituído internamente por um *tu*, ou seja, ele não é um “*eu* sozinho”, tampouco é um “sujeito sozinho”, mas um ser constituído por um outro e, portanto, pela intersubjetividade.

Naturalmente, isso não significa que o processo enunciativo tenha o *eu* como elemento exclusivo, pois a cada vez que se instaura um *eu*, se instaura um *tu*, e o sujeito sempre fala para um (ou para muitos) *tu(s)*. Sempre que enuncia, o *eu* pressupõe um *tu*, e, a partir de uma *escolha*, vai agenciar a língua de forma que determinado sentido – ou determinados sentidos – seja(m) compreendido(s) por esse *tu*. À luz da Teoria da Enunciação, quando isso ocorre, cada um desses *tus*, em contato com a língua, constrói sentido a partir de algo que é dito, e, por construir sentido, se forma como sujeito, como um novo *eu*.

E se a escolha e o engendramento das formas nos levam a diferentes semantizações, formamos a convicção de que é na coexistência desses diferentes sentidos que o funcionamento enunciativo do humor se constitui. Percebemos, portanto, que o humor se dá a partir do agenciamento, a partir da *escolha* do *eu*, que, com isso, se enuncia e se constitui como sujeito. Especialmente no que refere ao humor d’*O Pasquim*, ele se efetiva, portanto, a partir de um propósito, de um agenciamento intencional de formas, sendo, por conseguinte, escolha. E é nesse agenciar que se efetiva a ação do *eu*, evidenciando que o humor é agenciado.

Para que pudéssemos olhar para isso tudo, inspiramo-nos na sagacidade que ocupou as páginas pasquinianas e, especificamente, no humor materializado *na* e *pela* língua. Cientes da importância do conhecimento do contexto no qual esse humor era produzido, propomos, nesta tese, o conceito de *condições de enunciação*, pois compreendemos que a clareza sobre as condições em que o enunciado é construído é elemento essencial para que sejam compreendidos os sentidos propostos e as relações que levam ao enunciado humorístico. Nesse cenário, ao analisarmos os textos selecionados, o prévio contato com a história do

semanário se mostrou fator indispensável para colocar em circulação uma carga semântica anterior que se mostra vital para o olhar analítico (tanto o nosso, ao construir a tese, quanto o de nossos leitores, que, esperamos, perceberão conosco a multiplicidade de significados postos em circulação por enunciados de humor que aqui movimentamos).

O conhecimento sobre as condições de enunciação, talvez mais do que amparar a constituição de *um* sentido, possibilita a circulação de *diferentes* sentidos, elemento que se revelou condição para o funcionamento enunciativo do humor. E, importante observar, colocar essas diferentes significações em circulação simultaneamente é um artifício, é uma estratégia enunciativa do *eu*, o que faz com que a coexistência de sentidos que produz o humor seja uma articulação enunciativa do *eu* para construir o humor e suscitar o riso.

Dedicamo-nos, nessa direção, a, na análise do *corpus*, olhar para os textos e para suas relações como elementos sociais, políticos e históricos, o que nos permitiu cumprir aquilo a que nos propomos no sentido de fazer, não somente uma análise *do enunciado*, mas uma análise *da enunciação* que o envolve, olhando para os efetivos sentidos que compõem os textos. Desse modo, embora observemos o *enunciado*, nosso olhar analítico transcende o linguístico e volta-se à *enunciação*, que, *a partir do enunciado*, comunica. Foi preciso, para esse desiderato, partir da forma para analisar o sentido e observar as relações que se estabelecem em cada contexto.

E nesse percurso, reunimos vários elementos que se colocam a serviço de provar a nossa tese de que o humor é agenciado, a partir da forma, e de que seu funcionamento enunciativo tem estreita relação com a polissemia e com a coexistência de diferentes sentidos que – intencionalmente – são postos em circulação pelo sujeito.

Desejamos, com esse percurso acadêmico e investigativo, ter apresentado respostas para questões relacionadas a diferentes significações de humor existentes e ao modo como elas circulam e se materializam em textos d’*O Pasquim*, em especial, a’o *funcionamento enunciativo do humor*, de modo a olhar para a *polissemia e coexistência de sentidos no Pasquim*, com o propósito de responder à pergunta “*tá rindo do quê?*”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, João de. Ambiguidade lexical. In: *Alfa*, nº 34, São Paulo: Unesp, pp. 187-193, 1990.
- ANDRADE, Carlos Drummond. O avesso das coisas – Aforismos. 2 ed. São Paulo: Record, 1990.
- AUGUSTO, Sérgio; JAGUAR. O melhor do *Pasquim*. In: AUGUSTO, Sérgio; JAGUAR (Org.). *O Pasquim*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006. v. 1
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARBISAN, Leci Borges. O sentido no discurso: o olhar da teoria da argumentação na língua. In: DI FANTI, Maria da Glória; BARBISAN, Leci Borges. *Enunciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. *Da subjetividade na linguagem*. (1958) In: *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995a.
- _____. *Estrutura das relações de pessoa no verbo*. (1946) In: *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995b.
- _____. *A natureza dos pronomes*. (1956) In: *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995c.
- _____. *Os níveis da análise linguística*. (1962) In: *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995d.
- _____. *O aparelho formal da enunciação*. (1970) In: *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006a.
- _____. *A forma e o sentido na linguagem*. (1966) In: *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006b.
- _____. *A linguagem e a experiência humana*. (1965) In: *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006c.
- _____. *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*. (1968) In: *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006d.

_____. *Estruturalismo e linguística*. (1968) In: Problemas de Linguística Geral II. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006e.

_____. *Semiologia da língua*. (1969) In: Problemas de linguística geral II. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006f.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BÍBLIA sagrada. Rio de Janeiro: Pan Americana, 1995.

BRETON, André. Anthology of Black Humor. Tradução para o inglês Mark Polizzotti. San Francisco: City Lights Books, 1997.

CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas; Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. I_Tomo_Parte_3_Imprensa-de-resistencia-a-ditadura. In: *Relatório [Verdade aberta]*. Disponível em: http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_3_Imprensa-de-resistencia-a-ditadura.pdf. Acesso em 06 jan. 2018.

CORREIA, Margarita. Homonímia e polissemia – contributos para a delimitação dos conceitos. In: *Palavras*, nº 19, Lisboa: Associação dos Professores de Português, pp. 55-75

COSTA, José Maurício. Das antigas. s.d. Disponível em: <http://www.tatame.com.br/dasantigas/upload/46/arquivo.pdf>. Acesso em jul. 2017.

DAGNEZE, Cinara Sabadin. *O riso em tempos de ditadura: os (não) silenciamentos (re)velados pelo Pasquim no período de 1969 a 1971*. 2010. 151 f.: Dissertação (Mestrado em Letras) -- Universidade de Passo Fundo, 2010.

DLPO - Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. Disponível em: <https://www.priberam.pt/DLPO/pros%C3%B3dia>. Consultado em mar. 2018

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FLORES, Valdir do N. et al. (orgs). *Dicionário da linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013a.

_____. *Sujeito da enunciação; singularidade que advém da sintaxe da enunciação*. Delta. Documentação de estudos em linguística teórica e aplicada. PUCSP. V.29. 2013b.

_____. A enunciação e os níveis da análise linguística. In: Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso, 2010, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 2010. p. 396-402.

FREUD, Sigmund (1905). *Os Chistes e sua relação com o inconsciente*. (1905). In Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud V 8. RJ. Imago Editora, 1977.

_____. (1928). *O humor*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI, Rio de Janeiro: Imago, 2006.

KIERKEGAARD, Sören Aabye. O Conceito de ironia: constantemente referido a Sócrates. 2.ed. Bragança Paulista: São Francisco, Editora Universitária, 2005.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do ai-5 à constituição de 1988*. SÃO PAULO: Boitempo, 2012.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

MAGALHÃES, Maria Helena Gamiscelli. ... e o negro amarelou. Um estudo sobre o humor negro verbal brasileiro. Tese de doutorado. PUC Minas Gerais. PPGLetras. 2008.

MEIGUINS, Alessandro. O horror. In: *Ditadura no Brasil* [Aventuras na História, Série dossiê Brasil]. São Paulo: Abril, 2005, p. 32-37, 2005b

MUÑOZ, Jenny González. Enfoques sobre Antropología Cultural. 11-11 de maio 2017. Notas de aula – PPGL/UPF.

NORMAND, Claudine. Saussure-Benveniste. *Letras* n° 33. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/viewFile/11920/7341>. 14 mai. 2007. Acesso: 16 de jan. 2018. p. 13-21.

PROPP, Vladimir. *Comicidade e riso*. São Paulo: Ática, 1992.

REY-DEBOVE, Josette. Léxico e Dicionário. Tradução de MORAIS, Clóvis Barleta de. In: *Alfa*, n° 28, São Paulo: Unesp, pp. 45-69, 1984.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.